

Copyright © 1984 by Neil Smith  
Titulo original: *Uneven Development*

1988

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

ISBN 85-286-0072-6

Todos os direitos desta tradução reservados à:  
EDITORA BERTRAND BRASIL S.A.  
Rua Benjamin Constant, 142 - Glória  
20.241 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (021) 222-1132 Telex (21) 38074 BESI BR  
Não é permitida a reprodução total ou parcial desta  
obra, por quaisquer meios, sem a prévia autorização  
por escrito da editora

## Sumário

*Prefácio* 7

*Prefácio à Edição Brasileira* 10

*Introdução* 14

*Introdução à Edição Brasileira* 22

1 A IDEOLOGIA DA NATUREZA 27

I A Natureza na Ciência 30

II A Natureza Poética - A Paisagem Americana 35

III Marx e a Natureza 47

IV A Dominação da Natureza? 62

2 A PRODUÇÃO DA NATUREZA 67

I A Produção em geral 71

II A Produção para a Troca 77

III A Produção Capitalista 86

IV Conclusão 101

3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO 109

I Espaço e Natureza 110

II Espaço e História 123

III Espaço e Capital 127

IV A Produção do Espaço e a Teoria Marxista 139

4 PARA UMA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL I:

A DIALÉTICA DA DIFERENCIAÇÃO E DA IGUALIZAÇÃO GEOGRÁFICAS 149

I A Tendência para a Diferenciação 152

II A Tendência para a Igualização 169

III A Acumulação, Concentração e  
Centralização do Capital 175

IV O Ritmo da Acumulação 182

5 PARA UMA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL:  
A ESCALA ESPACIAL E O VAIVÉM DO CAPITAL 191

I A Possibilidade de Equilíbrio Espacial 191

II As Escalas Espaciais do Capital 196

III Uma Teoria do Desenvolvimento Desigual 211

IV Conclusão 217

6 CONCLUSÃO: A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL? 221

*Notas* 227

*Bibliografia* 243

## Prefácio

Este livro representa o ponto de encontro de dois tipos de investigação intelectual. O primeiro é uma exploração teórica e filosófica e uma crítica dos conceitos como um meio de interrogar mais incisivamente a realidade em que vivemos. Assim, nos dois primeiros capítulos, há a preocupação em se renovar a concepção terrivelmente arcaica da natureza que domina o pensamento ocidental. Eu comecei esta parte do trabalho em 1979. O segundo tipo de investigação surgiu separadamente, a partir de uma fascinação pelas cidades da América do Norte. Parecia-me, em meados da década de setenta, que a estrutura espacial urbana tanto desafiava todos os modelos urbanos tradicionais quanto apresentava, apesar disso, um padrão muito coerente ou até mesmo dinâmico. De forma muito superficial, no início, eu estava convencido de que se poderia enxergar grande parte da estrutura social da sociedade de sua inscrição no espaço geográfico urbano. Em particular, eu estava fascinado com o processo de gentrificação\* e comecei a pesquisa por esse ponto. À medida que a pesquisa prosseguia, e se configurava maior familiaridade com a teoria e os conceitos marxistas, eu me convencia de que a gentrificação era, ela própria, o produto das forças mais univer-

\* A gentrificação representa o processo de enobrecimento urbano, em que pessoas mais abastadas migram para as áreas centrais das cidades, promovendo a reforma e a recuperação de habitações e /ou de áreas dilapidadas ou degradadas, substituindo os locatários de nível sócio-econômico mais baixo que aí moravam. Esse processo ocorre mormente nas áreas centrais das grandes cidades porque pessoas desejam ter acesso mais fácil aos seus empregos e às facilidades de lazer no centro urbano. (N. do T.)

sais, ainda que bastante específicas, que operam em diferentes escalas: o processo geral era o de *desenvolvimento desigual*.

À medida que a pesquisa da estrutura espacial se expandia numa investigação teórica, os elos com a investigação mais filosófica tornaram-se claros. Deste modo, o terceiro capítulo, sobre o espaço, liga o trabalho mais abstrato sobre a natureza com a investigação teórica do desenvolvimento desigual, buscada nos capítulos 4 e 5. O produto final representa, espero, menos uma investigação filosófica do que uma ponte entre as interrogações filosóficas dos conceitos e sua aplicação em busca de novas perspectivas teóricas. Pois, para Marx, não pode haver filosofia separada da ciência prática. É certamente uma tentativa de se ir além da filosofia.

A riqueza intelectual é adquirida através do acúmulo de dívidas. Eu espero somente que, no meu caso, a riqueza seja igual às dívidas. David Harvey contribuiu mais para este trabalho do que pode ser dito em palavras ou em notas de rodapé. Ele combinou as críticas encorajadoras e desafiadoras com os jantares gratuitos e a amizade. Ele sempre acreditou na importância do projeto e respondeu com sua mistura peculiar de encorajamento do tipo *laissez-faire* e intervencionismo ativo. Seu próprio trabalho me inspirou, mesmo antes de eu ir para Baltimore e continuar a fazê-lo. Ele também leu e fez críticas a um primeiro rascunho do manuscrito.

Mas eu nunca teria chegado a Baltimore, se não fosse Joe Doherty em Saint Andrews, que primeiro me encorajou a tornar a especulação filosófica responsável pela realidade. Ele pacientemente e em silêncio insistiu para que tratasse as questões mais problemáticas, e sem sua sincera ajuda eu nunca teria imaginado o presente trabalho, mesmo embrionariamente. Uma vez em Baltimore, Reds Wolman ofereceu-me firme apoio num nível que eu não tinha nenhuma razão para esperar e, embora ele nem sempre entendesse o que eu estava tentando fazer, confiou em mim para sua execução.

Nas etapas iniciais do trabalho, Nancy Gish ajudou-me de várias maneiras, ao insistir em que se eu escrevesse, deve-lo-ia fazer com clareza. Nas etapas finais, muitas pessoas deram sua contribuição mas nenhuma mais que Kathy Ogren, que me permitira falar de meu trabalho e que ofereceu o apoio de uma profunda amizade. Outros eram colegas e amigos que me estimularam e que, de diferentes maneiras, toleraram

minhas horas e minhas tendências anti-sociais e conversaram comigo de qualquer maneira: Beatriz Nofal, Michele LeFaivre, Barri Brown, Phil O'Keefe, Barbara Koeppe, Donna Haraway, Jerry Mac Donald e Lydia Herman. Diversas pessoas ajudaram na datilografia em suas várias (e geralmente apressadas) etapas: Karen Pekala, Jean Kelley, Katie Reininger, Peggy Newfield e Liza Cluggish. Se Leon "atacou" persistentemente o primeiro rascunho nas horas vagas, Peon prazerosamente assumiu esta responsabilidade com relação ao segundo esboço.

"Tudo o que é sólido", disse Marx, "desmancha-se no ar?" Isto é verdade não somente com relação à Geografia do Capitalismo; numa época tal como a nossa, é também verdadeiro em relação às lutas políticas contra a exploração e a opressão. Eu finalmente, então, quero deixar consignada a inspiração dada por Carl e Barbara Winslow. Com eles espero ansiosamente pelos dias em que teremos novamente algo sólido.

Neil Smith

## Prefácio à Edição Brasileira

*Desenvolvimento Desigual* é obra resultante de circunstâncias específicas e, ao mesmo tempo, uma tentativa para descobrir os padrões e processos gerais que engendram as desigualdades geográficas do desenvolvimento capitalista. Emergiu como contribuição aos debates que se realizam na Geografia e no marxismo, especialmente na literatura de língua inglesa e tradições marxistas européias. Particularmente nos Estados Unidos, onde o McCarthismo e anticomunismo auto-imposto nas uniões e seções do movimento socialista diminuíram a amplitude e a influência das idéias marxistas no período após Segunda Guerra Mundial, a redescoberta do marxismo nos anos setenta envolveu o retorno aos fundamentos. Mas esses fundamentos não necessariamente implicam ortodoxia. Em particular, aqueles como nós que foram treinados em Geografia descobriram que não havia abordagem ortodoxa para compreender a face do mundo em que vivemos; os denominados princípios da análise marxista ofereciam apenas indicações de como poderíamos compreender a geografia do lugar e lugares, e a maneira pela qual as relações geográficas — especificamente a produção de espaço e lugar — permanecem no âmago do desenvolvimento capitalista contemporâneo.

A primeira etapã foi construir conexões teóricas entre as duas tradições, Geografia e Política, acreditando que uma fertilização cruzada poderia trazer benefícios mútuos a essas tradições e, mais significativamente, que era muito difícil conseguir sentido do mundo sem as imbricações das perspectivas políticas e geográficas. Como poderíamos pensar sobre a Geografia do capitalismo sem compreender as divisões básicas da sociedade capitalista de acordo com as classes, ou sexo e raças? O nível de abstração nesse trabalho expõe tanto o entusiasmo como as frustrações. O entusiasmo advém das perspectivas emocionantes sobre o amálgama das paisagens sociais, políticas e geográficas expostas à vi-

são profunda composta pelas abstrações abrangentes invocadas em uma teoria do desenvolvimento desigual. A frustração baseia-se no fato de que essa teoria do desenvolvimento desigual necessariamente se restringe a uma escala geral de análise. Colocando diferentemente, tentei desenvolver conceitos e uma estrutura para análise que nos levariam a ver o "grande cenário". A fim de aplicar essa estrutura a exemplos concretos, processos ou padrões de desenvolvimento desigual, a fim de direcionar nossa focalização e desenvolver um retrato mais detalhado de partes específicas do cenário maior em uma escala de resolução mais elevada, torna-se necessário realizar refinamentos e adequações dos conceitos. Por essa razão, embora *Desenvolvimento Desigual* constitua uma tentativa ao nível de teoria geral, de nenhuma maneira significa que deva responder a todas as questões a respeito do desenvolvimento desigual. Ao contrário, significa oferecer uma estrutura dentro da qual a gama das questões relacionadas com o desenvolvimento desigual poderia ser levantada de maneira mais ordenada e através de uma linguagem comum. Na melhor tradição sobre a construção de teorias, constitui um prolegômeno e não uma conclusão.

O valor de uma teoria reside mais nas suas provocações do que nas suas afirmativas. Suas provocações levam-nos a ver ligações, relações e perspectivas que são raramente perceptíveis na segurança da vida diária e simbiose entre teoria e pesquisa empírica. Sem uma sólida compreensão de eventos concretos, as idéias teóricas podem ser de validade dúbia e até mesmo de relevância questionável. Por outro lado, sem uma forte visão teórica o pesquisador empírico não sabe o que procurar nem compreender o que encontrou. Acima de tudo isso, a teoria leva-nos a conjuntamente integrar aquilo que de outra maneira poderia permanecer como experiências fragmentárias e peças isoladas do conhecimento.

Quando a redação preliminar desse trabalho foi realizada, entre 1979 e 1982, o mundo real clamava por uma estrutura teórica dentro da qual os sintomas complexos e geralmente perversos do desenvolvimento desigual pudessem ser compreendidos como partes de um todo maior e mais sistemático. Os sintomas da morte final da guerra pós-Pax Americana poderiam ser datados de 1986, quando os Estados Unidos se tornaram o maior devedor para a economia mundial e o Japão o seu Principal banqueiro. As distinções entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, entre o Primeiro e o Terceiro Mundos, estão hoje irreme-

diavelmente nubladas e a pobreza dos povos mais pobres torna-se cada vez maior, mais ampla e mais obscena do que nas épocas precedentes como testemunham as séries infindas de fomes antropicamente induzidas na África sub-saariana. Os destinos das diferentes regiões subnacionais divergem dramaticamente; agora as regiões não são mais necessariamente entidades subnacionais, mas sim produtos diretos do mercado mundial e do sistema de produção. O abismo entre o rural e o urbano diminui gradativamente à medida que proporções cada vez maiores da população nos países menos desenvolvidos são urbanizadas, mas as diferenças entre o cidadão e aqueles que permanecem no campo são maiores do que nunca. A polarização interna em cidades, de Bombaim a Nova York, produz uma diversidade ampla de experiências e paisagens específicas, mas elas estão mais do que em qualquer outra época entrelaçadas conjuntamente em uma única aldeia global. O propósito subjacente neste volume sobre *Desenvolvimento Desigual* está em procurar integrar essas experiências diferentes, em começar a forjar ligações coerentes.

Difícilmente poder-se-ia imaginar um laboratório melhor para essas idéias teóricas do que o Brasil. Desde a metade dos anos setenta o Brasil experimentou uma integração e desintegração extraordinárias no contexto da economia mundial. A dívida nacional de 126 bilhões de dólares é inimaginável, não somente em termos puramente aritméticos, mas também em termos da transformação que acarreta para o próprio sistema mundial. Se o montante não pode ser pago, isso faz com que a economia financeiramente precária dos Estados Unidos se torne dependente do Brasil tanto como o Brasil foi até então dos Estados Unidos. Distanciando-se dos centros urbanos dos negócios mundiais, a produção da natureza atualmente é orquestrada na colonização da Amazônia em escala maciça. As políticas governamentais objetivando a descentralização industrial regional podem não ter alcançado o sucesso almejado, mas são responsáveis por mudanças significativas na geografia regional da nação. Não são somente nas favelas do Rio de Janeiro ou nas indústrias de São Paulo que os cidadãos se alvoroçam com o rápido crescimento industrial e súbitas integrações e desintegrações no contexto da economia mundial.

*Desenvolvimento Desigual* não explica as características específicas desses desenvolvimentos no Brasil ou em qualquer outro lugar. Es-

ta obra procura oferecer uma estrutura teórica geral dentro da qual as questões e desenvolvimentos podem ser compreendidos como partes de um mundo, que está longe de ser inocuo quando considerado em sua unidade e não como se poderia pensar pelo exame dos fragmentos. O mesmo se poderia dizer a respeito das classes operárias e das classes oprimidas em geral. Se é verdade que os seres humanos podem construir suas próprias geografias, e se as desigualdades inerentes do desenvolvimento capitalista tornam inaceitável o sofrimento imposto a milhões de pessoas em um lugar enquanto propicia benfeitorias econômicas em outro, então seguramente a única questão remanescente é identificar os agentes possíveis e aceitáveis da mudança futura.

NEIL SMITH  
Cidade de Nova York

# Introdução

Este livro versa sobre a Geografia da Política e sobre a Política da Geografia. Ele, assim, tenta integrar duas tradições intelectuais que, até muito recentemente, não tem usufruído da oportuna fecundação cruzada. Se a obra é teórica em substância e em exposição, ela é muito prática em motivação. Pois dificilmente pode-se olhar para o mundo de hoje sem se perceber que, nas mãos do capital, as últimas duas décadas testemunharam uma emergente reestruturação do espaço geográfico mais dramática do que qualquer outra já ocorrida. A desindustrialização e o declínio regional, a gentrificação e o crescimento extrametropolitano, a industrialização do Terceiro Mundo e uma nova divisão internacional do trabalho, a intensificação do nacionalismo e uma nova geopolítica de guerra são coisas em desenvolvimento integrado, sintomas de uma transformação muito mais profunda na Geografia do Capitalismo. Basicamente, o objetivo deste trabalho é desenredar a lógica teórica que dirige esta reestruturação do espaço geográfico.

A primeira tradição, a da Geografia acadêmica, dá-nos os conceitos ortodoxos de espaço geográfico e de meio ambiente, assim como uma análise das relações espaciais sobre a superfície da Terra. Hipnotizada por muito tempo pelo historicismo neo-Kantiano, a Geografia acadêmica abandonou sua roupagem do século dezoito na década de 60 em favor de um positivismo completamente anti-histórico. Embora não seja, de forma alguma, contestada, uma concepção abstrata de espaço absoluto domina agora esta tradição; o espaço (juntamente com o tempo) é uma coordenada básica da realidade, um campo, uma caixa infinita,

universal e imutável, dentro da qual ocorrem os eventos materiais. Assim, de acordo com essa tradição, a reestruturação do espaço não faz sentido senão como o produto das forças e leis físicas mais universais; a atividade humana não reestrutura o espaço; ela simplesmente reorganiza os objetos no espaço. Visto através deste conjunto de lentes filosóficas, os sintomas da reestruturação espacial aparecem como muitos processos separados, em escalas separadas, com muitas causas e explicações separadas. Por serem as lentes muito grosseiras, o padrão real é refratado em fragmentos.

A segunda tradição é a da análise política da sociedade capitalista. Em contraste com a tradição geográfica, a teoria marxista é explicitamente histórica, sendo isso uma de suas principais forças. A teoria marxista tenta explicar a estrutura econômica, política e social específica da sociedade num dado período, como resultado não de forças supostamente universais (por exemplo, a natureza humana), mas como resultado de processos historicamente específicos e contingentes. Não que a competição e o mercado, o crescimento econômico e a ânsia de lucros sejam historicamente contingentes, mas que a forma que eles assumem se transforma e se desenvolve dentro da própria história do capitalismo. Uma força maior da teoria marxista é sua perspectiva relacional, que trata a sociedade capitalista com um todo coerente (pelo menos de modo sempre consistente), mais do que como uma aglomeração de fragmentos. Estas forças fazem com que essa tradição seja particularmente sensível à reestruturação contemporânea da sociedade capitalista. Mas o que ela ganha em sensibilidade histórica perde em sensibilidade geográfica, talvez porque, apesar da abordagem holística, os marxistas têm-se inclinado a aceitar a concepção burguesa tradicional de espaço como algo efetivamente separado da sociedade. Somente nos casos isolados da análise da separação entre cidade e campo e da necessidade de internacionalismo é que a tradição marxista transcende essa aceitação da concepção burguesa de espaço. Embora essa tradição tenha os meios teóricos para compreender a reestruturação contemporânea do espaço geográfico, ela tende a não ter a indispensável sensibilidade geográfica.

Numa tentativa mais abrangente de compreender a reestruturação do espaço geográfico, vários pesquisadores começaram a explorar a interseção entre a tradição geográfica e a marxista<sup>1</sup>. Em linhas gerais, o enfoque que está se desenvolvendo incide sobre a questão: que é a Geo-

grafia do Capitalismo? Que padrões e processos espaciais específicos caracterizam a sociedade capitalista e como eles se transformam com o maior desenvolvimento do capitalismo? Isto representa, por si só, um significativo avanço para ambas as tradições. Para a Geografia, oferece a possibilidade de colocar as lentes filosóficas na análise histórica, abrindo um mundo completamente novo no qual as sociedades humanas criam sua própria Geografia. Para o marxismo, oferece a oportunidade de ampliar a jurisdição da teoria marxista na esfera geográfica e também de aprofundá-la, para que mesmo a subestrutura natural e espacial da paisagem social possa ser compreendida de dentro da teoria marxista.

A maior parte das obras que aparecem, a respeito da Geografia do Capitalismo, examina com alguns detalhes o processo de desenvolvimento desigual, que se tornou uma idéia da moda ou até mesmo uma mania na última década. Uma tal mania, com efeito, que como todas as manias perdeu rapidamente a importância. Pode-se ver, por exemplo, como os geógrafos poderiam tratar o desenvolvimento desigual como um processo a-histórico e universal, pouco mais do que o resultado inevitável da eterna impossibilidade de desenvolvimento *uniforme*: "*tudo se desenvolve diferentemente*". Muito mais chocante é encontrar marxistas submentendo-se à mesma trivialidade, apesar da acuidade histórica de sua teoria. Pois o desenvolvimento desigual é por demais fundamental para revelar o que é o capitalismo, para ser desprezado como um lugar comum e colocado na lista de processos que merecem somente rápida menção. A questão é que o desenvolvimento desigual é a marca registrada da Geografia do Capitalismo. Não exatamente que o capitalismo não possa se desenvolver uniformemente, pois devido a fatores acidentais e casuais o desenvolvimento geográfico do capitalismo representa um desvio um tanto estocástico de um processo geralmente uniforme. O desenvolvimento desigual do capitalismo é antes estrutural que estatístico. Os padrões geográficos resultantes são completamente determinados (no sentido oposto de "determinista") e são, assim, peculiares ao capitalismo. Basicamente, espero mostrar que o desenvolvimento desigual é a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital.

Ocupando o terreno comum entre a tradição geográfica e a tradição política, uma teoria do desenvolvimento desigual oferece a chave-mestra para determinar o que caracteriza a geografia específica do ca-

pitalismo. Colocada desta maneira, a questão é essencialmente *geográfica*. Mas não se pode perscrutar muito a lógica do desenvolvimento desigual sem perceber aquele algo muito mais profundo que está em jogo. Não é exatamente a questão de o que capitalismo faz para a Geografia, mas antes o que a Geografia pode fazer para o capitalismo. Assim, além da questão essencialmente geográfica, a teoria do desenvolvimento desigual também se dirige à questão *política*: como a configuração geográfica da paisagem contribui para a sobrevivência do capitalismo? Assim, do ponto de vista marxista, não é somente uma questão de aumentar a profundidade e a jurisdição da teoria marxista, mas de apresentar pioneiramente uma faceta completamente nova da explicação acerca da sobrevivência do capitalismo no século vinte. Da posição favorável da tradição geográfica, que especialmente nos Estados Unidos está hoje buscando todas as oportunidades empreendedoras, o resultado não é menos dramático. A sabedoria geográfica popular ensina que vivemos num mundo cada vez menor, que sistemas de transporte baratos e sofisticados têm diminuído a importância do espaço geográfico e da diferenciação geográfica, que a identidade regional tradicional está desaparecendo; em resumo, que estamos, de alguma forma, fora da geografia. O meu argumento na construção da teoria do desenvolvimento desigual é que, quaisquer que sejam as verdades parciais transmitidas pela sabedoria popular, o contrário é verdadeiro. O espaço geográfico está na ordem do dia, econômica e politicamente, como nunca antes esteve. A idéia do "pivô geográfico da História" assume um significado mais moderno e mais profundo do que Mackinder poderia ter imaginado<sup>3</sup>.

A idéia de desenvolvimento desigual tem uma herança na teoria marxista e antes de proceder à execução da tarefa proposta é necessário deixar claro onde a presente análise se enquadra no contexto da chamada "lei" do desenvolvimento desigual. Reivindicando um exclusivo *pedigree* marxista para a idéia de desenvolvimento desigual (e combinado), Ernest Mandel chegou a dizer que, com exceção da própria obra de Marx, nenhuma idéia de origem explicitamente marxista tornou-se tão influente e difundida nos círculos burgueses<sup>4</sup>. Há um fundo de verdade nisto, mesmo que tenda para algum exagero. Entretanto, na própria tradição marxista, esta concepção não foi bem desenvolvida. Ela figurou proeminente na luta política entre Trotsky e Stálin, na década de 20, especialmente nos debates sobre internacionalismo e "socialis-

mo num só país". Nesse contexto, foi um conceito político que se referia ao desenvolvimento desigual da luta de classes e do desafio ao capitalismo mundial. Como ocorreu com tantas facetas do pensamento marxista do século vinte, o padrão de resposta estabelecido nesse período de emergência do estalinismo dominou os posteriores tratamentos do processo.

De fato, o desenvolvimento desigual, como um processo à parte foi examinado pela primeira vez com alguma profundidade por Lênin, que tentou traçar alguns esboços econômicos e geográficos do processo. Embora ele periodicamente se referisse ao mesmo em análises posteriores, esse sugestivo trabalho nunca foi desenvolvido<sup>4</sup>. Depois da revolução de 1905 a noção de desenvolvimento desigual veio a ser interpretada em termos de questão política imediata, ou seja, se a revolução socialista era possível nas nações economicamente menos avançadas, onde o campesinato ainda constituía a maior parte da classe trabalhadora e a burguesia emergente era fraca. Esse foi o conceito que Trotsky resgatou e depurou em sua luta política contra Stálin; deste modo, hoje a "lei do desenvolvimento desigual e combinado" está claramente associada à tradição trotskista. Com a derrota de Trotsky, o conceito caiu na obscuridade, mas não antes que seu conteúdo econômico e geográfico estivesse completamente deslocado. Relacionado com a teoria da revolução permanente de Trotsky, ele sobreviveu no movimento trotskista como um termo político referente ao desenvolvimento de relações de classes e à anatomia da revolução<sup>5</sup>.

Se a atenção que se deu ao desenvolvimento desigual na última década deve algo a esta herança marxista clássica, ela deve muito mais ao ressurgimento geral de interesse pelo marxismo que se seguiu à década de 60, assim como a sutileza geográfica do processo atual. Se a importância e a estrutura do processo não foram reconhecidos há-oitenta anos atrás, isto é porque o padrão geográfico de acumulação de capital modificou-se abruptamente desde aquela época. O desenvolvimento desigual, no sentido estrito sugerido neste trabalho, é um fenômeno autenticamente do século vinte. Deste modo, a construção de uma teoria (enquanto distinta de uma lei) do desenvolvimento desigual envolve um segundo diálogo, separado daquele entre a tradição geográfica e a tradição política. Ela também envolve um diálogo histórico entre uma análise teórica do capitalismo originado no século dezanove e a realidade do capitalismo por volta do início do século vinte.

A lógica do desenvolvimento desigual deriva especificamente das tendências opostas, inerentes ao capital, para a diferenciação, mas com a simultânea igualização dos níveis e condições da produção. O capital é continuamente investido no ambiente construído com o fito de se produzir mais-valia e expansão da base do próprio capital. Mas, da mesma forma, o capital é continuamente retirado do ambiente construído de forma que ele possa se deslocar para outra parte e se beneficiar com taxas de lucro mais altas. A imobilização espacial do capital produtivo em sua forma material não é nem menos necessária do que a perpétua circulação do capital como valor. Assim, é possível ver o desenvolvimento desigual do capitalismo como a expressão geográfica da contradição mais fundamental entre o valor de uso e valor de troca.

O padrão que resulta na paisagem é bem conhecido: desenvolvimento de um lado e subdesenvolvimento de outro. Isto ocorre em várias escalas espaciais. A teoria da dependência, a teoria centro-periferia e as várias teorias do subdesenvolvimento capturam todas alguma coisa deste processo. Mas elas tendem a focalizar somente a escala global, enquanto que pouco se trabalha com as dimensões geográficas do desenvolvimento desigual. Elas não oferecem, em resumo, um quadro teórico bem desenvolvido para se entender a Geografia do Capitalismo. Surpreendentemente, talvez o principal obstáculo para se entender essa Geografia resida mais em nossos antigos e comumente arraigados preconceitos com relação ao espaço, e menos na nossa ignorância sobre os mecanismos do capital. Uma teoria do desenvolvimento desigual deve integrar o processo espacial e social em vários níveis e, embora nosso senso comum encare o espaço como um campo de atividade ou como um receptáculo, torna-se difícil ir além de uma integração bastante mecânica do espaço e da sociedade; o espaço é visto como algo que "reflete" a sociedade. Objetiva-se aqui alcançar uma fundamental mudança de perspectiva. Pois, enquanto *nós*, como teóricos, podemos ter drásticos problemas conceituais em realizar uma integração do espaço e da sociedade, o capital parece realizá-la na prática, diariamente. O que ele realiza de fato é a *produção do espaço* na sua própria imagem, e a exploração dessa idéia levará a uma mais completa integração do espaço e da sociedade na teoria do desenvolvimento desigual. Pois o capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência.

A produção do espaço, de fato, é posta como premissa sobre um processo de produção mais básico ainda, que pareceria ainda mais quixotesco e que abala nossa tradicional aceitação daquilo que até aqui parecia evidente por si mesmo. *A produção da natureza* não somente oferece um fundamento filosófico para se discutir o desenvolvimento desigual do capitalismo, mas é um resultado muito real do desenvolvimento desse modo de produção. O que mais nos choca com esta idéia da produção da natureza é que ela desafia a separação convencional e sacrossanta da natureza e da sociedade, e o faz com indiferença e sem pejo. Nós estamos acostumados a conceber a natureza como exterior à sociedade, primitiva e pré-humana, ou ainda como um grande universo no qual os seres humanos não são senão pequenas e simples peças. Mas também aqui nossos conceitos não têm correspondido à realidade. É o capitalismo que ardentemente desafia a separação, que nos foi legada, da natureza e da sociedade e mais com orgulho do que com constrangimento.

Em sua tendência constante para acumular quantidades cada vez maiores de riqueza social sob o seu controle, o capital transforma a face do mundo inteiro. Nenhuma pedra feita por Deus permanece no lugar, nenhuma relação original com a natureza permanece inalterada, nenhum ser vivo deixa de ser afetado. Em conseqüência, os problemas da natureza, do espaço e do desenvolvimento desigual são colocados juntos pelo próprio capital. O desenvolvimento desigual é o processo e o padrão concreto da produção da natureza sob o capitalismo. Isto se tornará mais evidente na discussão da produção da natureza que, de alguma maneira, se reduz à discussão do valor de uso, do valor, e do valor de troca. Não pode haver apologia do antropomorfismo dessa perspectiva: com o desenvolvimento do capitalismo, a sociedade humana colocou-se no centro da natureza e nós só seremos capazes de lidar com os problemas surgidos se primeiramente reconhecermos esta realidade.

A progressão do presente trabalho é direta. Após considerar a ideologia da natureza (capítulo 1) eu tento esboçar os rudimentos de uma concepção alternativa da relação com a natureza, focalizando a produção da natureza (capítulo 2). Se esses dois primeiros capítulos parecem um tanto abstratos e um pouco fora do assunto, isto se deve em parte à nossa costumeira dicotomia da natureza e da sociedade e espero que isso não assuste o leitor. No capítulo 3, discuto a relação entre a nature-

za e o espaço e deduzo o poderoso impulso que há no capital para a produção do espaço. No capítulo 4, o enfoque é sobre os processos básicos de igualização e diferenciação e sua relação com a acumulação e circulação do capital. Isto serve de fundamento final para o capítulo 5, que apresenta a teoria geral do desenvolvimento desigual. Aqui eu me apoio fundamentalmente nas conclusões acerca do espaço e da natureza obtidas nos capítulos anteriores, mas também sobre a análise de Marx sobre o capitalismo. Pois quando se absorvem as implicações e dimensões espaciais da análise de Marx, especialmente em *O Capital*, a base da teoria do desenvolvimento desigual está, então, colocada. Desse modo, a análise começa com categorias filosóficas mais gerais que devem ser renovadas antes de se realizar a análise propriamente dita do desenvolvimento desigual.

Ao elaborar a teoria do desenvolvimento desigual, seguirei o procedimento lógico-histórico empregado por Marx. Em *O Capital de "admitiu que as leis da produção capitalista operam em sua forma pura. Na realidade, aí somente existe aproximação; mas essa aproximação é tanto maior quanto mais desenvolvido for o modo capitalista de produção". Em outras palavras, esta suposição de uma forma pura não é nenhuma abstração arbitrária, mas uma abstração que, na verdade, ocorre historicamente. Esse pressuposto "expressa o limite (do processo) e ... está, assim, constantemente se aproximando de uma exata representação da realidade. Quer ela proceda do confuso legado histórico do feudalismo ou de um suposto plano ideal, o desenvolvimento desigual do capitalismo torna-se cada vez mais agudo, tanto na paisagem geográfica quanto como uma necessidade intrínseca do capital. Este trabalho tenta fazer um análise teórica dos processos pelos quais isso acontece.*

## Introdução à Edição Brasileira

A frase "desenvolvimento desigual" evoca um grande número de associações. Lênin, Trotsky e Mao — para citar apenas alguns dentre os grande nomes na tradição marxista — não recorreram explicitamente a esse conceito, inclusive invocando, uma vez ou outra, alguma "lei" do "desenvolvimento combinado e desigual"? Apesar de sua invocação freqüente, o significado exato do termo parece escapar à interpretação fácil. Refere-se ele ao desenvolvimento desigual de setores (por exemplo, indústria *versus* agricultura), ao desenvolvimento geográfico desigual (entre nações e regiões na economia mundial), às transformações desiguais entre economia, cultura e política ou aos desdobramentos desiguais da dinâmica de lutas de classes? E se pudesse até ser razoavelmente aplicado a todos esses aspectos do dinamismo intrincado do capitalismo, não haveria necessidade de se realizar inspeção mais minuciosa se somente levasse à melhor compreensão de sua significância à luta de classes e desenvolvimento capitalista?

Essas são as questões contextuais que compõem o soberto tratado de Neil Smith sobre *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. O subtítulo indica, todavia, um ponto de entrada específico nessa arena de confusão e controvérsia. Através de uma análise da produção de espaço somos convidados a considerar o significado do desenvolvimento desigual sob o capitalismo. Digo *através de* porque a produção de espaço não é algum mapeamento abstrato da atividade capitalista ao longo da superfície terrestre, mas engloba um processo intrincado de produção que incorpora todos os demais processos de desigualdade setorial, econômica e cultural, assim como a dinâmica de classes.

À primeira vista, pode parecer que estamos sendo convidados à abordagem fundamental via questões marginais. Não é usual, apesar de tudo, colocar ênfase central sobre a produção de espaço. Sob esse ponto de vista, o leitor deve ser perdoado por pensar no primeiro momento que este volume é simplesmente um livro escrito por um marxista a fim

de melhor fundamentar o trabalho de geógrafos, planejadores e cientistas regionais nos conceitos básicos do marxismo. Mas uma interpretação do esforço realizado por Smilh pode ser facilmente vencida. Situando o problema da produção da produção de espaço dentro da estrutura mais geral da produção de natureza sob o capitalismo, Smith aprofunda e penetra no âmago da própria teoria marxista. Sob esse ponto de vista, é contribuição escrita por um geógrafo para fundamentar melhor o trabalho marxista visando a compreensão das relações com a natureza. Permita-me elaborar melhor esse argumento.

Quando os geógrafos se dedicam a refletir sobre os grandes temas que poderiam inspirá-los, usualmente se direcionam para dois aspectos aparentemente diversos para a atividade humana. O primeiro focaliza os imperativos e conseqüências que se interligam ao uso humano dos recursos físicos, bióticos e hidrológicos da superfície terrestre. Tradicionalmente, essa preocupação manifesta-se através de descrições e análises dos padrões de uso dos recursos nos diferentes meios ou "regiões". A relação com a natureza é entendida como colocando, decerto, amplo espectro de questões filosóficas, éticas, técnicas, econômicas, culturais e políticas. Em seu melhor aspecto, essa linha de pesquisa produziu conhecimentos seguros sobre os problemas ambientais e ecológicos. Em seu lado pior, degenerou-se em algum tipo de determinismo ambiental simplista ou em voluntarismo exacerbado a fim de fazê-lo parecer que a geografia mundial poderia ser interpretada como uma série de variações sinfônicas sobre o tema de criatividade humana pura. O segundo tema, da importância particular na geografia anglo-americana desde os anos sessenta, focaliza a organização e utilização do espaço. Nesse campo de pesquisa, a história tem sido bem diferente. Para começar, parecia possível tentar um modo de argumento mais rigorosamente "científico". Embasado com os instrumentos da cartografia e geometria, parecia possível analisar os padrões geográficos com precisão. Embasado com alguns princípios biológicos ou econômicos simples, por exemplo a competição, parecia possível prever a produção de padrões espaciais ou avaliar suas qualidades racionais de acordo com determinados critérios, tais como eficiência ou equidade. A teoria de localização, pioneiramente exposta por Von Thunen, Weber, Christaller e Losch, prometia esclarecimentos socialmente úteis visando a organização racional e Produção do espaço. O positivismo, que conseqüentemente surgiu na geografia anglo-americana durante os anos sessenta, atingiu seus limites

precisamente por causa do idealismo abstrato de tais teorias de localização com seus conceitos super-abrangentes de racionalidade social homogênea, racionalidade que não podia se defrontar com o fato das lutas de classes.

Talvez o aspecto mais curioso nessa história da pesquisa geográfica resida no modo pelo qual a exploração da "natureza" e "espaço" se divergira a tal ponto que a geografia de um determinado tipo parecia eliminar a geografia sobre o outro tema. De começo, era incômodo para os geômetras e teóricos da localização ter que se defrontar com os impactos ou conseqüências de qualquer diferença espacial na disponibilidade e uso dos recursos. E por sinal, aqueles que se concentraram sobre a rica integração entre meio ambiente e ação humana em lugares particulares encontraram-se igualmente dissonantes em tratar com as maneiras pelas quais o espaço constantemente estava sendo reorganizado conforme determinados imperativos. Mas o problema de integração desses dois temas possui raízes mais profundas do que a mera inconveniência e inabilidade para a feitura de estudos particulares. O problema mais profundo, simplesmente, era que não havia qualquer tipo de método capaz de fundir as duas tradições de pesquisa então separadas.

Esse é o dilema que Neil Smith enfrenta diretamente. O método marxista é usado para suplantar o materialismo abstrato dos estudos espaciais e confrontar a racionalidade idealizada das teorias de localização com as circunstâncias históricas reais das relações e lutas da classe. Ao mesmo tempo, as insistências sobre as idéias de Marx sobre a continuidade da evolução natural e histórica colocam a idéia da produção da natureza tão firmemente na agenda como já foi feita para a produção de espaço. O capitalismo, como um modo de produção de um tipo particular, não somente produziu espaço (como muitos comentaristas burgueses aceitariam), mas também tem produzido natureza (uma proposição que muitos teóricos burgueses jamais seriam capazes de aceitar, pois isso cortaria seus caminhos favoritos para a explicação de crises, os da escassez natural ou calamidade natural). Considerado sob o ponto de vista da geografia histórica do capitalismo, argumenta Smith, a produção de espaço tem que ser vista simplesmente como uma faceta do processo mais geral da produção da natureza.

Ao enfrentar um dilema que parecia ser particular à geografia de perspectiva marxista, Smith simultaneamente abre-nos toda uma nova linha de pensamento e análise dentro do próprio marxismo. A tradição marxista, isso deve ser dito, notoriamente silencia sobre a questão de como

a produção de espaço afeta a dinâmica das lutas de classe e o desenvolvimento do capitalismo. O marxismo também não tem feito nada de melhor ao tratar com as questões ambientais e ecológicas. É muito bom proclamar a liberação das forças produtivas das cadeias de relações das classes oprimidas como sendo o objetivo da revolução socialista, mas o que isso significa para a conservação do dolo, a destruição das florestas tropicais úmidas, bióxido de carbono na atmosfera, chuvas ácidas e outros eventos semelhantes? O fracasso em enfrentar tais problemas resultou numa proliferação de partidos ecológicos e movimentos políticos, predominantemente fora das formações políticas marxistas tradicionais. Para se estar correto, como exemplifica o trabalho de Alfred Schmidt (tão vigorosamente criticado no presente volume), o problema geral da concepção de Marx sobre a natureza tem sido debatido desde há muito tempo, mas isso tem sido realizado apenas como apanhado marginal na questão espacial e com muito pouca fundamentação na análise materialista dos problemas reais de uso e criação de recursos. Nessa perspectiva, o trabalho de Smith deve ser considerado como primeira etapa no caminho difícil de recuperar, para o marxismo, um espectro abrangente de questões vitais sobre ecologia, meio ambiente e espaço.

A teoria de desenvolvimento desigual que Smith ora propõe auxilia as bases de outros trabalhos significantes. Por um lado, ratifica a proposição de Henri Lefebvre de que o capitalismo sobreviveu no século vinte através da produção de espaço e a enraíza mais firmemente na economia política e filosofia marxistas. Por outro lado, também propicia embasamento teórico para um vasto conjunto de trabalhos empíricos recentes, que descreveram as mudanças hodiernas no desenvolvimento especial desigual no interior de áreas urbanas, nações-estados e na economia mundial. A necessidade de desenvolvimento geográfico desigual para a sobrevivência do capitalismo produz, particularmente sob as condições de crise, um verdadeiro turbilhão de desenvolvimento geográfico oscilante em todas as categorias de escalas espaciais: urbana, regional e internacional. A imagem de desenvolvimento geográfico oscilante (como gangorra) captura a realidade central de muito daquilo que observamos nos trabalhos sob o capitalismo contemporâneo — transformações rápidas na divisão internacional do trabalho, de-industrialização e re-industrialização nos países capitalistas avançados, a emergência e transformações rápidas de novas regiões de produção em grande número de países industrializados recentemente (tais como o Brasil), assim como nos países capitalistas avançados (tal como o vale do Silicon, na Ca-

lifórnia), e as mudanças rápidas na reestruturação urbana. A imagem captura, acima de tudo, a instabilidade marcante como sendo maneiras do capitalismo procurar superar suas tendências de crises pela implantação de modos de acumulação mais flexíveis.

Uma contribuição dessa natureza certamente provocará controvérsias e críticas. E há muito ainda a ser feito antes que possamos ficar contentas com a maneira pela qual poderemos compreender a produção de natureza e a produção de espaço sob o capitalismo. Mas Neil Smith realiza aqui um audacioso início sobre um projeto de maior significância política. Para ele, somente quando os diversos movimentos opostos ao capitalismo no interior dos espaços fragmentados da economia mundial reconhecerem a espacialidade de suas condições e desenvolverem uma concepção de como combater o poder do capitalismo em produzir e, portanto, dominar espaço, é que seus próprios projetos para se libertarem da opressão capitalista alcançarão uma chance plena de serem realizados.

DAVID HARVEY

## A Ideologia da Natureza

Mais que qualquer outro acontecimento conhecido, a emergência do capitalismo industrial é responsável pelo surgimento das concepções e visões contemporâneas sobre a natureza. Tanto para o apologista quanto para o detrator, a transformação global da natureza realizada pelo capitalismo industrial domina tanto o consumo físico quanto o intelectual da natureza. Esta experiência elimina concepções antigas e incompatíveis da natureza e faz com que outras novas se apresentem. A dominação da natureza é uma realidade aceita por todos, quer ela seja vista com espanto, como uma medida do progresso humano, ou com temor, como um trágico prenúncio de um desastre iminente. Enquanto alguns antecipam "que um total controle da natureza é possível em um futuro não muito distante", outros se lamentam de que a sociedade humana está se tornando pouco mais que uma "maciça confusão na natureza". Para todos eles, todavia, a realidade da dominação social sobre a natureza é incontestável, ainda que a magnitude do processo seja objeto de debate e que sua moralidade seja objeto de acirradas polêmicas.

Entretanto, apesar da centralização dessa experiência, no nível da vida diária do indivíduo, assim como no da sociedade em seu conjunto, nossa concepção corrente da natureza não é simples nem é tampouco uma reflexão conceitual dessa experiência social da natureza, relativamente recente. Assim como uma árvore em crescimento recebe um novo anel a cada ano, a concepção social da natureza tem acumulado inumeráveis camadas de significado no decorrer da História. Da mesma forma que ao se derrubar a árvore expõem-se esses anéis, antes que a ma-

deira seja mandada para uma serraria para ser transformada num artefato humano — o capitalismo industrial trouxe à luz os significados acumulados da natureza, de modo que eles possam ser moldados e transformados em concepções da natureza apropriadas à época atual. Velhas concepções da natureza são, no presente estudo, parcialmente resgatadas. Assim, apesar do fundamento comum na experiência da natureza, a concepção de natureza é extremamente complexa e muitas vezes contraditória. A natureza é material e espiritual, ela é dada e feita, pura e imaculada; a natureza é ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, ela é uma totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina. A natureza é um dom de Deus e é um produto de sua própria evolução; é uma história universal à parte, e é também o produto da história, acidental e planejada, é selvagem e jardim. Em nosso elenco de concepções da natureza, todos esses significados sobrevivem hoje, mas mesmo em sua complexidade eles são organizados em um dualismo essencial que domina a concepção da natureza.

De um lado, a natureza é *externa*, uma coisa, o reino dos objetos e dos processos que existem fora da sociedade. A natureza exterior é primitiva criada por Deus, autônoma; é a matéria-prima da qual a sociedade é construída, a fronteira que o capitalismo industrial frequentemente faz recuar. Como árvores e rochas, rios e tempestades, a natureza está esperando para ser internalizada no processo de produção social. Por outro lado, a natureza é também claramente concebida como *universal*. Ao lado da natureza exterior, nós temos a natureza humana, na qual está implícito que os seres humanos e seu comportamento social são absolutamente tão naturais quanto os aspectos ditos "externos" da natureza. Desse modo, os tratamentos ecológicos da sociedade humana situam a espécie humana como uma entre muitas na totalidade da natureza. Em contradição à concepção exterior da natureza, a concepção universal inclui o humano com o não-humano da natureza. A natureza exterior e a universal não são inteiramente conciliáveis, pois ao mesmo tempo que a natureza é considerada exterior à existência humana, ela é simultaneamente tanto exterior quanto interior.

Esse dualismo conceitual da natureza não é absoluto. Por mais contraditórias que essas concepções da natureza possam ser, elas são frequentemente confundidas na prática e, de maneira alguma, podem ser facilmente separadas. As raízes históricas do dualismo remontam mais

diretamente a Kant, embora elas certamente apareçam em fragmentos na tradição intelectual judaico-cristã. Kant distinguiu entre diversas "naturezas" diferentes, mas (mais importantes para nossos propósitos e talvez mais duradouro historicamente) ele foi levado a distinguir em particular entre uma natureza interior e uma exterior. A natureza interior dos seres humanos compreendia suas paixões cruas, enquanto a natureza exterior era o ambiente social e físico no qual os seres humanos viviam. Essa distinção era, num certo sentido, forçada em Kant, como resultado do sistema epistemológico que ele construiu e é significativo que, nesse dualismo, a própria mente humana não figure de forma alguma. Para Kant a mente era, em princípio, o meio pelo qual esse dualismo era superado; a mente cognoscente individual experimentava a natureza como uma unidade na mente; e, no nível da espécie, era função da cultura superar esse dualismo do animal interior e da natureza exterior. Assim, o dualismo inicial provoca ou pelo menos implica outros que soam familiares ainda hoje: a mente e a natureza, a cultura e a natureza. A contemporânea ideologia burguesa da natureza está construída sobre essas dicotomias filosóficas realizadas por Kant. Sua dicotomia da natureza interior *versus* natureza exterior ainda nos parece intuitivamente correta. Se ela tem algo importante é um caráter intuitivo mais imediato que o dualismo da natureza exterior e universal.

O sujeito da natureza, real e conceitual, permeia todo o edifício do pensamento ocidental. Se é uma tarefa gigantesca resumir o desenvolvimento dos principais conceitos da natureza até Kant, seria também uma tarefa igualmente gigantesca fazer o mesmo com relação aos dois últimos séculos. Isso porque, durante esse tempo, a relação social com a natureza apresentou uma transformação sem precedentes. Paralelamente a isto, muitas concepções antigas da natureza fossilizaram-se como peças de museu, enquanto outras concepções, comparativamente obscuras, ficaram rapidamente em evidência. Foi nesse curto período que o dualismo inerente a Kant se cristalizou na espinha dorsal da ideologia burguesa da natureza. Dada a magnitude da tarefa, nós não podemos traçar o desenvolvimento histórico detalhado da ideologia neste capítulo. Ao invés disso, nós iremos simplesmente ilustrar essa ideologia examinando dois modos particulares de "experiência" e conceitualizar a natureza: o modo científico e aquele que nós chamaremos, para uma melhor descrição, de "modo poético". Não há aqui nenhuma pre-

tensão de esgotar o assunto; em cada caso o tratamento é muito seletivo, já que a questão é antes ilustrar que provar em definitivo a ideologia burguesa da natureza. Finalmente, examinaremos o tratamento marxista da natureza, a principal alternativa à concepção burguesa.

## I A NATUREZA NA CIÊNCIA

É uma tradição traçarem-se as origens da ciência moderna no início do século dezessete e com Francis Bacon. Bacon é mais conhecido por sua defesa entusiástica do primado da natureza. O domínio da natureza, considerava ele, é uma tarefa divina, sancionada por Deus e tornada necessária pela Queda do Jardim do Éden. Se a Inocência foi para sempre perdida, alguma coisa do harmonioso equilíbrio entre "o homem e a natureza" poderia ainda ser reconquistado através do benéfico domínio do homem sobre a natureza. O domínio da natureza é realizado através da aplicação das "artes mecânicas" que são, por sua vez, desenvolvidas através da "perquirição da natureza". Somente "aprofundando-se cada vez mais na mente do conhecimento natural" poderia o homem desenvolver os meios de domínio sobre a natureza; o homem comanda a natureza obedecendo a "ela". Desse modo, Bacon dedicou sua vida ao estabelecimento dos meios institucionais para a pesquisa científica sistemática, uma visão imortalizada na *New Atlantis*, mas nunca realizada na prática durante a vida de Bacon<sup>4</sup>.

As fantasias de Bacon, assim como as idéias que elas carregam, impregnaram de tal maneira nossa linguagem e concepção de ciência que sua originalidade é difícil de ser apreciada completamente. Seja como for, a concepção da natureza trazida por Bacon é explicitamente exterior à sociedade humana; ela é um objeto a ser dominado e manipulado. Em comparação com concepções mais antigas, a imagem de Bacon da relação com a natureza é antes mecânica que orgânica. A sociedade é separada da natureza como sendo o domínio do homem que, com governo presciente, pode ser empregada para a dominação do homem sobre a natureza. É claro que os benefícios políticos do poder sobre a natureza não escaparam a Bacon, Lord Chanceler da Inglaterra, e ele não somente afirma a exterioridade da natureza mas, vendo o potencial para o controle social, inerente à ciência, ele antecipa a distinção de Kant de natureza exterior e interior:

"Nem é certamente aquele outro mérito da aprendizagem, o de reprimir as inconveniências que surgem de um homem para o outro, muito inferior ao primeiro, de diminuir as necessidades que surgem da natureza... [pois os homens] são cheios de desejos selvagens e incorrigíveis, de lucro, de luxúria, de vingança que, enquanto eles dão ouvidos aos preceitos, às leis e à religião, enquanto são tocados suavemente pela eloquência e persuasão dos livros, dos sermões e dos discursos, a sociedade e a paz são mantidas: mas se tais instrumentos ficarem mudos ou se a sedição e o tumulto não os tornarem audíveis, todas as coisas se dissolvem na anarquia e na confusão"<sup>1</sup>.

A pesquisa científica poderia também oferecer os meios para se dominar a natureza humana, reprimirem-se as conseqüências deletérias da paixão humana, a avidez e os desejos.

A partir de Bacon, tornou-se lugar comum que a ciência trate a natureza como exterior no sentido de que o método e o procedimento científicos ditam uma absoluta abstração tanto do contexto social dos eventos e objetos em exame quando do contexto social da própria atividade científica. Apesar de que a mecânica de Newton permitiu um lugar a Deus no universo natural, a sociedade e o ser humano haviam sido expulsos desse mundo. Quando ele observou a queda da maçã, Newton não se indagou sobre as forças e os eventos sociais que levaram alguém a plantar a macieira nem sobre o traçado do jardim, ditando a localização precisa da maçã que caiu. Tampouco indagou ele acerca da domesticação das árvores frutíferas que deu à maçã sua forma. Ele indagou, antes de tudo, a respeito do evento "natural", definido em abstração a seu contexto social. Da mesma forma que o objeto imediato da teoria da relatividade de Einstein foi um mundo de movimento atômico e subatômico no espaço-tempo, um mundo que na verdade não existe na escala da experiência humana direta. Os resultados podiam naturalmente ser generalizados aos eventos materiais na escala social, da mesma forma que a lei da gravidade de Newton podia ser aplicada ao corpo humano tanto quanto à maçã, mas, em ambos os casos, os produtos e os eventos sociais ilustram os princípios científicos não como fenômenos sociais, mas sim naturais. A definição social e o contexto do corpo (humano) que cai não apresenta conseqüências ao ser utilizada Para ilustrar a gravidade e a relatividade.

A apresentação da natureza como um objeto exterior não é nem arbitrária nem acidental. Embora a conexão entre indústria e método científico esteja atualmente um pouco obscurecida, ela era bastante evidente para Bacon. No processo de trabalho, os seres humanos tratam os materiais naturais como objetos exteriores do trabalho a serem transformados em mercadorias. Os produtores põem as "artes mecânicas" entre si mesmos e os objetos do trabalho com a finalidade de aumentar a produtividade do processo de trabalho. E se a ciência vai funcionar como um meio de desenvolver essas "artes mecânicas", então ela também deve tratar a natureza como um objeto exterior. Uma "ciência" baseada na lógica moral da religião protestante deveria ter muitos benefícios, mas tal lógica moral seria de pequeno proveito no desenvolvimento das artes mecânicas. Quase um século mais tarde, Newton afirmou a mesma relação direta entre ciência e "prática mecânica"<sup>6</sup>. Hoje, nem toda ciência permanece tão diretamente ligada à atividade produtiva; sem ser apenas mais uma investigação embrionária, a ciência tornou-se uma instituição social cada vez mais importante, com uma vida e uma lógica próprias. Se, através dos laboratórios das indústrias de produção em massa, a ciência foi subordinada ao capitalismo industrial como nunca antes, ela ganhou ainda alguma independência das necessidades produtivas diretas através dos centros de pesquisa pura. Mas a questão aqui é que, por mais íntima que atualmente a ciência esteja ligada em relação à indústria, ela ainda compartilha, com Bacon e Newton, da concepção epistemológica de uma natureza exterior, objetivada na teoria da mesma forma que é objetivada na prática no processo de produção.

Contudo, na tradição da ciência moderna, a natureza não é exterior. Ela é simultaneamente universal. Na tradição antiga, a fonte da unidade e da universalidade era religiosa, ao passo que hoje ela é secular. Para Bacon, as roupagens religiosas nas quais ele vestiu a ciência não foram um suplemento opcional politicamente motivado, mas eram parte integrante da investigação científica. Bacon aceitou a versão bíblica da criação, e se a harmoniosa unidade da natureza fosse rompida pela Expulsão da humanidade do Paraíso, a ruptura seria somente parcial e temporária. A ciência era uma busca divina, na medida em que, através da ciência e do domínio da natureza, os seres humanos poderiam restaurar a harmonia da natureza, realizando assim o desejo de Deus. Por mais que separasse a natureza exterior do mundo social, Bacon insistia que

os objetos "naturais" e "artificiais" possuíam o mesmo tipo de forma e essência, diferindo somente em suas causas imediatas. Se a sintonização da natureza com a forma não sobrevivem, a sintonia da natureza com a essência é uma pedra angular de nossa linguagem e de nosso pensamento contemporâneos. Por "natureza" de algum objeto ou evento queremos dizer sua essência, o que existe por baixo de sua aparência. Sejam naturais ou sociais, todos os fenômenos têm uma essência; a natureza é universal nesse sentido.

Em Newton, a universalidade da natureza também tinha uma clara aceção física na universalidade de suas leis naturais mas, como Bacon, a visão de Newton de uma natureza universal esta elaborada sobre preceitos religiosos. Newton opôs-se às antigas concepções de espaço e matéria; com seu conceito de espaço absoluto, que até hoje é a principal determinante de nossas noções comumente aceitas de espaço, Newton abriu a possibilidade de que o espaço e o tempo, e não a matéria, sejam os elementos básicos da natureza. Sob a pressão da crítica religiosa e filosófica, Newton veio cada vez mais a identificar espaço absoluto com Deus, e ele insistiu até o final de sua vida que todas as suas descobertas em Física estavam subordinadas à sua concepção filosófica de espaço absoluto. Se o movimento dos objetos era inteiramente determinado pelas leis físicas, o espaço no qual eles se moviam era uma manifestação da onipresença de Deus. Desse modo, podemos especular que, em conexão com a ideologia da natureza, estará uma ideologia do espaço\*.

A ciência contemporânea também emprega um conceito universal da natureza, mas não tem mais um tom religioso. Desde Darwin, tornou-se tradicional o modo de considerar a Biologia como sistematicamente histórica, mais que acidentalmente. A Biologia humana era simplesmente uma parte desse sistema. Assim, Darwin forneceu a base científica para se tratarem certos fenômenos sociais nas mesmas bases em que são tratados os eventos químicos e, eventualmente, os físicos. Alguns dos conceitos biológicos-chaves de Darwin, deve-se lembrar, foram tomados em empréstimo da economia política do século dezanove. Agora, aqueles que usam e abusam de Darwin tentam estender os seus conceitos para o campo social. A última e mais sofisticada tentativa acontece com a sociobiologia, cujos autores proclamam poder explicar o intrincado comportamento individual e social tomando como referência

a Biologia; a sociedade torna-se um artefato biológico. Não é relevante aqui o fato de que esse reducionismo biológico não seja endossado pela maioria dos biólogos. A visão é de uma natureza universal, com a biologia sendo o fulcro vital; a natureza humana é simplesmente um subconjunto da natureza biológica.

Mais crédito é dado pela maioria dos cientistas à teoria física da natureza universal. De acordo com essa concepção, é o mundo físico e não o mundo biológico que jaz na base da natureza. Com a refutação de Newton por Einstein e o aparecimento da teoria quântica, há certamente um debate sobre se o espaço e o tempo ou a matéria são os elementos básicos dos eventos físicos. Porém, não importa como nós respondamos a essa questão, a concepção é aquela que reduz os eventos biológicos aos eventos físicos, seja diretamente ou por meio da química. Talvez seja bom dizer que essa visão da universalidade da natureza física seja a mais amplamente aceita. Em última análise, o elemento componente da natureza é a matéria; em sua "natureza", a natureza é material. A busca de explicações psicológicas do comportamento psicológico implica essa visão. O físico Carl Friedrich von Weizsäcker apresentou um quadro programático otimista da tese sobre a "unidade da natureza". A física, diz ele, é a "ciência que deve dar expressão à unidade da natureza". Há três etapas fundamentais para se compreender a unidade da natureza. Em primeiro lugar, os reinos da natureza orgânica e inorgânica devem ser ambos reduzidos à Física, implicando uma teoria física da Biologia; em segundo lugar, deve haver uma "inserção genética do homem na natureza através da teoria da evolução humana", e a terceira é uma "teoria física do desenvolvimento humano", da qual a cibernética é a pioneira<sup>10</sup>. Embora Weizsäcker não seja ele próprio um positivista, ele expressou o projeto mais amplo! ainda que implícito, da ciência positivista. Pois, ao mesmo tempo em que afirma a unidade da natureza também aceita sua divisão quando, ao descrever o segundo estágio, ele contrasta o homem com a natureza. A natureza é de alguma forma tanto exterior ao homem, aquilo que não é o homem, quanto ela é o homem e também natureza. Para Weizsäcker também há, então, duas naturezas: a que está fora dos seres humanos e a que os inclui.

## II A NATUREZA POÉTICA — A PAISAGEM AMERICANA

Na conclusão de seu influente estudo da paisagem americana como um símbolo e um mito. Henry Nash Smith escreveu: "a dificuldade principal da tradição agrária americana é que ela aceitou as idéias inseparáveis mas contraditórias da natureza e da civilização como um princípio geral de interpretação histórica e social". A natureza, e particularmente a natureza experienciada na paisagem geográfica, constituía o que **Smith** chamava um símbolo ou imagem mestra nos E.U.A. do século dezanove. Seja selvagem ou ajardinada, primitiva ou bucólica, a imagem da paisagem encarnava a esperança e a promessa do futuro americano. Essa fusão poética da Geografia Física com o mito cultural representa o que Leo Marx chama de geografia moral dos Estados Unidos do século dezanove. Em parte, essa geografia moral é unicamente americana, uma vez que lá a contradição entre natureza e "civilização" era mais abrupta que no Velho Mundo. As progressistas aspirações alimentadas pelo capitalismo nascente eram, ao mesmo tempo, comparativamente liberadas por formas sociais precedentes, ainda que confrontadas por uma natureza geográfica mais profundamente formidável do que um feudalismo decadente. Na América, com seu pequeno número de instituições estabelecidas, a "relação entre o homem e o meio físico é mais decisivo que de costume"<sup>11</sup>. Enquanto os símbolos sociais dominantes do Velho Mundo tomaram sua força e legitimidade na História, era mais provável que os símbolos do Novo Mundo investissem na natureza.

Se a natureza é, assim, um símbolo social mais nítido e mais revelador na tradição americana, não se deve considerar isso como algo que implique sua simplicidade. Por todo seu poder simbólico, a imagem da natureza é indescritivelmente complexa. Contudo, é possível fazer algumas generalizações que dizem respeito à concepção de natureza que resultou da marcha americana rumo ao interior. Juntamente com a experiência científica da natureza, essa experiência poética da natureza é a influência dominante sobre o conceito de natureza que hoje nós damos por adquiridos. Isto não se aplica exclusivamente à América, definida em termos geográficos ou culturais, mas também ao Velho Mundo. Em

primeiro lugar, embora possa ter sido particularmente abrupto, o confronto com a natureza não foi unicamente americano, mas sim um resultado do capitalismo industrial emergente. Muito dessa experiência foi compartilhada, então, através de fronteiras nacionais. Em segundo lugar, a experiência cultural americana veio ela própria a influenciar o Velho Mundo, do qual ela se desenvolveu. Não há dúvidas sobre o nacionalismo colocado na imagem da natureza, mas não era uma imagem que poderia ser possuída privativamente como a própria terra poderia ser. Desde o início, certamente desde o tempo de Shakespeare, a imagem americana da natureza era em parte um artefato europeu. "A topografia de *A Tempestade*", diz Leo Marx, "antecipa a moral geográfica da imaginação americana". Em uma abordagem mais geral, Roderick Nash ressalta a "profunda ressonância do cenário selvagem como um conceito do pensamento ocidental"<sup>12</sup>. A partir de um breve exame desse tratamento da "natureza", será possível ilustrar o mesmo dualismo conceitual da natureza exterior *versus* natureza universal, que observamos na visão científica da natureza. Como antes, iniciamos pela natureza exterior.

Tendo visitado o interior do Território de Michigan em julho de 1831, em sua viagem da Europa, o jovem Aléxis de Tocqueville dizia o seguinte sobre a visão americana da natureza:

"Prontamente admito que os americanos não têm nenhum poeta; mas não posso aceitar que não tenham idéias poéticas. Na Europa as pessoas falam bastante das florestas da América, mas os próprios americanos nunca falam a respeito delas; eles são insensíveis às maravilhas da natureza inanimada e pode-se dizer que eles não percebem as portentosas florestas que os circundam até que elas caíam sob o machado. Seus olhos estão voltados para outra direção: o povo americano vê sua própria marcha através dessas selvas, drenando pântanos, mudando o curso de rios, povoando ermos e subjugando a natureza. Essa imagem grandiosa deles mesmos não chega aos olhos dos americanos somente de vez em quando; pode-se dizer que ela empolga a cada um deles em suas menores e em suas mais importantes ações e que está sempre presente diante de sua mente"<sup>13</sup>.

Os mesmos temas são repetidos em toda a literatura de conquista, muitas vezes de modo bastante pitoresco, desde a época dos puritanos até o século dezenove. As florestas Cotton Mather, de Massachusetts, eram os covis primitivos de dragões, demônios, bruxas e "fogosas ser-

**pentas** voadoras", seres míticos, certamente, que eram o produto não de pura imaginação, mas de uma imaginação puritana com livres asas para representar os eventos reais. E embora a linguagem fosse refinada, a imaginação menos ativa, e focalizasse mais ênfase sobre a conquista que sobre aquilo que era conquistado, a literatura de conquista do século dezenove reflete a mesma antipatia com relação à natureza selvagem<sup>14</sup>. O sertão é a antítese da civilização; ele é estéril, terrível, até mesmo sinistro, não tanto por ser a morada do selvagem, mas por ser seu *habitat* "natural". O natural e o selvagem eram uma coisa só; eles eram obstáculos a serem vencidos na marcha do progresso e da civilização.

Essa tradição de repugnância provém diretamente da própria fronteira onde a exterioridade da natureza é mais agudamente sentida. É suficientemente ressonante, para usar as palavras de Nash, que as descrições contemporâneas da "periferia urbana" ou de "fronteira urbana" carreguem os mesmos sentidos de repugnância, deliberadamente ou não<sup>15</sup>. Porém, como a natureza selvagem foi domada, a natureza exterior assumiu uma aparência menos ameaçadora. O desbravamento da natureza ensinou sua dissecação mais cuidadosa nas mãos da ciência; o fascínio substituiu o temor. Em termos de representação artística da natureza esta transição pode ser vista no aparecimento de um tipo particular de pintura natural — estudos profundos e detalhados de indivíduos ou espécies botânicas e zoológicas, ou os chamados estudos da natureza. Os cientistas e artistas também — pessoas como Alexander Humboldt, Frederic Edwin Church e J. J. Audubon — todos contribuíram para essa tradição com desenhos, esboços e pinturas de plantas, flores e pássaros<sup>16</sup>. Esses estudos especializados de objetos naturais contribuíram, por sua vez, para um movimento social mais amplo, absolutamente tão influentes, quanto o da experiência natural, se não mesmo realmente opostos, na essência. Enquanto a natureza selvagem da fronteira era hostil, a natureza humanizada exaltada pelo movimento de "volta à natureza", do século dezenove, era a quintessência da amizade. Hostil ou amigável, a natureza era exterior; ela era um mundo a ser conquistado ou um lugar para o qual retornar.

O movimento "volta à natureza" era a resposta não dos desbravadores do sertão mas dos habitantes urbanos: "a valorização da natureza selvagem começou nas cidades. O literato, segurando uma caneta, não o pioneiro com seu machado, é que fez os primeiros gestos de resis-

tência contra as fortes correntes de antipatia"<sup>17</sup>. Escrevendo em algumas revistas populares, tais como *House and Garden*, *Ladies Home Journal*, *Nature-Study Review*, *Good Housekeeping* e muitas outras, esses "literatos" trouxeram a natureza para os ateliês suburbanos por volta do final do século dezenove. Domesticada, higienizada e estendida sobre mesas de café, a natureza era um pertence, da mesma forma como o gato da família. Através de um largo conjunto de atividades, muitas delas destinadas às crianças, o culto à natureza tornou-se uma necessidade, primeiramente para a classe média e depois, de maneira mais limitada, para o restante da América urbana. Gozar férias no interior bruto tornou-se moda, especialmente depois que a fotografia permitiu a representação realista da paisagem; esportes na mata tornaram-se populares e acampamentos de verão levaram escolares urbanos para o ambiente supostamente benéfico da natureza bruta. O estudo da natureza foi trazido para as escolas e fundos de auxílio foram coletados por reformadores sociais para oferecer excursões para crianças dos bairros pobres; os escoteiros foram um meio de inculcar valores cívicos através da simplicidade, da camaradagem e do individualismo combinados com experiências na mata<sup>18</sup>. Hoje, o processo de transformação dos E.U.A. rural em uma área de lazer para as cidades está mais adiantado, mas os acampamentos de verão, os escoteiros e a estação de caça continuam a existir. Nessas atividades e na onipresente "fuga" da cidade nos fins de semana, a visão de natureza inerente ao movimento de "volta à natureza" encontra sua expressão contemporânea.

O que tinha se transformado em cultura e atividades populares por volta do final do século já era contradição nos círculos intelectuais mais fechados. Para mencionar apenas um exemplo, era convencional entre os pintores de paisagens, em meados do século dezenove, que havia uma "oposição fundamental da natureza frente à civilização, com a crença de que toda virtude, toda tranqüilidade e toda dignidade estão do lado da "Natureza" — pronunciada com *a* maiúsculo e tratada no feminino contra a feiúra, a imundície e a confusão da civilização, para a qual o pronome utilizado era simplesmente *it*\* Esta versão da distinção natureza-civilização era corrente, por certo, por volta da metade do sé-

\* *It* é o pronome neutro em inglês. (N. do T.)

..o dezanove, pois a frente pioneira que Tocqueville visitou foi vencida pelo machado e se tornou cada vez mais acessível através das estradas de ferro. Porém, da mesma forma que a visão de uma natureza hostil tinha sua função social — a de legitimar o ataque à natureza — o mesmo ocorria com relação à visão de uma natureza virtuosa. De acordo com o historiador conservador George Mowry, o entusiasmo pela natureza e pelo meio ambiente representava uma nostalgia ecológica que 'era politicamente conveniente para as classes economicamente dominantes dos E.U.A., para fomentar as virtudes rurais'.

Embora essas tradições de hostilidade e idolatria compartilhem da visão de natureza como algo exterior, não há nenhum desenvolvimento linear simples do utilitarismo grosseiro dos pioneiros para o idealismo refinado dos defensores de volta à natureza. Aqueles literatos urbanos que expunham essa última visão de natureza tinham uma dívida substancial para com a geração de escritores e artistas anteriores, que foram responsáveis pela tradição romântica do século dezanove. E é com esta tradição que a universalidade da natureza é mais aparente, mais ainda que sua exterioridade. Tanto se escreveu sobre romantismo por competentes escritores, sob tantos pontos de vista, que é impossível aqui abranger ou dar uma idéia de todos eles. Nós somente identificaremos alguns temas mais importantes, com vistas à ilustração sugestiva da natureza universal.

Somente um preconceito contemporâneo é que considera os esboços de estudo natural de pássaros e plantas individuais — tomados cada um como um objeto em si mesmo — como mero realismo, de certa forma como representação menos interpretativa da natureza que os produtos da pintura de paisagens bucólicas. Omitir ou desvalorizar o contexto ou o *background* num desenho botânico é um ato interpretativo do artista, da mesma forma que o uso da luz para mostrar a presença divina espiritual e a representação de pequenas figuras humanas ultra-sombreadas, às vezes quase perdidas, em uma poderosa e majestosa natureza. Essas convenções são somente duas das mais comuns que caracterizam as paisagens românticas de Cole, Church, Durand e inúmeros outros artistas. O tema comum nesses trabalhos é Deus na natureza. A natureza é um texto sagrado que em toda parte ostenta a marca de sua origem divina e a humanidade é parte dessa natureza. Havia, em resumo, uma "Trindade de Deus, Homem e Natureza". Se Deus esta-

va, assim, na natureza, então o texto da natureza continha todas as formas de verdades morais que eram diretamente pintadas na paisagem pelos artistas românticos do século dezanove. Neste "naturalismo cristianizado", Deus e natureza deixavam de ser distintos e separados; a natureza veio a ser não somente a palavra de Deus, mas o próprio Deus: "a unidade da natureza revela a unidade de Deus". Se em certas ocasiões e, particularmente nos E.U.A, esse naturalismo cristianizado também assumiu um forte sabor de nacionalidade, nela estava implícita ainda a unidade do homem como uma totalidade com Deus e natureza. A ideologia do destino implacável, com sua mistura de nacionalismo e universalidade religiosa, foi elaborada precisamente sobre estas bases<sup>20</sup>.

Uma visão semelhante da unidade da Natureza é apresentada por muitos outros escritores contemporâneos. Para tomar um caso óbvio, Emerson vê a natureza como a forma fenomênica de algum significado espiritual mais profundo. "Todo fato natural é um símbolo de algum fato espiritual. Toda aparência na natureza corresponde a algum estado da mente e aquele estado da mente somente pode ser descrito apresentando-se aquela aparência natural como sua pintura... todo processo natural é uma versão de uma sentença moral". Tão íntima é esta "unidade da natureza" que ela encontra-se no coração da natureza e revela sua fonte no Espírito Universal. O "mais nobre mister da natureza é permanecer como a aparição de Deus. É o órgão através do qual o espírito universal fala ao indivíduo e busca levar o indivíduo de volta a ele". "O homem é cabeça e coração da natureza e encontra alguma coisa dele mesmo em todas as coisas grandes e pequenas, em cada estrato montanhoso, em cada nova lei da ótica, em cada fato da astronomia ou influência atmosférica que a observação ou a análise desvenda"<sup>21</sup>.

Essa unidade idealista da natureza é claramente diferente da unidade materialista da ciência newtoniana, ainda que Deus seja indispensável para ambas. E, não obstante, ela não é inteiramente diferente, como a passagem abaixo, particularmente irrefutável, de Leo Marx sugere:

"Embora o conhecimento científico parecesse eliminar de certos mitos religiosos tradicionais o seu poder de persuasão, de forma que não fosse mais possível, de maneira alguma, ler o Gênesis como ele antes era lido, o mesmo conhecimento possibilita ao artista atribuir ao mundo natural um valor mítico-poético. Os

movimentos dos corpos celestiais, o espaço (uma gigantesca e inimaginável infinidade de espaço) e a própria paisagem deveriam todos se tornar repositórios das emoções antes reservadas a um Deus soberano. Não era suficiente chamar este mundo recém-descoberto de bonito; ele era sublime<sup>23</sup>.

Mesmo para alguns dos transcendentalistas, não havia nenhuma contradição entre o desenvolvimento industrial e a sublimidade da natureza. Se pessoas como Thoreau tendiam a lutar contra a marcha da indústria em direção ao campo, Emerson saudava tais inovações, como por exemplo as ferrovias, como um meio de permitir uma visão mais completa e mais perfeita da natureza. Cada vez mais a visão edênica da natureza, centralizada em Deus, foi posta de lado por uma visão mais antropocêntrica. Se a natureza original foi um jardim oferecido por Deus, o novo jardim humanizado era, para alguns, a tentativa do homem de aparar as arestas da natureza para obter uma unidade mais harmoniosa. A universalidade da natureza foi preservada no ideal pastoral; as figuras humanas e seus artefatos assomaram mais grandiosos na paisagem à medida em que empalidecia a luz divina.

Mas a contradição potencial não desapareceu. O problema era que se o avanço científico e industrial estava subjugando a natureza, então estaria ele necessariamente subjugando o Deus que residia na natureza — uma blasfêmia inaceitável. Era a "conveniência", de acordo com Novak, que "sugeriu fortemente que a natureza pudesse ser 'humanizada' sem violar a natureza — enquanto — Deus<sup>23</sup>. E humanizada ela foi. As imagens ganharam novas dimensões. Até o momento em que os americanos compartilhavam de uma visão popular de seu destino, eles viam a si próprios como 'criadores de uma sociedade à semelhança de um jardim'. Agora que a máquina dominava no jardim, emergiu aí a retórica da sublimidade tecnológica"<sup>24</sup>. A tecnologia da máquina era vista como uma parte da própria paisagem. Da mesma forma que Mowry percebeu a função ideológica de uma natureza exterior retratada como amiga, Leo Marx aponta a base classista da própria forma da paisagem do jardim. Referindo-se inicialmente ao jardim inglês do século dezoito, ele diz que "o estilo formal de jardim que [Addison] rejeita, encarna um rácal puramente aristocrático e de lazer de classe, de consumo conspícuo. Ele separa beleza da utilidade e trabalho. Marx amplia a extensão dessa análise a "toda paisagem rural", proclamando que Addison fez o mesmo<sup>25</sup>.

Estendida até esse limite, a bolha da contradição tinha que estourar. A rápida morte do romantismo da natureza é tradicionalmente atribuída a Darwin, mas este foi mais um detonador que um simples caso isolado. O fim do romantismo não significava, contudo, o fim da natureza universal. Essa visão perdura tanto na ciência, no idealismo da ideologia contemporânea de "volta à natureza", ou como mistura de ambas no nostálgico âmbito do movimento ecológico. A realidade da produção industrial eventualmente sobrepujava o romantismo da natureza como uma tradição artística e intelectual, ou até mesmo a tradição romântica individual.

O dualismo da natureza sugerido aqui — a oposição de uma natureza exterior e de uma natureza universal — não recebeu atenção explícita na literatura filosófica. Em certas ocasiões, contudo, ela ficou implícita. Desse modo, Joshua Taylor, em seu estudo intitulado *America as Art* observa que o cenário selvagem, como união transcendente com a realidade na natureza, e o agreste, como fuga das coerções da civilização, são visões que apresentam algumas semelhanças ambíguas, apesar de suas diferenças". E Emerson, na introdução de seu ensaio, distingue dois significados de "Natureza" que apresentam alguma semelhança com os conceitos de natureza universal e exterior<sup>26</sup>. Ao tornar explícito o dualismo, nós separamos os dois conceitos, mas na realidade eles estão intimamente relacionados. Isso pode ser visto mais facilmente na relação entre a natureza romântica e a natureza como o objeto dos danos do progresso industrial. O romantismo dos E.U.A. do século dezenove era uma resposta direta à objetivação bem-sucedida da natureza no processo produtivo. Isto é verdadeiro em dois sentidos. Primeiro, a "romantização" da natureza não era mesmo possível enquanto ela não estivesse substancialmente subjugada, pois enquanto a maior parte dos americanos estava combatendo a natureza como um meio de sobrevivência, o romantismo teria sido loucura, até mesmo um suicídio. Não se afaga uma cascavel até que se lhe arranquem as presas; somente então pode-se levá-la para lugares onde todos possam se maravilhar com sua beleza natural.

Em segundo lugar, o romantismo não era exatamente uma possibilidade, mas uma necessidade ideológica. A conquista do sertão em nenhuma parte foi tão rápida, tão brutal ou tão ruidosa quanto na frente pioneira americana, em rápido avanço, e quanto mais profundamente

a ceifadeira da civilização cortava o corpo de Deus e da natureza, tanto mais radicais eram as tentativas de sua legitimação. "A mais utilitarista conquista conhecida na História deveria de algum modo ser vista não como algo inspirado por um cálculo de valorização dos preços das terras e de investimentos, mas sim (apesar das orgias da especulação) como um imenso exercício do espírito". Ou como o historiador de arte Novak considera, "o conceito religioso, moral e freqüentemente nacionalista da natureza" da tradição romântica contribuiu "para as bases retóricas sob as quais a conquista agressiva do país pôde ser realizada"<sup>27</sup>.

É um lugar comum e anteriormente já se fez alusão a isso, que a natureza é muitas vezes concebida como feminina. Embora o conceito de natureza seja tão complexo e tão impregnado de metáforas, provavelmente nenhuma metáfora seja tão consagrada ou tão arraigada quanto a da feminilidade da natureza. É extraordinário que o tratamento das mulheres na sociedade capitalista iguale-se ao tratamento da natureza. Assim como a natureza exterior, as mulheres são objetos que a humanidade tenta dominar e oprimir, arruinar e tornar românticos; elas são objetos de conquista e penetração, da mesma forma como idolatria e culto. A linguagem é exata. As mulheres são postas em pedestais somente quando sua dominação social está garantida; precisamente como se faz com relação à natureza, a romantização é aí uma forma de controle. Mas as mulheres não podem nunca ser completamente exteriores, uma vez que nelas reside a fertilidade e os meios de reprodução biológicos. Neste sentido, elas se tornam elementos de natureza universal, mães e nutrizas, possuidoras de uma misteriosa intuição feminina e assim por diante. Este não é o lugar para a história da metáfora feminina da natureza, nem tampouco para um tratamento analítico dela; apesar dos aspectos reveladores que tais estudos oferecem — no que diz respeito à opressão da mulher, à ideologia da Natureza e ao desenvolvimento da relação social com a natureza — relativamente poucos trabalhos se fizeram<sup>28</sup>. O objetivo aqui é simplesmente apontar a similaridade de tratamento que faz da feminilidade uma metáfora "natural" para a natureza.

Finalmente, nós podemos deixar muito mais explícita a interrelação dos conceitos de natureza exterior e universal, em termos de uma "Periência científica e poética da natureza. É tradicional ver-se a expe-

riência americana da paisagem do século dezenove como uma viagem em direção à natureza, se bem que ela terminou voltando para a cidade. Mas o destino eventual não foi simplesmente a velha cidade, a partir da qual começou a viagem; a exposição de Bernard Rosenthal fala-nos sobre "a cidade da natureza"<sup>39</sup>. Foi uma viagem rumo ao sertão bruto e numa perspectiva arcádica. Nesse sentido ela pode ser vista como uma viagem contínua de uma natureza exterior rumo à natureza universal, da tosca exterioridade factual da natureza para sua universalidade espiritual animada. Em nossa experiência de parques nacionais, estações de repouso nas montanhas e descansos de fim de semana no campo, nós experienciamos uma viagem semelhante da exterioridade da natureza, da maneira como ela é experienciada da cidade, para a universalidade da natureza, na qual nós tentamos mergulhar. A exterioridade é substituída pela universalidade, pelo menos no fim de semana. Essa viagem poética para a natureza começa onde a viagem científica termina; se a viagem poética começa a partir da exterioridade da natureza que ela tenta universalizar, a viagem científica aceita a universalidade da Natureza — como matéria ou como espaço e tempo — que ela tenta continuamente converter em um objeto exterior de trabalho. Naquilo em que o romantismo da natureza foi uma reação ao progresso industrial, a experiência científica e a poética da natureza estão relacionadas através do processo de produção, e aqui é precisamente onde a natureza exterior e a universal encontram seu terreno comum.

Em resumo, então, o conceito de natureza abriga um dualismo essencial entre exterioridade e universalidade. Estes dois conceitos da natureza estão ambos interrelacionados e são mutuamente contraditórios. De fato, nós poderíamos mesmo sugerir que cada um deles é dependente do outro no sentido em que sem uma natureza exterior não há necessidade de se enfatizar a universalidade da natureza. A concepção exterior é um resultado direto da objetivação da natureza no processo de produção. E contudo, não importa quão eficiente esse processo de produção seja e quão completamente ele realize a exteriorização da natureza; em uma palavra, não importa quão eficazmente ele realize a emancipação da sociedade humana da natureza — os seres humanos, sua sociedade e seus artefatos continuam a estar sujeitos às leis e aos processos "naturais". A concepção exterior nos dá, assim, tão somente uma parte do quadro da natureza; todavia, é também necessário um concei-

to de natureza pelo qual será possível explicar as sociedades humanas na natureza.

Agora, porém, este dualismo conceitual da natureza é problemático. Há, de fato, duas naturezas na realidade? Se não há, se se pode dizer que o dualismo seja meramente "epistemológico e não ontológico", podemos nos contentar com uma concepção dualista de uma realidade única? Que ela seja filosoficamente insatisfatória, contudo, não é o único ou mesmo o problema mais importante. O conceito de natureza é um produto social e nós vimos que, em conexão com o tratamento da natureza na frente pioneira americana, esse conceito tinha uma clara função social e política. A hostilidade da natureza exterior justificava sua dominação e a moralidade espiritual da natureza universal fornecia um modelo para o comportamento social. Isso é o que queremos dizer com "ideologia" da natureza. Eu considero a ideologia como sendo uma reflexão "invertida, truncada e distorcida da realidade". A ideologia não é simplesmente um conjunto de idéias erradas, mas sim um conjunto de idéias radicadas na experiência prática, embora seja a experiência prática de uma dada classe social que vê a realidade através da sua própria perspectiva e, ainda assim, de forma parcial. Embora seja, dessa forma, uma reflexão parcial da realidade, a classe tenta universalizar sua própria percepção do mundo<sup>30</sup>.

Agora não há muita importância que se concorde inteiramente com essa definição de ideologia ou se se aceita a atribuição do rótulo "ideologia" a esse contraditório dualismo da natureza. A substância é a coisa, e embora ela possa parecer mais obscura hoje que em conexão com a paisagem americana de há cem anos atrás, o conceito moderno de natureza tem uma função semelhante. Primeiro, a natureza foi de tal forma domesticada que agora as conotações de hostilidade são geralmente reservadas para os eventos extremos e pouco freqüentes, tais como maremotos, enchentes e furacões. Seja ou não hostil, o fato da exterioridade da natureza é o bastante para legitimar a dominação da natureza; de fato, esse próprio processo de subjugação veio a ser tratado como "natural". Em segundo lugar, e mais importante hoje, é a função ideológica da concepção universal. Isso não mais atua como um quadro retórico" para justificar a conquista da natureza exterior e nem ^mpouco como uma visão moral que estimule o comportamento social adequado à classe dominante. Essas funções vieram juntas. O efei-

to é ainda o da conquista — ou mais precisamente, o controle — e a meta é ainda o comportamento social. A função escamoteadora da concepção universal hoje é atribuir a certos comportamentos sociais o *status* de eventos naturais, pelos quais se quer significar que tais comportamentos e características são normais, dados por Deus, imutáveis. A competição, o lucro, a guerra, a propriedade privada, o erotismo, o heterossexualismo, o racismo, a existência de ricos e de despossuídos, ou de "caciques e índios" — a lista é infinita — tudo isso é considerado natural. A natureza, e não a história humana, é considerada responsável; o capitalismo é tratado não como historicamente contingente mas como um produto inevitável e universal da natureza que, enquanto ele possa estar hoje em pleno apogeu, ele pode ser encontrado na antiga Roma ou entre bandos de macacos saqueadores, onde a sobrevivência do mais apto é a regra. O capitalismo é natural; lutar contra ele é lutar contra a natureza humana.

O argumento da natureza-humana é um dos mais lucrativos investimentos na ideologia burguesa. É a jóia na coroa da natureza universal<sup>11</sup>. Mas é importante entender que o argumento da natureza-humana se destrói se, por qualquer razão, a exterioridade da natureza for negada. Para a "natureza humana" desempenhar sua função ideológica, deve haver uma natureza separada com seus próprios poderes invioláveis, pois é nesta natureza que o argumento da natureza-humana tem sua base de sustentação. Agora, para manter esse poderoso conceito ideológico com toda a sua frágil contradição, há uma omissão singular e reveladora do conceito de natureza. Por definição, a natureza exterior exclui a atividade humana, mas a natureza universal também exclui a atividade humana, exceto no sentido mais abstrato de que o trabalho é necessário e dignificado. A retórica de Leo Marx do "tecnológico sublime" e a imagem da máquina no jardim são exceções que proavam a regra. Lá nós vimos que, apesar da presença de artefatos humanos, a idéia transmitida pela "paisagem média" humanizada é que a tecnologia da máquina se encontra como sendo absolutamente integral para a natureza, mas ficou assim considerada somente pela exclusão do trabalho concreto real e pela naturalização dos artefatos humanos que teriam, de outra forma, se imiscuído nos limites da natureza. A exclusão do trabalho concreto da universalidade da natureza não é de forma alguma um meio de se negar à classe trabalhadora a sua história, nem

**simplesmente** uma aceitação ritual das delicadas sensibilidades das classes **ociosas**, para quem, além de estar confrontada com a fonte real de sua **riqueza**, a simples vista do trabalho produz um desmaio. Da mesma forma, é um exorcismo da atividade social da natureza universal, para se **atenuar a** contradição **entre** natureza exterior e a universal. A possibilidade de socialização da natureza universal é, em última instância, negada, não com base na experiência histórica, mas pela contradição com **a** natureza exterior. Essa é a ideologia da natureza.

### III MARX E A NATUREZA

Se esta descrição da ideologia da natureza é correta, não deveria de forma alguma ser surpreendente que, nas ciências sociais, a natureza seja largamente ignorada: a natureza é o objeto estudado pela ciência natural; a sociedade é o objeto da ciência social. Mas não foi sempre assim. Na tradição político-econômico do século dezoito os fisiocratas colocavam a "natureza" como a fonte direta do valor. Eles concebiam o trabalho agrícola como o único meio de se produzir valor. Com a teoria de formação do valor, de Adam Smith, negou-se a prioridade da produção agrícola e com ela a da natureza exterior. A partir de então a tradição clássica cada vez mais tratou a natureza não como um elemento central da teoria econômica, mas sim mais como uma barreira que limitava o desenvolvimento econômico, ou como uma causa de crise em suas vicissitudes. De Ricardo até Malthus e Mili, a natureza foi cada vez mais sendo considerada um fator externo. Esta desvalorização da natureza em teoria acompanhava paralelamente a sua desvalorização efetiva na realidade, seja no campo ou na fábrica. Como a economia política perdeu suas mais complexas implicações políticas para se tornar simplesmente economia, a divisão acadêmica do trabalho se impôs, gerando um certo número de ciências sociais para explicar divisões fragmentadas do conhecimento que tinham sido anteriormente abrangidas sob o contexto da economia política. Da Psicologia à Antropologia, da Ciência Política à Geografia, onde a natureza foi então considerada, o conceito dualista foi reiterado. De disciplina para disciplina a ênfase variava, mas a natureza tendia a aparecer ora como uma natureza exterior ora como natureza humana<sup>33</sup>.

Hoje uma tradição se ergue em oposição ao tratamento dualista da natureza. Escrevendo na metade do século dezenove, Karl Marx explicitamente tentou uma reconciliação analítica da natureza e da história e estava claramente consciente da significação ideológica da natureza universal. Desse modo, ele observa que as fórmulas da economia política do século dezenove "parecem ao intelecto burguês ser tanto uma necessidade evidente por si mesma e imposta pela natureza quanto o próprio trabalho produtivo. Daí as formas de produção social que precederam a forma burguesa serem tratadas pela burguesia quase da mesma maneira como os Padres da Igreja trataram as religiões pré-cristãs"<sup>34</sup>. Marx insistia vigorosamente sobre a unidade da natureza e da História, chegando até mesmo a sugerir em sua época que virtualmente não existia mais nenhuma natureza que tenha precedido a história humana. Ainda, dado o próprio tratamento da natureza de Marx, pode não ser descabido ver também nessa perspectiva uma certa versão do dualismo conceitual da natureza. Em seu trabalho inicial, onde ele discute extensamente a relação com a natureza, toda a ênfase é dada à unidade da natureza, mas em seu trabalho posterior, que é menos filosófico, mais analítico e concreto e também mais conciso, a natureza parece entrar mais freqüentemente como um objeto do trabalho no processo de produção. A promessa de uma natureza e de uma História unificadas é feita claramente no trabalho inicial, mas na época em que escreveu seus últimos trabalhos, ele não estava mais tão preocupado em elaborar sua concepção de natureza.

Marx, então, estava consciente dos problemas de uma concepção dualista da natureza, mas sem examinar seu trabalho com mais detalhes, não fica logo claro se, na prática, ele próprio evitava esse perigo e se, desse modo, sua obra oferece elementos que levam a uma concepção alternativa plausível de natureza. É para essa tarefa que agora dirigimos nossa atenção. Não é necessário, em primeiro lugar, percorrer todos os trabalhos de Marx para isolar seus diferentes tratamentos da natureza. Esse projeto meticuloso e ambicioso já foi realizado por Alfred Schmidt em seu difícil mas não definitivo estudo *'The Concept of Nature em. Marx'*. O trabalho de Schmidt é da Escola de Frankfurt que, é bom dizer, esteve muito mais preocupada em elucidar a concepção de Marx sobre a natureza do que as gerações de marxistas que vieram depois. De modo semelhante ao próprio conceito de natureza de Marx,

a obra de Schmidt foi recebida entusiasticamente mas acriticamente pelos marxistas, e da mesma forma que o conceito de natureza de Marx, ela merece mais atenção. Desse modo, começamos por Schmidt e pelo ponto mais significativo que ele apresenta. Embora confessadamente seja "uma contribuição à interpretação filosófica de Marx"<sup>35</sup>, e perfeitamente de acordo com a tradição da Escola de Frankfurt, a exposição de Schmidt é também excepcional por dirigir deliberadamente sua atenção para as obras menos filosóficas de Marx em sua fase de maturidade — *O Capital* e *Grundrisse*.

### *A Natureza e a Sociedade*

Em toda a sua exposição sobre o conceito de Marx a respeito da natureza, Schmidt perceptivamente dirige sua atenção à relação entre a natureza e a sociedade, mais do que à própria natureza. Como ele ressalta, citando Marx, "a natureza separada da sociedade não tem sentido algum, desde que "uma natureza que precedeu a história humana... hoje não mais existe em parte alguma" (pág. 33). A relação com a natureza é um produto histórico e mesmo colocar a natureza como sendo exterior à sociedade (um axioma metodológico fundamental da "ciência" positivista, por exemplo) é literalmente absurdo, uma vez que o próprio ato de se colocar a natureza exige que se entre numa certa relação *com* a natureza. Por mais ideal que esta relação pudesse ser, ela é, todavia, uma relação com a natureza. Em toda sua obra, Schmidt sustenta que "a prioridade da natureza exterior permanece inatacável", mas ele insiste que essa real distinção entre uma natureza "a priori" e uma natureza "a posteriori" (i. e., uma natureza "socialmente mediatizada") tem sentido somente quando se faz uma distinção prévia entre seres humanos e natureza. Mas, de acordo com Schmidt, esta é uma distinção que ocorre *dentro* da natureza. Para expressar a unidade diferenciada da natureza e da sociedade que resulta desta concepção, Schmidt adota a linguagem filosófica do Sujeito e do Objeto, sugerindo que o conceito de natureza de Marx deveria ser visto em suas raízes como uma dialética do Sujeito e Objeto.

"Marx definiu a natureza (o material da atividade humana) como aquilo que não é particular ao Sujeito... Ele não quis dizer que

essa realidade extra-humana devesse ser entendida ontologicamente no sentido de um objetivismo imediato... A natureza como um todo era para Feuerback um substrato a-histórico e homogêneo, enquanto a essência da crítica marxista era a dissolução dessa homogeneidade numa dialética do Sujeito e do Objeto. A natureza era, para Marx, tanto um elemento da prática humana quanto a totalidade de tudo o que existe" (pág. 27).

Tendo dessa maneira identificado seu terreno comum, Schmidt passa a desenredar algumas das relações específicas que constituem a dialética interna da concepção marxista de natureza. Ele faz uma distinção útil entre "natureza primeira" e "natureza segunda". Estes eram conceitos utilizados por Hegel e aqui Schmidt está em apuros para distinguir Marx de Hegel, enquanto demonstra, ao mesmo tempo, a dívida de Marx para com Hegel: "Hegel descreveu a primeira natureza, um mundo de coisas existindo fora do homem, como ocorrência de conceito ofuscante e incompreensível. O mundo dos homens, como ele se apresenta no Estado, no direito, na sociedade é na economia, é para ele 'segunda natureza', razão manifesta, Espírito objetivo". A análise marxista, diz Schmidt, "opõe a isto a visão que 'segunda natureza' de Hegel deveria ser descrita nos termos que ele aplicou à primeira: fundamentalmente como a área do inconcebível, onde a necessidade cega e o puro acaso coincidem. A 'segunda natureza' é ainda a 'primeira'. A humanidade ainda não deu um passo além da história natural" (pp. 42-3). Para Marx, explica Schmidt, "a própria sociedade [segunda natureza] era um meio natural", precisamente porque "os homens não estão ainda no controle de suas próprias forças produtivas em face da natureza" (p. 16).

A sociedade é interna à natureza, destaca Schmidt, embora elas não sejam de forma alguma idênticas. Todavia, a natureza é mediatizada através da sociedade e a sociedade através da natureza. Marx designou esta mediação mais precisamente como um metabolismo ou como uma interação metabólica, um conceito que Schmidt vê como crucial à noção marxista de natureza. "Com o conceito de 'metabolismo', Marx introduziu uma compreensão completamente nova da relação do homem com a natureza [e] foi além de todas as teorias burguesas da natureza apresentadas pelo Iluminismo" (pp. 78-9). Schmidt é particularmente perceptivo na identificação da fonte da originalidade histórica de

Marx, pois não é o conceito de metabolismo em si que é novo, mas sim o contexto em que Marx o utilizou. Especificamente, Marx viu o processo de trabalho como a força motivadora dessa interação metabólica. No trabalho, explica Schmidt, "os homens incorporam suas próprias forças essenciais em objetos naturais [e] as coisas naturais adquirem uma nova qualidade social como valores-de-uso. Daí a "natureza ser humanizada, enquanto os homens são naturalizados" (pág. 78). Nessa interação metabólica, a natureza fornece ao trabalho tanto seu Sujeito quanto seu Objeto — o trabalhador (com suas capacidades naturais e uma intenção propositada) de um lado, e o objeto do trabalho (o material a ser transformado), de outro.

A apropriação do conhecimento é igualmente uma parte desse metabolismo entre seres humanos e a natureza. Dessa forma, Schmidt insiste que, "para o Marx materialista, a natureza e suas leis subsistem independentemente de toda a consciência e desejo humanos", mas que tais leis somente podem ser formuladas "com a ajuda de categorias sociais. O conceito de uma lei da natureza é impensável sem as tentativas do homem de dominar a natureza" (pág. 70). Da mesma forma que o objeto do conhecimento é uma unidade da primeira natureza e da segunda natureza, a ciência (o processo de apropriação do conhecimento) é um procedimento unificado. Uma vez que o ponto central da metodologia de Marx foi a dialética, mas como ele se restringiu a uma ciência da sociedade, isto imediatamente levanta a questão da dialética da natureza: com que se parece uma ciência dialética da natureza? Engels tenta responder a essa questão vendo os processos naturais, eles próprios, como dialéticos, e a crítica de Schmidt sobre essa "dialética da natureza" é tanto precisa quanto esclarecedora. Sob Stálin a dialética da natureza foi codificada como a doutrina soviética oficial, uma elevação ao nível da metafísica que Schmidt corretamente vê como sintomática do *status* teórico original do conceito de Engels. Por fim, a "dialética da natureza de Engels permanecia necessariamente externa a seu objeto (pág. 52); a tentativa de introduzir a dialética na natureza já pressupunha a natureza como exterior à sociedade humana, como um Objeto separado de seu Sujeito, e desta forma negava a própria condição que permitiria à dialética operar. "Está fora de questão uma dialética da natureza exterior, independente do homem, porque todos os momentos essenciais de uma dialética [o Sujeito em relação com o Objeto] estariam, neste

caso, ausentes (pág. 59). Ao contrário, a "dialética da natureza" não advém senão da interação metabólica das sociedades humanas com a natureza:

"A natureza se torna dialética produzindo os homens, tanto como Sujeitos transformadores que agem conscientemente em confronto com a própria natureza, quanto como forças da natureza. O homem constitui-se no elo de ligação entre o instrumento do trabalho e o objeto do trabalho. A natureza é o Sujeito-Objeto do trabalho. Sua dialética consiste nisto: que os homens modificam sua própria natureza à medida em que eles progressivamente eliminam a natureza exterior de seu e de sua exterioridade, à medida em que mediatizam a natureza através de si próprios e à medida em que fazem a própria natureza trabalhar para seus próprios objetivos" (pág. 61).

### *A Natureza e a Utopia*

Tendo traçado esse esboço fundamental, Schmidt desenvolve uma avaliação interpretativa do conceito de natureza de Marx, que busca tornar mais concreta a relação de natureza e de história. O metabolismo dos seres humanos com a natureza, sugere ele, é um dado absoluto em Marx; "ele pode ser transformado, mas não abolido" (pág. 76). Uma vez que "com o conceito de metabolismo Marx apresentou um quadro do processo de trabalho social como um processo da natureza", ele também quis mostrar que o processo de trabalho em seus aspectos materiais essenciais é imutável — uma "necessidade eterna imposta pela natureza" (pp. 91-2). A forma concreta assumida por este metabolismo pode, contudo, variar historicamente e Schmidt distingue uma relação "pré-burguesa" com a natureza de uma relação burguesa. Na fase pré-burguesa "o homem está tão jungido à sua existência natural quanto a seu corpo", ocorrendo uma identidade "original e abstrata do homem com a natureza". Com a emergência das condições burguesas de produção, essa identidade se transforma em seu oposto igualmente abstrato: o divórcio radical do trabalho dá suas condições naturais objetivas (pp. 81-2). Ele vê a sociedade pré-burguesa como "natural ea-histórica" (pág. 171), em contraste com a sociedade burguesa, que é social e verdadeiramente histórica. Descrevendo esses períodos como dois estágios históricos da

**dominação** da natureza pelo homem, Schmidt nota que a primitiva **predominância** da natureza sobre a história e do Objeto sobre o Sujeito se **reverteu** na sociedade burguesa; com o capitalismo, a história domina a natureza, o Sujeito domina o Objeto (pp. 121,177). Para Schmidt, desse modo, estritamente falando, "há somente duas dialéticas verdadeiramente históricas para a teoria marxista: a dialética da transição da época **clássico-feudal** para a época burguesa... e a dialética da transição **cataclísmica** e libertadora da era burguesa para o socialismo" (pág. 180).

Como parte da interação metabólica, a apropriação do conhecimento deve incorporar a abstrata a-historicidade do metabolismo, assim como suas formas historicamente mutantes e essa distinção é refletida na epistemologia de Marx. Assim, Schmidt distingue as "categorias econômicas" em Marx das categorias "lógico-epistemológicas". Enquanto as categorias econômicas são historicamente contingentes, as categorias lógico-epistemológicas de Marx "têm uma validade mais geral e abrangente" (pp. 123-4). Esta conclusão acerca da "epistemologia" de Marx, e a tese do "metabolismo" sobre a qual ela se baseia, fornecem os pressupostos a partir dos quais Schmidt demonstra o utopianismo de Marx. "Marx, precisamente por ter concordado com Hegel em rejeitar a construção de utopias abstratas, tornou-se provavelmente o maior utópico na história da Filosofia" (pág. 127).

Schmidt detecta no conceito de metabolismo de Marx o que ele intitula uma "ontologia negativa". Esta ontologia negativa resulta da crença de Marx de que o metabolismo é uma "necessidade eterna, imposta pela natureza" e o leva a entregar-se à "especulação da natureza", uma vez que sua ontologia negativa implicava uma certa antecipação ou especulação a respeito da relação futura com a natureza (pp. 80,127). Marx não era, entretanto, teleológico no sentido comum, mas "limitou-se, como um materialista, ao que Hegel chamava "o ponto de vista finito — teleológico" (pp. 99). De acordo com este ponto de vista, os seres humanos mediatizam sua atividade prática na natureza com um "desejo deliberado", daí dizer Schmidt que em *O Capital*, "Marx discutiu exaustivamente a maneira pela qual o 'desejo deliberado do homem triunfa sobre a natureza" (pág. 100). Uma vez que este desejo deliberado contribui com o ingrediente ativo de toda interação metabólica, Schmidt conclui que, "na visão de Marx (como na de Nietzsche) a

vontade de poder do homem sobre as coisas e seus semelhantes está originalmente subjacente em sua atividade intelectual" (pág. 111).

O utopianismo de Marx, então, consistia em sua "visão do futuro" (comunismo) como um tempo em que "o homem e a natureza" viveriam em harmonia e não em conflito; o Sujeito e o Objeto estariam reconciliados numa "síntese mais elevada", baseada num metabolismo entre homem e natureza completamente desenvolvido. Esta "consciência utópica não admitida" é, com efeito, evidente nas obras iniciais de Marx e, de acordo com Schmidt, o próprio Marx trabalhou para expurgá-la. Mas ela permaneceu, entretanto, em suas obras finais, afirma Schmidt e ele acusa Marx de predizer o fim da ideologia e de reduzir o problema da liberdade ao do tempo livre, fazendo dessa forma a cultura ser a "completa antítese do trabalho material" (pp. 142-4). Mais fundamentalmente, Schmidt declara que a atitude de Marx com relação ao desenvolvimento tecnológico era essencialmente positiva, que a tecnologia era uma força emancipadora. Marx "tinha em mente a *total automação* da indústria, que faria com que o papel do trabalhador fosse cada vez mais o do técnico *"supervisor e regulador"*. Ele, então, esperava que o "desenvolvimento progressivo das máquinas" sob o capitalismo resultasse "numa humanização do processo de trabalho" (pp. 146-7), levando eventualmente ao socialismo; a mesma "transformação incessante da natureza em indústria também se processa sob condições socialistas" (pág. 147).

Contra esta aparente utopia, Schmidt assevera que o desenvolvimento tecnológico, como parte do metabolismo necessário com a natureza, é a fonte de dominação, não de emancipação. Mesmo numa sociedade sem classe, com sua recém-surgida solidariedade entre as pessoas, "o problema da natureza, como *um objeto a ser dominado*, continua a existir" (pág. 136, *itálico meu*). A luta com a natureza é comum a todas as formas de sociedade, incluindo o socialismo, e mesmo que a humanidade seja bem-sucedida em emancipar sua própria natureza interior, abolindo a dominação de classe pela outra, ele não pode deixar de dominar a natureza exterior. "A nova sociedade deve beneficiar somente o homem, e não há dúvida de que isto deverá ser às custas da natureza exterior... mesmo num mundo verdadeiramente humano não há reconciliação completa do Sujeito e do Objeto" (pp. 155-8). Schmidt

antecipa uma destruição tecnologicamente induzida de uma natureza mais **fundamental**, mais do que qualquer coisa considerada por Marx:

"Hoje, quando as possibilidades técnicas do homem superaram os sonhos dos velhos utópicos em muitas vezes, parece mais que essas possibilidades, negativamente realizadas, transformaram-se em forças de destruição; assim, ao invés de acarretar uma salvação, ainda que sempre humanamente limitada, levam à total destruição, a uma sinistra paródia da transformação desejada por Marx, na qual o Sujeito e o Objeto não estão reconciliados, mas sim aniquilados" (pág. 163).

*Filosofia e Política:  
uma Crítica de Schmidt*

A exposição de Schmidt é cuidadosamente demonstrada; referências e citações das fontes originais abundam em todas as páginas. Em sua abrangência e em seus detalhes enciclopédicos, sua análise do conceito de natureza em Marx é a um tempo impressionante e a mais alentada possível. Tivesse sua obra recebido mais atenção geral e crítica, não teria sido necessário iniciar aqui um resumo detalhado de sua argumentação, mas perante essa lacuna foi necessário apresentar os pontos principais e a lógica que dirige a exposição de Schmidt, e também o seu conteúdo. Em última análise, o resultado do excelente pedantismo filosófico de Schmidt é uma visão da natureza completamente oposta ao espírito e ao objetivo prático das últimas obras de Marx. Desse modo, ao ler Schmidt, tem-se a desagradável sensação de que seu texto apresenta dois níveis de significado e que divergem à medida em que a exposição prossegue. Por um lado, nós somos levados a um movimento superficial em que Marx e Schmidt são essencialmente indistintos; a análise parece muito razoável até que nós, de algum modo, chegamos ao ponto em que Marx se torna um utópico. Mas, presos àquela, nós somos apresentados a uma segunda e mais profunda leitura de Marx, que se realiza à medida em que ele prossegue e acumula interpretações individualmente originais numa visão fundamentalmente diferente da de Marx. É claramente possível, ou mesmo plausível, que um conceito um tanto utópico de natureza permaneça embutido nas obras finais de Marx. Mas desde que o projeto de Schmidt era revelar somente o "conteúdo filo-

sófico (ou pelo menos o conteúdo filosófico relevante) da obra de Marx posterior a 1850" (pp. 9-19), e pelo menos igualmente plausível que Schmidt, e não Marx, seja a fonte do utopianismo.

E isto, argumentarei, é precisamente o que aconteceu. As acusações de utopianismo não são, de modo algum, arbitrárias, mas são um resultado lógico da natureza-filosofia que Schmidt retrata, uma natureza-filosófica que é completamente schmidtiana. Há em Schmidt dois conceitos de natureza, não somente um, e é esta dualidade que, como a dualidade contraditória do conceito burguês, abre a porta para o romantismo e utopianismo desenfreados. Como vai ficar claro, essa dualidade resulta da ótica filosófica particular através da qual Schmidt interpreta Marx. Essa ótica afetou profundamente a sua visão sobre Marx que, por incrível que pareça, Schmidt acaba oferecendo-nos uma das mais elaboradas análises do conceito *burguês* de natureza. Em Schmidt também há uma concepção exterior de Natureza (a natureza como o objeto do trabalho, exterior à sociedade) e uma concepção universal (a natureza como a unidade da sociedade e da natureza). Apesar de todas as tentativas de demonstrar uma "dialética" entre estes conceitos, e apesar de todas as argumentações filosóficas de Schmidt quanto a sua unidade, tais conceitos permanecem *praticamente* separados em seu estudo.

É possível extrair muitas citações de Schmidt que demonstram seu conceito dual de natureza. A título de ilustração, três bastarão: "Enquanto os processos naturais independentes dos homens [a concepção exterior] são essencialmente transformações de matéria e energia, a própria produção humana não fica fora da esfera da natureza [concepção universal]" (pág. 77); "a mútua interpretação da natureza [concepção exterior] e da sociedade... ocorre dentro da natureza [concepção universal]" (pág. 16); "o caráter socialmente estabelecido da natureza [concepção universal] e do papel autônomo da natureza constituem uma unidade" (pág. 70); e assim por diante. Em resumo, embora Schmidt reconheça a necessidade de "desdobrar a dialética concreta" entre estas diferentes concepções ou "momentos" (pág. 67), essa é uma tarefa que ele nunca realiza. Sempre enfatizando, mas nunca demonstrando a unidade dessas concepções, ele nos dá o que ele próprio chama (num contexto diferente) de "verdade expressa numa forma não verdadeira" (pág. 27). Esta concepção dualista faz surgir algumas outras dualidades no conceito de natureza de Schmidt e, à medida em que estas se revelam,

**torna-se** cada vez mais claro que o dualismo não é simplesmente uma imperfeição filosófica em um estudo, de outra forma, preciso. Tome-mos, por exemplo, a tentativa de Schmidt de historicizar o metabolismo com a natureza, dividindo a história do mundo em duas épocas e identificando duas dialéticas históricas. Na era pré-burguesa "a natureza é apropriada através da agricultura e é, assim, absolutamente independente dos homens", afirma Schmidt, e "os homens" são, portanto teoricamente idênticos à natureza. Eles "escorregam", por assim dizer, na existência natural. "Mas na era burguesa, prossegue Schmidt, "quando os homens foram bem-sucedidos em dominar universalmente a natureza, técnica, econômica e cientificamente, transformando-a num mundo de máquinas, a natureza se congela numa abstração, exterior em si mesma aos homens" (pág. 82). Isto é, a concepção universal de natureza é apropriada à era pré-burguesa, enquanto a concepção exterior caracteriza melhor a "era burguesa".

Esta distinção histórica é claramente um importante prelúdio à discussão conclusiva de Schmidt sobre a dominação da natureza. Entretanto, ela é teoricamente simplista e mecanicista. Não é por acaso que aqui e em toda sua obra Schmidt se refira aos *homens*, pois não fica imediatamente claro que ele está de qualquer modo preocupado com as mulheres também. Ele vê a história pré-burguesa como "natural e a-histórica" e descreve a divisão fisiológica do trabalho (baseado no sexo e na idade) como uma divisão natural do trabalho, em contraste à divisão social desenvolvida sob o capitalismo (pp. 170-1). As conseqüências políticas de comprimir as categorias históricas na concepção dualística da natureza são óbvias. Uma vez que a opressão das mulheres *enquanto* mulheres resulta de uma divisão de trabalho que precede a **era** burguesa, a opressão das mulheres torna-se, para Schmidt, "natural". Ele faz abstração do caráter social real da divisão fisiológica de trabalho.<sup>36</sup> O que é admirável na obra de Schmidt é que, se a distinção **entre** os homens e as mulheres fosse clarificada e desenvolvida, sua filosofia faria sentido somente se as mulheres fossem tratadas como uma **Parte** da natureza. Da mesma forma como ele tem um conceito de natureza que é tanto exterior quanto universal, Schmidt tem um conceito de "homem" com o qual se refere às mulheres e aos homens juntamente, e às vezes somente aos homens.

E necessário no momento fazerem-se duas conexões: primeiro para

definir o projeto filosófico particular que levou à concepção dual de natureza; segundo, para identificar o erro específico na leitura de Marx que facilitou a falsa concepção de natureza de Schmidt, e para mostrar as conseqüências políticas resultantes. Embora muito se tenha falado da dívida de Marx para com Hegel — dívida que Schmidt reconhece e discute muito pouco tem-se dito de sua dívida para com Kant. A obra de Schmidt pretendia ajudar a cobrir essa omissão<sup>37</sup>. Daí sugerir ele que Marx adotou uma "posição intermediária" entre Kant e Hegel e embora somente "esboçado grosseiramente" neste livro, o objetivo de Schmidt era determinar mais exatamente essa posição intermediária (pág. 12). Kant havia lutado contra a rígida separação do Sujeito e do Objeto, tentando, mas finalmente fracassando em conciliar um Sujeito ativo e criativo com um Objeto existente "em si mesmo". Hegel, seguindo Kant, conseguiu isso, mas somente dissolvendo o Objeto no Sujeito e, por último, a natureza na História — a história de seu próprio conceito<sup>38</sup>. Deixou-se para Marx a tarefa de reconstruir a dialética: para avaliar isoladamente a eventual identidade de Hegel sobre o Sujeito e o Objeto sem, ao mesmo tempo, torná-los inconciliáveis como em Kant.

Entretanto, Schmidt conseguiu algo diferente da reconstrução da dialética tentada por Marx. De acordo com Schmidt,

"a crítica materialista de Marx sobre a identificação hegeliana do Sujeito e do Objeto *fê-lo voltar a Kant*, embora isso não significasse que o ser, em sua não identidade com o pensamento, aparecesse como uma "coisa em si mesma", incapaz de ser reconhecida".

... Marx tanto reteve a tese de Kant da não-identidade do Sujeito e do Objeto como adotou a visão pós-Kantiana, não mais exclusiva, de História, de que o Sujeito e o Objeto entram em configurações cambiantes" (pág. 121; itálico meu).

Estas "configurações cambiantes" de Sujeito e Objeto são evidentemente o que Schmidt buscou ilustrar com sua análise histórica do metabolismo com a natureza — uma época pré-burguesa em que a natureza domina a História e o Objeto domina o Sujeito, e uma época burguesa na qual o contrário acontece. Mas, uma vez que o metabolismo com a natureza é um dado a-histórico, podendo somente mudar sua forma, há uma concepção dualista da relação entre Sujeito e Objeto operando em Schmidt. Este é o núcleo *filosófico* de sua concepção dualista

**de natureza.** Por um lado, ele vê uma unidade do Sujeito e do Objeto, enquanto por outro lado ele insiste num "limite indestrutível" entre eles (pág- A unidade do Sujeito e do Objeto ele sustenta contra Kant, sua absoluta não identidade, contra Hegel. Estas duas concepções nunca se **congelam** em uma, mas permanecem duas. Não é por acaso, desse **modo**, que Schmidt veja "o materialismo marxista" incorporando uma "*dualidade dialética*" (pág. 136) mais do que uma unidade dialética; esta **noção** filosoficamente pré-concebida da dialética está subjacente na sua **concepção** dualista de natureza. A natureza é menos uma unidade **diferenciada** que uma diferenciação, de um lado e uma unidade, de outro<sup>39</sup>. Em sua tentativa de definir o conceito de natureza de Marx, em oposição tanto a Kant quanto a Hegel, Schmidt oscila de Hegel para **Kant** e de Kant para Hegel sem nunca se libertar. Ele se mantém **firmemente** dentro de sua problemática. Daí as duas concepções de natureza, uma mais kantiana, a outra mais hegeliana: "Dividida em duas partes, **o homem e a matéria** a ser transformada, a natureza está sempre presente nesta divisão" (pág. 79). Schmidt fez exatamente como ele pretendia: ele colocou Marx completamente entre Kant e Hegel, e não além **deles**. O resultado é apresentar em sua obra muito de Kant, quase tanto quanto de Hegel, mas muito pouco de Marx.

Num tratamento estimulante e esclarecedor da função original e social da abstração filosófica, Alfred Sohn-Rehtel nota que, enquanto o dualismo conceituai é tão antigo quanto a própria Filosofia, tais dualismos ainda têm um significado particular sob o capitalismo; eles são a marca registrada de uma Filosofia burguesa com raízes imediatas em Kant. "Pois o obstinado dualismo desta Filosofia é certamente uma reflexão mais fiel das realidades do capitalismo do que aquela que pode ser encontrada nos esforços dos pós-kantianos ilustres que tentam se livrar delas... Como pode a verdade do mundo burguês apresentar-se de outra maneira senão como dualismo?"<sup>41</sup> Embora isso não fosse almejado no conceito de natureza, especificamente, nem em Schmidt (de fato, Sohn-Rethel considera notável o estudo de Schmidt), esse tributo recai tanto sobre Schmidt quanto sobre o tratamento burguês da natureza.

A respeito da má interpretação de Marx feita por Schmidt, ele também se prende inicialmente em algo real mas, em busca de seu projeto maior, transfigura a verdade na meia-verdade e na falsidade. Começa assinalando que um exame da natureza deve focar o domínio dos va-

lores-de-uso, que ele distingue nitidamente dos valores-de-troca. Da mesma forma que Marx faz abstração do valor-de-uso, no primeiro capítulo de *O Capital*, Schmidt faz abstração do valor-de-troca: "O valor-de-troca de uma mercadoria não tem nenhum conteúdo natural, afirma ele (pág. 65). Esta distinção absoluta parece razoável, ou mesmo esclarecedora, à primeira vista, mas não tanto à medida que suas conseqüências se revelam. O processo de trabalho, por exemplo, Schmidt descreve como historicamente invariável, mal tal ocorre somente em seus aspectos mais abstratos e materiais (valor-de-uso). No momento em que examinamos a relação entre valor-de-uso e valor-de-troca, modos de produção historicamente separados são prontamente identificáveis — de fato só podem ser identificados considerando-se as relações de troca e valor. Contudo, Schmidt sente-se bastante capaz para discutir a dominação da natureza e para declarar que também sob o socialismo a "natureza vai ser dominada" (pág. 155), e para causar Marx de não reconhecer essas coisas e ser, desse modo, um utopista. Tudo isto Schmidt poderia fazer sem deixar o reino abstrato do puro valor-de-uso. Agora Marx surgia como vítima de tal abstração nem um pouco filosófica. Em todo *O Capital* ele faz referência aos valores-de-uso sempre que se torne necessário para fundamentar seu argumento econômico. Schmidt não sabe disso, porque não há nenhuma frase em todo *O Capital* que lhe dirá isso, que lhe dirá como uma concepção específica de valor-de-uso está sendo desenvolvida implicitamente, como um componente integrativo dos argumentos econômicos em *O Capital*. Em *Grundrisse*, todavia, Marx é explícito:

"A natureza particular do valor-de-uso, na qual existe, ou que agora aparece como corpo do capital, aparece aqui ela própria como uma *determinante da forma* e da ação do capital;... Nada é, assim, mais errôneo que afirmar que a distinção entre valor-de-uso e valor-de-troca, que fica fora da forma econômica característica, é simples circulação... fica fora dela em geral"<sup>12</sup>.

Caso tivesse Schmidt compreendido a importância do valor-de-troca na determinação da relação histórica com a natureza, sua visão do processo de trabalho, que ele corretamente coloca no centro de sua compreensão da natureza em Marx, teria sido dramaticamente diferente. Então e somente então poderia seu "conceito de natureza" começar a

**refletir** o espírito da própria obra de Marx. Separando o valor-de-uso do **valor-de-troca** e dirigindo sua atenção exclusivamente para o primeiro e **colocando-se** ele próprio sobre o terreno filosófico pré-marxista (Kant e Hegel), Schmidt monta o palco para reproduzir uma concepção de natureza quintessencialmente burguesa, fora de sua leitura de Marx. A reificação e a **mistificação** combinadas que resultam da equiparação da **natureza** ao valor-de-uso são marcas registradas da concepção burguesa.

As implicações políticas do conceito de natureza de Schmidt, como o trabalho do qual elas emergem, não são outra coisa senão diversas e abrangentes. Nós já vimos que o feminismo revolucionário tem pouca probabilidade de ser um dos movimentos favoritos de Schmidt. O mesmo se pode dizer do socialismo revolucionário, pois abstraindo-o totalmente das diferenças de classe<sup>43</sup>, ele dá a impressão prática de que tais diferenças são sem importância. Não admira, assim, que ele veja o socialismo como algo muito parecido com o capitalismo, se não pior: a dominação da natureza é ainda necessária sob o socialismo; a ideologia e a divisão do trabalho permanecerão; e o socialismo, assim como o o capitalismo, terão "duas áreas de vida" - "o trabalho e o não-trabalho"<sup>44</sup>. De fato, Schmidt está pouco preocupado com política, pois de que outra forma poderia ele ter explicado a intenção prática, pois de que outra forma poderia ele ter explicado a intenção prática subjacente à atividade humana como ("na frase de Nietzsche) uma "vontade de poder"? Nem mesmo Bertrand Russel teve quaisquer receios em descrever a última como uma Filosofia que "representou politicamente os nazistas ou os fascistas"<sup>45</sup>. Seja intencionalmente ou não, a filosofia de Schmidt possui largas implicações políticas. Na tentativa de construir uma sociedade humana, nada é mais debilitador que sua política do desespero. Aqui vemos a fonte verdadeira do ansioso pensamento, do utopianismo e da especulação da natureza:

"Nós deveríamos... perguntar se a sociedade futura não será uma máquina gigantesca... uma maciça desordem na natureza... Permanece, quanto muito, a vaga esperança de que os homens, tendo-se reconciliado uns com os outros no sentido da filosofia de Schopenhauer, aprenderão num grau muito maior a praticar a solidariedade com o mundo animal oprimido" (pg. 156).

#### IV A DOMINAÇÃO DA NATUREZA?

A "dominação da natureza" foi um tema importante para a Escola de Frankfurt. Desenvolvendo suas capacidades tecnológicas, argumentam eles, os seres humanos estenderam implacavelmente seu domínio sobre a natureza. Mas a natureza realiza sua vingança, uma vez que a dominação da "natureza exterior" é acompanhada pela crescente dominação da "natureza interior" (as próprias pessoas) e pela crescente fragilidade da existência humana. Este argumento apareceu nos primeiros escritos de Horkheimer, Adorno e outros, mas tornou-se objeto central de atenções após Hiroshima. Marcuse tornou-se seu mais persistente e provavelmente seu mais sofisticado expoente. Mas ele repousa, como nós vimos, sobre uma concepção dualística e contraditória de natureza que se reduz, em última análise, a um fetichismo muito sutil. A tese da Escola de Frankfurt trata certas relações sociais com a natureza como relações naturais, no sentido de que elas são consideradas eternas e inevitáveis. O tratamento da tecnologia oferece o melhor exemplo deste fetichismo não internacional. Embora reconhecendo-a como um produto social, até mesmo Marcuse tende a discorrer longamente sobre a necessidade filosófica abstrata da tecnologia para mediar as relações homem-natureza. A dominação da natureza parecia, dessa forma, resultar dessa necessidade abstrata e não das relações sociais e históricas específicas dentro das quais a tecnologia foi produzida e utilizada. Evidentemente, Marcuse manteve a esperança de uma nova tecnologia, de um domínio benigno da natureza voltado à libertação e não à repressão, mas foi pouco mais do que uma esperança. Foi muito fácil para Habermas (o mais proeminente, juntamente com Schmidt, da segunda geração da Escola de Frankfurt) rejeitar essa vã esperança e afirmar categoricamente: "a tecnologia, se baseada totalmente sobre um projeto, somente pode ser levada a remontar um "projeto" da espécie humana *como um todo*, e não ao que poderia ser historicamente superado"<sup>46</sup>. No sentido mais estrito possível, em conteúdo e em forma, a tecnologia é vista como algo natural.

Como o fetichismo das mercadorias identificado por Marx, o fetichismo da Escola de Frankfurt sobre a natureza resulta de uma estrita separação em Schmidt, mas ele não é de modo algum atípico. A tradição da Escola de Frankfurt desenvolveu-se como uma reação ao eco-

**nomismo** vulgar; desde o início, a suposta "primazia do econômico" foi desafiada e os membros da Escola mergulharam nos estudos culturais, psicológicos, sociais e nos estudos políticos mais amplos. Mas essa retirada do valor de troca, e o conseqüente fetichismo da natureza, levou finalmente a uma análise um tanto determinista da ciência e da tecnologia. Esse determinismo é mais óbvio nos teóricos da segunda geração. Desse modo, nós encontramos Schmidt apresentando a seguinte "jóia" do determinismo filosófico: "Na dialética marxista, como na hegeliana, o que é não-idêntico ao Sujeito é superado degrau por degrau. Setores cada vez maiores da natureza ficando sob o controle humano" (pg. 136). Não admira que Schmidt veja como utópica a crença de Marx de que a liberdade proveniente da "dominação" é ainda *possível*. A política de desespero que está subjacente a esse determinismo era óbvia desde o início virtualmente só, entre os primeiros teóricos, Marcuse nunca renunciou a toda esperança de revolução, embora claramente tivesse sérias apreensões. A geração posterior herdou, do início, uma tradição fortemente anti-revolucionária; acreditar em revolução era simplesmente desonesto.

Em sua teoria definitiva, Martin Jay observa no período pós-1945 que "a Escola de Frankfurt mudou os rumos de sua longa marcha para longe do marxismo ortodoxo. A expressão mais evidente dessa mudança foi a substituição do Instituto do conflito de classe, a pedra angular de qualquer teoria verdadeiramente marxista, por um novo motor da História... A focalização agora incidia no conflito maior entre o homem e a natureza...<sup>47</sup>. Na luta sobre a natureza, a relação social com a natureza sob o capitalismo torna-se de importância secundária; a luta política não é a meta no uso de importância secundária; a luta política abuso geral na dominação da natureza pela espécie humana. A "condição humana" e não o capitalismo torna-se o violão da história, o objetivo político. Desse modo, a Escola de Frankfurt trouxe não apenas uma concepção fragmentada e dualística da natureza para a ala esquerdista do movimento ecológico dos anos 60. Direta e indiretamente trouxe uma política esquizofrênica, na qual a esperança para a humanidade, se é que havia alguma, residia em fazer reformas ao atual sistema (uma vez que não era o capitalismo como tal que era culpado). Se não havia nenhuma esperança - se a condição humana era verdadeiramente determinante

então até certo ponto um mais ou menos desesperado e místico recolhimento em si parecia a única alternativa.

Recentemente, Raymond Willians proclamou identificar no marxismo uma "versão triunfante da conquista da natureza pelo homem". Ele observa corretamente o que nós vimos na primeira parte deste capítulo, ou seja, que este triunfalismo é característico de todo um período do pensamento burguês, sendo uma visão coerente da natureza e da sociedade somente na medida em que os dois são tomados desde o início como separados<sup>48</sup>. Isto é, também, claramente, uma crítica válida da Escola de Frankfurt, mesmo que, para eles, a necessidade inexorável da dominação humana sobre a natureza seja causa de desespero e não de júbilo. Quando muito, é um triunfalismo negativo. Esse triunfalismo é também evidente, tanto no tratamento quanto na ideologia da natureza, na Rússia do século vinte<sup>49</sup>.

Outros marxistas ditos "ocidentais" também tiveram problemas com o conceito de natureza. Ele está completamente omitido nos sistemas epistemológicos de Louis Althusser, por causa das dificuldades que apresenta. Preparado pelo menos para lidar com as dificuldades, Sebastiano Timpanaro tenta reafirmar a prioridade biológica da natureza, argumentando que "a condição biológica" do gênero humano foi pouco enfatizada pelos marxistas. Ele procura preencher a lacuna, enfatizando a "opressão que a natureza exerce sobre o homem"<sup>50</sup>. Mas no fim, Timpanaro consegue pouco mais que um versão biológica da ideologia da natureza exterior e universal, deixando em aberto algumas similaridades ambíguas com certos aspectos da sociobiologia. Isto também é um triunfalismo negativo.

Entretanto, ele não é verdadeiro, pois Willians ter-nos-ia feito acreditar que esse triunfalismo remonta ao cerne do marxismo. A essência da crítica apresentada neste capítulo é que devemos agora considerar que há uma prioridade social da natureza; a natureza não é nada se ela não for social. O mero fato de tirar essa conclusão, como fez Schmidt em certas passagens, não nos faz ir além do tratamento dualístico da natureza. O que se deve fazer é mostrar a relação concreta pela qual a natureza assume essa prioridade social. Há em Marx o início, mas somente o início, dessa visão da natureza, uma visão da natureza muito mais sofisticada e dialeticamente complexa que o triunfalismo de William. Como o triunfalismo, o triunfalismo negativo da idéia de dominação da natu-

**reza**" começa com a natureza e a sociedade sendo dois domínios separados e tenta unificá-los. Em Marx, vemos o procedimento oposto. Ele **começa** considerando a relação com a natureza como sendo uma unidade e considera qualquer separação que exista entre elas como resultado simultaneamente histórico e lógico. Desta maneira, a prioridade social da natureza não é algo que deva ser infundido de fora, mas algo que já existe na relação social com a natureza. Ao invés da dominação da natureza, devemos, portanto, considerar o processo muito mais complexo de *produção da natureza*. Enquanto o argumento da dominação da natureza sugere um futuro sombrio, unidimensional e livre de contradições, a idéia de produção da natureza sugere um futuro histórico que está ainda para ser determinado pelos eventos e pelas forças políticas e não pela necessidade técnica. Porém, os eventos e as forças políticas são precisamente aquelas que determinam o caráter e a estrutura do modo capitalista de produção. Nós temos uma noção, mas somente uma noção, desta visão de natureza na obra de Marx. O próximo capítulo tem por finalidade desenvolver esta visão da produção da natureza e oferecer uma nova base teórica sobre a qual apoiar uma análise do tratamento específico, ou até mesmo contraditório, da natureza, na âmbito do desenvolvimento capitalista.

## 2

# A Produção da Natureza

Em um enunciado famoso, Marx escreveu que "a verdade científica sempre é um paradoxo, se julgada pela experiência diária, que somente se defronta com a aparência elusiva das coisas"<sup>1</sup>. Por isso, a idéia da produção da natureza é paradoxal, a ponto de parecer absurda, se julgada pela aparência superficial da natureza mesmo na sociedade capitalista. A natureza geralmente é vista como sendo precisamente aquilo que não pode ser produzido; é a antítese da atividade produtiva humana. Em sua aparência mais imediata, a paisagem natural apresenta-se a nós como o *substratum* material da vida diária, o domínio dos valores-de-uso mais do que como o dos valores-de-troca. Como tal, ela é altamente diferenciada ao longo de qualquer número de eixos. Todavia, com o progresso da acumulação de capital e a expansão do desenvolvimento econômico, esse *substratum* material torna-se cada vez mais o produto social, e os eixos dominantes de diferenciação são, em sua origem, crescentemente sociais. Em suma, quando essa aparência imediata da natureza é colocada no contexto histórico, o desenvolvimento da paisagem material apresenta-se como um processo de produção da natureza. Os resultados diferenciados dessa produção da natureza são os sintomas materiais de desenvolvimento desigual. No nível mais abstrato, todavia, é na produção da natureza que se fundem e se unem os valores-de-uso e os valores-de-troca, e o espaço da sociedade. A função deste capítulo é a de renovar nosso conceito de natureza, de tal modo que o

mundo dualístico da ideologia burguesa possa ser reconstituído como um conjunto integrado. Isso nos permitirá tratar os padrões reais do desenvolvimento desigual como sendo o produto da unidade de capital, em vez de cegamente situar o processo no falso dualismo ideológico da sociedade e natureza. O problema será o de separar os momentos essenciais da produção da natureza de suas aparências variadas.

Em nenhum lugar Marx explicitamente falou a propósito da produção da natureza. Mas em sua obra há implicitamente uma compreensão da natureza, que conduz firmemente nessa direção. De fato, Marx não tem um conceito único, coerentemente elaborado, sobre a natureza, mas ele usou o termo "natureza" sob uma variedade de acepções. Esses usos diferentes do conceito não foram aleatórios, e uma leitura adequada da obra de Marx demonstra uma progressão racional em seu tratamento da natureza. No final, nós não estamos frente a um conceito plenamente construído, mas temos uma estrutura esquemática do conceito de natureza, implicada pela análise e crítica de Marx sobre o modo capitalista de produção.

Eu não aceito a afirmativa de que há uma ruptura radical entre o denominado jovem Marx e o Marx da maturidade;<sup>2</sup> há, isso sim, um desenvolvimento rico e complexo em seu pensamento, e esse fato reflete-se no seu tratamento da natureza. Através de sua obra, Marx trata a natureza como uma unidade diferenciada, mas em diferentes períodos varia a ênfase sobre a unidade e diferenciação. Em seus primeiros trabalhos, particularmente nos MANUSCRITOS ECONÔMICOS, salienta a unidade "do homem e natureza". Aqui ele adotava intensamente a tradição idealista hegeliana, assini como a de Kant. Somente com a *Ideologia alemã* (escrita em colaboração com Engels) Marx chegou a uma visão materialista da natureza. Em vez de discutir os aspectos filosóficos da suposta unidade do "homem e da natureza", Marx estava mais interessado com os processos reais que poderiam provocar essa unidade. Essa perspectiva levou-o a discutir a função do trabalho humano, colocando-o no centro das relações entre os seres humanos e a natureza. Posteriormente, começou a tratar a questão toda como sendo histórica, e não como quebra-cabeça filosófico e abstrato. Em *Grundrisse* muitas dessas idéias foram ampliadas, e outras adicionadas, particularmente as relacionadas com as dimensões históricas da relação humana com a natureza. No *Capital*, e especialmente no primeiro volume que Marx ter-

minou para publicação, o tratamento da natureza ainda é esporádico, mas pela primeira vez encontramos uma consistente progressão lógica do tratamento diferente da natureza. A discussão da natureza ocorre somente sob a forma de fragmentos, porque a obra *Capital* não foi direcionada para analisar a natureza, especificamente, sob o capitalismo. Ela foi concebida como uma crítica da produção capitalista, e para isso Marx necessita desenvolver, pelo menos parcialmente, o seu conceito de natureza. Perseguindo o seu objetivo básico, entretanto, não lhe era necessário apresentar, ou mesmo desenvolver, uma concepção completa da natureza. Mas, à medida que a análise no primeiro volume apresenta uma progressão lógica de conceitos e idéias na construção da crítica de Marx, então o conceito de natureza também recebe o seu tratamento.

A primeira discussão da natureza, em *O Capital*, repete algumas das considerações filosóficas abstratas de sua obra inicial, mas adiciona alguma coisa extra; simultaneamente assenta os fundamentos para um tratamento mais concreto e mais desenvolvido das relações com a natureza, sob o capitalismo. Então, nas discussões posteriores da divisão do trabalho, manufaturas e indústria moderna, Marx explicitamente retoma o tema a fim de mostrar precisamente o que se torna a natureza sob as condições reais do capitalismo. Em outras partes de *O Capital*, por exemplo na sua discussão sobre a renda, há considerações sobre a concepção materialista da natureza, mas em nenhum lugar elas são tratadas conjuntamente ou explicitamente discutidas. Esta será a tarefa que tentaremos fazer aqui. Isso envolve não uma compilação de referências à natureza e a tentativa de sobre elas construir uma coerência filosófica interna, mas sim uma compreensão séria do sentido e da intenção da obra de Marx e uma tentativa para expandir e expor a concepção de natureza que, pelo menos em parte, exemplifica essa intenção. Desse modo, é um ensaio em política e teoria, não em filosofia.

No primeiro volume de *O Capital*, Marx exemplifica o seu próprio enunciado de que o método cientificamente correto consiste em "caminhar do abstrato para o concreto". Começando com o elemento de riqueza ele deriva uma série de abstrações teóricas: valor de troca, valor de uso, valor, valor da mais-valia, trabalho abstrato, tempo de trabalho socialmente necessário. À medida que se processa a análise, esses conceitos são desenvolvidos progressivamente até que adequadamente reproduzem o concreto no pensamento. Seu tratamento da relação com

a natureza segue esse procedimento. Todavia, o desenvolvimento histórico está integrado em seu desenvolvimento lógico, ao longo do texto; a lógica do argumento de Marx espelha, de maneira geral, o desenvolvimento histórico real que aconteceu<sup>1</sup>. O desenvolvimento do conceito de natureza, portanto, expressa essa metodologia "lógico-histórica", até mesmo se em nenhum lugar ele a expressou completamente ou sucintamente, como o fez a análise do dinheiro, por exemplo. Isso deve ser realizado de modo conjunto a partir das discussões fragmentadas sobre a natureza. Então, na primeira parte da *A Ideologia Alemã*, em passagens isoladas de *Grundrisse*, e mais sistematicamente embora de modo menos óbvio em *O Capital*, colhemos vislumbres ocasionais de uma derivação lógico-histórica das relações sociais com a natureza. A tarefa maior inicial foi a de detectar essas chaves; a segunda consiste em ajustá-las e completar o quebra-cabeça. Marx forneceu-nos as quatro balizas e muitas das linhas retas que as unem; ele também deu-nos muitas das peças comuns necessárias para completar o quadro, mas essas peças estão apresentadas no contexto de análises totalmente diferentes. A fim de reconhecer sua significância é preciso resolver essa peça para, assim sendo feito, revelar a sua natureza-face.

Deve-se começar a análise com a produção em geral, pois ela é a relação material básica entre os seres humanos e a natureza. "A produção em geral é uma abstração racional na medida em que realmente fornece e estabelece o elemento comum" em todas as épocas de produção. "Algumas determinações pertencem a todas as épocas, outras somente a poucas. (Algumas) determinações serão partilhadas pela época mais moderna e pela mais antiga". Então, "os elementos que não são gerais e comuns deverão ser separados das determinações válidas para a produção como tal, de modo que em sua unidade — que emana ainda da identidade do sujeito, humanidade, e do objeto, natureza — não seja esquecida a sua diferença essencial"<sup>4</sup>. Com a produção para troca, os determinantes gerais da relação entre sociedades humanas e natureza permanecem válidos, mas como vimos na crítica de Schmidt, a dialética do valor-de-uso e do valor-de-troca acrescenta uma nova dimensão para a relação com a natureza, uma dimensão que é específica da produção para troca mais do que a produção em geral. Finalmente, tem se observado muitos modos de produção baseados no mercado de troca, mas com a vitória do capita] sobre o mercado mundial um conjunto to-

talmente novo de determinantes muito específicos entra em cena, e novamente se revoluciona a relação com a natureza.

Da produção em geral para a produção para troca e para a produção capitalista, as armas lógicas e históricas do argumento implicam e levam à mesma conclusão concretamente observável: a produção da natureza. Talvez em seu enunciado mais claro expressando a realidade da produção da natureza, como parte de uma crítica sobre o idealismo de Feuerbach, Marx escreveu o seguinte: "essa atividade, esse trabalho, essa criação material incessante dos homens, essa produção é a base de todo mundo sensível tal como hoje existe, e a tal ponto que se o interrompêssemos apenas por um ano, Feuerbach não só encontraria enormes modificações no mundo natural como até lamentaria a perda de todo o mundo humano e da sua própria faculdade de contemplação, ou mesmo da sua própria existência"/ As sociedades humanas agora produzem a natureza de modo tão completo que a cessação do trabalho produtivo provocaria alterações profundas na natureza, incluindo a extinção da natureza humana.

## I A PRODUÇÃO EM GERAL

Em suas considerações iniciais sobre os momentos abstratos das mercadorias, Marx considerou a produção como um processo pelo qual se altera a forma da natureza. O produtor "só pode proceder como a própria natureza, isto é, apenas mudando as formas das matérias. Mais ainda. Nesse trabalho de formação ele é constantemente amparado por forças naturais". 'Pela sua atividade, o homem "modifica as formas das matérias naturais, de modo a torná-las úteis para ele. A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física". Dessa maneira, como o trabalho produz coisas úteis que preenchem as necessidades humanas, "ele é uma eterna necessidade imposta pela natureza, sem a qual não haveria mudanças de matérias entre o homem e a natureza, e por esse motivo não haveria vida"°. Mas o trabalho ocasiona mais do que uma simples mudança na forma da matéria; ele produz um efeito simultâneo sobre o trabalhador. "Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabo-

lismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza".<sup>7</sup>; O metabolismo dos seres humanos com a natureza é o processo pelo qual os seres humanos apropriam os meios para preencher suas necessidades e devolver outros valores-de-uso para a natureza. Neste nível abstrato, claramente, a relação com a Natureza (a troca material) é uma relação do valor-de-uso; é como um puro valor-de-uso que a Natureza entra na relação com os seres humanos. Isso é a versão mais ampliada e concretamente desenvolvida dos escritos iniciais de Marx, enunciado mais abstrato do que "a *indústria* é a relação histórica *real* da natureza... para com o homem"<sup>8</sup>.

Os seres humanos nascem com certas necessidades naturais — alimentação, sexo, carinho, interação social — e eles estão inseridos num mundo onde a natureza providencia, direta ou indiretamente, os meios para preencher essas necessidades. Os meios de subsistência são os das exigências materiais consumidas diretamente da natureza a fim de preencher as necessidades naturais. Onde os meios de subsistência não são naturalmente disponíveis em qualidade e quantidade adequadas, os meios de produção — os objetos de produção a serem trabalhados com e os instrumentos com os quais os trabalhos são realizados — são apropriados da natureza e empregados pelo trabalho humano a fim de produzir produtos consumíveis. Produzindo os meios para satisfazer as suas necessidades, os seres humanos coletivamente produzem a sua própria vida material, e no processo produzem novas necessidades humanas cuja satisfação requer outras atividades produtivas. Essas necessidades e seus modos de satisfazê-las são, no nível mais geral, os determinantes da natureza *humana*, porque acima de tudo isso as pessoas são seres naturais; elas direcionam para a produção as suas habilidades (físicas e mentais) que são exercitadas sobre e através dos objetos e instrumentos de produção/ Entretanto, há uma identidade abstrata do ser humano social com a natureza: "o homem é diretamente um ser natural... equipado com poderes naturais [e] tem objetos reais, sensoriais, como o objeto de seu ser e de sua expressão vital... Um ser que não possui sua natu-

reza fora de si mesmo não é um ser natural, e não participa no sistema da natureza"<sup>9</sup>.

A produção da consciência é uma parte integral dessa produção geral da vida material. Em seu sentido mais geral, a consciência é simplesmente a consciência da prática humana:

"A produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pagamento, o intercâmbio mental dos homens surgem aqui como a emanação direta do seu comportamento material... São os homens que produzem as suas representações, idéias, etc., mas os homens reais e ativos são como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde"<sup>10</sup>.

A conscientização de necessidades, dos meios de satisfazer essas necessidades, e das forças que afetam tanto as necessidades como os meios de satisfazê-las (p. ex., ciência, religião natural primeva, etc.), todas são centrais à constituição da consciência humana. Dessa maneira, a consciência como tal é o produto *natural* da atividade humana produtiva e das relações sociais nas quais seres humanos interagem uns com os outros a fim de produzir.

O quadro aqui desenhado sugere uma unidade geral da natureza com a sociedade. É uma unidade da natureza com a sociedade na qual "as relações limitadas do homem com a natureza determinam as suas ("do homem") relações limitadas de um para com outro, e as suas relações limitadas de uns para com os outros determinam as relações estritas do homem para com a natureza"<sup>11</sup>. Não é a unidade da natureza que preocupa o físico, nem àquele que é idolatrado pelo alarido da "volta à natureza" do movimento ecológico. Para o físico, a unidade da natureza é um produto de severas abstrações conceituais; para o aficionado da "volta à natureza", a natureza é um produto da racionalização do desejo. Ambas são abstrações ideais. A unidade da natureza que está implicada nos trabalhos de Marx se origina da atividade concreta dos seres naturais, e na prática é produzida através do trabalho. O trabalho dos seres naturais impulsiona as facetas diferentes da natureza, encadeando-as em uma totalidade. Os seres humanos sobrevivem e se desenvolvem como seres sociais pelo trabalho em cooperação com a na-

tureza. Mas esta unidade da natureza não é diferenciada; é uma unidade, não uma identidade abstrata, e se torna necessário compreender o papel exercido pela atividade humana produtiva na diferenciação da natureza.

Em primeiro lugar, há uma distinção crucial entre seres humanos e os animais, e aqui também o trabalho exerce uma função central. Como Marx já assinalou, os seres humanos "podem ser distinguidos dos animais pela consciência, religião ou qualquer outra coisa que se quiser. Porém, essa distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de subsistência"<sup>12</sup>. É a atividade humana produtiva, não como um conceito geral mas como um ato histórico concreto destinado a criar os meios de subsistência, que diferencia os seres humanos dos animais. Engels expôs considerações mais explícitas sobre esse mesmo ponto em seu trabalho, que não chegou a ser terminado, intitulado *The Part Played by Labour in the Transition from Ape to Man*. O trabalho, ele dizia, é a "condição básica primeira para toda a existência humana, e isso ganha uma tal amplitude que, em certo sentido, podemos dizer que o trabalho criou o próprio homem". Desde o início, a natureza humana foi um produto humano, e isso aplica-se não só à consciência, mas até a fisiologia humana. O desenvolvimento das mãos, de um meio de locomoção para um membro sofisticado para a manipulação de instrumentos, foi gradualmente acompanhado por milhares de anos de trabalho. Ora, como Donna Haraway já escreveu: "A humanidade se autoconstruiu, no sentido mais literal. Nossos corpos são o produto da adaptação ao uso de instrumentos, que pré-data o gênero *Homo*. Nós determinamos ativamente a nossa figura corporal através dos instrumentos que mediatizam a troca humana com a natureza"

Em adição à fisiologia humana, a consciência humana e os meios materiais de subsistência, a produção e a reprodução da vida material acarretam a produção de trabalhadores, isto é, a reprodução da força do trabalho. Alguma forma de relações sociais está implicada nesse processo de reprodução, e a mais básica é a divisão de trabalhos entre os sexos. Esta é a primeira divisão social real do trabalho, mas as suas origens se enraízam na organização social pré-humana. À medida que ela foi herdada pela sociedade humana ela é, todavia, simultaneamente natural e social, ilustrando novamente a unidade da natureza. Uma diferenciação biológica na natureza é reproduzida como uma divisão social

do trabalho. Esta divisão do trabalho social é básica para o processo de reprodução, mas também se propala para a esfera da produção. A divisão sexual do trabalho então torna-se geral através da sociedade, e desta maneira, novamente através das finalidades da atividade humana, a própria natureza humana começa a ser diferenciada. A divisão do trabalho produz uma divisão sistemática das experiências sociais, em função das quais a natureza humana está constantemente modelada e remodelada<sup>^</sup>

Atualmente esta visão da produção em geral oferece alguns esclarecimentos relacionados com a natureza, mas é muito limitado. Numerosas premissas encontram-se implícitas, particularmente as dos balanços ecológico harmônico e social, no centro das quais se situa uma luta ativa entre a produção e o consumo de valores de uso. Entretanto, ano a ano, há a possibilidade contínua de que a produção e o consumo não se emparelhem, e de que ocorrerá a fome ou o excedente social. Em primeiro lugar, essa discrepância é inteiramente acidental e devida a causas naturais, tais como um clima inclemente ou solos particularmente férteis, mas precisamente para evitar os efeitos desastrosos incidindo sobre a queda da produção *\*vis-à-vis* do consumo, toda sociedade procura "providenciar um fundo de segurança social contra os desastres elementares que podem afetar a produção anual". Embora primeiramente o excesso fosse apenas uma possibilidade natural, tornou-se uma necessidade social. A criação desse excedente social permanente favoreceu não somente a sobrevivência mais básica da sociedade, mas também a posterior divisão do trabalho e até o crescimento da população<sup>14</sup>; o excedente tornou-se necessário como um meio para combater a crise social em seu nível mais básico.

A realização de um excedente social permanente, entretanto, não é o resultado automático da possibilidade de excesso, mas requer tipos específicos de organização social e econômica, que sejam consistentes com a produção dos indivíduos de algo mais do que simplesmente garantir os meios imediatos de subsistência. Mas essa produção aumentada, e o aumento da divisão do trabalho que se acompanha, por sua vez apresenta novas possibilidades. Em suma, o excedente permanente torna-se a base da divisão da sociedade em classes. Novamente, isso surge primeiro como uma possibilidade na qual uma parte da sociedade deixa de executar trabalho produtivo, em parte ou no todo, e obtém lazer

às custas da população restante que continua trabalhando/' Alguma coisa que em princípio é voluntária e intermitente, posteriormente torna-se obrigatória e regular". De acordo com Engels, essa transformação para uma sociedade caracterizada pela apropriação da mais-valia é necessariamente acompanhada pelo desenvolvimento do Estado e escravidão, e a solidificação desta divisão entre produtores e consumidores de excedentes reflete-se na divisão de classes sociais: "a primeira grande divisão social do trabalho foi destinada, nas condições históricas gerais então prevalescentes, a produzir a escravidão em seu desenvolvimento. A partir da primeira grande divisão social do trabalho surgiu a primeira grande separação da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados". Mas esse desenvolvimento também dependeu de uma "revolução social para quebrar o primitivo igualitarismo da sociedade e dar nascimento a uma sociedade dividida em classes"<sup>13</sup>. O desenvolvimento social arrebatou o equilíbrio harmonioso da natureza. De uma forma ou outra, esse excedente encontra-se apropriado da natureza e, a fim de acelerar sua produção regular e distribuição, requerem-se instituições sociais específicas e formas de organização. Isto, por sua vez, altera a relação social com a natureza. O indivíduo natural abstrato ("homem") não mais se ajusta simplesmente em um meio ambiente igualmente natural, pois a relação com a natureza é mediatizada através das instituições sociais.

A produção de excedente social permanente, portanto, tem um efeito aparentemente contraditório. Ela propicia os meios pelos quais os seres humanos podem desenvolver maior controle sobre as suas relações com a natureza, desde que eles possam regular mais efetivamente o suprimento necessário de valores de uso para satisfazer as necessidades naturais. Em suma, a produção de excedente social permanente leva a sociedade humana a começar o longo processo de sua própria emancipação face as restrições da natureza. Por outro lado, esse controle aumentado é necessariamente um controle social, e embora ele assessorie a emancipação da sociedade humana como um todo em face da natureza, ele também favorece o desenvolvimento da diferenciação interna da sociedade e a escravidão de uma grande parte da população, A forma precisa tomada por essa relação contraditória depende do tipo específico de sociedade em que se desenvolve, e podemos agora retornar para um exame mais concreto desse tema. A respeito Marx escreveu que:

"na medida em que o processo de trabalho é simplesmente um processo entre homem e natureza, os seus elementos mais simples permanecem comuns a todas as formas sociais de desenvolvimento. Mas cada forma histórica específica desse processo posteriormente desenvolve seus fundamentos materiais e formas sociais. No momento em que um certo estágio de maturidade foi atingido, a forma histórica específica é descartada e se constrói o caminho para o surgimento de uma outra forma mais elevada"<sup>16</sup>.

## II A PRODUÇÃO PARA TROCA (INTERCÂMBIO)

O excedente pode assumir muitas formas, dependendo parcialmente do que permitem as condições naturais ou fomentam as reservas alimentares, aumento da população, ocupação não produtiva, etc. Em certas formas pode ser consumido, noutras não. Quando em forma material não consumível (p. ex., uma safra de trigo superior à que pode ser consumida ou armazenada) o produto pode ser trocado por outros valores-uso. A produção de um excedente é condição necessária, apesar de não suficiente, para que ocorra a troca regular de valores-uso. A produção para a troca faz com que a relação com a natureza deixe de ser exclusivamente a de valor-uso; valores-uso não são produzidos para uso direto, mas para o intercâmbio. Quando houver intercâmbio de valores-uso específicos em quantidades também específicas, transformam-se socialmente em bens, que existem concomitantemente como valores de troca e como valores-uso. O valor de troca de um bem expressa a relação quantitativa na qual pode ser trocada por outros bens; com a produção para o intercâmbio, o objetivo imediato da produção é o valor de troca e não o valor-uso. De fato, para seu proprietário o valor-uso direto de um bem é seu potencial como valor-de-troca. Portanto, a produção da vida material não é apenas uma atividade natural, na qual a natureza supre o sujeito, objeto e instrumento do trabalho. Em uma economia de troca, a apropriação da natureza cada vez mais é regulada por firmas e instituições sociais e, destarte, os seres humanos começam a produzir mais do que o suficiente para sua subsistência.

Tudo isto pressupõe o desenvolvimento e a ampliação da divisão do trabalho, a produção para a troca pode persistir de maneira incidental somente onde dita divisão do trabalho não existe. Em primeiro lugar,

há divisão do trabalho entre as atividades ligadas à terra e as que não o são — uma separação entre agricultura e comércio. Com a dificuldade da produção de bens, são necessárias várias atividades e instituições comerciais, que facilitem o intercâmbio de produtos. A função do mercado, que se desenvolve a fim de simplificar e centralizar as complexas trocas que ocorrem, está separada da produção. Para facilitar ainda mais este conjunto de trocas, desenvolveu-se o bem dinheiro. Seu valor-uso é precisamente sua capacidade de representar "o valor de troca puro"<sup>17</sup>. A criação de um mercado e dessas outras instituições é sinônimo de desenvolvimento de centros e, finalmente, de cidades, e uma quantidade de serviços auxiliares também começa a se desenvolver nas cidades, contribuindo para seu desenvolvimento. Assim, a divisão entre agricultura e comércio implica na separação cidade e campo a qual, por sua vez, é "o alicerce de qualquer divisão do trabalho, bem desenvolvida e provocada pela troca de bens"<sup>18</sup>.

A produção de um excedente permanente e o desenvolvimento da divisão do trabalho suprem o alicerce econômico requerido (se as condições sociais genéricas forem favoráveis) para o aparecimento das classes sociais. Aqui, a diferença fundamental está entre a classe que desempenha o total da tarefa social, e a classe ou classes que não trabalham, mas no entanto encampam o excedente social. Esta diferenciação de classes emerge de uma diferenciação anterior entre trabalho produtivo e improdutivo, porém não necessariamente continua sinônimo da mesma. Muitas classes dominantes não desempenham quaisquer tarefas, enquanto outras podem desempenhar funções sociais necessárias que, contudo, estão desprovidas de valor social. A questão é que com o aparecimento de classes sociais, o acesso à natureza não é distribuído de forma equânime (qualitativa e quantitativamente) entre as classes. A classe dominante, que controla diretamente ou não os meios de produção sociais, certamente controla o excedente apropriado da natureza pelo trabalho humano de terceiros, enquanto a classe trabalhadora opera os meios de produção. Com a propriedade mobiliária, evidencia-se o acesso desigual à natureza, que assume uma dimensão espacial facilmente visível com a separação cidade-campo.

Com a divisão da sociedade em classes, o Estado surge historicamente como meio de controle político. Como disse Engels, "em um estágio definido de desenvolvimento econômico, que necessariamente im-

plica na cisão da sociedade em classes, o Estado se torna uma necessidade por causa desta visão <sup>19</sup>. É função do Estado administrar a sociedade de classe, conforme os interesses da classe dominante; é o que faz através de suas armas militares, jurídicas e ideológicas e econômicas. Cabe ao Estado também a regulamentação da opressão às mulheres, pois a divisão do trabalho entre os sexos torna-se uma relação social radicalmente diferente com o surgimento da propriedade e da produção, para o intercâmbio. Não apenas a exploração das classes e a propriedade privada surgem juntas, mas vêm acompanhadas da escravidão e da opressão feminina.

A divisão do trabalho no seio da família está subordinada à divisão social, mais ampla, do trabalho, agora totalmente enraizado na estrutura de classes e no processo produtivo. O que de início era apenas "uma forma latente de escravidão" no âmbito familiar torna-se uma escravidão plena onde mulher e filho pertencem ao marido/pai. A unidade abstrata anteriormente atribuída a relações entre gêneros encaminha-se para seu oposto. Nos setores onde as mulheres tinham controle efetivo sobre o processo produtivo, sobretudo na agricultura, os homens assumem o poder. Onde a responsabilidade da representação social era compartilhada, as mulheres se viram sempre mais coagidas a carregar o fardo, diante da evolução dos meios de produção, alicerçada na troca de bens. Não que tivessem parado de trabalhar. Enquanto as mulheres eram obrigadas a assumir a responsabilidade de todas as tarefas caseiras associadas à criação dos filhos, bem como produção de certos bens, o homem sempre mais se especializava exclusivamente na produção de bens para o intercâmbio. A base lógica desta ocorrência está interligada às origens da propriedade privada. A herança da propriedade privada pode ser assegurada por relações familiares patrilineares e sua aplicação sublinha o que Engels cita como a derrota mundial do sexo feminino: "A derrubada do direito materno foi na história mundial a derrota do sexo feminino. O homem assumia também o comando do lar; a mulher foi degradada e reduzida à servidão; tornou-se escrava de sua luxúria e mero instrumento para a produção de filhos"<sup>20</sup>. Ele procede para demonstrar como a família se desenvolveu em resposta às relações públicas e sócio-econômicas entre homens e mulheres. Delineia o nioivimento desde o casamento grupai até o casamento em pares, na monogamia, como formas predominantes da família, concluindo que

a monogamia, de qualquer forma, sempre só é válida para as mulheres, é um mecanismo histórico, cuidadosamente afinado para oprimir as mulheres.

Através da criação dessas divisões sociais, antes em base do sexo e da classe, as sociedades humanas provocam uma segunda transformação na natureza humana. Pois, como disse Marx na sexta tese sobre Feuerbach, "a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Em sua realidade é o conjunto das relações sociais"<sup>21</sup>. E à medida que muda o comportamento de relações sociais, muda também a natureza humana<sup>^</sup>

Uma das divisões do trabalho, que se desenvolve junto com a produção, especificamente para o intercâmbio, é a divisão entre o trabalho manual e mental. Isto descortina aspectos novos e profundos para a produção humana da consciência, pois a partir de então certas facetas da natureza estão à disposição de algumas classes, apenas como abstração conceitual, não como parceiro ou antagonista físico no processo do trabalho. Da mesma forma que o processo de troca, na prática se abstrai do valor-uso dos bens, que estão sendo trocadas; assim a consciência pode se abstrair das condições materiais imediatas da existência. Este potencial para o raciocínio abstrato resulta da abstração na prática real, que faz parte do processo de troca, um "resultado direto", da conscientização de um comportamento material que leva à sua própria negação. Isto é, tão logo se desenvolvam um pensamento e uma conceitualização abstrata e tão logo sejam socialmente institucionalizadas pela divisão do trabalho em mental e manual, não é mais possível encarar a conscientização como "resultado direto" do comportamento materialista. Agora, pela primeira vez, a consciência pode "realmente se gabar de ser algo além da conscientização da prática existente"<sup>22</sup>. Obviamente, o trabalho mental pode continuar ligado à tarefa de encontrar novos objetos de trabalho, de desenvolver novos instrumentos de trabalho e de reorganizar os hábitos de trabalhos dos sujeitos do trabalho. Mas algumas das formas de "trabalho" mental podem deixar totalmente de ser trabalho produtivo ou não, posto que nesta fase a natureza parece ser acessível a alguns indivíduos, aliás a classes inteiras, sem o exercício do trabalho, só pela "mera contemplação".

Com a produção para intercâmbio mais do que para consumo direto, surge primeiro a possibilidade, depois a necessidade, de alienação

dos indivíduos. A produção de excedente e conseqüente aumento de riqueza social não garante uma classe trabalhadora mais rica, pois há o surgimento das diferenças do trabalho meramente quantitativo. O trabalho excedente da classe trabalhadora é apropriado pela classe dominante. Contudo, qualitativamente também se altera a relação entre classe trabalhadora e natureza, pois apesar de estarem diretamente ligados à natureza pelo uso de sua capacidade de trabalho, são alienados de seu próprio produto. Por outro lado, o proprietário do produto está alienado de qualquer ligação direta, nratíca com a natureza, porque foi privado de seu próprio trabalho. Porém, a alienação do trabalhador não é simplesmente uma alienação do produto. Mas, por causa da crescente especialização do trabalho, é também uma alienação de seus companheiros e de si mesmo. Contudo, pode-se prever que esta alienação atraia seu oposto; maior competição e especialização no processo de trabalho (ou mesmo no contato do processo de trabalho) fomenta a necessidade de desenvolver os poderes naturais de cooperação. Enquanto os impactos negativos da alienação recaem sem contrapartida sobre a classe trabalhadora, os benefícios da cooperação raramente chegam às suas mãos. Eles cedem os lucros quantitativos da maior cooperação, em forma de trabalho excedente convertido em valor de troca e os benefícios materiais da cooperação permanecem essencialmente ao nível das forças produtivas, não no do indivíduo trabalhador. Com o desenvolvimento da produção para a troca, o indivíduo humano torna-se um produto social:

"Esta fixação dos preços e sua circulação etc. aparece como processo superficial, sob o qual, contudo, nas profundezas, se desenrolam processos totalmente diferentes, nos quais desaparece esta aparente igualdade e liberdade individual. Esquece-se, por um lado, que a *pressuposição* do valor de troca, como base objetiva de todo o sistema de produção, já por si implica compulsão sobre o indivíduo, posto que seu produto imediato, para ela, não é um produto mas só se torna um *dentro* do processo social e, dado que *deve* assumir esta forma genérica, todavia externa, e dado que o indivíduo existe apenas como produtor de um valor de troca, conclui-se que já está implícita a negação plena de sua existência natural; portanto, ele está completamente determinado pela sociedade; que isto pressupõe ainda uma divisão do trabalho, na qual o indivíduo já se situa em relações outras que a do mero *trocador*, etc. Que, portanto, esta pressuposição não surge de maneira nenhuma pela vontade do indivíduo ou por sua natureza imediata, pois é mais *história* e situa o indivíduo como já determinado pela sociedade"<sup>23</sup>.

A alienação do trabalhador implica, junto com uma alienação estritamente material, em uma certa alienação da consciência. Ambas se desenvolvem juntas. Enquanto o pensamento abstrato se origina como privilégio de poucos, rapidamente, torna-se a propriedade de todos. Esta emancipação da consciência, da prática humana imediata, é o evento que possibilita o surgimento da conscientização ideológica". As idéias dominantes de cada era sempre foram as idéias de sua classe dominante, escreveram Marx e Engels no *Manifesto Comunista*<sup>24</sup>. Para a classe trabalhadora, a nível do indivíduo e da classe, seja qual for o modo de produção, trava-se uma batalha constante entre a conscientização espontânea da vivência do trabalho diário e as idéias dominantes disseminadas pela própria classe dominante, as quais por mais bem-sucedidas e por mais enraizadas que pareçam estar na vivência imediata, sempre são encaradas como ideologia abstrata. Os camponeses feudais compreendiam que três vezes por semana trabalhavam gratuitamente para o senhor do castelo, e talvez compreendessem esta realidade como resultado de seu lugar justo e adequado no mundo de Deus.

Com a produção para a troca, a produção da natureza "ocorre em escala ampliada. Os seres humanos não produzem somente a natureza imediata de sua existência, mas produzem toda a textura social de sua existência. Desenvolvem uma diferenciação complexa na relação com a natureza, uma natureza social diferenciada, obedecendo o gênero e classe de atividade manual e mental, atividades de produção e distribuição, e assim por diante. No âmbito de produção existe outra complexa divisão do trabalho. Porém, a unidade que anteriormente caracterizava a relação com a natureza não degenera simplesmente no caos casuístico. A unidade é reproduzida em forma mais avançada. Pois, com a generalização da produção de bens e com as relações de troca, antes isoladas, grupos específicos de pessoas se vêem interligados em um contexto social concreto. Estão unidos como um todo social, não mais por causa da unidade genérica dos indivíduos sociais, mas através das instituições sociais que se desenvolveram imperiosamente para facilitar e regulamentar o intercâmbio de bens — o mercado e o Estado, dinheiro e classes, propriedade privada e família. Emerge a sociedade como tal, facilmente diferenciada da natureza. A intervenção do homem criou uma ruptura entre natureza e sociedade, entre a primeira e a segunda naturezas. A segunda engloba exatamente as instituições sociológicas que facilitam e regu-

lamentam a troca de bens, direta ou indiretamente. A unidade local isolada cede o lugar a uma unidade social mais ampla. A segunda é produzida a partir da primeira.

IO que se entende, exatamente, por "segunda natureza"? A idéia de uma segunda natureza surgiu quando as economias de troca começaram a desenvolver instituições estatais. Dentre os gregos antigos, Platão era o que mais percebia quanto a atividade humana havia transformado a superfície terrestre. Todavia, somente Cícero conseguiu dar ao conceito de segunda natureza sua cunhagem verdadeira, e para ele a segunda natureza era obviamente aquela produzida pela atividade humana, em oposição à natureza herdada, não humana. Escrevendo de maneira que mesmo 2.000 anos mais tarde seus escritos parecem modernos, em *De natura Deorum*, Cícero faz que com Baldo, o Estóico, observe o seguinte:

Assim, vemos como a evidência de nossos sentidos conduz às invenções da mente, que são, então, moldadas pela mão do artesão, a fim de satisfazer a todas as nossas necessidades e nos manter seguros, com abrigo e roupa, nos dar cidades, muros, lares e templos. Nossa destreza manual permite que encontremos comida farta e variada. A terra oferece muitos frutos à mão que os procura, que podem ser comidos logo ou conservados para mais tarde. Nos alimentamos também das criaturas da terra, do mar e do ar, que caçamos ou criamos para esse fim. Podemos domar e montar animais de quatro patas, e nos apropriar de sua velocidade e força. Em alguns colocamos jugos, outros usamos como animais de carga. Para nossos próprios fins, exploramos os sentidos aguçados do elefante e a capacidade do cão. Das profundezas da terra extraímos o ferro, tão necessário para arar o solo. Procuramos os veios profundamente soterrados de cobre, prata e ouro, para uso e ornamento. Cortamos as árvores e aproveitamos de toda espécie de plantas silvestres ou cultivadas para fazer o fogo que aquece nosso corpo e cozinha nosso alimento e também para a construção, para que tenhamos um teto sobre nossas cabeças, que nos preserve do frio e do calor. Também usamos esses materiais para construir navios, que zarpam em todos os quadrantes para nos trazer o que precisamos. Somente nós podemos domar e controlar as forças mais violentas da natureza, o mar e os ventos, graças aos nossos conhecimentos de navegação e assim nos beneficiamos de todas as riquezas do mar. Nos apoderamos também de todos os frutos da terra. A nossa disposição estão montanhas e planícies. Nossos rios e lagos. Colhemos o milho e plantamos árvores. Fertilizamos o solo pela irrigação. Represamos os rios para orientá-

los a nosso bel prazer. Pode-se dizer que com nossas mãos tentamos criar uma segunda natureza no mundo natural<sup>23</sup>.

Esta concepção de segunda natureza é transmitida, virtualmente intacta, até o século dezoito. Assim, o Conde Buffon, famoso cientista francês, cuja principal preocupação incluía as transformações que o ser humano procurava na natureza, escreveu que "uma nova natureza pode surgir de nossas mãos". A este processo chamou "a explicação da natureza"<sup>26</sup>. Todavia, por volta do século dezoito, evidenciou-se que não somente as criações de trabalho humano, mas também as instituições, as regras jurídicas, econômicas e políticas que orientavam a sociedade compunham esta segunda natureza.

Portanto, na relação com a natureza, "o valor de troca... desempenha... um papel secundário ao valor de uso"<sup>27</sup>. O faz em dois sentidos: primeiro, o uso de material natural é regulado pela quantidade de valor de troca que seu uso comporta, e isto se aplica tanto no mercado de trabalho como no de matérias-primas. Mas também, como os aspectos materiais da segunda natureza foram produzidos como bens, a natureza foi produzida com um componente de valor-de-troca. (Neste caso, não é a natureza externa abstrata, mas sim o peso do trabalho improdutivo que exerce um controle opressivo sobre os seres humanos). Claro, o valor-uso da natureza continua importante, dificilmente (e a caro preço) um açougueiro poderá fazer o trabalho de um sapateiro, usando as ferramentas e materiais de um carpinteiro. Porém, a possibilidade ou impossibilidade abstrata da produção não determina mais o uso da natureza. Importa quão caro ou barato seja o uso relativo dos diferentes valores-uso. O valor-uso transforma-se em valor-de-troca (no cálculo e na prática) no processo produtivo. Assim, da mesma forma, "o valor-uso está no âmbito da economia política, tão logo as modernas relações de produção o modifiquem, ou à medida que, por sua vez, intervenha para modificá-las,<sup>28</sup> o mesmo ocorre com o valor-de-troca e a natureza. O valor-de-troca se enquadra no âmbito da natureza quando a segunda natureza, pela produção de bens, é produzida a partir da primeira. A relação com a natureza é medida pelo valor-de-troca, bem como pelas determinações do valor-uso.

Não se pode concretamente compreender a relação entre a primeira e a segunda naturezas sem admitir na natureza o valor-de-troca. Seria difícil ir além da asserção limitada, ambígua e potencialmente ideoló-

gica, que de um lado a natureza é social, enquanto de outro a sociedade é natural. Igualmente restrita e problemática é a asserção de que estão "interrelacionadas" e "interagem" entre si, pois a interação não é um substituto para o dialético, a chave para o que está nos processos de produção. Elementos de primeira natureza, antes inalterados pela atividade humana, estão sujeitos ao processo de trabalho e ressurgem como essência social da segunda natureza\ Nesta, todavia, sua forma foi modificada pela atividade humana, não deixaram de ser naturais, no sentido em que agora estão de certa forma imunes contra os processo e forças não humanas — gravidade, pressão física, transformação química, interação biológica. Mas também ficaram sujeitas a um novo conjunto de forças e processos de origem social.! Assim, a relação com a natureza acompanha o desenvolvimento das relações sociais e, na medida em que estas são contraditórias, também o é a relação com a naturezaj

Enquanto o trabalho excedente se expressar essencialmente em bens agrícolas, o poder econômico e político estará ligado à propriedade da terra. O trabalho agrícola produz para o consumo direto ou quase direto; intervêm poucos processos intermediários. Porém, com a divisão contínua do trabalho, há a interveniência de um número crescente de processos. Um grupo de trabalhadores e um grupo de comerciantes, nenhum dos dois diretamente ligados à terra, começam a se diferenciar. A produção de uma segunda natureza apressou a emancipação da sociedade da primeira natureza e durante o processo aguçou a contradição, totalmente intrínseca à segunda natureza, entre a classe dominante, diretamente ligado à segunda natureza primitiva da terra agrícola, e uma burguesia emergente, cuja base política reside no controle do mercado e da cidade. Quando ocorre essa contradição, a burguesia precisa ampliar seu controle para açambarcar o processo de troca e o processo produtivo. Isto para assegurar o fornecimento permanente de bens para o intercâmbio. Através desse controle conjugado de produção e distribuição, fica mais apta a garantir a produção contínua de riqueza social; via de regra, a produção para a troca leva especificamente à produção capitalista. Porém, à diferença do desenvolvimento inicial da produção para a troca, esta não é uma transformação gradual, inexorável, "natural". Produto da segunda natureza, implica em luta política, culminando na revolução burguesa. Isto é, implica na derrota de uma classe dominante

e ascensão de outra e, destarte, surge uma relação nova, mais específica com a natureza.

### III A PRODUÇÃO CAPITALISTA

A relação contemporânea com a natureza obtém o seu caráter específico a partir das relações sociais do capitalismo. O capitalismo difere de outras economias de troca no seguinte: produz, de um lado, uma classe que domina os meios de produção para toda a sociedade, ainda que não produza trabalho, e, de outro lado, uma classe que domina somente sua própria força de trabalho, que precisa ser vendida para sobreviver. "A natureza não produz, de um lado, proprietários de dinheiro e bens", observa Marx, e de outro lado, homens que não possuem nada mais do que sua própria força de trabalho. Esta relação não tem fundamentos naturais, nem a sua base social é comum a todos os períodos históricos. É, claramente, o resultado do desenvolvimento de um passado histórico, o produto de muitas revoluções econômicas, e da extinção por completo de velhas forças de produção social"<sup>29</sup>.

A classe trabalhadora no capitalismo é privada não somente dos bens que produz, mas de todos os objetos e instrumentos necessários para a produção. Somente com a generalização desta relação, salário-trabalho, é que o valor de troca se torna uma expressão consistente, cuja base é o valor de uma mercadoria, expressa na troca como um valor de troca, é a medida do tempo de trabalho socialmente necessário requerido para a produção daquela mercadoria. A força de trabalho como mercadoria não é uma exceção: o salário dos trabalhadores é a medida do tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução de seu trabalho. Por conseguinte, no capitalismo, o produto excedente aparece na forma de valor excedente. O valor da força de trabalho representa somente uma fração do exato valor produzido durante um dia de trabalho. Com a histórica liberdade dos trabalhadores dos meios de produção, eles são totalmente dependentes da venda de sua força de trabalho. Por outro lado, no capitalismo a liberdade de uso do trabalho é totalmente dependente do reinvestimento de uma parte do valor excedente, de modo a produzir mais. Tanto a realização como o reinvestimento do valor excedente ocorre sob condições competitivas resultantes

da posse privada dos meios de produção e isto força capitais individuais a se **reproduzirem** por si mesmo em larga escala. A estrutura da classe **específica** do capitalismo torna a acumulação de capital uma condição **necessária** para a reprodução da vida material. Pela primeira vez, "acumulação para fins **de** acumulação" é uma necessidade socialmente imposta. O processo de acumulação é regulado pela lei do valor, que opera "**somente** como uma lei secreta, *vis-à-vis* com os agentes individuais, como uma **lei** cega da natureza"<sup>30</sup>.

Derivada das específicas relações de classe do capitalismo, esta estrutura de relações econômicas é peculiar do capitalismo e implica numa aguda diferença de relação com a natureza. Esta relação com a natureza é no capitalismo socialmente determinada, e não difere de nenhum modo de produção anterior. Mas difere marcadamente no conteúdo dessa determinação social e na complexidade de relação com a natureza. A lógica da determinação social não é a simples racionalização, que emerge imediatamente da necessidade de produção e consumo de valores de uso, nem mesmo na racionalização da produção para troca. Ao contrário, é uma abstração lógica que se junta à criação e acumulação do valor social, o qual determina a relação com a natureza no capitalismo. Então, o movimento do abstrato para o concreto não é simplesmente uma idealização conceitual sonhada por Marx, mas é uma contínua e real transferência obtida na relação com a natureza no capitalismo; determinações abstratas no grau do valor são continuamente transferidas para a atividade social concreta na relação com a natureza. Esta leva a uma única, mas muito complexa, determinação de relação com a natureza — natureza como objeto de produção, natureza humana, processo de reprodução e consciência humana. Assim, como nos itens produção em geral e produção para troca, nós examinaremos a relação com a natureza sob o capitalismo, através destes aspectos gerais de relação com a natureza. Nós começaremos com a natureza como um objeto de produção.

Debaixo da ordenação do processo de acumulação o capitalismo como um modo de produção deve-se expandir continuamente para poder sobreviver. A reprodução da vida material fica totalmente dependente da produção do valor excedente. Para este fim, o capital se volta para a superfície do solo em busca dos recursos materiais; a natureza torna-se um meio universal de produção, de modo que ela não somente pro-

vê o sujeito, o objeto e os instrumentos de produção, mas ela é em sua totalidade um acessório para o processo de produção. Desta forma, "parece um paradoxo afirmar que um peixe não fígado, por exemplo, é um meio de produção da indústria da pesca. Mas até agora ninguém descobriu a arte de pescar peixes em águas que não o contêm"<sup>31</sup>.

No capitalismo a apropriação da natureza e sua transformação nos meios de produção ocorre, em princípio, em escala mundial. A procura de matérias-primas, a reprodução da força de trabalho, a divisão sexual do trabalho, a relação salário-trabalho, a produção das mercadorias de consciência burguesa estão todas generalizadas sobre o modo de produção capitalista. Debaixo da bandeira de um colonialismo benevolente, o capitalismo destrói todos os outros modos de produção, forçando a subordinação à sua própria lógica. Geograficamente, sob a bandeira do progresso, o capitalismo tenta a urbanização da zona rural. "A história da antigüidade clássica é a história das cidades, mas das cidades fundadas sobre o proprietário da terra e a agricultura"... A Idade Média (período germânico) começa com a terra como o centro da história, cujo desenvolvimento leva a uma adiantada contradição entre cidade e campo; na [Idade] Moderna, é a urbanização do campo e não a ruralização das cidades, como na Antigüidade"<sup>32</sup>.

Para a expansão integral do capitalismo, o estado capitalista desenvolve-se. Como todo Estado anterior, sua função social central está no controle em favor da classe dominante, o que significa que na sociedade capitalista ele se torna o controlador do capital privado incapaz de se fazer por si.

Pela repressão ideológica e econômica e em conjunto com outros meios sociais, o Estado dirige amplamente a supressão das sociedades pré-capitalistas e a repressão das classes trabalhadoras artesanais, ao mesmo tempo que assegura as condições necessárias à acumulação. Resumidamente, apressa e decide a firme expansão do capitalismo<sup>33</sup>. Então, a característica contradição da relação com a natureza e sua complexidade começa a emergir mais concretamente sob o capitalismo, a segunda natureza está se distanciando da primeira, mas isto é considerado como parte de um processo mútuo inteiramente oposto: a generalização do capitalismo com a natureza e a unificação prática de toda natureza no processo de produção.

A divisão social do trabalho e o avanço das forças produtivas

desenvolveram-se rapidamente — a experiência com a segunda natureza continua com intervalos diferenciados. Aqui, o trabalho científico é de importância crescente e se coloca à frente como uma atividade separada. Sua principal função é facilitar a produção da natureza na forma de forças produtivas: "a natureza não constrói máquinas, nem locomotivas, telégrafo, redes telegráficas, equipamentos automáticos etc. Estes são produtos da indústria humana natural transformado em órgãos do homem sobre a natureza, ou da participação do homem sobre a natureza. São *órgãos do cérebro humano*, criado pela *mão do homem* o poder do conhecimento objetivado". Então "as bases técnicas de ajustagem" para a indústria capitalista somente foram estabelecidas com a construção de máquinas por máquinas"<sup>34</sup>. A proliferação de diferentes divisões e subdivisões sociais do trabalho necessita de um crescimento paralelo da cooperação social entre ele e o modo de produção para funcionar como um todo. Com o propósito de assegurar a cooperação social, especificações completas apareceram, mais notadamente as chamadas atividades de serviço bancário para transações em massa. A abstrata cooperação com a natureza, que caracteriza a atividade produtiva humana, assume com efeito um caráter concreto sob o capitalismo. Seu desenvolvimento é como um antídoto para a "anarquia na divisão social do trabalho", uma anarquia que é o resultado lógico da competição, baseada na propriedade privada dos meios de produção.

Juntamente com a divisão social do trabalho desenvolveu-se uma divisão técnica do trabalho dentro do local de trabalho e é aqui que nós começamos a ver alguns dos elementos básicos da produção da natureza sob o capitalismo. A produção de uma simples mercadoria está dividida em numerosos detalhes de operações, tanto que a atividade individual de trabalho se restringe a algumas poucas funções motoras. Isto também necessita do uso extensivo de trabalhadores, "força natural de cooperação", mas sob o controle do capital este exercício de cooperação atinge não o desenvolvimento de forças naturais individuais, mas o seu oposto. Como os outros constituintes naturais do processo de trabalho, as forças de cooperação dos trabalhadores são alienadas, eles confrontam-se com o poder do capital. Este é precisamente o caso, cujo capital fixo representa não somente um alto investimento das habilidades científicas e manuais, mas também representa um grande exercício de cooperação entre os trabalhadores. Confrontando com o maqui-

nário capitalista, "o trabalhador é colocado face a face com as potências intelectuais do processo material de produção" e as impotências intelectuais suas e da sua natureza individual. Processos manuais, intelectuais e cooperativos confrontam-se com o trabalhador "como a propriedade de ninguém e como uma regra de poder... No sentido de fazer o trabalhador coletivo, e através dele o capital, valioso como força produtiva social, cada trabalhador precisa ser mantido pobre em forças produtivas individuais". Como na simples produção do valor de uso para o consumo direto, o indivíduo realiza-se sobre sua natureza no processo de trabalho. Mas as condições do trabalho contemporâneo são tais que convertem o trabalhador, não no romântico e digno *self-made-man* de fama Hollywoodiana, mas "forçando sua destacada destreza às expensas de um mundo de capacidades produtivas e instrutivas" converte ele ou ela em um "monstro inválido". No que se refere ao trabalhador, o modo de produção baseia-se no desenvolvimento do capital como uma "especialidade da ausência de todo desenvolvimento".

Todos os meios para o desenvolvimento da produção transformam-se em meios de dominação e exploração dos produtores. Eles mutilam o trabalhador em fragmentos do homem, degradam-no para o nível de um apêndice da máquina, destroem todo remanescente do encanto do seu trabalho e transforma-o num labutar odioso; eles retiram deles as potencialidades intelectuais na mesma proporção em que a ciência é incorporada como um poder independente; eles distorcem as condições sobre as quais se trabalha, sujeito durante o processo de trabalho ao despotismo o mais odioso; eles transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho e arrastam sua esposa e crianças debaixo das rodas do Domínio (Juggernaut) do capital"<sup>35</sup>

Este é o destino da natureza humana sob o capitalismo.

Engels mostrou que com o desenvolvimento da economia capitalista, uma "família" torna-se a "unidade econômica da sociedade"<sup>36</sup>. Com a vitória de uma específica forma capitalista de propriedade privada, a família sofre uma revolucionarização. Em particular, enquanto a família lembra uma unidade econômica, sua função econômica é muito especializada e isto não pertence à unidade econômica da sociedade. O valor excedente é produzido não na família, mas na fábrica e em outros lugares de trabalho. O total patriarcalismo da família pré-capitalista onde,

nas palavras de Marx, a mulher era uma escrava de seu marido, sob toda maneira e governanta de suas crianças, escrava de seu desejo e uma escrava econômica produzindo alimentos para o mercado — esta total patriarcalidade se quebra com o capital. O marido/pai já não é há muito tempo o capataz da mulher<sup>17</sup>

O trabalho assalariado é entregue ao domínio da atividade pública fora de casa, e um número de funções conexas com a reprodução da força de trabalho são privatizadas, na família nuclear. Mais tarde, torna-se o domínio do "trabalho feminino", embora a maior parte das mulheres da classe trabalhadora também trabalhem fora de casa. O modo de reprodução da família privada tem inúmeras vantagens para o capitalismo: os custos da reprodução são arcados pela unidade familiar e a mulher, em particular, desde então não é paga pelo seu trabalho de reprodução da força de trabalho. A unidade familiar socializa a próxima geração de trabalhadores para aceitar a autoridade como "natural", e isto requer gastos privatizados de consumo, com todas as suas consequências ideológicas e econômicas. Mas a estrutura de classe do capitalismo penetra em todos os aspectos e a reprodução não é exceção. A família burguesa é diferente, sob muitas formas, da família da classe proletária. Deste modo, a esposa burguesa provavelmente compra a força de trabalho (criada, "babá") para desempenhar as atividades domésticas, enquanto a esposa da classe proletária não somente realiza seu trabalho em sua própria família, como também vende sua força de trabalho, como o seu marido, em troca do seu salário. Daí, a "dupla responsabilidade" da mulher da classe trabalhadora. De tudo isto, embora a família seja privatizada, a reprodução é somente em parte. O Estado está inteiramente envolvido na organização da reprodução. Ele não somente controla decisivos processos, como a educação, mas através de um sistema legal controla a composição da família; ele maneja a opressão da mulher através do casamento e das leis do divórcio, da legislação sobre o aborto e das leis de herança e assim por diante<sup>18</sup>.

A produção da força de trabalho como qualquer mercadoria é suscetível às flutuações periódicas do processo de acumulação. E com a produção de outras mercadorias contribui para regular as flutuações, através de amplas inovações tecnológicas — anticoncepcionais, tecnológicas médicas e engenharia genética. Nesta esfera, a produção da natureza e também um fato complexo. A mercadoria produzida desta forma

é um produto social, freqüentemente, visto como o primeiro progresso na produção da natureza, os bebês de proveta são corretamente vistos como a última etapa. O que começa, de um lado, com a indeliberada produção das mãos e, de outro lado, com os mais primitivos meios de regular a gravidez, se transformam juntas num único processo — a produção da vida.

Com a generalização das relações de trabalho assalariado, desenvolve-se rapidamente a consciência de classe. As ideologias religiosas, que enfatizam o justo lugar de Deus no universo, lembram, mas de forma limitada, as justificativas das relações de trabalho assalariado. Então, o nascimento da sociedade burguesa está complementada pelo nascimento da consciência burguesa baseado nas relações de troca para a produção. Se as relações sob o capitalismo são caracterizadas pela exploração do trabalho para extrair o valor excedente, as relações de troca sob o capitalismo estão baseadas nos princípios de igualdade e liberdade. Liberdade para trocar bens e a troca de equivalentes são os princípios que caracterizam a troca, e isto é derivado da ideologia burguesa. Então, Marx observa sarcasticamente, referindo-se à esfera da troca, "há somente preceitos solitários de Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham"<sup>39</sup>. O salário escravo, as desigualdades e as bases do direito de propriedade, que definem o processo de produção, são dissolvidos no mercado onde são compradas e vendidas, confrontando cada uma como igual. Todos são consumidores. Com o consumo de massa, propaganda, televisão, expectadores esportivos e outros que tais, a ideologia burguesa marca a bem-sucedida separação de classe do processo imediato de produção. Onde isto é melhor sucedido, como nos Estados Unidos, conduz à conclusão de que as diferenças de classe não existem; virtualmente, todos pertencem à classe média]

Esta homogeneização da consciência recebe um estímulo do desenvolvimento do sistema de produção. Atendendo à acumulação, o capital deve continuamente desenvolver meios técnicos de produção e isto implica no contínuo avanço da ciência. Se a ciência se levanta com o trabalho imediato de desenvolver as forças produtivas, isto logo toma uma importante função ideológica, ao ponto de agir quase que como uma religião secular. Mas esta homogeneização da consciência é somente tendencial. Isto pode acontecer somente na medida em que a consciência de classe é separada do imediato processo de trabalho da divisão do

trabalho, e pela reflexão abstrata e científica de que o modo de produção capitalista baseia-se fundamentalmente na distinção entre classe trabalhadora e classe que detém o capital. Isso conduz na divisão oposta para uma diferenciação de culturas ao longo das linhas de classe, e certamente para a diferenciação sobre as bases de gênero e raça. Consciência de classe é ainda uma conseqüência da prática material, se ninguém admite a função da ideologia, mas justamente como a sociedade é diferenciada, isto também é consciência de classe. A força da luta de classe na prática difere da consciência da classe. "O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência do homem que determina sua existência, mas sua existência que determina sua consciência"<sup>40</sup>.

Esta capacidade para produzir a natureza não é própria do capitalismo. A produção em geral é a produção da natureza.

" Animais e plantas, que estamos acostumados a considerar como produtos da natureza são, em sua forma presente, não somente produtos do trabalho do último ano, mas o resultado de uma transformação gradual, continuada através de muitas gerações sob a direção do homem e por meio de seu trabalho... Na grande maioria dos casos, os instrumentos de trabalho mostram ao mais superficial observador, a marca do trabalho das épocas passadas"<sup>41</sup>.

Onde o capitalismo surge como ímpar, é que pela primeira vez o ser humano produz a natureza em escala mundial. Portanto, Marx observou brilhantemente, há 120 anos atrás, "a natureza precede a história humana... Hoje já não existe em qualquer lugar (exceto talvez em poucas ilhas de corais australianos de origem recente)"<sup>42</sup>. Este discernimento é hoje certamente um conhecimento da geografia convencional, embora não seja geralmente interpretado em termos de produção da natureza.

O desenvolvimento do capitalismo, entretanto, envolve não um desenvolvimento quantitativo mas qualitativo da relação com a natureza, isto é meramente uma expansão linear do controle humano sobre a natureza, um alargamento do domínio da segunda natureza em prejuízo da primeira. Com a produção da natureza em escala mundial, a natureza é progressivamente produzida de dentro e como parte da chamada

segunda natureza. A primeira natureza é destituída do fato de sua primitividade, sua originalidade. A causa desta troca qualitativa nesta relação com a natureza repousa na relação alterada entre o valor-de-uso e o valor-de-troca. Os diferentes estágios de desenvolvimento das relações econômicas, valor de troca e valor de uso, estão determinados nas diferentes relações"<sup>43</sup>. Então, sob o capitalismo, parte do valor de troca já não é mais meramente um dos acessórios do valor de uso. Com o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial e a generalização das relações de trabalho assalariado, a relação com a natureza é antes de mais nada uma relação de valor de troca. Os vestígios fundamentais do valor de uso da natureza permanece certamente, mas com o avanço e o desenvolvimento das forças produtivas, necessidades específicas podem ser satisfeitas pelo aumento do valor de uso e específicas mercadorias podem ser produzidas com um crescimento da matéria-prima. A transformação para uma relação de valor de troca é, no entanto, conseguida na prática pelo capitalismo. A produção capitalista (e a apropriação da natureza) é acompanhada não pela satisfação das necessidades em geral, mas pela satisfação de uma necessidade em particular: luaxx Na busca do lucro, o capital corre o mundo inteiro. Ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir desta etiqueta de preço é que se determina o destino da natureza.

Uma vez que a relação com a natureza é determinada pela lógica do valor de troca, e a primeira natureza é produto dela e, portanto, como uma parte de segunda natureza, são elas próprias redefinidas. Com a produção para troca, a diferença entre a primeira e a segunda naturezas é simplesmente a diferença entre as criações do mundo humano e não-humano. Esta distinção cessa de ter real significado, uma vez que a primeira natureza também é produzida. Ao contrário, a distinção é agora entre a primeira natureza, que é concreta e material, a natureza do valor de uso no geral, e uma segunda natureza que é absoluta e derivada da abstração do valor de uso que é inerente ao valor de troca. A primeira oposição conceitual do mundo humano e não humano permanece fortemente ancorada atualmente, e de fato não foi questionada até o século dezenove. A nova noção da segunda natureza foi mais tarde desenvolvida não na França do Conde Buffon, onde a velha oposição permanece na lembrança, mas foi na Alemanha de Hegel com sua excepcional tradição filosófica. Hegel foi o idealista da segunda natureza. Não

é simplesmente o mundo material transformado e criado pela ação humana, mas antes a manifestação de liberdade através de um sistema de direitos como instituições econômicas e políticas da sociedade moderna. Não foi a construção de estruturas que ocupou Hegel na segunda natureza, mas o sistema legal, as leis do mercado e os valores éticos da moderna sociedade — 'o reino da liberdade faz realmente o mundo da mente produzir, ele mesmo, como uma segunda natureza'<sup>44</sup>.

A realidade da qual Hegel idealizou a concepção da natureza é derivada também da concepção material da segunda natureza, mais avançada que a de Cícero e Buffon, e mais apropriada para a realidade do capitalismo emergente. A melhor descrição da segunda natureza é proveniente de Alfred Sahn-Rethel:

"Na Alemanha o mundo do 'lucro' é freqüentemente chamado a 'primeira natureza', natureza material, na substância, enquanto a esfera da troca é chamada a 'segunda natureza', ou 'puramente social', inteiramente abstrata... [a primeira natureza é] concreta e abstrata, incluindo mercadorias como objetos e suas próprias atividades como material de troca com a natureza; [a segunda natureza é] abstrata e puramente social, contendo mercadorias como objetos de troca e quantidade de valor'<sup>45</sup>."

O mesmo conteúdo existe simultaneamente nas duas naturezas; como mercadoria física sujeita às leis da gravidade e física, ela existe na primeira natureza, mas valor de troca sujeita às leis do mercado, move-se na segunda natureza. O trabalho humano produz a primeira natureza e as relações humanas produzem a segunda.

O que é uma abstração potencial nas origens e fundamentos do caráter humano do trabalho, torna-se uma realidade pela primeira vez sob o capitalismo. Não é a imediata ou a local natureza da existência humana que é produzida sob o capitalismo, mas a natureza como uma totalidade. O modo de produção baseado no capital conduz à luta universal pela apropriação da natureza, tão bem como vínculo social por si mesmo, pelos membros da sociedade. Por isso, a influência civilizadora do capital, sua produção de um estágio da sociedade em comparação com as primeiras, aparenta-se como meros desenvolvimentos locais da humanidade e como idolatria da natureza'<sup>46</sup>. A natureza material é produzida como uma unidade no processo de trabalho, a qual é conduzida pelas necessidades, pela lógica e pelas idiossincrasias da se-

gunda natureza. Nenhuma parte da superfície terrestre, da atmosfera, dos oceanos, dos substratos geológicos ou dos superestratos biológicos estão imunes à transformação pelo capital. Em forma de uma taxa de preço, todo valor de uso é derivado como solicitação do processo de trabalho, e do capital — por sua natureza, a quintessência socializada — é forçada a transformar em mercadorias todas as solicitações.

Este pode parecer ser a lógica dos argumentos de Marx, mas ele não torna claro em *O Capital* que o processo de trabalho ainda emprega "muitos meios de produção, proporcionados diretamente pela natureza, mas não representa nenhuma combinação de substâncias naturais com o trabalho humano"?<sup>47</sup> Isto não provoca distúrbios na noção de que a natureza é produzida? É necessário observar aqui duas espécies de exemplos. Primeiro, é possível que em termos de política econômica, a substância natural não incorpore valor de troca, mas é todavia em termos de valor de uso profundamente alterado pelo trabalho humano, tanto direta como indiretamente. Isto pode acontecer, por exemplo, com a terra agrícola onde as mercadorias para a terra já retornaram em todo o seu valor e, então, foram completamente desvalorizadas, mas onde a fertilidade e a estrutura física do solo são grandemente alteradas<sup>48</sup>. Isto pode também ser o caso com os mais óbvios produtos do trabalho, tais como construções, que já não têm qualquer traço econômico de suas origens no processo de produção, mas certamente retêm as características físicas da gerência humana. Mais comumente, alguns aspectos da natureza podem ter sido alterados dramaticamente em sua forma física, pela atividade humana, sem que houvesse de alguma maneira um investimento de tempo de trabalho socialmente necessário. A produção da síndrome do choque tóxico, câncer, e outras doenças humanas produzidas são muitos exemplos, assim como as alterações climáticas oriundas da atividade humana. Como elementos de primeira natureza eles são produzidos, embora não como mercadorias.

Mas há casos mais graves onde, de fato, mesmo quando a forma da substância natural não tenha sido previamente alterada pela atividade humana. Partes substanciais do substrato geológico podem provavelmente ser considerados, se alguém foi suficientemente a fundo. Também poderia ser o sistema solar, se alguém for suficientemente distante, isto é, além da Lua e além de alguns planetas e além de alguns

meteoritos que tenham sido espalhados pelo espaço. Mas estes exemplos extremos raramente testemunham para a falsidade da tese "produção da natureza", especialmente quando alguém olha para exemplos terrestres que supostamente não tenham sido produzidos em qualquer sentido que se queira conceber. Do manejo da vida selvagem para a alteração da paisagem pela ocupação humana, o ambiente material apresenta a marca do trabalho humano; dos salões de beleza aos restaurantes, e do parque de acampamento ao cartão postal de Yogi Bear, Yosemite e Yellowstone, são primorosas experiências culturais do ambiente, cujos lucros substanciais são recolhidos cada ano. Aqui o objeto não é nostalgia por uma pré-produção da natureza enquanto se puder olhar para ela, mas antes demonstrar a extensão pela qual a natureza tem sido de fato alterada através da ação humana. Onde a natureza sobrevive intacta, milhas acima da superfície da terra, ou anos luz de distância, isto só é possível ainda porque é inacessível. Se pudermos deixar esta natureza inacessível mantendo nossa noção de natureza como Paraíso, isso representa um ideal da imaginação abstrata da natureza, uma noção que nunca conhecemos na realidade. O ser humano tem produzido tudo o que seja natural, tornando as coisas acessíveis para ele.

A unidade da natureza que o capitalismo dirige é certamente uma unidade material, mas isto não é uma unidade física ou biológica do cientista natural, mas é uma unidade social centrada no processo de produção. Mas essa unidade não deve ser mostrada como significando uma indiferenciada natureza. Há, como visto acima, uma distinção entre primeira e segunda naturezas. Mas do ponto de vista da produção da natureza pelo capitalismo, e a tendência para tornar esse processo universal, quão relevante seria essa distinção em contraste com a unidade da natureza? Certamente, a estrutura econômica se apresenta como uma segunda natureza: "as leis da economia em toda produção não planejada e não organizada confrontam o homem com leis objetivas, contra as quais são incapazes, até mesmo na forma de leis naturais". Então Marx considerou sua tarefa, em *O Capital*, como uma colocação básica da lei econômica do movimento da moderna sociedade". Seu "ponto de vista, do qual a evolução econômica da sociedade é considerada como um processo natural da história, pode menos do que qualquer outra criar as responsabilidades individuais pelas relações, cujas criaturas somente permanecem, de qualquer maneira, como apenas subjetivamen-

te colocadas acima delas. O ser humano certamente faz sua própria história, mas não a faz sob condições de sua própria escolha, mas sim sob condições dadas e transmitidas pelo passado"<sup>49</sup>.

Mas há um problema potencial com vistas às leis da economia e da sociedade, tal como um aparente modo naturalista, como Marx expressou na sua famosa carta para Kugelmann, de 11 de julho de 1868: "Nenhuma lei natural pode ser feita desta forma. O que pode mudar nas circunstâncias históricas é a forma como essas leis operam"<sup>50</sup>. Se as leis econômicas do capitalismo são realmente leis naturais, Marx parece estar dizendo que elas, através da implicação capitalista, não podem operar desta forma. Ainda que isto não faça sentido, vindo de Marx, o defensor revolucionário que devotou sua vida para a luta pelo socialismo. Não que isso seja um deslize da parte de Marx, uma reversão em considerar a natureza como rudemente fora da sociedade, desde que a referência à lei natural não faça referência à gravidade ou às leis da física. Mas sim à distribuição do trabalho social. (Esta aparente contradição foi que acidentalmente levou Schmidt a ver em Marx uma distinção entre categorias lógico-epistemológicas e econômicas e, de lá para cá, para preparar a acusação de utopismo).

As soluções recaem não na distinção filosófica entre categorias, mas como sempre na prática humana, especialmente na história humana. De modo semelhante à gravidade, as leis do mercado podem ser obedecidas ou contrariadas, e desse modo podemos mudar a forma na qual elas operam e são experienciadas. Mas, de modo diferente da de gravidade, não há nada de natural com a lei do valor; nenhuma sociedade viveu sem experimentar a atuação da gravidade, mas muitos podem viver sem lei do valor. Entretanto, outras leis do mercado são experienciadas sob a forma de leis naturais, mas não são equivalentes à gravidade. Este é precisamente o ponto de vista de Marx, quando diz que o fim do capitalismo torna possível o fim da história natural dos seres humanos e o início da verdadeira história, o fim das leis sociais experienciadas na forma de leis naturais, e o início do verdadeiro controle social sobre a história. Com o tremendo desenvolvimento das forças produtivas, o capitalismo coloca em questão a produção da natureza. Mas isto é uma questão que o modo de produção capitalista é incapaz de resolver. Ele tem a natureza unificada para o futuro, e não pode fazê-lo para o presente.

A distinção entre a primeira e a segunda naturezas é obsoleta. Como uma distinção filosófica entre equivalentes abstratos e ontológicos ou até mesmo entre realidades similares, tornou-se obsoleta tão logo quando não mais se referia à divisão entre sociedade humana e não-humana. Como uma divisão entre materialidade e abstração, a distinção entre primeira e segunda naturezas certamente capturou a complexidade da organização social e o distanciamento da natureza primária. Mas a habilidade do capital para produzir o mundo material "à sua própria imagem"<sup>31</sup> tornou essa distinção como sua própria vítima — uma abstração que tinha perdido o contato com a mudança da realidade e o potencial da história humana. A produção da primeira natureza, de e como parte da segunda natureza, faz da produção da natureza, não como primeira ou segunda natureza em si mesmas, a realidade dominante. Mas permanece aqui uma importante distinção a fazer.

Engels alude para esta distinção quando observa que nosso "domínio" da natureza consiste no fato que temos a vantagem, em relação a todas as outras criaturas, de ser capazes de aprender suas leis e aplicá-las corretamente"<sup>32</sup>. A produção da natureza é somente possível fazendo a indentificação e aplicação das leis na natureza. Mas a indentificação das leis da natureza envolve inevitavelmente um claro conhecimento dos limites dessas leis e a distinção entre leis que são na realidade naturais e aquelas que, sob uma forma específica de sociedade, são feitas para parecerem naturais. Esta não é uma distinção filosófica, mas prática. A diferença entre gravidade e lei do valor não preocupa o que pode e o que não pode ser produzido desde que o efeito da gravidade possa ser facilmente oposto e alterado completamente, e resultados contrários obtidos, simplesmente pela indentificação e aplicação social de outras leis da natureza. Nós fazemos isto todo tempo, nós fazemos uma aeronave voar, por exemplo. A distinção fundamental que precisa ser feita é, entretanto, entre o que pode e o que não pode ser destruído para ser substituído. Esta distinção é realizada no processo prático da história social, não como um processo de especulação filosófica. Olhando para o passado histórico, as indicações são de que a lei de gravidade não pode ser destruída, mas entretanto pode ser contrariada em sua forma atual, como operação socialmente determinada, contudo a lei do valor pode ser destruída. Olhando para o passado da história, somente pelo descobrimento e indentificação das leis naturais, nós atualmente somos ca-

pazes de distinguir e rever as leis naturais que formam a base da natureza humana. Isto pode ser completado somente no processo de destruição da pirâmide social, que se apresenta ela mesma como lei natural. Aqueles que numa sociedade, possuidores de acurada compreensão da natureza humana, estão entre os postos mais altos dos sacerdotes pregam o natural (significando a inevitabilidade) do comportamento humano e social. Entretanto, são eles que têm o mais agudo sentido das monstruosidades sociais que precisam ser destruídas, isto é, aqueles que compreendem que o homem pode criar alguma coisa humana<sup>33</sup>.

Na incontrollada tendência para a universalidade o capitalismo cria novas barreiras para seu próprio futuro. Produz uma escassez de recursos necessários, empobrece a qualidade dos recursos ainda não consumidos, cria novas doenças, desenvolve uma tecnologia nuclear que ameaça o futuro de toda a humanidade, polui totalmente o ambiente que nós devemos consumir para reproduzir, e o processo diário de trabalho ameaça em muito a existência daqueles que produzem o essencial da riqueza social. Mas o ímpeto capitalista também deve desenvolver, como parte dele, força necessária para poder propagar como antinatural e vulnerável este modo de produção é, e quão historicamente temporário ele pode ser. Não é somente a relativa juventude do capitalismo que assinala seu aspecto de ser temporário, mas a produção dessas contradições internas é que garante o caráter temporário. A produção da natureza é o meio pelo qual estas contradições se concretizam. Nas novas sociedades, as relações contraditórias com a natureza são expressas nas crises de escassez e os feitos são imediatos. E como ponto central do processo de produção, as crises de escassez também representam os limites periféricos da sociedade; a escassez natural determinou os limites do desenvolvimento social. Sob o capitalismo, as crises sociais são focalizadas no processo de produção, mas agora se alojam no coração de um sistema social complexo. A produção da natureza é universal ao mesmo tempo em que as contradições internas neste processo são igualmente universais. A crise atual não surge na interface entre a sociedade e a natureza exterior, mas das contradições do âmago do próprio processo social de produção. Na medida em que as crises sociais são ainda hoje atribuídas à escassez natural, isso pode ser visto como uma escassez produzida na natureza.

Sob a forma de energia nuclear ou na revolta da classe operária,

a contradição escrita na produção da natureza emana da forma do próprio capitalismo. Assim podemos entender Marx de maneira não tanto metafórica, quando ele escreve que o capitalismo cria: "barreiras em sua própria natureza", a última das quais é a classe trabalhadora que ele diferencia do resto da humanidade como os escravos pagos do capital. Esta "barreira em sua própria natureza" irá, "num certo estágio do seu desenvolvimento, permitir [no capitalismo] ser reconhecido como sendo ele próprio a maior barreira [ao seu próprio desenvolvimento], e então se dirigirá em direção de sua própria suspensão"<sup>54</sup>. No processo de luta contra o capital, é a classe operária que fará a escolha verdadeira na definição da natureza humana. Isto não é tudo para sugerir que a classe operária hoje é, de algum modo por definição, mais natural que as outras classes. Como uma classe alienadora do controle da sociedade que a emprega, a classe trabalhadora é de toda maneira não natural e produto do capitalismo. Nem isto é significativo para implicar na inevitabilidade do socialismo. É significativo, contudo, para sugerir a inevitabilidade da revolta; é uma lei da natureza que o animal humano, privado dos meios de satisfação de suas necessidades naturais, reagirá a esta privação, às vezes violentamente também socialmente e às vezes organizado. A forma da revolta é governada por leis não naturais; ao invés disso, é um produto social. A vitória desta revolta trará consigo a oportunidade historicamente única para os seres humanos tornarem-se os almejados sujeitos sociais, e não os sujeitos naturais de sua própria história.

#### IV CONCLUSÃO

Quando ensinava em Yale, o grande geógrafo imperial Isaiah Bowman costumava dizer aos seus alunos "que se poderia construir uma cidade de uma centena de milhar de habitantes no Pólo Sul e dotá-la de luz elétrica e de teatro de ópera. A civilização poderia suportar o custo". Isto ocorria no momento em que a expedição de Peary havia alcançado o Pólo, em 1909. Enquanto a noção de um Pólo Sul urbano provavelmente representasse um corretivo quase extremo à sua atração anterior pelo determinismo ambiental, Bowman estava, sem dúvida, correto. Na mesma linha, ele costumava clamar "que poderemos também

erguer uma cadeia de montanhas no Saara, alta o suficiente para provocar chuva". Em termos mais gerais, vinte anos depois, ele notou mais precisamente que "o homem não pode mover montanhas" — isto é, não sem primeiro "conseguir um contrato"<sup>55</sup>.

Predizivelmente, a produção da natureza seguiu um padrão guiado menos pela extrema irracionalidade do evento físico e mais pela rentabilidade do evento econômico. Predizivelmente também, talvez seja na América do Norte, que deu os rumos da expansão do capitalismo mundial de 1918 até 1973, que encontramos um dos mais complicados exemplos de produção da natureza. Assim, na sua análise iconoclástica de *Megalopolis*, Jean Gottmann oferece-nos o seguinte:

As tentativas prometeanas, que foram há longo tempo confinadas aos sonhos dos povos europeus, resignados ao "status quo" em suas terras natais, romperam velhas barreiras em suas áreas vazias... Enquanto havia no tempo um limite à expansão das terras livres, as grandes cidades de Megalopolis se desenvolveram através de uma divisão do trabalho mais detalhada, maior troca de serviços, maior domínio e mais acumulação de capital e pessoas, uma visão sem fronteiras de recursos ilimitados para uma sociedade afluyente.

A expansão da Megalopolis pode certamente ter ocorrido sem tal extraordinária direção prometeana. Desde que a fronteira se torne mais urbana em sua natureza, desde que a área selvagem a ser domesticada mude de maneira óbvia de árvores e pradarias para ruas de cidade e aglomerados humanos, os abutres que castigaram Prometeu podem ser mais difíceis de serem espantados<sup>56</sup>.

A mistura potencialmente contraditória de oportunidade e apocalipse nesta visão não é totalmente diferente do trabalho dispensado à natureza por Marx. Marx e Engels tradicionalmente visualizavam a substância da relação com a natureza em termos de controle ou dominação crescente sobre a natureza, embora em um sentido não unidimensional: "O controle sobre a natureza começou com o desenvolvimento da mão, com o trabalho e ampliou o horizonte humano para todos os novos avanços"<sup>57</sup>. Assim que o sol iluminou o capitalismo, este controle progressivo da natureza moveu uma engrenagem; pela primeira vez historicamente o crescimento econômico, sob a forma de acumulação de capital, tornou-se uma necessidade social absoluta e a ampliação contínua da dominação da natureza tornou-se igualmente neces-

sária. Mas o capital e a sociedade burguesa que o sustenta provocam não uma mudança quantitativa, mas justamente uma mudança qualitativa em relação à natureza. O capitalismo herda um mercado mundial global — um sistema de troca e circulação de mercadorias — que ele digere e então regurgita como sistema capitalista mundial, um sistema de produção. Para atingir este ponto, a própria força de trabalho humano é convertida em mercadoria, produzida como qualquer outra mercadoria de acordo com relações sociais especificamente capitalistas. A meta do capital é a produção na natureza na escola global e não somente um crescente manejo habilidoso sobre a natureza.

Esta é a conclusão lógica não explícita da concepção de Marx, e em parte do trabalho de Engels, sobre a relação com a natureza, embora a idéia de uma "dialética da natureza" tenha conduzido Engels a um padrão diferente, e acredito que seja um caminho errado. A questão é porque eles mantiveram a linguagem e, em parte, a concepção de "domínio" e "dominação" sobre a natureza. Na prática, a relação com a natureza progrediu além daquela da de domínio e dominação, tão logo a distinção entre primeira natureza pré-humana (a dominada) e uma segunda natureza humana (a dominadora) foi considerada obsoleta. "Domínio" nem sempre descreve a relação entre as novas primeira e segunda naturezas, a distinção entre materialidade e abstrações que recai na primeira, simples distinção. A matéria não é, de qualquer forma, dominada ou controlada por um mundo de abstração — isto rapidamente desembocaria no idealismo —, mas partes específicas da matéria no mundo são produzidas (isto é, sua forma é alterada) de acordo com leis abstratas, necessidades, forças e acidentes da sociedade capitalista. A realidade da produção da natureza é muito mais óbvia hoje, no século vinte, do que foi em meados do século dezenove e isso explica por que Marx pôde se fixar na noção de domínio. Um século a mais de desenvolvimento capitalista, agitado pela perseguição inexorável da mais alta valia, deve ter construído a idéia de produção da natureza como um clichê terrível. Embora seja uma idéia quase quixotesca (longe de ser um clichê, é uma novela), é testemunha da força da ideologia da natureza.

A produção da natureza não deve ser confundida com domínio sobre a natureza. Embora algum domínio geralmente acompanhe o processo de produção, isto não está em todos os casos assegurado. A produção da natureza não é, de qualquer modo, a complementação do do-

mínio sobre ela, mas alguma coisa qualitativamente diferente. Mesmo Engels foi cuidadoso em distinguir entre domínio (que tem conotações muito maiores de controle que "produção") e controle: "não nos... convencemos tanto por conta de nossas vitórias humanas sobre a natureza", ele disse, e então dá um parágrafo de exemplos que ilustram o custo destas vitórias e a "vingança" da natureza. A cada passo ele conclui:

Somos lembrados que nem sempre legislamos sobre a natureza como um conquistador sobre um povo estrangeiro, como alguém que fica fora da natureza — mas que nós, com carne, sangue e cérebro, pertencemos à natureza e existimos no seu interior, e que todo o nosso domínio sobre ela consiste no fato de que temos a vantagem, sobre todas as outras criaturas, de sermos capazes de aprender suas leis e aplicá-las corretamente<sup>8</sup>.

A idéia de revanche da natureza carrega algo das implicações dualistas inerentes do "domínio", mas a despeito disto, o ponto essencial é um esclarecimento maravilhoso dado o contexto (ao qual Engels em outro lugar do mesmo trabalho sucumbiu) do triunfalismo científico do século dezenove. Assim, a produção industrial do dióxido de carbono e do dióxido de enxofre na atmosfera teve efeitos climáticos muito descontrolados: se ainda permanecem no círculo das especulações, as possibilidades do efeito de estufa e o conseqüente derretimento das calotas glaciais, têm sido difundidos por um número crescente de cientistas, enquanto muitos daqueles que rejeitam a idéia esperam um igualmente dramático resfriamento, e o conteúdo aumento de dióxido de enxofre no ar é responsável pela chuva ácida. Mesmo, ou talvez especialmente, a produção das mãos humanas não foi, de modo algum, um processo controlado. A mais completa e elaborada das produções humanas, o sistema capitalista, é, ao mesmo tempo, a mais anárquica. Assim como poluentes são produtos integrativos do processo de produção, embora não sejam seu objetivo imediato, a maior parte da produção da natureza não é a meta deliberada da produção. O processo de produção é quase deliberado, mas seu objetivo imediato, lucro, é considerado em termos do valor de troca, não valor de uso. Este tipo de controle é de importância vital, mas somente quando é considerado dentro do contexto. A primeira questão não é se ou em que extensão a natureza é controlada; esta é uma questão colocada na linguagem dicotômica da primeira e segunda na-

turezas, do domínio ou não domínio pré-capitalista sobre a natureza. A questão realmente é *como* produzimos a natureza e *quem* controla esta produção da natureza.

O capitalismo desenvolveu as forças da produção até o ponto onde a unidade da natureza vem a ser uma possibilidade. Mas, sob o capitalismo, esta unidade é somente sempre uma tendência continuamente prometida pela condução em direção à universalidade. O capitalismo cria os meios técnicos, mas não pode por si só cumprir a promessa. A opção, como disse Marx, é o socialismo ou o barbarismo; tanto um como outro, a unidade da natureza. A ironia cruel desta opção é mais aguda hoje, pois com a ameaça de guerra nuclear, o barbarismo unifica a natureza esclarecendo-a. Apesar disso, a sociedade de classe, que ameaça o enfrentamento barbárico final, também oferece a ambição do socialismo. Socialismo não é uma utopia nem uma garantia. É, contudo, o lugar e o tempo onde e quando a unidade da natureza se torna uma possibilidade real. É o palco do esforço para desenvolver um real controle social sobre a produção da natureza. Precocemente na sua vida, Marx retratou o comunismo como "a solução genuína do conflito entre o homem e a natureza"<sup>59</sup>. Se isso é verdade, fica para ser visto e feito.

O que é certo é o esforço sobre este conflito, a revolta contra a privação. Em muitos casos é uma luta controlar o que é "socialmente necessário". Como a poluição, a maior parte da produção da natureza é o resultado não deliberado e não controlado do processo de produção. Eles podem ser produtos integrativos do processo de trabalho, mas poluição e muitas outras partes produzidas da natureza não são produtos do "tempo de trabalho socialmente necessário". O esforço pelo socialismo é a luta pelo controle social para determinar o que é ou não é socialmente necessário. Em último caso, é a luta para controlar o que é ou não é valor. Sob o capitalismo, este é um julgamento feito no mercado, o qual se apresenta como um resultado natural. Socialismo é o esforço para julgar a necessidade de acordo, não com o mercado e sua lógica, mas com as necessidades humanas, de acordo não com o valor de troca, mas com o valor de uso.

Mais tarde em sua vida Marx foi menos especulativo com respeito à relação com a natureza, mais circunspecto sobre o que o comunismo poderá ou não ser. A passagem abaixo de *O Capital* nos remete a este

assunto, mas comparada com seu escrito anterior é politicamente mais concreta, sucinta e resoluta:

"O reino da liberdade realmente começa somente onde o trabalho, que é determinado pela necessidade e por considerações mundanas, cessa; então, na própria natureza das coisas, ele fica além da esfera da produção material real... Liberdade neste campo somente pode consistir no homem socializado, os produtos associados regulando racionalmente seu intercâmbio com a natureza, trazendo-a sob seu controle comum, ao invés de estarem regulados por ela como pelas forças cegas da natureza; e alcançando isto com menos dispêndio de energia e sob condições as mais favoráveis e desejáveis à sua natureza humana. Mas, apesar disto, ainda permanece o reino da necessidade. Além dele começa aquele desenvolvimento de energia humana, que é um fim em si mesmo, o verdadeiro meio de liberdade, o qual pode florescer somente com este reino de necessidade como sua base. A diminuição do dia de trabalho é seu pré-requisito básico"<sup>60</sup>.

A diminuição do dia de trabalho é, como podemos dizer, a demanda transicional. Ele ainda é moldado em termos do valor de troca. Quanto mais curto o dia de trabalho, menor a massa de mais-valia produzida sob a forma de lucro para a classe capitalista. A demanda final é para o controle a partir dos trabalhadores, controle sobre o processo de produção e a partir deste, controle sobre a produção da natureza, ou seja, superação do capitalismo e seu controle da sociedade através do controle do sistema de valor de troca; de forma a controlar a esfera dos valores de uso. O conceito de "produção da natureza" nesta forma faz aquilo que o "conceito de natureza" de Schmidt desejava fazer, mas nunca conseguiu: "mudanças no conceito de ação política"<sup>61</sup>.

Haverá aqueles que vêm esta análise, sem dúvida a única idéia da produção da natureza, como uma afronta herética e uma violação brutal da beleza, santidade e mistério inerentes à natureza. O significado da natureza para eles não é somente sagrado, transcendentais considerações vulgares como produção através do trabalho real do suor. Eles não estão errados sobre a vulgaridade; eles simplesmente tentam fugir dela e não negá-la. Mas ela é real. O capitalismo industrial contemporâneo e tudo o que ele implica é uma vulgaridade do capitalismo, não é uma vulgaridade da necessidade. É um produto da realidade presente, não um fantasma da teoria marxista. Outros não reclamam que se

não é muito vulgar, ainda assim, para uma teoria de natureza esta análise é terrivelmente antropocêntrica. Mas como a carga explicitamente romântica de vulgaridade, esta é também um produto da nostalgia. Tão logo os seres humanos se separaram dos animais, começando a produzir seus próprios meios de subsistência, eles começaram a mover-se mais e mais próximos ao centro da natureza. Através do trabalho humano e da produção da natureza na escala global, a sociedade humana colocou-se no centro da natureza. Desejar coisa diferente é nostálgico. Precisamente esta centralidade na natureza é o que impulsiona a louca busca do capital, realmente para controlar a natureza, mas a idéia de controle sobre a natureza é um sonho. É o sonho acalentado cada noite pelo capital e suas classes, em preparação para o próximo dia de trabalho. Verdaderamente humano, o controle social sobre a *produção* da natureza, contudo, é o sonho realizável do socialismo.

### 3

## A Produção do Espaço

A menos que o espaço seja conceituado como realidade completamente separada da natureza, a produção do espaço é um resultado lógico da produção da natureza. Várias suposições seriam necessárias com relação ao significado do espaço e da relação entre espaço e natureza, mas o argumento demonstrando a produção do espaço seria claramente direto. É óbvio que o problema reside nas suposições porque, à semelhança do conceito de "natureza", o conceito do espaço tende a ser dado como algo indiscutível e seu significado como algo não problemático, enquanto na verdade é um conceito vago, com multiplicidade de significados muitas vezes contraditórios. Não importa a perspectiva crítica que assumamos com relação ao conceito, é difícil de se escapar de algumas noções básicas de espaço — espaço como um campo, como um receptáculo, como simples vácuo. Hoje, em sociedades ocidentais, essa visão de espaço é virtualmente instintiva na linguagem comum. Mas, "no interesse da ciência", como Albert Einstein escreveu, em referência explícita aos conceitos de espaço e tempo, "é necessário cada vez mais lançar-se à crítica desses conceitos fundamentais, para que não possamos ser inconscientemente governados por eles."<sup>1</sup> Mais do que confiar simplesmente nas conclusões do capítulo anterior tentaremos, então, analisar a questão do espaço nos seus próprios méritos; somente nas etapas finais ela será ligada à discussão acerca da natureza. Isto não irá apenas oferecer um argumento mais sólido para a produção do espaço, mas também nos dará a oportunidade de examinar criticamente o conceito de espaço. Isto, por sua vez, deveria oferecer uma base conceitual adequada para se examinar a geografia do capitalismo e especificamente

para se mostrar a relação entre a produção da natureza e o caráter desigual do desenvolvimento capitalista.

Nossa preocupação é com o espaço geográfico que podemos considerar, no seu sentido mais geral, como o espaço da atividade humana, desde o espaço arquitetural, numa escala mais baixa, até a escala de toda superfície da Terra. Um outro significado mais específico do espaço geográfico aparecerá à medida em que a análise se desenvolver. O ponto importante é distinguir espaço geográfico dos muitos outros significados e tratamentos de espaço que não podem ser ora considerados<sup>2</sup>. Desde o início da década de sessenta, a concepção de espaço geográfico tem sido objeto de discussões consideráveis. Duas concepções particulares de espaço têm sido objeto de destaque: o espaço absoluto e o espaço relativo. A discussão surgiu em relação à chamada Revolução Quantitativa na Geografia, que se materializou no início da década de 60. Anteriormente, os geógrafos tendiam a confiar quase exclusivamente na concepção absoluta de espaço, mas uma visão mais ampla da questão acompanhou as inovações técnicas da Revolução Quantitativa<sup>3</sup>. Nessas diferentes concepções de espaço estão envolvidas relações muito diferentes com a natureza e com os eventos materiais.

Falando sobre a produção do espaço, estamos tentando levar a discussão um passo avante. Mas, para fazer isto, é necessário estar consciente das origens e significados da distinção entre espaço absoluto e espaço relativo. Na verdade, tais conceitos originam-se nas ciências físicas e na filosofia da ciência; por esse motivo abordaremos primeiro o tratamento científico de espaço, com o objetivo de entender as origens históricas e epistemológicas mais amplas dos conceitos que ajudam a formar nossa atual compreensão da geografia do capitalismo.

## I ESPAÇO E NATUREZA

Em 1920, somente poucos anos após a publicação da teoria geral da relatividade, Alfred North Whitehead declarou: "não é senão um exagero perdoável dizer que a determinação do significado de natureza reduz-se principalmente à discussão do caráter do tempo e do caráter do espaço."<sup>4</sup> Reconhecendo a íntima relação que existe entre espaço e natureza, Whitehead evocou a radicalmente nova concepção pós-newtoniana de espaço apresentada pela teoria da relatividade. Mas, na medida em

que considerou o espaço como algo de algum modo anterior à natureza, conservou uma visão de espaço que se havia tomado uma ortodoxia social e científica pelo menos desde Newton. Historicamente, o espaço tem sido sempre concebido em relação à natureza, mas o caráter da relação tem sido visto sob várias formas diferentes. A concepção de Newton de espaço absoluto é a exceção que prova a regra. A fim de ver o espaço como uma entidade completamente independente, existindo separada da matéria (espaço absoluto), Newton também teve que teorizar uma concepção paralela ou mesmo secundária do espaço relativo, que poderia ser definida somente em relação aos eventos materiais. Como o próprio Newton esclareceu, a definição de espaço absoluto representava uma clara ruptura com as noções anteriores de espaço que em maior ou menor medida eram confundidas com eventos materiais.

"Eu não defino tempo, espaço, lugar e movimento como sendo coisas conhecidas por todos. Somente devo observar que as pessoas comuns concebem aquelas quantidades não a partir de outras noções, mas da relação que elas estabelecem com os objetos sensíveis. E daí surgem certas idéias pré-concebidas, para cuja eliminação será conveniente distingui-las em absolutas e relativas, verdadeiras e aparentes, matemáticas e comuns...

O espaço absoluto, em sua própria natureza sem relação com qualquer coisa exterior, sempre permanece semelhante e imóvel. O espaço relativo é uma dimensão ou medida um tanto mutável dos espaços absolutos, que nossos sentidos determinam por sua posição em relação aos corpos"<sup>5</sup>.

Hoje, aproximadamente três séculos depois, não é o conceito de seus adversários mas o próprio conceito absoluto de Newton que indretamente informa o senso comum com relação ao espaço. Hoje, no avançado mundo capitalista, todos nós concebemos o espaço como vácuo, como um receptáculo universal no qual os objetos existem e os eventos ocorrem, como um quadro de referência, um sistema coordenado (juntamente com o tempo) em que toda realidade existe. Essa visão de espaço parece tão evidente por si mesma que, apesar de sua natureza vaga e da ambigüidade que resultam do fato de estar continuamente sendo empregada como metáfora, no seu uso quotidiano apresentamos uma atitude quase totalmente acrítica com relação a ela. O espaço é simplesmente um dado universal da existência.

Antes de Newton, assim como imediatamente após ele, concepções relativas de espaço tendiam a prevalecer. De acordo com a concepção relativa, o espaço não é independente da matéria. As relações espaciais são, na realidade, relações entre partes específicas da matéria e, assim, são puramente relativas ao movimento, ao comportamento e a composição da matéria e dos eventos materiais. Embora os atomistas gregos possam ter tido um conceito parcialmente desenvolvido de espaço absoluto, foi somente com Newton que a distinção entre espaço absoluto e espaço relativo se tornou explícita. Enquanto a teoria da relatividade de Einstein parecia reafirmar a prioridade do espaço relativo, vendo o espaço absoluto como somente um caso especial de espaço relativo, o espaço relativo da Física do século vinte é marcadamente diferente da relatividade pré-newtoniana do espaço. Agora, enquanto não há nenhuma passagem automática dos conceitos espaciais de Física Matemática para a ciência social, a relatividade na Física era uma poderosa influência que levava os geógrafos a refazer suas concepções de espaço. Mas a história do conceito de espaço na ciência física é mais complexo do que a visão conceitual inicial do espaço absoluto e do espaço relativo poderia sugerir, e hoje na Física e na Filosofia o debate continua. Há três questões fundamentais nessa história que são muito pertinentes à tarefa a que propomos; cada uma diz respeito a algum aspecto da relação entre espaço e natureza e examinaremos as três.

Em primeiro lugar, a história do conceito é marcada por uma contínua abstração do espaço em relação a matéria. Esta distinção que fazemos atualmente não se aplicava às sociedades primitivas. O espaço não era diferenciado da matéria, nem da força ou do poder, do homem ou de qualquer outra coisa. A unidade da natureza era completa; espaço, substância e significado eram uma coisa só. Este tratamento primitivo do espaço é descrito minuciosamente por Robert Sack:

"Na visão primitiva, a terra não é algo que pode ser dividido em partes e vendida como lotes. A terra não é uma parte do espaço existindo dentro de um sistema maior. Pelo contrário, ela é vista em termos de relações sociais. As pessoas, como uma parte da natureza, estão intimamente ligadas à terra. Pertencer a um território ou a um lugar é um conceito social que exige, primeiramente e antes de tudo, pertencer a uma unidade social. A terra, por si mesma, está em poder do grupo como um todo. Não é privati-

vãmente dividida nem possuída. Além disto, ela é viva como os espíritos e a história das pessoas, e os lugares sobre ela são sagrados".<sup>7</sup>

Neste estágio, é o lugar, e não o espaço, que as pessoas vivenciam. A abstração de lugares específicos do espaço em geral não foi feita ainda. O espaço e seu uso (mítico e material) são indistinguíveis enquanto espaço social e físico. A consciência do espaço é uma decorrência direta da atividade prática. Cassirer apresenta uma ilustração particularmente geográfica:

"A etnologia nos mostra que as tribos primitivas são geralmente dotadas de uma percepção extraordinária aguda do espaço. Um nativo dessas tribos tem olhos para enxergar todos os detalhes mais minuciosos de seu ambiente. Ele é extremamente sensível a qualquer mudança na posição de objetos comuns em seus arredores. Até mesmo sob muitas circunstâncias difíceis ele será capaz de encontrar seu caminho. Ao remar ou velejar segue com a maior precisão todas as curvas do rio que ele sobe ou desce. Mas, examinando-se mais rigorosamente, nós descobrimos, para nossa surpresa, que, apesar destas facilidades, parece haver uma estranha lacuna na sua apreensão do espaço. Se você lhe pedir que lhe dê uma descrição geral, um esboço do curso de rio, ele não será capaz de fazê-lo. Se você quiser que ele desenhe um mapa do rio, de suas curvas, ele parece até mesmo não entender a sua pergunta. Aqui compreendemos bem nitidamente a diferença entre a apreensão concreta e a apreensão abstrata do espaço e as relações espaciais. O nativo está perfeitamente familiarizado com o curso do rio, mas sua informação está bem longe do que podemos chamar de conhecimento abstrato, de senso teórico<sup>8</sup>.

Como foi frisado anteriormente, é provável que o conceito do espaço como um objeto identificável de consciência tenha precedido ao conceito de tempo.<sup>9</sup> O desenvolvimento do conceito do espaço, separado de espaço e lugares particulares, coincidiu com um marco mais importante da história humana — as origens da Filosofia, do pensamento conceitual, que não é mais decorrência direta da atividade prática imediata. Os primeiros filósofos gregos continuaram confundindo espaço com matéria, mas como é evidente no caso de Pitágoras, eles também foram capazes de ver o espaço em termos conceituais mais abstratos. Mais tarde, as teorias de Aristóteles e Platão e dos atomistas gregos fo-

ram capazes de considerar o espaço como algo ainda mais separado da matéria vendo-o como cada vez mais independente. Para Platão, o espaço vazio é visto como um substrato material indiferenciado, o que levou a reduzir a matéria ao espaço, tema este discutido atualmente. Tomando um rumo diferente, Aristóteles comparou o espaço a um campo da força, tema que também permanece até hoje. Mas enquanto o espaço era, de algum modo, mais básico que matéria, para Platão, o oposto parecia ser verdadeiro, para Aristóteles. Como Jammer perceptivelmente apontou, o espaço era "um acidente da matéria" para Aristóteles<sup>10</sup>. Mas a questão interessante, para nossos propósitos, não é tanto a diferença entre essas noções e as diferentes teorias que elas prenunciam, mas sim o acordo entre Platão e Aristóteles no que tange à inseparabilidade do espaço e da matéria. A Geometria é o elo crucial. Tanto para Platão como para Aristóteles, a Geometria é a cola que une o espaço à matéria. A Geometria é explicitamente uma abstração dos corpos físicos reais, ao mesmo tempo que descreve a estrutura do espaço.

Como isto sugere, não havia somente um, mas um número considerável de conceitos pré-newtonianos de espaço, muitas vezes existindo um ao lado do outro, somente mais ou menos relacionados. Foi obra de Newton agrupá-los numa base unificada para conceituar o espaço; com o conceito de espaço absoluto e sua relação ao espaço relativo, ele se apresentou, como de fato o era, uma simples abstração. O espaço se tornou algo em si mesmo. Mas o que se ganhou em generalidade com o conceito de espaço absoluto foi conseguido a alto custo. Os detalhes dos espaços individuais poderiam ser tratados somente em relação aos eventos e objetos materiais, isto é, como espaços relativos, que, enquanto tinham que obedecer às leis universais da Física, poderiam ser constituídos por qualquer número de processos e relações específicas que não eram imediatamente determinadas pelas leis da Física. Numa linguagem menos exata, porém mais acessível, a completa abstração do espaço físico em relação com a matéria acarretou a possibilidade de definir outros tipos de espaço distintos do espaço físico; quando o espaço físico tornou-se absoluto, ele deixou atrás de si um "espaço" conceituai que eventualmente seria preenchido por conceitos tais como o de "espaço social". Enquanto o espaço e a matéria permaneceram, de algum modo, confundidos, a atividade material humana não pôde ser conceituada em abstração ao espaço físico. Mas na medida em que o espaço da

atividade humana é inseparável dos eventos e objetos materiais que constituem aquela atividade, o conceito absoluto era incapaz de definir este espaço "social", uma vez que ele era completamente independente dos fenômenos materiais. Para ser exato, a atividade social poderia até ser vista como algo que ocorre em um espaço absoluto, mas em seu absolutismo, esse espaço permanece intocável pela especificidade da atividade espacial humana. A separação do espaço relativo e do espaço absoluto ofereceu os meios pelos quais um espaço social poderia ser separado do espaço físico, sendo o espaço social definido não em relação a uma natureza primeira independente e exterior, mas a uma segunda natureza humanamente produzida. Como o espaço relativo de Newton é um subconjunto do espaço absoluto, o espaço social surgiu como um subconjunto diferenciado do espaço físico. Embora o surgimento do espaço social como um conceito separado tenha que ter esperado virtualmente, até que o subconjunto de espaço relativo abrangesse o conjunto que uma vez o continha, isso representa a origem de sua independência.

Agora poderia parecer que o advento da teoria da relatividade e a volta do espaço relativo assinalassem uma inversão no processo de abstração. E no sentido em que as relações espaciais são novamente vistas como integrantes das relações materiais, esse fato poderia ter sido verdadeiro. Mas algo mais acontece com o advento da teoria da relatividade. A separação newtoniana de espaço físico absoluto e da matéria não privou a Geometria de seu papel de cola conectando o espaço e a matéria, mas apresentou problemas para a Geometria euclidiana, que era diretamente verificável na experiência material. Enquanto o espaço e a matéria estavam ligados, essa verificabilidade direta era uma condição necessária da Geometria. Sua separação significou que a descrição do espaço físico não precisava mais de tal verificação experimental direta. O século dezenove viu o desenvolvimento das geometrias não-euclidianas, especialmente com Riemann, mas até a teoria da relatividade elas permaneceram como construções matemáticas puramente abstratas desligadas da experiência material. O espaço era conceituado como um múltiplo «-dimensional. Com Einstein, cujo trabalho era dependente dessa matemática, o espaço /7-dimensional aparentemente ganhou uma referência material. O significado de natureza não parece apenas reduzir-se ao significado do espaço e do tempo, como sugeriu Whitehead, mas a forma e a estrutura do espaço-tempo pareciam reduzir-se a relações ma-

temáticas. O espaço tridimensional ou o espaço-tempo tetra-dimensional abriram caminho ao espaço matemático «-dimensional; o espaço físico é substituído pelo espaço matemático. Enquanto o conceito de espaço físico sempre conservou alguma referência à experiência humana prática, o espaço matemático é uma completa abstração para além daquela. A exigência de que a estrutura da realidade seja matemática pode ser verificada somente em referência aos fenômenos materiais na escala do sistema planetário ou na escala da física subatômica. Pois nem mesmo o físico matemático, que o dia todo mensura o universo em «-dimensões, não o conceberia, numa caminhada à loja da esquina, operando no espaço «-dimensional. Concluindo, então, se nosso conceito de espaço é o produto de abstração contínua, a definição de espaço como uma base abstrata na qual toda a realidade existe deve, pelo menos, ser questionada. É o espaço, "em si mesmo", uma base para a realidade, ou é o conceito abstrato de espaço que é um fundamento para o modo em que vemos a realidade?

Se o primeiro fio condutor através da história do conceito de espaço é o da abstração contínua, o segundo é o desenvolvimento dialético. Há um movimento qualitativo assim como um movimento quantitativo. No seu trabalho clássico sobre a filosofia do espaço e do tempo, Hans Reichenbach fez a seguinte observação sobre a progressão histórica do universo ptolomáico para o copernicano e einsteiniano:

"A teoria da relatividade não diz que a concepção de Ptolomeu está correta; ela, em vez disso, combate a importância absoluta de ambas as teorias. Ela pode defender tal posição somente porque o desenvolvimento histórico se deu em ambas, e porque a conquista da cosmologia ptolomáica por Copérnico deu origem à nova mecânica, que por sua vez nos deu os meios para também reconhecer a unilateralidade da visão-de-mundo copernicana. O caminho para a verdade seguiu, nesse caso, a forma mais pura da dialética que Hegel considerava essencial em todo desenvolvimento histórico"<sup>11</sup>.

Assim como em relação ao universo, também com o espaço. Essa evolução de universos conceituais também implica um desenvolvimento dialético no conceito de espaço. O conceito de espaço relativo que a teoria geral da relatividade apresenta é, por um lado, uma inversão e um desenvolvimento combinados para além do espaço absoluto e, por outro lado, um evidente progresso para além do espaço pré-newtoniano.

Estas são mudanças qualitativas. O espaço pré-newtoniano era **simultaneamente** físico e social; o espaço pós-einsteiniano é matemático.

A teoria geral da relatividade de Einstein manteve a promessa de **recombinar** o espaço e a **matéria**, mas de maneira mais sofisticada que a confusão essencial que caracterizava o espaço pré-newtoniano. Esta promessa foi quase completamente expressa por Ernst Mach, várias **décadas** antes da descoberta de Einstein. Mach visava tornar a estrutura do espaço completamente subordinada à distribuição e ao movimento da matéria, isto é, para obter a vitória do espaço relativo sobre o espaço absoluto. A teoria da relatividade parecia oferecer a evidência experimental que consumaria a vitória, e o próprio Einstein dispôs-se a provar o que ele chamou "Princípio de Mach". Mas nem Einstein nem ninguém que o precedeu teve sucesso na descoberta dessa prova. Se a razão imediata para isso reside em certos resultados experimentais que parecem contradizer o Princípio de Mach, pode-se também destacar o caráter abstrato do conceito de espaço utilizado.

Enquanto o princípio de Mach implica a recombinação do espaço e da matéria, o conceito de espaço, implícito na teoria da relatividade, supõe a mais completa abstração em relação à matéria. Qualquer que seja a evidência experimental (e isto não é, de forma alguma, para subestimar sua importância) é difícil ver como, começando com um conceito de espaço tão completamente abstrato dos eventos materiais, poderia se concluir provando a relatividade do espaço em termos de matéria. Embora a noção de espaço matemático seja tomada como premissa nesse contexto, pode ser que Einstein fosse incapaz de escapar do perigo que ele identificou de ser governado por um de seus conceitos. Então, incapaz de provar o Princípio de Mach, embora ainda afirmando a teoria geral da relatividade, Einstein refugiou-se no campo familiar da Filosofia, e na distinção entre ontologia e epistemologia; o radicalismo da fronteira científica é rapidamente substituído por um conservadorismo. "Embora a matéria possa constituir a base epistemológica para o campo métrico", escreveu Jammer, resumindo a posição que Einstein assumiu, "ela não tem necessariamente prioridade ontológica para o sobre ele."<sup>12</sup> Na prática, embora Einstein lutasse continuamente para encontrar novos caminhos, isto significou a retenção da suposição de Newton sobre a prioridade do espaço sobre a matéria. Daí a redução de Whitehead da natureza ao espaço e ao tempo, em que, apesar da acei-

tação universal da teoria da relatividade, a matéria está subordinada ao espaço, e não vice-versa. A recombinação potencialmente revolucionária do espaço e da matéria é abalada por suposições e distinções filosóficas tradicionais que são, elas próprias, produtos da abstração conceitual. Assim, a dialética identificada por Reichenbach permanece historicamente incompleta.

O terceiro ponto a ser examinado é a base material do desenvolvimento do conceito de espaço. Pois a dialética hegeliana de Reichenbach também tem uma base material; o conceito de espaço é, acima de tudo, um produto social. Newton foi explícito acerca do fato de que a "Geometria está fundada na prática mecânica e não é nada mais senão parte da mecânica universal que precisamente propõe e demonstra a arte da medição."<sup>13</sup> A Geometria de Euclides, à qual Newton aderiu, era nos primeiros tempos da Grécia produto da atividade humana prática, assim como o foi a Geometria não-euclidiana que sujeitou a física pós-newtoniana. Examinando a influência de Gauss sobre Riemann e sobre a noção moderna de espaço matemático, Jammer deixou claro a importância desse fundamento material. "Mais uma vez", disse ele, vemos que, historicamente consideradas, as teorias abstratas de espaço devem sua existência à prática do trabalho geodésico, assim como a Geometria antiga originou-se da necessidade prática de levantamento da terra."<sup>14</sup>

Não somente este desenvolvimento qualitativo do conceito, mas sua abstração progressiva, têm uma base material. Alfred Sohn-Rethel argumentou que a abstração do espaço num conceito distante da prática direta está intimamente ligado ao desenvolvimento da troca de mercadorias. A abstração do uso e do aspecto material de uma mercadoria, que é inerente ao ato da troca, acarreta a possibilidade da abstração de espaço da existência material imediata:

"Tempo e espaço tornaram-se abstratos sob o impacto da troca de mercadorias, sendo marcados por homogeneidade, continuidade e falta de todo conteúdo natural e material, visível ou invisível (por exemplo: o ar). A abstração da troca exclui tudo o que compõe a história, o ser humano e até história natural... O tempo e o espaço assumem, assim, aquele caráter de temporalidade e universalidade históricas absolutas que devem marcar a abstração da troca como um todo e cada um de seus aspectos."<sup>15</sup>

Se **Sohn-Rethel** está correto no que se refere à base material para o **desenvolvimento** dos conceitos de espaço, então seu argumento oferece esclarecimento na prioridade histórica do espaço como um conceito **acima** do tempo<sup>16</sup>. Mais importante é que seu argumento não sugere **simplesmente** que nossos conceitos de espaço mudem historicamente mas que se desenvolvem em relação ao tratamento e à experiência variáveis do espaço. Como a relação com a natureza se desenvolve historicamente, a dimensão espacial da atividade humana é alterada e, com ela, nossa concepção de espaço. Focalizaremos explicitamente o tratamento do espaço como uma mercadoria sob o capitalismo, mas antes de nos voltarmos para essa questão central é necessário terminar o argumento inicial e sair do espaço físico das ciências para o espaço explicitamente geográfico.

Como o exemplo do espaço absoluto ilustrou, os conceitos absolutos de espaço têm influenciado consideravelmente nossas concepções sociais mais amplas de espaço, pelo menos desde Newton. Entretanto, as concepções contemporâneas de espaço não têm nenhuma semelhança com os espaços «-dimensionais abstratos da Física matemática. Qualquer que tenha sido a relação histórica, o espaço social hoje é completamente diferente do espaço científico. Enquanto o espaço científico tenta completamente se abstrair da atividade e dos eventos sociais, o espaço social é geralmente tratado como sendo justamente o campo dessa atividade. Como sugerimos, a base conceitual para o surgimento de um espaço social separado reside mais claramente na separação feita por Newton de espaço relativo e do espaço absoluto. Com o espaço absoluto de Newton, o mundo dos fenômenos físicos, biológicos e geográficos poderia ser tratado como a base natural do espaço *físico*. O espaço *social*, por outro lado, poderia ser tratado como um espaço puramente relativo, existindo dentro do espaço absoluto a relatividade do espaço social é determinada pelas relações sociais particulares que ocorrem numa dada sociedade.

A base material para a bifurcação do espaço físico e do espaço social está no desenvolvimento da segunda natureza a partir da primeira natureza. Na prática, a sociedade teve que ser separada da natureza antes que o espaço social pudesse ser completamente distinguido do espaço físico. Este espaço físico absoluto foi associado ao espaço *natural* da primeira natureza; aqui o espaço físico e o espaço natural são indistin-

guíveis. Já o conceito de espaço social foi abstraído cada vez mais de qualquer referência ao espaço natural. A Filosofia natural desenvolveu-se como uma especialidade da Filosofia enquanto a Economia Natural movia-se no sentido oposto, em direção à Economia Política clássica de Adam Smith e outros. Mas se a distinção filosófica entre espaço natural e espaço social pode ser atribuída a Kant, e se a Economia Política clássica do século dezoito e início do século dezenove representa o primeiro reconhecimento prático do espaço social, propriamente instituído, o conceito de espaço social não se tornou explícito até o final do século dezenove. Geralmente atribui-se a Emile Durkheim o mérito de ter criado o termo "espaço social"; escrevendo na década de 1890, ele foi cuidadoso ao insistir que o espaço social era completamente diferente e separado do espaço "real", com o qual ele queria dizer "espaço físico"<sup>17</sup>. Com isto, o espaço social parece ser "espacial" somente num sentido metafórico. Assim como o espaço matemático veio representar o campo abstrato dos eventos naturais, o espaço social é o campo abstrato humanamente constituído pelos eventos sociais e pode ser definido de vários modos. Um objeto ou uma relação pode ser bastante real, por exemplo, a classe trabalhadora, ou a relação salário-trabalho, mas colocá-los como pontos no espaço social não implica absolutamente nada sobre sua localização no espaço físico ou no espaço natural.

Agora o espaço *geográfico* é algo novamente diferente. Por mais social que ele possa ser, o espaço geográfico é manifestadamente físico; é o espaço físico das cidades, dos campos, das estradas, dos furacões e das fábricas. O espaço natural, no sentido de espaço absoluto herdado, não é mais sinônimo de espaço físico, haja vista que o espaço físico, por definição, pode ser social. Esta distinção surge no debate sobre o espaço geográfico, porque os geógrafos têm que lidar com o espaço físico em geral e não apenas com o espaço natural da primeira natureza. Com seus objetos de estudo localizados enquadradamente dentro do espaço social, a maioria das ciências sociais poderia abstrair do espaço físico, incorporando-o nas análises somente como um dado externo ocasional. A Geografia evidentemente não se deu a esse luxo e, somente em anos recentes, tem tido que enfrentar face a face a contradição aparente entre espaço físico e espaço social, e a diferenciação interna do espaço natural e do espaço físico em geral. Quanto mais os geógrafos tentavam identificar dentro do espaço natural absoluto os padrões e os processos

de localização econômica socialmente relativos e socialmente determinados, mais problemática tornava-se a relação entre o espaço natural e o espaço social, e mais ambígua tornava-se o significado de espaço físico. Deste modo, o dualismo que surgia entre o espaço e sociedade tornou-se, cada vez mais, objeto de atenção. Para muitos daqueles que estavam mais envolvidos no tratamento analítico inicial da Geografia Econômica, tal dualismo não apresentava problemas. Seu positivismo metodológico foi elaborado numa base de dualismo filosófico: objeto-sujeito, fato-valor, natureza-sociedade, e assim por diante. Não havia, para eles, nenhuma contradição necessária entre a existência do espaço em termos absolutos e seu uso social segundo critérios econômicos: de um lado, o espaço é dado, do outro lado a sociedade o usa; há, quanto muito, uma interação de domínios separados<sup>18</sup>.

Embora esse trabalho, radicado num paradigma completamente positivista, anunciasse a séria entrada do espaço relativo na ordem do dia da Geografia, ele era o complemento da visão de Newton e não a sua invalidação. Ninguém negou a prioridade ontológica do espaço absoluto; mais do que isso, o espaço econômico era visto como um subconjunto completamente relativo e derivado de espaço absoluto. Para outros, contudo, esta relativização do espaço geográfico não era suficiente. As revoltas urbanas da década de sessenta despertavam muito interesse na forma e no desenvolvimento do espaço social urbano e, previsivelmente, uma série de críticas radicais dos tratamentos convencionais da sociedade urbana. Havia muita margem para aquelas críticas, mas no presente contexto, duas fontes principais de crítica sobressaem. Ambas criticavam o dualismo do espaço e da sociedade e ambas apresentaram a crítica no contexto mais amplo do desenvolvimento da teoria geográfica pós-positivista. A primeira é a Geografia humanística, que possui a maior responsabilidade pela introdução do conceito de espaço social na literatura geográfica. A tradição humanística, que se tornou proeminente, apoiando-se na fenomenologia, rejeitou a exclusividade e as pretensões de objetividade da ciência positivista, e afirmou a importância dos modos subjetivos de conhecimento. O espaço geográfico não era simplesmente uma estrutura objetiva mas uma experiência social, composta de camadas entrelaçadas de sentido social; o espaço objetivo era somente um dentre várias concepções sociais de espaço. Na Geografia humanística, foi o "espaço social" que se tornou objeto de

análise e não o espaço físico ou objetivo. O conceito original de Durkheim foi aceito, estipulando que o espaço social fosse agora visto como explicitamente geográfico; o "espaço social" foi usado para combater o dualismo que ajudou a criar<sup>19</sup>.

A segunda fonte de crítica que abordou a questão do espaço e da sociedade era a tradição política radical. Esta tradição se delineia primeiramente nos movimentos políticos que prevaleceram no final da década de sessenta e começo da década de setenta, e então começou a se basear progressivamente numa variedade de tradições teóricas de inspiração marxista. A preocupação não era negar a objetividade do espaço geográfico, mas explicá-lo como simultaneamente objetivo e produto de forças sociais. Diferentes sociedades usam e organizam o espaço de modos diferentes e os diferentes padrões geográficos daí resultantes ostentam o sinal evidente da sociedade que usa e organiza o espaço. A forma espacial da cidade capitalista, por exemplo, é completamente diferente da forma da cidade feudal. Numa interessante ilustração simbólica da relatividade histórica do espaço urbano físico, Harvey percebe que "não é por acaso que a igreja e que os topos das capelas sobressaem em Oxford (uma cidade fundada na época de maior poder da Igreja) enquanto que, na era do monopólio capitalista, é o edifício da Chrysler e o edifício do Chase-Manhattan Bank que se destacam na Ilha de Manhattan"<sup>20</sup>. Não é verdade que o espaço e a sociedade "interagem"; é uma lógica histórica específica (a do acúmulo de capital) que guia a dialética histórica do espaço e da sociedade.

Nossa concepção de espaço geográfico está hoje consideravelmente mais sofisticada, como resultado dessas tradições pós-positivistas. Contudo na realidade, somente demos o primeiro passo em direção à resolução do dualismo com o qual começamos. Nós chegamos a entender e a afirmar a unidade do espaço e da sociedade, mas ainda é difícil dar o próximo passo, da afirmação para a demonstração, sem alterar, na prática, nossa concepção de espaço. A noção de que o espaço e a sociedade "interagem" ou que os padrões espaciais "refletem" a estrutura social não é somente grosseira e mecânica na sua elaboração, mas também impede mais discernimento com relação ao espaço geográfico; no fundo, isto se deve ao fato de que a visão da relação entre o espaço e a sociedade permanece presa à concepção absoluta do espaço. Duas coisas somente podem interagir ou refletir-se mutuamente se elas forem de-

fnidas, em primeiro lugar, como coisas separadas. Nós não estamos **automaticamente** livres da responsabilidade de nossa herança conceituai, mesmo tendo dado o primeiro passo na percepção desse fato; sejam quais forem nossas intenções, é difícil começar a partir de uma concepção implicitamente dualista do espaço e da sociedade e concluir *demonstrando* sua unidade. Portanto, em formas diferentes, este dualismo sobrevive nas tradições pós-positivistas que buscavam exorcizá-lo<sup>21</sup>. A concepção da "produção do espaço" deve-nos apresentar um meio de dar o próximo passo e de nos permitir demonstrar, mais do que simplesmente afirmar, a unidade do espaço e da sociedade.

"Todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo", escreveu Marx, "encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão daquela prática"<sup>22</sup>. Com "a produção do espaço", a prática humana e o espaço são integrados no nível do "próprio" conceito de espaço. O espaço geográfico é visto como um produto social; nesta concepção, um espaço geográfico que é abstraído da sociedade torna-se uma "amputação" filosófica. Além disto, a relatividade do espaço não se torna uma questão filosófica, mas um produto da prática social e histórica; igualmente, a unidade do espaço geográfico é um resultado social, mais do que filosófico<sup>23</sup>. Enquanto a ênfase for colocada na produção física direta do espaço, a produção do espaço também implica na produção do significado, dos conceitos e da consciência do espaço que estão inseparavelmente ligados à sua produção física.

A tese da produção do espaço faz a dialética hegeliana de Reichenbach dar um passo avante. O fator responsável pela abstração conceituai do espaço — a prática humana — é introduzido no próprio conceito. Tanto Hegel como também Aristóteles foram contrafeitos, mais como resultado da evolução histórica do que por um erro filosófico. O espaço não é mais um "acidente da matéria", mas é um resultado direto da produção material.

## II ESPAÇO E HISTÓRIA

Assinalamos anteriormente que as sociedades humanas primitivas não diferenciavam "lugar" de "sociedade". Na experiência imediata, todos os lugares estão impregnados de significado social. Não há o es-

paço abstrato, além do lugar, e não há nenhum lugar para além da sociedade. O lugar e a sociedade estão fundidos numa unidade. Isto é o que Robert Sack define como concepção "primitiva" do espaço<sup>24</sup>. Tais sociedades habitam o espaço natural, querendo dizer com isso, muito literalmente, o espaço formado de processos, atividades e formas naturais, sociais ou de outros semelhantes. O lugar é tratado em termos de relações sociais que, em si mesmas, não se desenvolveram além do estado natural.

Com o desenvolvimento das economias sociais baseadas na troca de mercadorias, surge uma segunda natureza e com ela uma ruptura na unidade entre lugar e natureza. Isto, como vimos anteriormente, marcou a origem da concepção cada vez mais abstrata de espaço empregada na ciência física. A abstração é o timbre da concepção "civilizada" de espaço, de Sack. Esta concepção do espaço não está ligada ao lugar imediato, mas implica a possibilidade de se abstrair do lugar imediato, e a possibilidade de se conceber uma extensão espacial para além da experiência imediata. Como resultado disso, a fusão conceitual do espaço e da sociedade é rompida e o espaço começa a desenvolver uma existência conceitual independentemente. Mas o desenvolvimento de uma segunda natureza não conduz exatamente a um desenvolvimento conceitual, mas ao desenvolvimento de um espaço produzido socialmente (e tão real quanto ele) a partir do espaço natural. Isto pode ser ilustrado de diversos modos. A cidade medieval oferece um exemplo evidente. Em termos euclidianos, a distância do andar térreo ao quarto de uma construção pode ser equivalente à altura de uma árvore numa floresta primitiva distante dos muros da cidade. Mas a mesma distância entre os andares do edifício também pode ser medida em termos de nível ou classe social, enquanto a altura da árvore não pode.

Um exemplo mais recente é representado pela primeira separação do espaço público do espaço privado. Esta separação poderia ser descrita em termos de lugares específicos — o lugar onde se realiza a caça e onde ocorrem as guerras, enquanto lugar oposto àquele onde se realizam as colheitas e onde as crianças crescem. Mas também poderia ser descrita em termos de divisão sexual do trabalho, em que os homens geralmente controlam o primeiro espaço e as mulheres operam fundamentalmente no segundo<sup>25</sup>.

Com o surgimento da segunda natureza, surge a separação con-

ceitual da sociedade e do espaço. Pela primeira vez, as regras da sociedade podem ser a-espaciais, completamente separadas das considerações do espaço. Enquanto a atividade humana produtiva permanece ligada à terra, como a produção agrícola, a produção social do espaço *separado* do espaço natural torna-se de extensão limitada. Mas a divisão do trabalho em atividade industrial e atividade agrícola libera parcela do trabalho produtivo das restrições espaciais imediatas, e essa divisão social manifesta-se na separação espacial da cidade e do campo. E, embora as próprias cidades sejam espacialmente fixas, as atividades que ocorrem dentro delas e as regras que comandam tais atividades sociais não são completamente fixas, especialmente. Elas podem ser generalizadas de uma cidade para outra ou, por outro lado, a mesma cidade em períodos históricos diferentes pode exercer atividades completamente diferentes e operar sob regras sociais completamente distintas. Há aqui o gérmen de uma contradição. Com o objetivo de deitar raízes espaciais permanentes, isto é, obter definição territorial fixa, as sociedades primitivas devem desenvolver-se ao ponto em que possam começar a se libertar do espaço.

Esta contradição é ainda mais evidente com o surgimento do Estado. Duas características marcaram os Estados primitivos, de acordo com Engels. De um lado foi instituída uma força pública que não se identifica agora simplesmente com o povo em armas. Assim, o Estado originou-se em resposta direta às distinções de classe e à escravidão, à propriedade privada e à opressão das mulheres; sua função seria arbitrar os conflitos resultantes em favor da classe dominante, enquanto se apresentava a si mesmo como algo que estava "acima" da sociedade. Mas também, "por outro lado, pela primeira vez [o Estado] dividiu as pessoas em razão de objetivos públicos, não por grupos de parentesco, mas por *lugar comum de residência*... Distinguindo-se da antiga organização gentílica, o Estado caracteriza-se, em primeiro lugar, pelo agrupamento de seus membros *de acordo com uma divisão territorial*". As velhas associações gentílicas, constituídas e sustentadas por vínculos de sangue, não ocuparam mais um único território. "O território permanecera, mas as pessoas haviam-se tornado móveis," necessitando de uma nova divisão da sociedade baseada no controle do território. "Esta organização dos cidadãos do Estado de acordo com o território é comum a todos os Estados... Somente o domicílio era agora decisivo, não a as-

sociação de um grupo de parentesco. Não as pessoas, mas sim o território se tornava dividido: os habitantes tornaram-se um mero apêndice político do território"<sup>26</sup>. Assim, o nacionalismo, e todas as outras formas de nativismo, encontram as suas bases históricas na divisão da sociedade por classes e por sexo e na formação de um Estado através do qual a classe dominante pode governar.

O Estado, neste estágio, representa o ápice da real abstração social da natureza, a mais oportuna parte social da segunda natureza, embora seja manifestadamente territorial em sua jurisdição. À primeira vista, esta necessária definição territorial do Estado pode representar uma consolidação do vínculo entre o espaço geográfico e a sociedade, mas, na verdade, ocorre o contrário. Certamente, através das burocráticas instituições estatais que criam, as sociedades específicas estão, mais do que nunca, vinculadas a espaços particulares. Mas o Estado pode justificar e definir sua autoridade sobre a sociedade somente através de princípios abstratos de intercâmbio social, tais como democracia, liberdade, direito moral etc. Tais princípios são os próprios produtos das sociedades de classe particulares. Assim, enquanto os Estados particulares podem ter uma base territorial distinta e limitada, os princípios sociais fundamentais subjacentes a tais Estados são totalmente móveis. Um determinado Estado e a sociedade à qual ele pertence encontram-se, portanto, mais radicados espacialmente do que nunca e simultaneamente mais móveis. Armado com seus princípios políticos e econômicos, produto da abstração filosófica, o Estado pode expandir-se em um novo território, ou pode se retrair; ele até mesmo pode se realocar totalmente. Evidentemente, o Estado com grandes ambições também deve estar munido de coisas mais concretas — armas, alimentos e meios de transporte — e isto depende do nível de desenvolvimento econômico. Mas a questão é óbvia. Os primeiros indícios de uma concepção a-espacial da sociedade, uma segunda natureza a-espacial abstrata (espaço social), torna-se possível com a definição espacial explícita de Estado.

De um lado, o espaço torna-se um empecilho cada vez maior ao desenvolvimento social. Com a expansão da segunda natureza e com o desenvolvimento dos meios econômicos, sociais e tecnológicos para tal expansão, as pequenas cidades-Estado locais expandem-se e maiores territórios acabam ficando sob sua jurisdição. Mas não há nada de absoluto neste processo; ele é muito mais um produto do desenvolvimento

interno e da competição externa (econômica e militar). Eventualmente, a cidade-Estado dá lugar ao Estado regional — o ducado, a baronia, o reino — e, mais recentemente, ao Estado-nação. Como Sack afirma, "a coordenação das funções econômicas foi alcançada, substituindo a indissociabilidade básica da sociedade do lugar pela escala geográfica mais ampla do Estado absoluto e, então, pelo moderno Estado-nação"<sup>27</sup>. Aos poucos, todo o espaço geográfico do globo é dividido, como parte do processo de expansão social. A diferenciação territorial e a universalização do mercado mundial efetuam-se como um processo único. Expansão geográfica é sinônimo de expansão social e desenvolvimento; este ocorre, nesse estágio, somente pela expansão do âmbito geográfico no qual o espaço é produzido socialmente. A Geografia é a ponta de lança do progresso humano.

Mas, por outro lado, o espaço se torna cada vez mais irrelevante para o intercâmbio social. À medida em que as relações econômicas, tecnológicas, políticas e culturais se desenvolvem e se expandem, a base institucional para manipular as relações também torna-se mais complexa e perde, progressivamente, qualquer definição espacial intrínseca. Contudo, quanto mais a sociedade se liberta do espaço, mais o espaço pode ser transformado numa mercadoria, no seu sentido mais estrito. Se o surgimento do mercado mundial traça as fronteiras para esse projeto social, o capitalismo tenta realizá-lo. Antes de analisarmos diretamente essa questão, será necessário expor algumas observações gerais sobre o espaço enquanto mercadoria.

### III ESPAÇO E CAPITAL

#### *O Espaço como Mercadoria*

E um erro interpretarem-se as análises de Marx sobre o capitalismo como sendo não-espaciais. Isto não é, de forma alguma, correto; seria mais exato dizer as vívidas implicações espaciais das análises de Marx raramente foram reveladas. O que é certo é que nem Marx nem os teóricos marxistas posteriores conseguiam estabelecer uma base conceitual própria para tratar o espaço geográfico. Mas se nos detivermos em Marx, um quadro mais complexo surgirá. Em *O Capital*, Marx preocupou-se fundamentalmente com o valor: sua medida pelo tempo de trabalho, a

origem da mais-valia, a acumulação do valor na forma de capital. Supõe-se geralmente que, com o objetivo de desenvolver esses argumentos, Marx abstraiu do valor de uso das mercadorias; somente seu valor e seu valor de troca é que eram importantes. Isto também é uma concepção falsa. Marx volta à esfera dos valores de uso periodicamente, com o fito de fazer avançar as análises dialéticas do capital. E como Marx definiu o valor de uso? As "propriedades geométricas, químicas [e] outras propriedades naturais" de uma mercadoria, fazem dela um valor de uso<sup>28</sup>. Da discussão anterior sobre a concepção científica de espaço e a relação entre espaço e matéria, teria sentido começar incluindo-se as propriedades espaciais de uma mercadoria entre as propriedades naturais e, portanto, como parte do valor de uso de uma mercadoria. E, na verdade, quando Marx refere-se ao espaço tende a ser exatamente nos pontos de sua argumentação em que reincorpora o valor de uso nas análises<sup>29</sup>. De um lado, pelo menos, Marx é explícito ao ver as propriedades espaciais como elementos integrantes do valor de uso. No transporte de pessoas ou de mercadorias, diz ele, "uma mudança material é efetuada no objeto do trabalho — uma mudança *espacial*, uma mudança de lugar... Sua existência espacial é alterada, e com isto ocorre uma mudança no seu valor de uso, desde que seja alterada a localização desse valor de uso. Seu valor de troca aumenta na mesma proporção em que a mudança no valor de uso exige trabalho"<sup>30</sup>.

Se considerarmos, deste modo, as relações espaciais como um atributo dos valores de uso, então além da transição óbvia da produção da natureza para a produção do espaço, vários discernimentos - chaves tornam-se úteis. Em primeiro lugar, como mostrou Harvey, ele oferece uma sólida base teórica para a noção eventualmente frágil de integração espacial. Para o valor tornar-se a forma universal do trabalho abstrato como, de fato, ele busca fazer no modo capitalista de produção, diferentes processos de trabalho concreto, em lugares distintos, devem ocorrer conjuntamente no mercado. O isolamento social dos processos particulares de trabalho, tão prejudicial à universalização do valor, não pode ser superado sem primeiro vencer o isolamento espacial dos diferentes processos. "A integração espacial — o elo da produção de mercadorias em diferentes lugares através da troca "torna-se uma estrita necessidade para o capital"<sup>31</sup>. Como Harvey sugere, isto é presumivelmente o que Marx tinha em mente quando afirmou o seguinte:

"A riqueza abstrata, o valor, o dinheiro e, com eles, o *trabalho abstrato*, desenvolve-se na medida em que o trabalho concreto torna-se uma totalidade de diferentes modos de trabalho, abrangendo o mercado mundial. A produção capitalista apóia-se no "valor" ou na transformação do trabalho incorporado no produto do trabalho social. Mas isso somente é [possível] no nível do comércio exterior e do mercado mundial. Logo, isto é a pré-condição e o resultado da produção capitalista"<sup>32</sup>.

Assim, não é por acaso que o fato de ter Marx incluído mais explicitamente o espaço sob a rubrica dos valores de uso suscitou discussão sobre o transporte de mercadorias.

Se retornarmos aos conceitos de espaço absoluto e espaço relativo e os examinarmos no contexto deste argumento, então surgirá mais alguma coisa importante. Na medida em que nos ativermos ao processo concreto do trabalho, nossa concepção de espaço será essencialmente absoluta. A particularidade do trabalho implica na particularidade de seus atributos espaciais. Com o trabalho abstrato, contudo, a situação é diferente. A realização do trabalho abstrato como valor implica em um sistema espacialmente integrado de troca de mercadorias, em relações monetárias, em facilidades de crédito, até mesmo na mobilidade de trabalho. Isto requer a construção de elos específicos de transporte e de comunicação entre lugares individuais de produção concreta, e exige que sejamos capazes de conceber o espaço em termos relativos assim como em termos absolutos. A integração de um lugar de produção anteriormente isolado numa economia nacional ou internacional, por exemplo, não altera sua localização absoluta, mas no processo de modificação de sua posição relativa. Esse ato de integração espacial também aumenta a realização do trabalho abstrato como valor.

Esta distinção, agora, é histórica e não meramente uma distinção conceitual, e aqui confirmamos uma conclusão que foi obtida anteriormente de modo abstrato. Nós já sabemos por Marx que o desenvolvimento histórico do capitalismo impõe a universalização progressiva do valor como a forma de trabalho abstrato. Isso envolve não somente a produção do espaço geográfico através do desenvolvimento de redes de transporte, mas a integração progressiva e a transformação de espaços absolutos em espaços relativos; os espaços absolutos são a matéria-prima para a produção do espaço relativo. Além disso, vistas historicamente

desta maneira, as determinações sociais da relatividade do espaço geográfico tornam-se aparentes. Não é Einstein, nem a Física, nem a Filosofia que, em última instância, determina a relatividade do espaço geográfico, mas é o processo atual de acumulação de capital.

Antes de iniciarmos um exame mais específico do espaço e do capital, resta esclarecer o que se entende por propriedades espaciais, por relações espaciais e por espaço geográfico como um todo. A forma na qual um valor de uso ocorre — sua extensão espacial em uma, duas ou três dimensões, e sua forma resultante — compreende suas *propriedades espaciais*. Mas não é apenas a substância intrínseca de uma mercadoria que determina seu valor de uso. Antes, é a utilidade do objeto em relação a outros objetos, eventos e atividades. O valor de uso é, em primeira instância, uma relação, e como parte do conjunto de relações que determinam um valor de uso particular está um conjunto de *relações espaciais*. Isso se aplica não somente no plano das mercadorias individuais, em que, por exemplo, o valor de uso de uma casa não é somente determinado por suas dimensões em metros e centímetros, mas também pelo seu traçado interno, pela sua proximidade dos meios de transporte, pelas redes de esgoto, pelo trabalho, pelos serviços e assim por diante. Nós também podemos falar de relações espaciais particulares que ajudam a determinar a forma de mercadorias compostas, tais como uma cidade ou uma região. São as relações espaciais, se entendidas em termos de espaço absoluto ou espaço relativo, que estão nas bases de nossas análises de localização. A localização absoluta é simplesmente um caso especial de localização relativa, em que fazemos abstração dos determinantes sociais da distância. O *espaço geográfico* como um todo é também diferente. É a totalidade das relações espaciais organizadas, num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem a expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção. Como tal, o espaço geográfico é mais do que simplesmente a soma das relações separadas compreendidas em suas partes. Assim, a divisão mundial em mundos subdesenvolvido e desenvolvido, embora inexacta, somente pode ser compreendida em termos de espaço geográfico com um todo. Ele envolve a padronização do espaço geográfico como uma expressão da relação entre o capital e o trabalho. Do mesmo modo, a integração do espaço pode ser entendida como expressão da universalidade do valor, se olharmos não para as relações espaciais específicas, mas para o espaço geográfico como um todo.

## *História Contemporânea do Espaço*

O capitalismo herda, como uma condição para seu bem-sucedido desenvolvimento, um mercado para seus produtos, que é organizado na escala mundial. Mas se herda um modo de circulação que opere na escala mundial, o capitalismo tem que buscar tornar igualmente universal o modo de produção. A acumulação pela acumulação e a necessidade inerente de expansão econômica conduzem à expansão espacial assim como à expansão social do domínio do trabalho assalariado. O processo de exploração que ajudou a unificar o mercado mundial é progressivamente ocultado pelo processo de colonialismo, que não apenas lança as sociedades pré-capitalistas no mercado mundial mas eventualmente introduz a relação especificamente capitalista de trabalho assalariado em tais sociedades. Embora haja exceções significativas, incluindo-se a permanência da escravidão e a fossilização das relações pré-capitalistas de produção a serviço do mercado mundial capitalista, o trabalho assalariado torna-se, cada vez mais, universal. A universalidade da relação de trabalho assalariado sob o capitalismo liberta não apenas a classe trabalhadora, mas também o capital, de qualquer laço inerente com o espaço absoluto. Sob as primeiras sociedades feudais, os servos estavam presos à terra do senhor feudal e, assim, definição das relações de classe incluíam uma definição do espaço absoluto do trabalho do servo. Os servos somente poderiam obter sua liberdade fugindo da terra do senhor feudal e vivendo dentro dos muros da cidade por um ano e um dia. O mesmo não ocorre com o trabalhador assalariado, que é definido pela dupla característica de ser livre para vender sua força de trabalho como uma mercadoria e também de estar destituído de quaisquer meios de produção *ou* de subsistência necessários à sobrevivência. Ele é, portanto, livre para mover-se; de fato, na maioria dos casos, tem que ir para a cidade uma vez que está privado de quaisquer meios de subsistência no campo. No momento em que devemos desenvolver e depurar a contradição observada acima, observamos que enquanto o desenvolvimento social proporciona uma emancipação crescente do espaço, numa direção, a fixidez espacial também se torna, progressivamente, um

esteio vital para o desenvolvimento social. A universalização do trabalho assalariado e, com ele, do valor, tendência inerente ao capital, conduz inflexivelmente à emancipação das relações e instituições sociais de qualquer espaço absoluto herdado, que anteriormente chamamos de "espaço natural". A mobilidade do capital e, em menor proporção, do trabalho, é a manifestação mais clara dessa necessidade. Hoje, no apertar de um botão, quinhentos milhões de dólares podem ser enviados de Cingapura às Bahamas, via Londres, como se não existisse distância física entre elas<sup>33</sup>. Mas a emancipação do espaço natural somente aumenta a necessidade de produzir o espaço relativo. Como uma condição da universalização do valor, os custos de transporte e o tempo dedicado ao transporte têm que ser reduzidos ao mínimo. As distâncias relativas entre os lugares de produção e os de consumo, e os meios de superar essa distância — em suma, sua localização relativa — crescem em importância, proporcionalmente ao acúmulo de capital e à multiplicação das mercadorias, das comunicações e dos créditos que têm e devem ser movimentados. Do mesmo modo, à medida em que a escala do processo da produção aumenta com o desenvolvimento das forças produtivas, torna-se cada vez mais necessário que um número progressivamente maior de trabalhadores esteja concentrado espacialmente nas proximidades do lugar de trabalho. Além dos evidentes benefícios políticos de tal organização para o capital, isso reduz ao mínimo o deslocamento para o trabalho e, assim, permite a manutenção de baixos salários. O capital pode realizar uma emancipação social do espaço natural somente na medida em que se envolve na produção simultânea do espaço relativo.

Expresso na forma de território, o espaço geográfico torna-se um apêndice do desenvolvimento social. A idéia de que as coisas acontecem "no espaço" não é somente um hábito do pensamento mas também um hábito da linguagem, e apesar de seu apelo ao absoluto, o espaço natural é anacrônico, até mesmo nostálgico e uma barreira a uma compreensão crítica do espaço. Por suas ações, a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz; nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos "no" espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando.

Mas o capital não conseguiu eliminar o espaço absoluto completamente e nem, de fato, tenta fazê-lo. Ele procura emancipar-se do espaço natural, mas o faz apenas pela produção de certos espaços abso-

lutos próprios como parte da produção mais ampla do espaço relativo. À semelhança do que ocorreu com o espaço newtoniano depois de Einstein, as prioridades inverteram-se; o espaço absoluto torna-se um caso especial num universo mais relativo. A questão é que onde o espaço absoluto se manifesta hoje em termos geográficos, ele é produto da atividade humana; o caráter absoluto de tais espaços é um produto social, não uma característica do espaço natural. Na transição para o capitalismo, os Cercamentos representaram uma criação histórica notável do espaço absoluto. À medida em que o capital aumenta sua influência, todo o globo é dividido em partes legalmente distintas, separadas por grandes cercas brancas, reais ou imaginárias. Numa escala diferente, o mundo atual está dividido em cento e sessenta ou mais Nações-Estados separadas, e isso é tão necessário para o capital quanto a divisão geográfica da propriedade privada. Com sua preocupação tradicional pelas fronteiras e com suas habilidades cartográficas, os geógrafos estão na linha de frente da luta pela divisão do mundo em espaços absolutos. A escola britânica de Geografia, em particular, deve muito de sua existência profissional a esse tipo de atividade.

Embora geralmente não afirmado, o reconhecimento implícito do fato de que o capitalismo produz espaços absolutos específicos está por detrás da tentativa recente de alguns marxistas de tratar o espaço como um meio de produção. Esta definição tem também o mérito de tentar integrar o espaço ao corpo principal da teoria marxista. O caso mais evidente em que o espaço geográfico funciona como um meio de produção está no transporte industrial. Aqui, a distância entre a origem e o destino é um meio de produção. Parafraseando o sarcasmo de Marx sobre a natureza como um meio universal de produção, ninguém ainda descobriu a arte de transportar mercadorias e objetos de um lugar para outro sem mudar sua localização. Não importa como seja medida, quer em termos absolutos ou relativos, a distância espacial da origem ao destino, em si mesma, é um dos meios de produção na indústria de transportes. Mais especificamente, é uma matéria-prima. Quanto maior for o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicações, mais o espaço geográfico é lançado na economia como um meio de produção.

Mas, de maneira mais geral, o espaço funciona como um meio de produção na produção industrial como um todo. Estritamente falando, a terra é um meio de produção somente na agricultura (na medida

em que o trabalho agrícola ainda cultiva o solo) e em algumas atividades de extração mineral, enquanto com relação a outras indústrias simplesmente é uma condição do processo produtivo. Em geral, contudo, a expansão espacial e mesmo a forma qualitativa da terra empregada na produção direta pode ser considerada como um componente integrante dos meios de produção. Algo semelhante nos é sugerido na passagem abaixo, de Marx:

"Num sentido mais amplo, podemos incluir entre os instrumentos de trabalho, além das coisas que são usadas para a transferência direta do trabalho a seu sujeito e que, portanto, de um modo ou de outro servem de condutores da atividade, todos aqueles objetos que são necessários para continuar o processo de trabalho. Não participam diretamente do processo, mas sem eles é impossível que o processo de alguma forma ocorra, ou é possível somente até certo ponto. Uma vez mais vemos que a Terra é um instrumento universal dessa categoria, pois fornece um "locus standi" para o trabalhador e um campo de emprego para sua atividade"<sup>34</sup>

Agora, esse campo espacial de emprego não inclui somente o espaço imediato ocupado pelos sujeitos, pelos objetos e pelos instrumentos do trabalho, mas também por exigências materiais tais como o armazenamento. A importância do espaço geográfico como um meio de produção pode ser exemplificada concretamente, comparando-se o espaço consumido numa siderúrgica ou numa montadora de veículos com o espaço consumido numa padaria ou numa hidrelétrica. Não que os diferentes processos de produção meramente apresentem exigências espaciais diversas; é, antes, no processo de construção das forças produtivas no ambiente que o espaço é produzido, de acordo com as propriedades espaciais desse conjunto de forças produtivas.

Mas o fato de que o espaço geográfico pode funcionar como um meio de produção, não deve nos levar, como tem feito muitas vezes, a um tratamento rígido do espaço, somente como um meio de produção<sup>35</sup>. Uma coisa é entender que, numa escala global, o espaço pode ser posto a serviço do capital como um meio de produção, mas outra coisa é negar qualquer função ao espaço. O que se perde nesse reducionismo conceitual é a relatividade do espaço geográfico e a relação entre espaço relativo e espaço absoluto, pois são produzidos sob o capitalismo. O espaço pode funcionar como um meio de produção

mas faz muito mais do que isto. O que está por detrás de toda essa questão, na verdade, é a da escala, mas esse aspecto será abordado com detalhes no capítulo cinco. Por enquanto, basta dizer que a identificação das escalas espaciais distintas equivale a supor que algum espaço dado ou algumas categorias de espaços podem ser tratados como espaços absolutos. Nós tratamos tais espaços como fixos, por exemplo, "o espaço urbano" ou "o espaço de produção", com o objetivo de examinar a relação entre os espaços concretos diferentes na referida escala, ou de examinar os processos internos e os padrões de atividade na mesma escala. Resumindo, a identificação das escalas espaciais envolve uma suposição implícita sobre a relação entre o espaço relativo e o espaço absoluto, e no capítulo cinco mostraremos que isto não é uma questão teórica arbitrária mas que, integrando a produção do espaço, o capital produz certas escalas espaciais distintas da organização social. Isto pode ser visualizado como ilhas de espaço absoluto num mar de espaço relativo. Será necessário, então, *deduzir* as escalas espaciais das análises do desenvolvimento e da estrutura capitalistas mais do que, simplesmente, considerar certas escalas habituais como já dadas<sup>36</sup>.

Foi anteriormente sugerido que o desenvolvimento capitalista era uma transformação contínua do espaço natural — espaço absoluto herdado — no espaço relativo produzido. Estamos agora numa posição de ampliar essa questão, como forma de demonstrar precisamente como o espaço geográfico tem-se tornado uma preocupação cada vez mais central no que diz respeito à sobrevivência do capitalismo. Na primeira fase do capitalismo, a expansão social e o desenvolvimento foram simultaneamente geográficos. A expansão social foi alcançada através da expansão geográfica; as cidades expandiram-se em centros urbanos, os estados pré-capitalistas expandiram-se em modernas Nações-Estados e as Nações-Estados expandiram-se, onde puderam, em impérios coloniais. Se a Geografia do capitalismo desenvolveu-se através da produção do espaço relativo, então isto se deu, no início, através da expansão no espaço absoluto. À medida em que a relação trabalho — salário se estende por todos os pontos do globo, o mercado mundial herdado pelo capital se transforma em mercado mundial especificamente capitalista, constituído progressivamente pela universalidade do valor como forma de trabalho abstrato. Enquanto essa expansão absoluta expressa o progresso do capital, o conceito absoluto de espaço não é somente útil mas

necessário para se entender a produção do espaço. Mas no final do século dezenove não ocorria mais o fato de a expansão social e econômica se realizar fundamentalmente pela expansão geográfica. Conforme o destino das escolas de Geografia existentes após a Primeira Guerra Mundial refletiu, a Geografia não mais se constituiu em ponta de lança da expansão capitalista. A expansão absoluta das Nações-Estados e de suas colônias terminou com a partilha final da África, na década de 1880<sup>37</sup>. Certamente, permaneceram algumas ilhas interiores de não-desenvolvimento e, de fato, na escala urbana, o processo ainda não estava completo, mas o fato de se eliminar aquelas não manteria por si só a expansão econômica necessária do capitalismo. O absolutismo geográfico e a necessidade econômica seguiram caminhos diferentes, a partir de então. Lênin, em 1916, resumindo as conclusões do geógrafo alemão contemporâneo, Alexander Supan, e ampliando-as à luz da experiência da Primeira Guerra Mundial afirma que:

"O traço característico do período em análise é a partilha final do globo — final, não no sentido de que uma *repartição* seja impossível; pelo contrário, as redivisões são possíveis e inevitáveis — mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas tenha *atingido* os limites extremos dos territórios não ocupados em nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo está completamente dividido, de maneira que no futuro *somente* a redivisão será possível, isto é, os territórios somente poderão passar de um "dono" para outro, ao invés de passar da condição de território "sem dono" para a de território de um proprietário"<sup>38</sup>.

Os últimos cem anos de desenvolvimento capitalista têm levado a produção do espaço a um nível sem precedentes. Mas ele não se tem realizado pela expansão absoluta num dado espaço, mas através da diferenciação interna do espaço global, isto é, através da produção de espaços absolutos diferenciados dentro do contexto mais amplo do espaço relativo.

A diferenciação do espaço geográfico no último século é um resultado direto da necessidade, inerente ao capital, de imobilizar o capital na paisagem. Não ha nada de mal que quinhentos milhões de dólares possam circular ao redor do mundo ao apertar-se um botão, mas têm que vir de algum lugar e se encaminhar para outro. No processo de produção o objetivo de produzir mais-valia, sendo necessário que grandes

quantidades de capital produtivo sejam espacialmente imobilizadas por períodos relativamente longos, na forma de fábricas, maquinaria, vias de transporte, armazéns e uma série de melhoramentos<sup>39</sup>. A imobilização espacial do capital desta maneira, ou enquanto capitais nacionais delimitados pelas fronteiras da Nação-Estado, é simultaneamente a produção de um espaço geográfico diferenciado. Na medida em que a mobilidade do capital se iguala ao processo de imobilização, as tendências opostas se verificam, não ao acaso, mas numa diferenciação interna padronizada do espaço mundial. Portanto, à medida em que a produção do espaço ocorre, com o desenvolvimento do capitalismo, a contradição aparentemente abstrata entre o espaço absoluto e o espaço relativo se introduz cada vez mais na própria economia espacial do capitalismo. Enquanto a expansão geográfica absoluta do capital continua, as contradições que existem no tecido social do capital podem-se apresentar em termos não-espaciais; o espaço pode ser tratado como algo exterior. Quando o desenvolvimento econômico se volta para dentro, rumo à diferenciação interna profunda do espaço geográfico, a dimensão espacial da contradição não se torna apenas aparente; torna-se mais real quando o espaço é atraído para perto do núcleo do capital. Do mesmo modo, as crises desenvolvidas no sistema geral da produção capitalista têm-se manifestado cada vez mais diretamente (e visivelmente) na geografia do capitalismo.

Isto é o que se quer transmitir quando exigimos que o espaço deva estar na "ordem do dia" como nunca esteve antes. Na verdade, poderíamos ter previsto esse resultado, embora um tanto abstratamente, do conceito de Marx de mais-valia relativa. Quanto mais se desenvolve, mais o capitalismo depende da apropriação da mais-valia relativa. De fato, Marx chamou a essa tendência para a mais-valia relativa de fenômeno característico do capitalismo industrial e de "caráter histórico definidor do modo de produção fundado no capital." Historicamente, "atinge-se um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social torna-se o mais poderoso instrumento de acumulação"<sup>40</sup>. Várias coisas são decorrentes e Marx examinou algumas delas. Numa famosa Passagem de *Grundrisse*, chama atenção para a necessidade do capital encorajar e até mesmo comandar o crescimento da ciência, com o fito de revolucionar continuamente o capital fixo. Em *O Capital*, ressalta o crescimento na escala das forças produtivas e a concentração e a cen-

tralização do capital que acompanham o processo. Elas apresentam claras implicações espaciais, que Marx somente as abordou superficialmente, mas há um argumento espacial mais geral a ser apresentado. Para ampliarmos a metáfora de Marx, se a mais-valia relativa se torna o instrumento mais poderoso de acumulação, então o capital fixo é o pivô do qual esse instrumento recebe seu poder. Se, enquanto valor, o capital fixo meramente preserva o trabalho abstrato incorporado nos objetos de trabalho, enquanto valor de uso, o capital seja fixo facilita a conversão do trabalho concreto na forma de nova mercadoria, que incorpora a mais-valia relativa. É, portanto, o valor de uso do capital fixo que é uma questão crucial e, à proporção em que se torna um instrumento para a produção de mais-valia relativa, isso também acontece com as propriedades espaciais do capital fixo. Embora por definição o capital fixo não seja necessariamente espacialmente fixado, na prática é o elemento espacialmente mais fixado do capital produtivo, permanecendo no processo produtivo por mais de um período de produção. À medida em que o capital fixo se move progressivamente para um estágio intermediário, como o catalizador da produção de mais-valia relativa, arrasta consigo o espaço geográfico que se tornou cada vez mais limitado na luta de classes capitalista para assegurar a sobrevivência do capitalismo.

A importância renovada do espaço geográfico reflete-se na maior atenção dada a questões tais como a centralização e a descentralização da indústria, a industrialização seletiva do Terceiro Mundo, o consumismo, o declínio regional, a desindustrialização, o nacionalismo, o redesenvolvimento urbano e a gentrificação e as questões mais gerais do reestruturamento espacial durante as crises. Mas se há consenso na importância dessas questões, há menos consenso no que diz respeito ao que elas significam. Para cada autor que enfatiza a eliminação das diferenças espaciais, há autor com dados diferentes enfatizando sua divergência<sup>14</sup>. A questão, obviamente, é que tais padrões geográficos são o produto de tendências contraditórias: primeiramente, quanto mais o desenvolvimento social emancipa o espaço da sociedade, mais importante se torna a fixidez espacial; em segundo lugar, e acima de tudo, as tendências para a diferenciação e a universalização, ou para a igualização, aparecem lado a lado, no bojo do capitalismo. Como esta última dinâmica contraditória na realidade impulsiona a si própria, então resulta na produção do espaço de acordo com um padrão muito peculiar.

**O espaço** não é igualizado fora da existência, nem é diferenciado infinitamente. Antes, o padrão resultante é o do *desenvolvimento desigual* não num sentido geral, mas como um produto específico da dinâmica contraditória que dirige a produção do espaço. O desenvolvimento desigual é a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo. Os dois capítulos seguintes buscam inferir e explicar o processo do desenvolvimento desigual e então tornar-se-á claro como a produção do espaço geográfico tem um papel cada vez mais importante na evolução e sobrevivência do capitalismo. Mas, antes de nos lançarmos a essa tarefa, concluiremos este capítulo colocando a presente análise da "produção do espaço" no contexto da tradição marxista.

#### IV A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A TEORIA MARXISTA

*Lefebvre*

A idéia da produção do espaço não é nova. No marxismo anglo-americano, David Harvey foi o precursor na análise do "*espaço criado...* como o princípio supremo da organização geográfica", como o foi Castell na tradição francesa<sup>42</sup>. Mas é Henri Lefebvre que tem sido o mais coerente, o mais criativo e o defensor mais explícito da "produção do espaço." Ao que eu saiba, foi Lefebvre quem criou a frase "produção do espaço." O enfoque de Lefebvre visa menos ao processo de produção, e mais à reprodução das relações sociais de produção que, diz ele, "constitui o processo central e oculto" da sociedade capitalista, e este processo é essencialmente espacial. A produção das relações sociais de produção não ocorre somente na fábrica, nem tampouco numa sociedade como um todo, de acordo com Lefebvre, "mas no espaço como um todo"; "o espaço como um todo tornou-se o lugar em que a reprodução das relações de produção se localiza". As relações espaciais são geradas "logicamente", mas tornam-se "dialecizadas através da atividade humana no espaço e sobre ele. É este espaço "dialecizado" de conflito... que produz a reprodução, introduzindo nele suas múltiplas contradições." Posteriormente, o surgimento da problemática espacial assinala uma nova fase do desenvolvimento capitalista. "O capi-

talismo viu-se capaz de atenuar (ou até mesmo de eliminar) suas contradições internas por um século, e conseqüentemente, nos cem anos que se seguiram à publicação de *O Capital*, ele foi bem-sucedido em realizar seu 'crescimento'. Nós não podemos calcular a que preço isto se deu, mas podemos saber os meios utilizados: *pela ocupação do espaço, pela produção do espaço.*" Para Lefebvre, o espaço é o lugar no qual os episódios finais do drama capitalista estão sendo apresentados. "O espaço, ocupado pelo neocapitalismo, seccionado, reduzido à homogeneidade, ou mesmo fragmentado, torna-se o fundamento do poder". Isto constitui um período transitório do desenvolvimento capitalista — "o neocapitalismo" —, no qual a "contradição espacial" entre o "capitalismo estatal e o socialismo estatal" impede a estabilização completa e a vitória do capitalismo. Um vasto "deslocamento de contradições" tem ocorrido; concretamente isso significa que "as necessidades sociais são atualmente sobretudo necessidades urbanas", e que a revolução social contra o capitalismo deve ser uma revolução espacial — a revolução urbana<sup>43</sup>.

Há muitas questões envolvidas nesse assunto, pois Lefebvre é verdadeiramente um filósofo original. Ele não é somente responsável pela idéia da produção do espaço, mas tem tentado dar a ela uma base teórica igualmente original. Ele está visivelmente preocupado tanto com o desenvolvimento histórico do capitalismo quanto com a resolução do dualismo espaço-sociedade. Ao propor a dialética "sócio-espacial", Ed Soja tem apoiado, aperfeiçoado e desenvolvido as idéias básicas da visão lefebvriana; ao mesmo tempo, tenta corrigir o que ele vê como uma má-interpretação sistemática de Lefebvre na tradição anglo-americana e, nesse processo, constrói uma ligação entre as duas tradições<sup>44</sup>. Este não é o momento para uma crítica elaborada sobre Lefebvre, embora tal tarefa tenha sido por longo tempo procrastinada. O que desejo fazer aqui é simplesmente sugerir que alguns discernimentos básicos de Lefebvre possam ser desenvolvidos diferentemente, e de tal modo que conduzam a conclusões mais aprofundadas com relação à produção do espaço. Pois, com esta idéia, ele tem aberto as portas para uma compreensão prática do espaço sob o capitalismo. Ele tem considerado seriamente e aplicado ao espaço a advertência de Marx, na oitava tese sobre Feuerbach, de que "todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão

dessa prática." E entretanto, enquanto capaz de fazer o salto intelectual e ver o espaço como algo produzido pela atividade humana, Lefebvre não descarta e nem mesmo qualifica o conceito absoluto de espaço. Ele usa o conceito de todos os modos — como espaço social separado do espaço físico, como espaço absoluto, como espaço teórico, e assim por diante — e parece fazer pouca ou nenhuma distinção entre eles. A metáfora é misturada indiscriminadamente com a realidade. Esta indeterminação conceitual torna-se especialmente problemática onde Lefebvre se envolve com as conclusões políticas de suas análises, pois o espaço parece sair completamente de cena. A política da atual "crise de reprodução" não tem muito ou nada a ver com o espaço. Ou como Castells diz da análise de Lefebvre, "o espaço, em última instância, ocupa uma posição relativamente modesta e secundária em toda a análise"<sup>45</sup>. Conceitual e teoricamente o espaço é colocado como objeto central, mas na prática não é visto em parte alguma. O dualismo do espaço e da sociedade se mantém inalterado.

Lefebvre compreende a importância do espaço geográfico no capitalismo atual, mas é incapaz de atingir o âmago profundo desta questão. Além da indeterminação conceitual a respeito do espaço, a razão para isto parece ser a tentativa de ligar a importância do espaço ao projeto político mais amplo segundo o qual a problemática da reprodução desloca a da produção. A tese reproducionista origina-se da experiência do capitalismo do pós-Guerra quando, de fato, a sociedade capitalista atingiu um padrão considerável de consumo de mercadorias e conseguiu integrar mais completamente o processo de reprodução na estrutura econômica. E os conflitos da década de sessenta foram, em grande parte, sobre questões comunitárias e sociais, mais do que greves em fábricas. Mas se isto significa, como sugere Lefebvre, que a reprodução das relações de produção torna-se a função mais determinada, e que a luta de classes é agora essencialmente sobre questões de reprodução mais que sobre questões tradicionais de trabalho, é algo que deve ser analisado. Superficialmente, as mudanças que Lefebvre identifica podem ser bastante reais, mas não está claro que elas representam tal reversão estrutural profunda como ele propõe. A década de oitenta poderia claramente servir de teste histórico preciso que confina a teoria reproducionista pura aos arquivos da História.

A explicação mais valiosa de Lefebvre é seu reconhecimento da im-

portância renovada do espaço e a inserção que ele faz na idéia da produção do espaço. Mas sua insistência em inseri-lo na teoria reproducionista não lhe permite ver, penso eu, o valor pleno da explicação, e dos meios de desenvolvê-la posteriormente. Pois a teoria da produção do espaço não representa uma ruptura radical com a tradição marxista clássica, especialmente se estamos certos no que diz respeito à produção da natureza e à relação entre a natureza e o espaço<sup>66</sup>. É uma idéia surpreendentemente original, como dissemos, e vai bem além de qualquer coisa imaginada naquela tradição mas, ao mesmo tempo, podem-se detectar embriões fragmentados desta idéia na obra de Marx, Luxemburgo e Lênin. Especialmente em Lênin, há uma identificação implícita da contradição central entre a diferenciação e a igualização. Pela ótica altamente seletiva dessa contradição, tentaremos identificar os precursores históricos de nossa presente análise.

### *Marx, Luxemburgo e Lênin*

Marx não estava diretamente preocupado em elaborar uma concepção específica de espaço e tendia a considerar o espaço geográfico como absoluto. Mas estava igualmente cômico da relatividade do espaço geográfico, o que está perfeitamente claro em sua discussão sobre a "aniquilação do espaço pelo tempo". Embora Marx não seja o autor original desta frase, ele, de maneira característica, converteu uma parte da terminologia idealista, impregnada de referências místicas num agudo instrumento crítico com uma nova perspectiva materialista<sup>67</sup>. Inerente ao capital está o desejo de reduzir o tempo e os custos da circulação de modo que o capital invertido possa retornar mais rapidamente à esfera da produção e a acumulação possa se realizar com mais rapidez. Mas a circulação do valor também requer uma circulação física dos objetos materiais nos quais o valor está incorporado e representado. Todas as formas de capital — capital produtivo, capital-mercadoria e capital monetário — têm que ser transportadas, e à medida em que as forças produtivas se desenvolvem, parte desse desenvolvimento é realizado no progresso dos meios de transporte e de comunicação, ambos dentro e fora da esfera da produção. Isto conduz, como diz Marx, à tendência contínua para superar todas as barreiras espaciais e ao aniquilamento do espaço pelo tempo:

Quanto mais a produção se estabelece no valor de troca, e portanto na troca, mais importante se tornam as condições físicas da troca (os meios de comunicação e de transporte) para os custos da circulação. O capital, por sua natureza, supera qualquer barreira espacial. Assim, a criação das condições físicas de troca (dos meios de comunicação e de transporte; o aniquilamento do espaço pelo tempo) torna-se uma necessidade extraordinária para ele... Desse modo, enquanto o capital deve procurar romper qualquer barreira espacial ao comércio, isto é, à troca, e conquistar a Terra inteira para seu mercado, por outro lado busca aniquilar este espaço juntamente com o tempo, isto é, reduzir ao mínimo o tempo gasto em locomoção de um lugar para outro. Assim, quanto mais desenvolvido é o capital e, por conseguinte, quanto mais extenso é o mercado no qual ele circula e que forma a órbita espacial de sua circulação, mais procura simultaneamente uma extensão sempre maior do mercado e maior aniquilamento do espaço pelo tempo... Aqui aparece a tendência universalizante do capital, que a distingue de todos os estágios anteriores de produção<sup>48</sup>.

A tendência histórica da sociedade em se emancipar do espaço é mais desenvolvida sob o capitalismo e assume uma forma única que expressa a lógica interna do capital: a emancipação através da aniquilação. Neste contexto, a "tendência universalizante do capital" representa um impulso inerente para a a-espacialidade, procurando uma igualização das condições e dos níveis de produção. Nós reconhecemos essencialmente a mesma realidade na observação impressionista popular, de que ocupamos "um mundo cada vez menor". O que Marx oferece é uma explicação historicamente específica da necessidade desse "encolhimento" geográfico. O desenvolvimento espacial é tratado como um momento integral do desenvolvimento social amplo, mais do que simplesmente como efeito independente. O que se chama de "mundo cada vez menor" não é meramente um efeito do progresso generalizado da modernização, mas a necessidade específica do modo de produção baseado na relação entre o trabalho e o capital.

Marx estava ciente da implicação espacial mais concreta dessa "tendência universalizante" do capital. Ele tinha suas vistas voltadas não somente para o desenvolvimento das ferrovias e para seu efeito homogeneizador do espaço-economia das nações individuais, mas também para a economia mundial. Assim, parece ter esperado que, entre os resultados da dominação colonial britânica na Índia, haveria um desenvol-

vimento forçado da economia indiana com base no capital, o que levaria rapidamente a economia indiana ao nível do desenvolvimento alcançado pela Grã-Bretanha<sup>49</sup>. Além das implicações espaciais, Marx enxergou o outro lado da moeda — a função da expansão espacial para o capital. Por isso, termina o volume um de *O Capital* com capítulo sobre a colonização, não somente porque nas colônias e nas teorias burguesas de colonização a realidade da exploração é descrita para qualquer um ver, mas também porque as colônias desempenham uma função especial para o capital. Através das relações de comércio exterior e da expansão geográfica e econômica, as contradições no âmago do capital podem, em maior ou menor medida, ser deslocadas em direção à periferia do sistema, e os limites do capital poderiam ser ampliados<sup>50</sup>.

Marx dirigiu sua atenção para a tendência igualizadora do capital e observou-a no contexto de um mercado mundial em expansão. Foi este processo, mais do que qualquer outra coisa, que aprimorou sua concepção de espaço sob o capitalismo. Sua relativa falta de preocupação com a diferenciação do espaço geográfico é, sem dúvida, um produto da época em que viveu; o desenvolvimento das ferrovias e a colonização européia do globo estavam à frente da produção do espaço nesse período. Assim, em *O Capital*, Marx, deliberadamente abstraiu de, pelo menos, uma fonte de diferenciação geográfica: "a fim de examinar o objeto de nossa investigação em sua integridade", escreveu ele "livre de quaisquer circunstâncias eventuais perturbadoras, devemos considerar o mundo inteiro como uma só nação, e considerar que a produção capitalista está estabelecida em toda parte e que se tem apoderado de todos os ramos da indústria"<sup>51</sup>. Isto não era simplesmente uma suposição arbitrária que tornaria o trabalho de Marx mais fácil; em coerência com seu método lógico-histórico, esta suposição reflete sua convicção de que o capital progressivamente eliminaria as diferenciações geográficas. Não que Marx, como veremos no capítulo quatro, não estivesse cômico da diferenciação geográfica, mas sim que a considerou de importância secundária em comparação com a "tendência universalizante" do capital e com o conseqüente impulso para a igualização.

Escrevendo meio século mais tarde, Rosa Luxemburgo critica Marx por ter pressuposto a dominação universal da produção capitalista, mas, por outro lado, expressa a conclusão lógica da própria posição de Marx. O capitalismo, diz ela, não pode sobreviver sem a existência de socieda-

des não-capitalistas para funcionar como mercados e fontes de matérias-primas, mão-de-obra, etc: "o capitalismo em sua completa maturidade também depende, em todos os aspectos, de estratos e de organizações sociais existindo ao seu lado"<sup>32</sup>. Assim, o imperialismo para Luxemburgo era simplesmente o processo de "engolir" as sociedades não-capitalistas e, por definição, era a fase final do capitalismo. Desse modo, quando a expansão geográfica absoluta do capital chegou ao fim, necessariamente terminou a expansão do capitalismo. Levando as análises de Marx mais longe do que ele próprio o teria feito, Luxemburgo trata a diferenciação geográfica mais como um legado do passado, que é inexoravelmente destruído com a marcha incessante do capital, do que como uma tendência interna deste. É uma questão temporária de articulação dos modos de produção.

Lênin também considerou o imperialismo como a fase superior do capitalismo, mas possuía um senso mais agudo das implicações geográficas do imperialismo e do desenvolvimento capitalista em geral. No seu trabalho mais recente sobre *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, publicado pela primeira vez em 1899, Lênin estava profundamente ciente da diferenciação interna do espaço que acompanhou a expansão do capital. Ele discutiu a divisão territorial do trabalho de acordo com a qual as regiões eram diferenciadas conforme as especializações industriais e traçou as origens da mesma na divisão social do trabalho provocada pela expansão do capital. Mais fundamental era a diferenciação territorial da cidade e do país, que ocupou grande parte da atenção de Lênin neste trabalho. Também dedicou uma seção à diferenciação do espaço urbano entre a cidade e os subúrbios, e novamente relacionou esse aspecto à divisão social de trabalho<sup>33</sup>. Em trabalhos posteriores, Lênin desenvolveu esses temas com mais profundidade. Seu tratamento do imperialismo é explicitamente geográfico e insistiu que, embora o globo já esteja dividido entre as Nações e os trustes associados do mundo, ainda as nações "atrasadas" servem de lucrativos locais de destino para a exportação do capital. Como Marx e Luxemburgo, Lênin então equipara a geografia do imperialismo à sobrevivência do capitalismo, mas precisamente porque enxerga as raízes da diferenciação geográfica no próprio capital, não identifica imediatamente o progresso do capital à eliminação de tais diferenças. Na verdade, Lênin chega ao ponto de insistir que a diferenciação entre as nações "atrasadas" e as nações adianta-

das não diminui, mas cresce com o imperialismo. Ele acusa Kautsky (com sua noção de ultra-imperialismo) de incentivar aquela "idéia profundamente equivocada que somente favorece os apologistas do imperialismo, isto é, que o papel do capital financeiro *diminui* a desigualdade e as contradições inerentes à economia mundial, enquanto ela, na realidade, fá-las aumentar"<sup>54</sup>.

No mesmo trabalho, contudo, Lênin reconhece as forças reais, inerentes ao capitalismo e particularmente dominantes no capital financeiro, que buscam "eliminar a desigualdade na distribuição do capital entre as localidades e os ramos da indústria"<sup>55</sup>. A mesma contradição que vimos na última seção, entre o aumento da diferenciação do espaço, de um lado, e a tendência igualizadora do capital para sua emancipação do espaço, de outro, aparece implicitamente na análise de Lênin sobre o imperialismo. Ela permanece implícita, assim como o reconhecimento de que, na prática, esta contradição conduz à produção especificamente capitalista do espaço. Havia, evidentemente, limites no reconhecimento de Lênin da nova importância do espaço geográfico, o que fica evidente, mais do que em qualquer outro lugar, nos seus escritos filosóficos. Aí, embora ele tenha vindo em defesa do "espaço físico objetivo", contra aquilo que considerava idealismo machiano, afirma a concepção absoluta de espaço e, em parte alguma, ele relaciona sua discussão filosófica abstrata à estrutura espacial concretado capitalismo, que o ocupou em outras obras<sup>56</sup>. Mas Lênin, pela primeira vez, identificou ambas as facetas desta contradição básica: o que faltou foi explicitar a contradição e um tratamento teórico mais aprofundado do espaço.

Mas isto não aconteceu. Nikolai Bukharin, que escreveu no mesmo período, compreendeu essa contradição quando escreveu que a internacionalização do capital poderia acontecer somente através de um desenvolvimento simultâneo dos capitais nacionais<sup>57</sup>. Embora a internacionalização do capital seja um tema forte na literatura econômica marxista hoje, a agudeza da contradição geográfica apontada por Bukharin não é geralmente percebida. O mesmo é verdadeiro em relação a análises em outras escalas espaciais, nas quais a questão do desenvolvimento regional e urbano, em geral, está atraindo atenção cada vez maior<sup>58</sup>. A análise da produção do espaço, uma noção completamente contemporânea, nos conduz na mesma direção da análise de Lênin da geografia do imperialismo. É deste ponto comum, no caráter con-

traditório da produção do espaço, que começamos a análise do desenvolvimento desigual. O que estamos procurando não é somente uma compreensão das origens e dos padrões da geografia do capitalismo. Também estamos tentando entender exatamente como, nas palavras de Lefebvre, a produção do espaço tem contribuído para a sobrevivência do capitalismo.

# **Para uma Teoria do Desenvolvimento Desigual I: A Dialética da Diferenciação e da Equalização Geográficas**

Em pouco mais de uma década, o desenvolvimento desigual do capitalismo tornou-se tema comum de pesquisa ou mesmo um tema "da moda". A razão para esse fato, sem dúvida alguma, está ligado com o ressurgimento geral do interesse pelo marxismo, que se seguiu aos movimentos sociais dos anos sessenta, e com o fato de que hoje o processo de desenvolvimento desigual apresenta-se em contornos mais nítidos em todas as escalas espaciais do que em qualquer outro período anterior. Há um virtual consenso no que tange à necessidade de compreender este fenômeno aparentemente, e uma literatura rapidamente crescente sobre o assunto já começou a aparecer. Até agora, contudo, essa nova pesquisa é caracterizada por escassez de tratamentos teóricos, procurando entender o desenvolvimento desigual no contexto de uma análise marxista (ou não marxista) do desenvolvimento capitalista. É essa tarefa que se almeja aqui realizar. O ponto de partida foi dado no capítulo anterior, onde se viu que as tendências contraditórias para a diferenciação e para a equalização determinam a produção capitalista do espaço. Em ação, essa contradição que surge no âmago do modo de produção capitalista inscreve-se na paisagem como o padrão existente de desenvolvimento desigual.

Antes de prosseguir nesta análise, é necessário deixar absolutamente claro sobre o que estamos falando e sobre o que não estamos; 'desenvol-

vimento desigual" significa muitas coisas para muitas pessoas, dependendo principalmente do contexto histórico no qual ele é usado. Na tradição marxista, remontando até Lênin, o conceito é empregado de vários modos, num sentido econômico, político e filosófico, e na introdução ao *Grundrisse* Marx faz uma observação sobre o desenvolvimento desigual do material vis-à-vis da produção artística e sobre o desenvolvimento desigual de relações de produção em face das relações legais. Num lembrete feito essencialmente para si mesmo, Marx notou que essas questões deveriam ser tratadas concretamente e não da "forma abstrata comum"<sup>1</sup>. A exortação de Marx acerca do concreto é, sem dúvida alguma, correta, mas a generalidade de seus exemplos seria desorientadora se tomados como guia de pesquisa. Com o objetivo de tratar essas questões mais concretamente, é necessário definir primeiro a base econômica — ou mais corretamente, a base político-econômica — do desenvolvimento desigual do capitalismo nas tendências opostas para a diferenciação e para a igualização. Nós nos restringiremos aqui a estabelecer essa base econômica do desenvolvimento desigual<sup>2</sup>.

Considerando-se os capítulos anteriores, deveria também ficar claro que estamos preocupados com o processo e com o padrão de desenvolvimento desigual especificamente capitalista. Isso poderia parecer evidente por si mesmo e quase não valeria a pena repeti-lo se até os mais astutos teóricos não tivessem insistido sobre a universalidade histórica e filosófica do fenômeno. O desenvolvimento desigual, já se afirmou, é uma "lei universal da história humana" ou, de forma mais abstrata ainda, é 'a essência da contradição'<sup>3</sup>. O consenso sobre o desenvolvimento desigual é, assim, obtido a um certo custo; os enunciados potencialmente penetrantes da teoria desaparecem quando o desenvolvimento desigual é visto como uma metafísica universal, sendo seu significado reduzido a um mínimo denominador comum. Esta abordagem filosófica não somente nega oportunidades teóricas mas, o que é muito mais importante, é historicamente errônea. Marx reconheceu a universalidade do trabalho como um atributo natural da existência humana, mas toda a sua análise do capitalismo dependia de separar a propensão natural ao trabalho das formas social e historicamente determinadas do processo de trabalho sob o modo de produção capitalista. É, sem dúvida, uma marca registrada da ideologia burguesa universalizar as formas e as relações sociais específicas do modo de produção capitalista em relações permanentes, "naturais". Is-

so também vale para o desenvolvimento desigual". Como um universal filosófico, seu gume crítico e epistemológico fica não apenas embotado, mas sim potencialmente voltado para aquele que o utiliza como uma arma ideológica reacionária, penetrando sorratamente no corpo do próprio marxismo. Não é, como sugere Ernest Mandel, o "sistema do mundo capitalista" que está em *função* da validade universal da lei do desenvolvimento desigual e combinado; antes, é o desenvolvimento desigual que está em função da universalidade contemporânea do capitalismo.

Nada sugere em tudo isto que o desenvolvimento pré-capitalista fosse outra coisa senão desigual. O que está implícito é que, quaisquer que sejam as razões para a desigualdade do desenvolvimento pré-capitalista, elas são bastante diferentes daquelas pertinentes ao capitalismo, que possui sua própria e distinta geografia. A Geografia do capitalismo é mais sistemática e completamente uma parte integral do modo de produção, mais do que ocorreu com qualquer modo de produção anterior.

Se o entusiasmo atual que há em torno do desenvolvimento desigual não levar a um beco sem saída, onde somente o óbvio é afirmado, mas, ao contrário, revelar esclarecimentos fundamentais sobre a Geografia do capitalismo e sobre a estrutura e o desenvolvimento do capitalismo em geral, então o processo deve ser mantido sob um intenso foco. É por isto que preparando-nos para a análise do desenvolvimento desigual, estivemos tão preocupados em precisar uma concepção do espaço. Da forma pela qual é comumente utilizado, "o desenvolvimento desigual" refere-se não simplesmente à Geografia do capitalismo, mas também às diferentes taxas de crescimento entre os diferentes setores da economia capitalista. Ao equiparar aqui o desenvolvimento desigual com a sua expressão particularmente geográfica, não há nenhuma tentativa de negar outros aspectos do processo. Isto é feito para compensar o nítido descuido para com a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista e enfatizar, na prática, a conclusão tirada no capítulo anterior, de que a desigualdade espacial não tem sentido algum, exceto como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo. Pode ser que isto esteja nos afastando demais do problema e é certamente um risco; mas sem isso, é impossível conhecer todas as suas implicações e derivações.

# I A TENDÊNCIA PARA A DIFERENCIAÇÃO

## *A Base Natural da Diferenciação*

A divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho. Marx estava profundamente cômico disto, pois testemunhou, por sua freqüentemente repetida (mas raramente compreendida) análise sobre a cidade e o campo, estar a criação de toda divisão do trabalho bem desenvolvida baseada na troca de mercadorias. E se examinamos a mais antiga divisão do trabalho — a divisão sexual do trabalho entre os homens e as mulheres — acredita-se geralmente que isso tenha uma expressão territorial, com o sexo masculino geralmente começando a desenvolver um domínio espacialmente mais amplo.

Na maior parte de História humana, a divisão do trabalho esteve baseada na diferenciação das condições naturais. "A possibilidade de trabalho-excedente e de valor-excedente", que escreveu Marx, "advém de uma dada produtividade do trabalho", aparece primeiramente "como um dom da natureza, como um poder produtivo da natureza". Sob condições naturais diferentes, o mesmo gasto de trabalho resultará em diferentes quantidades de uma dada mercadoria, e isto implica a possibilidade (mas somente a possibilidade) de produção excedente em um lugar, embora não em outro. Além disso, a diferenciação qualitativa da natureza coloca certos limites para que os processos de produção possam ocorrer numa dada área. Assim, o algodão não pode naturalmente ser cultivado no Ártico e o carvão não pode ser extraído de camadas geológicas que não o contenham. Esta é a base natural para a produção excedente. É também a base natural para a divisão do trabalho que, para seu desenvolvimento, depende inteiramente da produção de produtos excedentes. Numa economia mais desenvolvida, a apropriação das vantagens naturais deixa de ser acidental. Com efeito, as diferenças naturais são internalizadas como a base para uma diferenciação social sis-

temática do processo de trabalho. As diferenças qualitativas na natureza se traduzem em diferenças qualitativas e quantitativas na organização social; a divisão social do trabalho expressa-se espacialmente.

A divisão mais profunda do trabalho, entre a agricultura e a indústria, é igualmente um fenômeno espacial. A própria divisão do trabalho é agora o resultado de uma dinâmica social — o consumo produtivo do produto excedente e o progressivo desenvolvimento das forças produtivas — mas ela continua a expressar-se de acordo com determinadas condições naturais. Isto é, não existe nada na natureza que estimule uma divisão entre agricultura e indústria, mas desde que esta divisão social apareça a diferenciação inerente à natureza determina quais atividades ocorrerão e onde ocorrerão. O mesmo princípio se aplica não tanto para a divisão geral entre agricultura e indústria, mas também para a subdivisão interna desses setores principais. A localização de diferentes setores agrícolas ocorre em relação a diferentes condições naturais e o mesmo é verdadeiro com relação a diferentes setores industriais, que são influenciados mais pela diferenciação localizacional na disponibilidade de matérias-primas e componentes acessórios.

Este tipo de explicação — a da localização geográfica das atividades sociais de acordo com as diferenciações na natureza — é o material de trabalho da Geografia tradicional. Até o presente século, e em grande parte até os nossos dias, o primado da natureza e das diferenciações inerentes dentro da natureza foram sacralizadas no estudo da Geografia. O determinismo ambiental, que se desenvolveu particularmente na escola americana de Geografia, era somente uma versão extremada da crença convencional de que as condições geográficas naturais determinaram em grau maior ou menor o tipo e a localização das atividades humanas. Como uma linha de pesquisa, o determinismo ambiental nunca foi inteiramente hegemônico e foi substituído por uma preocupação menos dogmática com o estudo da "diferenciação das áreas". Absorvendo como empréstimo a noção da escola alemã de Geografia, onde Hettner estava preocupado em explicar as variações geográficas compostas sobre a superfície da Terra como sendo o resultado de variações naturais, o conceito de "diferenciação de áreas" se posicionou no centro da tradição geográfica americana até pelo menos 1960. Essa longa duração de seu domínio deveu-se não somente a uma certa estagnação no Pensamento geográfico, mas sim à magnitude que dentro da disciplina

apresentavam dois dos mais importantes proponentes do conceito. Foi Carl Sauer, em 1925, quem parece ter primeiramente discutido a diferenciação de áreas *per se* e Hartshorne foi um de seus mais entusiasmados defensores. Por volta de 1960, explicações puramente naturais para a diferenciação das áreas não eram mais predominantes, embora a tradição retenha claros sinais de sua origem em Hettner. Em todas estas tradições, a concentração espacial da riqueza era vista primeiramente como o resultado da diferenciação natural na fisiografia, nos recursos, no clima, etc.

Porém, a mais explícita e ao mesmo tempo mais sofisticada tentativa de relacionar as diferenciações nos dons naturais com a concentração de capital vem da Geografia comercial. De origem fundamentalmente britânica, a "Geografia Comercial" descreveu a variedade de produtos provenientes das diferentes nações e regiões do mundo e tentou explicar os diferentes padrões de produção agrícola e industrial com base nas diferentes dádivas da natureza. Esse caminho não somente levou a explicações preliminares de exportações e importações de uma nação ou região, mas também à definição de regiões específicas, de acordo com o que elas produziam. Encaminhou também à Geografia Regional familiar a todos nós que, quase até os nossos dias, tem sido a principal componente dos currículos escolares. As concentrações urbanas e regionais de capital industrial eram explicadas como resultado da proximidade de matérias-primas específicas de estradas e caminhos naturais e de coisas semelhantes, ao passo que as concentrações de capital agrícola resultavam do caráter particular do solo, do clima e da fisiografia. Assim, a região de Pittsburgh-Youngstown-Cleveland era considerada como resultante da proximidade de carvão e de minério de ferro, particularmente; a região cotonífera de Lancashire resultava do clima adequado, da proximidade dos portos e da tradição existente de manufaturas têxteis devido à criação de ovelhas nas montanhas vizinhas; e Nova Iorque deve sua localização à abundância de espaço costeiro, à profunda penetração interior do sistema fluvial Hudson-Mohawk e ao embasamento granítico adequado à construção de amplos ancoradouros. Daí também a Geografia Agrícola dos Estados Unidos ser explicada em termos de um "cinturão de algodão", um "cinturão de suínos", um "cinturão de trigo", um "cinturão do gado", de áreas frutícolas da Califórnia, da Flórida e do noroeste do Pacífico, e assim por diante. E o comércio entre

essas áreas era naturalmente explicado de acordo com os excedentes das mercadorias específicas produzidas em cada região.

Esse tipo de explicação estava sempre um passo à frente e era aplicado não somente à diferenciação econômica entre regiões, mas também à diferenciação política entre as nações. Desse modo, os geógrafos e não poucos historiadores estavam acostumados a explicar a hegemonia imperial britânica no século dezenove como resultado de seu maciço poder naval que era, por sua vez, atribuído ao fato de ser a Grã-Bretanha uma nação-ilha com nenhuma alternativa senão voltar-se para o mar. Daí o fato de Sir Halford J. Mackinder, pai da nova escola de Geografia britânica do século dezenove e Membro do Parlamento, escrever em 1919 que:

"As grandes guerras da História... são o resultado direto ou indireto do crescimento desigual das nações e esse desenvolvimento desigual não se deve completamente ao maior talento e energia de algumas nações, se comparadas com outras; em larga medida é o resultado da distribuição desigual da fertilidade e da oportunidade estratégica sobre a face do globo. Em outras palavras, não há na natureza coisas tais como a igualdade de oportunidade para as nações. A menos que eu interprete erroneamente os fatos da Geografia, eu iria além e diria que o agrupamento de terras e mares e de fertilidade e de caminhos naturais é de tal importância, que leva por si próprio à formação de impérios e, finalmente, à formação de um único império mundial".

Tudo isto devido à natureza!

A Geografia Comercial, na qual se baseava essa Geografia Política, estava ela própria baseada em princípios muito claros, relativos ao modo pelo qual as vantagens naturais ditavam a divisão territorial do trabalho. Esses princípios estavam perfeitamente expressos na obra definitiva sobre o assunto, o *Handbook of Commercial Geography*, de George Chisholm, que foi publicado pela primeira vez em 1889:

"O grande fato geográfico, do qual o comércio depende, é que as diferentes partes do mundo produzem diferentes produtos ou fornecem os mesmos produtos sob condições desigualmente propícias.... Se há qualquer benefício permanente para a humanidade (do rápido desenvolvimento econômico e dos conflitos sociais concomitantes), geralmente a grande vantagem dessa natureza não é obtida até que todo o tipo de produção seja levada ao lugar que

tenha a maior vantagem natural para o suprimento de um determinado mercado. Pela expressão "vantagens naturais" nós queremos dizer coisas como: um solo e um clima favoráveis, a existência de facilidades para comunicações externas e internas, até onde estejam na natureza da superfície e dos aspectos físicos, a existência de minerais valiosos em situação favorável, e especialmente dos materiais para se fabricar e dirigir maquinaria, sendo estes os produtos que são menos capazes de suportar o custo de transporte. Todas essas vantagens são mais ou menos permanentes... As vantagens naturais podem-se contrastar as vantagens históricas, que são, por sua natureza, mais temporárias, ainda que, de fato, sejam freqüentemente de longa duração. Talvez a mais importante de todas seja um governo forte e estável baseado em princípios firmes e justos e não hostil à indústria... O comércio e a indústria do mundo têm estado, há mais de cem anos, num estágio de transição semelhante ao qual nunca se conheceu outro antes. As comunicações estão sendo aperfeiçoadas, os meios de produção estão sendo mais acelerados e barateados, as terras incultas estão sendo povoadas e povos primitivos estão tomando contato com as invenções das raças brancas com uma rapidez até agora nunca vistas — com eventuais resultados que, como nós vimos, nem sempre são os mais desejados. O comércio e a indústria tendem, assim, a ser governados pelas condições geográficas... A abertura do mundo inteiro pelos meios de comunicação aperfeiçoados está levando os capitalistas a procurar quaisquer lugares onde o desenvolvimento seja possível e a remover obstáculos ao desenvolvimento, onde quer que possa ser feito, mas o simples fato de que o homem está adquirindo grande poder no manejo da natureza deixa claro que há limites além dos quais ele não pode passar em suas modificações das condições originais... A tendência, da qual agora falamos, para um predomínio final das condições geográficas na determinação da distribuição do comércio e da indústria é, com efeito, uma tendência para um resultado remoto"<sup>10</sup>.

Os geógrafos de hoje não têm mais essa confiança na importância histórica mundial de sua disciplina ou em seu destino. Assim como a Geografia Comercial e a modalidade de Geografia Política de Mackinder eram meios de se compreender e de se promover a ascensão do império, da mesma forma sua sorte foi selada pelo destino do império. A decadência do império britânico acarretou a morte dessa geografia. A Geografia Comercial e Regional, mencionadas acima, não ocupam mais um lugar central na disciplina, mas foram suplantadas por uma preocupação mais abstrata com o espaço, introduzida pela chamada Revolução Quantitativa e pela Revolução da Relevância dos anos 60 e 70.

Que dizer, então, da alegação de que há uma tendência para o predomínio final das condições geográficas naturais na determinação da distribuição do comércio e da indústria?

O princípio da vantagem natural, a que aderiram os geógrafos comerciais e regionais tradicionais, afirma explicar mais do que faz de fato. No final, tais explicações da concentração e da centralização econômica são somente meias-verdades. Elas podem explicar adequadamente, e, geralmente o fazem, o desenvolvimento inicial num certo lugar, mas de modo algum explicam a quantidade ou a qualidade do desenvolvimento subsequente. A realidade atual da cidade de Nova Iorque, um símbolo impressionante da produtividade da atividade humana, desde há muito tempo superou qualquer explicação naturalística baseada na estrutura rochosa ou na acessibilidade física. Com o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, a lógica que preside a localização geográfica afasta-se cada vez mais de tais considerações naturais. A razão para isso é dupla. O que ligava o desenvolvimento econômico às condições geográficas era primeiramente a dificuldade de vencer as distâncias e em segundo lugar a necessidade de grande proximidade das matérias-primas. Com o desenvolvimento dos meios de transporte, o primeiro obstáculo natural (a distância) diminuiu em importância. Com o aumento geral das forças produtivas, o segundo também se torna cada vez menos importante, pois as matérias-primas hoje são produtos de um número sempre crescente de processos de trabalho anteriores. Pense-se somente no caso do plástico, uma matéria-prima base em ampla gama de processos de produção. Em última análise, ela se origina na forma de petróleo, mas passa por um certo número de diferentes processos de trabalho antes de aparecer como mercadorias de canalizações, móveis, roupas ou astro-turf. Para todos esses processos de trabalho, exceto para o primeiro, a matéria-prima é um produto industrial cuja localização é determinada pela localização das forças produtivas e de forma alguma pela natureza. Assim, embora a indústria de extração do petróleo mundial permaneça totalmente ligada aos lugares onde o petróleo aparece naturalmente, a indústria petroquímica do mundo não obedece a tal restrição, e não se concentra em torno das áreas petrolíferas. Esta situação é totalmente diferente daquela existente na época do início do capitalismo, quando a maior parte das matérias-primas se compunha de produtos diretos da agricultura e da mineração.

A concentração e a centralização do capital no ambiente construído dá-se de acordo com a lógica *social* inerente ao processo de acumulação de capital, e isto, como vimos anteriormente, leva a um nivelamento das diferenças naturais, pelo menos até onde elas determinam a localização da atividade econômica. Ou, como escreveu Bukharin, num tom que lembra Engels, "por mais importantes que possam ser as diferenças naturais nas condições de produção, elas perdem cada vez mais importância no contexto geral, se comparadas às diferenças que são resultantes do desenvolvimento desigual das forças produtivas"<sup>11</sup>.

A Geografia Comercial era a Geografia da época do capital comercial. Como tal, não é por acaso que ela foi mais desenvolvida na Grã-Bretanha, o centro do capital comercial do século dezenove. As explicações oferecidas pela Geografia Comercial são adequadas, ainda que não esclarecedoras, para aquela época — uma época de transição, em que as economias capitalistas herdaram a Geografia das economias naturais do feudalismo e de outros modos pré-capitalistas de produção. A divisão territorial do trabalho foi, com efeito, fortemente influenciada pela diferenciação natural da Terra, ou mesmo apoiada nela. Mas com o surgimento ao capitalismo, não foi somente a própria sociedade, mas também a relação da sociedade com a natureza que se revolucionou. A divisão territorial do trabalho libertou-se cada vez mais de suas raízes na natureza, e na medida em que ela sobrevive é apenas mantida por uma nova base material. Certamente, o capitalismo herdou uma divisão territorial do trabalho radicada nas diferenciações naturais e essa divisão territorial se mantém em proporção maior ou menor, mas ela subsiste como um fato — relíquia para os ditames de uma nova sociedade, com um novo conjunto de forças que tendem para a diferenciação das condições e dos níveis de desenvolvimento. Todavia, na medida em que a antiga divisão do trabalho se mantém, somente acontece pelas boas graças do capital.

O tratamento da natureza na Geografia Comercial e Regional tradicionais oferece mais uma ilustração da ideologia da natureza discutida no primeiro capítulo. Nas mãos desses geógrafos, a natureza é exterior e, quando muito, interage com a sociedade. Frederick Jackson Turner oferece uma visão poética desta concepção, que também ilustra a ambígua combinação de mito e realidade em sua perspectiva:

"Assim, a civilização na América seguiu as artérias feitas pela geologia, deixando através delas uma onda de riqueza cada vez maior, até que finalmente os estreitos caminhos de comunicação dos índios foram alargados e se entrelaçaram em complexos labirintos de linhas comerciais modernas; o sertão foi interpenetrado por linhas de civilização cada vez mais numerosas"<sup>12</sup>.

Qualquer que seja o conteúdo ideológico dessa visão, Turner reconhece conosco a importância crescente do comércio como algo que se contrapõe à geologia. Pois há uma contradição direta entre a emancipação da natureza — ou a tese mais poderosa da produção da natureza — e as expectativas de Chisholm, Stamp e outros, de que os aspectos naturais tornar-se-iam cada vez mais importantes em explicar a distribuição da indústria e do comércio. Todavia, esta última expectativa não estava inteiramente destituída de um fundamento real. De fato, ela encarna uma verdade, a de que os geógrafos não se desvencilharam ainda da bagagem inútil de uma Geografia historicamente obsoleta. Realmente, não é a Geografia Física como tal que cresce em importância, mas, como se sugeriu no capítulo anterior, é a dimensão estritamente espacial da Geografia Física que cresce em importância com o progresso inexorável do desenvolvimento capitalista. E esta Geografia espacial é socialmente produzida, e não mais um padrão natural recebido. Assim, não é por acaso que desde a "Revolução" Quantitativa e a da Relevância em Geografia, a disciplina parece ter adquirido uma dupla personalidade, com a análise espacial do ambiente cada vez mais se separando da consideração das relações humano-ambientais — o espaço de um lado, o ambiente (físico e/ou humano), de outro. E o modo de produção social que une o espaço e a natureza numa única paisagem.

### *A Diferenciação e a Divisão do Trabalho*

A diferenciação do espaço geográfico, a que nós chamamos divisão territorial do trabalho deriva da divisão social do trabalho mais geral. Mas a questão da divisão do trabalho é quase tão complexa quanto escamoteada, e quando tentamos colocar a divisão territorial do trabalho em seu contexto mais real, uma gama adicional de complexidade se acrescenta. Tentaremos desemaranhar as linhas separadas, em diversas etapas. Marx fez somente breves referências à divisão territorial do tra-

balho, mas tentou uma discussão mais sistemática da divisão social do trabalho, de forma que será a partir daí que começaremos.

Particularmente em suas obras iniciais, Marx traçou o desenvolvimento da divisão, desde suas raízes naturais até a complexa divisão conhecida sob o capitalismo. Em *O Capital*, ele distingue três escalas separadas nas quais ocorreu a divisão do trabalho. Ele distinguia entre a divisão *geral* do trabalho (a divisão entre atividades principais, tais como a indústria e a agricultura), a divisão do trabalho em *particular* (as várias subdivisões entre diferentes setores das divisões gerais) e a divisão *específica* do trabalho, que ocorre na fábrica entre diferentes processos específicos de trabalhos. Esta distinção entre diferentes escalas de trabalho, na qual a divisão trabalho ocorre, não é meramente uma distinção filosófica, mas uma distinção trazida à existência pelo desenvolvimento da forma especificamente capitalista de industrialização. Em particular, a sistemática divisão específica do trabalho dentro da fábrica e sua distinção da divisão do trabalho em escalas maiores, é produto exclusivo do capitalismo"<sup>13</sup>.

Mas a divisão do trabalho não é a única causa de diferenciação social que Marx identifica. Entre as outras que discute, as mais importantes no momento são aquelas concernentes à divisão do capital. Assim, ele divide a economia em dois setores — um dedicado à produção de meios de produção e o outro à produção de meios de subsistência — com o fito de examinar a reprodução de capital. Além disso, faz uma cabal distinção entre os capitais individuais, porque sem tal distinção a competição capitalista é compreensível. Qual é a importância desses fatores de diferenciação e como eles estão relacionados à divisão do trabalho?

Embora tenha havido considerável interesse na crescente divisão do trabalho específico nos últimos anos e na divisão do trabalho entre a produção de valor excedente e a reprodução da força de trabalho, não tem sido feito, virtualmente, nenhum ensaio sobre a divisão do capital e sua relação com a divisão do trabalho. Sem oferecer uma justificativa categórica, gostaria de sugerir uma divisão tripartida do capital, que tem paralelo e em parte coincide com a divisão tripartida do capital oferecida por Marx. Assim, podemos dividir uma economia em três escalas: a divisão do capital em *departamentos*; a divisão do capital em *setores*,

e a divisão do capital em unidades *individuais* de propriedade empregadas como capital.

1. Os departamentos da economia são diferenciados uns dos outros na escala da divisão geral do trabalho, identificado por Marx. Embora o próprio Marx não tenha deixado explícita essa relação, ela se ajusta bem a seu intento de identificar a divisão geral do trabalho. Os departamentos diferenciam-se uns dos outros de acordo com o valor de uso de seus produtos, especificamente com seu valor de uso no processo de reprodução do capital. Assim, Marx faz distinção entre Departamento I, no qual os meios de produção (capital fixo e capital circulante) são produzidos e Departamento II, no qual os artigos de consumo individual (necessidades e luxos) são produzidos. Marx empregou esta distinção para demonstrar a possibilidade da reprodução contínua do capital e, de modo algum, como uma divisão definitiva da economia. Assim, outros autores acrescentaram novos departamentos, especificamente um Departamento III, que produz artigos para o consumo coletivo e não-produtivo, tais como materiais militares<sup>14</sup>. Outras divisões seriam possíveis, se a intenção fosse uma classificação definitiva da economia em departamentos. Esta não era a intenção de Marx nem tampouco é a nossa. Basta, no momento, identificar o nível no qual a economia está dividida em departamentos.

2. Os diferentes setores da economia são tradicionalmente definidos pelo valor de uso imediato de seus produtos, por exemplo, automóveis, construções, aço, aparelhos eletrônicos, educação e assim por diante. A distinção entre os setores coincide inteiramente com a divisão do trabalho de Marx, em particular. Embora o valor de uso dos produtos pareça ser o critério com base no qual diferentes setores são divididos uns dos outros, esta é somente uma verdade parcial. A coerência interna de um setor específico e, deste modo, do próprio setor, é cada vez mais definida pela igualização da taxa interna de lucros, quando comparada às atividades produtivas em outros setores. Isto é produzido através de competição direta de mercado que, evidentemente, ocorre, somente na medida em que valores de uso em competição são comparáveis, oferecendo credibilidade à observação superficial de que os setores são definidos de acordo com a semelhança dos valores de uso que produzem. A diferenciação dos setores uns dos outros nunca se completa, evidente-

mente, e ocorrem sobreposições. Esse fato é particularmente verdadeiro no caso da produção de grandes produtos compostos, tais como usinas siderúrgicas ou aeronaves. Até que ponto está o construtor de um moderno alto-forno automático, programado por computador, ou de um Boeing 747, operando no setor de eletrônica ou da computação mais que nos setores da construção e no setor aeroespacial, respectivamente? E assim como, certamente, há superposição de atividades exteriores, os setores não tendem a se enquadrar facilmente e exclusivamente em um departamento. A indústria automobilística, por exemplo, produz em todos os três departamentos. Ela produz caminhões para o consumo produtivo, carros para o consumo individual e tanques de guerra.

3. A diferenciação do capital social em unidades individuais não está, de maneira alguma, em função da divisão do trabalho, embora a divisão específica do trabalho tenda a operar dia a dia no nível do capital individual. Antes, a diferenciação dos capitais individuais é imposta historicamente sobre o capital social em acumulação, pelo sistema de relações de propriedade expressas e constituídas através do sistema legal predominante. Com as origens do capitalismo, os capitais individuais tendiam a ser sinônimos das divisões particulares do processo de trabalho. O capitalista individual seria um fazendeiro, um carpinteiro, um dono de manufatura têxtil. Mas com a necessária concentração e centralização do capital implícitas ao processo de acumulação, a escala dos capitais individuais cresceu tremendamente. Hoje, muitos pequenos capitais podem permanecer confinados a uma divisão particular do processo de trabalho, mas na época de investimentos de *portfolio*, é correto afirmar-se somente a respeito de parcela cada vez menor do capital social total. A Du Pont não faz mais somente remédios, ela extrai carvão e petróleo dirige hotéis, comanda uma cadeia de lojas e compra e vende bens reais. Assim como na escala de diferentes setores de capital, há também na escala de capitais individuais considerável sobreposição de atividades, que não se manifesta através de uma mistura de diferentes atividades, mas através de uma sobreposição de controle legal, de acordo com a propriedade de ações mutuamente entrelaçadas<sup>15</sup>.

Se a divisão de trabalho e a divisão de capital aparecem juntas, encontramos-nos envolvidos com quatro escalas identificáveis nas quais ocorre o processo de diferenciação social:

- a) a divisão social *geral* do trabalho (e do capital) em diferentes departamentos;
- b) a divisão do trabalho (e do capital) em diferentes setores *particulares*,
- c) a divisão do capital social entre diferentes *capitais individuais*,
- d) a divisão *específica* de trabalho no interior da fábrica.

Essas diferentes divisões do trabalho não são igualmente importantes na determinação da diferenciação geográfica da paisagem, e a nossa tarefa agora será avaliar sua importância. Começaremos pela divisão específica de trabalho.

A divisão específica de trabalho aparece com a organização das atividades da mão de obra na produção, onde no início existia como força social independente: "naqueles ramos da indústria nos quais o sistema de maquinaria é introduzido em primeiro lugar", escreveu Marx,

"A manufatura, por si só, fornece, de maneira geral, a base para a divisão e para a conseqüente organização do processo de produção... Na manufatura, o isolamento de cada processo específico é uma condição imposta pela natureza da divisão de trabalho mas, na fábrica plenamente desenvolvida, a continuidade daqueles processos é, pelo contrário, necessidade imperativa... A indústria moderna tem um organismo produtivo que é puramente objetivo, no qual o trabalhador se torna um mero apêndice numa situação de produção material já existente".

A divisão específica de trabalho torna-se então uma "necessidade técnica ditada pelo próprio instrumento de trabalho"<sup>16</sup>. Isto é, o desenvolvimento da divisão específica de trabalho, como tal, é substituído como o fator determinante central da diferenciação do processo de trabalho. A diferenciação nesta escala é cada vez mais o produto do desenvolvimento técnico dos próprios instrumentos de produção.

Como tal, e apesar de ser fundamental sob outras maneiras, a divisão específica do trabalho contribui muito pouco para a diferenciação social que, por sua vez, leva ao desenvolvimento desigual. Isto é predominantemente uma questão de escala espacial. A divisão específica do trabalho ocorre na escala da fábrica individual e, quando muito, afeta as diferenciações geográficas na escala intra-urbana. Indiretamente, con-

tudo, o avanço da divisão específica de trabalho pode ter um efeito mais abrangente. A introdução de novas tecnologias pode bem ser responsável, pelo menos em parte, pela diferenciação do espaço nas escalas interurbanas, regionais ou mesmo internacional. Basta somente tomar como exemplo o desenvolvimento do Vale do Silicon, na Califórnia, ou o subúrbio Sinchu, de Taipé, ou a importância da indústria aeroespacial ou as mais modernas tecnologias militares no desenvolvimento do chamado *Sunbelt*. Porém nestes casos, ainda que novas tecnologias estejam certamente envolvidas, não é o desenvolvimento das máquinas por si só mas sim seu efeito numa escala maior (a da divisão particular ou geral do trabalho) que é responsável pela diferenciação espacial resultante. A divisão específica do trabalho leva à diferenciação espacial somente na medida em que também envolve um desenvolvimento na divisão particular ou geral de trabalho.

Na escala da divisão *geral* do trabalho, o capitalismo está historicamente fundamentado sobre a divisão entre indústria e agricultura. Embora essa divisão seja superada com o desenvolvimento do capitalismo, ela é historicamente importante e recebe sua expressão espacial direta na separação da cidade e do campo. "O fundamento de toda divisão do trabalho que seja bem desenvolvida e causada pela troca de mercadorias, é a separação entre a cidade e o campo. Pode-se dizer que toda a história econômica da sociedade está condensada no movimento desta antítese"<sup>17</sup>. Assim escreveu Marx com considerável penetração, com relação ao conteúdo espacial necessário da divisão do trabalho. Essa passagem é amplamente e, às vezes indiscriminadamente, citada, muitas vezes por geógrafos que buscavam às apalpadelas um instrumento com o qual ajustar o espaço às análises teóricas de Marx. Mas, a menos que não seja criticamente compreendida, essa passagem pode ser desorientadora. A separação da cidade e do campo é tanto o *fundamento* lógico quanto o histórico da divisão social do trabalho contemporâneo no seguinte sentido: somente quando o proletariado estivesse livre da necessidade e da responsabilidade de produzir seus próprios meios de subsistência é que essa divisão do trabalho poderia progredir como o fez. A separação da cidade e do campo não se origina com o capitalismo mas é, ao contrário, herdada pelo capitalismo em sua origem. Somente com a libertação dos camponeses da terra e com sua migração para a cidade é que se consuma a separação final entre a cidade e o campo. A separação da

cidade e do campo é, por si mesma, um produto da divisão social do trabalho, mas vem a se tornar o fundamento como dizia Marx, para a divisão do trabalho.

Não seria surpreendente que precisamente esta divisão do trabalho haja solapado seu próprio fundamento — a separação da cidade e do campo. A urbanização do campo, através da industrialização da agricultura, é hoje uma realidade indiscutível e algo que Marx previu. "A história da Antigüidade Clássica", disse ele, "é a história das cidades fundadas sobre a propriedade da terra e sobre a agricultura. A Idade Média (período germânico) começa tendo a terra como o assento da História, cujo desenvolvimento posterior avança, então, na contradição entre cidade e campo; na época moderna ocorre a urbanização do campo e não a ruralização da cidade como na Antigüidade<sup>18</sup>. A separação da cidade e do campo ainda hoje ocorre de alguma forma, mas deveria ser visto como uma relíquia das origens do capitalismo. Falar dela hoje como se fosse ainda uma questão central na determinação da divisão geral do trabalho, como se faz comumente, é ler Marx de forma acrítica e fossilizar a dicotomia campo-cidade. Estritamente defendida, esta dicotomia é um derivado do dualismo ideológico mais amplo da natureza *versus* a sociedade — a máquina *versus* o jardim<sup>19</sup>.

A urbanização do campo não invalida a afirmação de Marx de que a história da sociedade está "condensada" no movimento da antítese entre o campo e a cidade. Ao contrário, ela o confirma. Mas deve-se estar preparado para seguir o movimento histórico dessa antítese a ponto de reconhecer seu *Aufhebung* ou suspensão. Isto ocorre onde a tendência para a equalização inerente ao capital tenha predominado sobre a diferenciação do espaço. Mas no processo, como veremos a seguir, o capitalismo cava sua própria cova. Na medida em que o desenvolvimento capitalista nivela a dicotomia cidade-campo e, desse modo, destrói o fundamento de sua própria história econômica, ele prepara o caminho não somente para sua própria derrota mas também para o desenvolvimento de uma história econômica completamente nova, construída sobre um novo fundamento. O movimento dessa antítese resume muito adequadamente a história econômica da sociedade.

Como a divisão específica de trabalho, a divisão geral do trabalho não é fator determinante fundamental do padrão de diferenciação espacial. Já analisamos esse aspecto com a separação entre campo e cida-

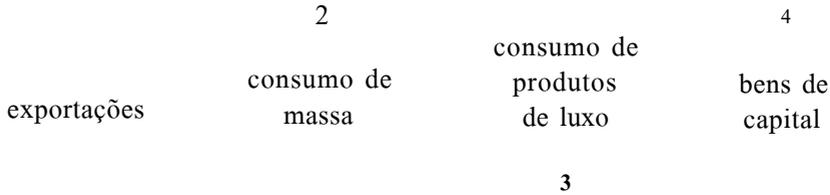
de e é necessário, agora, mostrar o mesmo no que tange à divisão da economia em departamentos, que suplanta a divisão entre indústria e agricultura. A distinção entre os três departamentos identificados anteriormente se dá numa escala tão grande, economicamente, que esperaríamos que ocorresse qualquer correlato espacial numa escala semelhante. Somente de forma acidental, mais do que sistemática, poderia a diferenciação entre departamentos ser responsável pela diferenciação espacial na escala intra-urbana<sup>20</sup>. Na escala da economia mundial, a concentração seletiva de departamentos tem sido de importância considerável. O exemplo mais claro seria encontrado na especialização nas economias coloniais nascentes, cuja função principal era a produção de matérias-primas para o colonizador europeu. O subdesenvolvimento da África, da Ásia e da América do Sul surgiu a partir da exportação, por tais continentes, de matérias-primas para utilização na Europa Ocidental e, mais tarde, na América do Norte. Marx oferece uma nítida descrição deste processo em ação, observando como estava integralmente relacionado ao desenvolvimento das maquinarias nas economias européias em industrialização.

"Por um lado, o efeito imediato das maquinarias é aumentar o suprimento de matérias-primas da mesma forma, por exemplo, como a descaroçadora de algodão aumentou a produção desse produto. Por um lado, o baixo preço dos artigos produzidos pelas máquinas, e o aperfeiçoamento dos meios de transporte e de comunicação fornecem as armas para a conquista de mercados externos. Arruinando a produção artesanal em outros países, as máquinas convertem-nos, forçosamente, em campos para o surgimento de matéria-prima para elas. Desta forma, a Índia Oriental foi obrigada a produzir algodão, lã, cânhamo, juta e índigo para a Grã-Bretanha. Constantemente realizando o trabalho dos braços "super-numerosos", a indústria moderna, em todos os países em que ela deitou raízes, estimula a emigração e a colonização de terras estrangeiras, que são, desse modo, convertidas em colônias para o cultivo de matérias-primas para a pátria-mãe; assim como a Austrália, por exemplo, se converteu numa colônia para o cultivo de algodão. Uma divisão nova e internacional do trabalho, uma divisão conveniente às demandas dos centros de comando da indústria moderna, aparece e converte uma parte do globo em um campo de produção eminentemente agrícola, para abastecer a outra parte, que permanece sendo um campo eminentemente industrial<sup>21</sup>.

O impulso para esta especialização global nas atividades do Departamento I é social; não há nada de "natural" na destruição das maquinarias rivais. Mas em operação, esta especialização social baseou-se na diferenciação natural da superfície da Terra. Mas esta divisão grosseira entre o mundo subdesenvolvido e o mundo desenvolvido, com base na idéia de que aquele fornece matérias-primas para o segundo, não é mais correta. Com a contínua emancipação da produção social dos imperativos naturais, os padrões naturais de diferenciação estão ficando cada vez mais impotentes para determinar a diferenciação espacial dos diferentes departamentos econômicos de produção. À medida em que as matérias-primas se tornam cada vez mais o produto de numerosos processos de trabalho anteriores, como vimos no caso do plástico, as nações subdesenvolvidas se tornam cada vez menos ligadas à produção exclusiva de matérias-primas e tem conhecido considerável desenvolvimento industrial em algumas áreas<sup>22</sup>. A diferenciação entre departamentos da economia mundial é uma explicação insuficiente para a divisão entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido.

Entre os teóricos do subdesenvolvimento, Samir Amin é provavelmente quem vai mais longe na diferenciação entre mundo subdesenvolvido e mundo desenvolvido, de acordo com a diferenciação entre departamentos. Para Amin, o capitalismo periférico tem uma estrutura fundamentalmente diferente da do capitalismo central. Enquanto o capitalismo central conhece a acumulação auto-centralizada, as "formações sociais" periféricas conhecem uma estrutura de desenvolvimento essencialmente desequilibrado. No centro, o desenvolvimento gira em torno da produção de "bens de capital" e do incentivo ao consumo de massa; na periferia, contudo, é a produção para a exportação e o consumo de bens de luxo que formam a base da economia, sendo uma estrutura essencialmente desequilibrada (figura 1)<sup>23</sup>. Embora Amin esteja parcialmente preocupado com a distinção entre diferentes departamentos, as distinções não estão consistentes na base de sua explicação do subdesenvolvimento. Ele está muito cômico de que o mundo subdesenvolvido não pode mais simplesmente, ou mesmo predominantemente, ser definido pela sua exportação de matérias-primas e que ocorreu considerável industrialização no mundo subdesenvolvido. Porém, essa é uma produção industrial para exportação e que nada faz para alterar a estrutura econômica desequilibrada do capitalismo periférico. Desse modo,

## Relação Determinante Central



## Relação Principal de Dependência Periférica

*Figura 1 - Modelo de desenvolvimento central e periférico de Amin.*

a produção para exportação, não se levando em conta o departamento em que esta ocorre, é de importância central para a análise de Amin. Conseqüentemente, mesmo para Amin, não é a diferenciação em departamentos que está na gênese da diferenciação entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Até o ponto em que uma diferenciação entre departamentos não tenha uma dimensão espacial — e é inegável que a atividade produtiva em todos os quatro departamentos discernidos por Amin está concentrada no mundo desenvolvido. Este padrão é um produto de alguma diferenciação espacial anterior, cuja explicação deve ser procurada em outro lugar.

Isto nos deixa com as duas escalas restantes, nas quais a diferenciação social ocorre e que são responsáveis, em primeira instância, pela diferenciação geográfica do mundo capitalista. Na escala dos capitais individuais, o processo de diferenciação é bastante direto; o capital é concentrado e centralizado em alguns lugares em detrimento de outros. Na escala da divisão *particular* do trabalho — a divisão da economia em setores específicos — a diferenciação do espaço geográfico é menos direta. Ela ocorre de maneira cíclica de acordo com a igualização da taxa de lucro dentro de dado setor, e com o movimento resultante do capital entre os setores, daqueles com uma baixa taxa de lucros para aquelas com uma taxa de lucro mais alta. Este movimento do capital entre setores assume uma dimensão espacial devido à sua distribuição na medida em que tais setores que atraem quantidades de capital são relativamen-

te novos na economia, sua rápida expansão geralmente coincide com algum tipo de expansão ou deslocamento geográficos, com o fito de oferecer o espaço para a germinação das estruturas produtivas. E seu corolário também é válido. Até o ponto em que os setores que sistematicamente perdem grandes quantidades de capital estão velhos e estáveis, talvez até fora de moda, e na medida em que tendem a se concentrar relativamente próximos na paisagem, então áreas inteiras tenderão a conhecer uma desvalorização sistemática e não compensada do capital fixo localizado ali. A desvalorização do capital e finalmente sua desvalorização geral são específicas ao lugar<sup>24</sup>.

Nas seções III e IV examinaremos com maiores detalhes a transição espacial da divisão particular de trabalho e a divisão entre capitais individuais. Por ora, estudaremos a tendência oposta, a tendência para a igualização.

## II A TENDÊNCIA PARA A IGUALIZAÇÃO

Analizamos no último capítulo a "tendência universalizante do capital" e observamos os resultados geográficos contraditórios desse processo. De um lado, o espaço geográfico é produzido em escala mundial como um espaço relativo e, por outro, há diferenciação interna do espaço geográfico em espaços absolutos distintos, em diferentes escalas. Analizamos as origens da tendência para a diferenciação, mas temos agora de considerar mais concretamente o que significa dizer que o espaço global é produzido como espaço relativo. Quando Marx toca neste assunto ele o faz, tipicamente, no contexto do processo de circulação. Mais do que na produção, Marx salienta que a "circulação prossegue no espaço e no tempo". Com efeito, ele dedica um pequeno espaço em *Grundrisse* a esse tema. E no *Manifesto*, ele e Engels observam que a "necessidade de expandir constantemente o mercado para seus produtos faz a burguesia se expandir por sobre toda a face do globo. Ela precisa estabelecer-se em toda parte, criar vínculos em toda parte<sup>25</sup>. Mas em *O Ca-*

*pitai*, Marx também observa mais generalizadamente ou mesmo mais dubiamente, que "o capital é um nivelador"; esta generalização é provocada pela observação de que o capital exige em cada esfera da produção igualdade nas condições de exploração do trabalho"<sup>26</sup>. Inerente à produção global do espaço relativo está uma tendência para a igualização das condições de produção e do nível de desenvolvimento das forças produtivas. Esta aniquilação do espaço pelo tempo é o resultado final, ainda que nunca totalmente realizado, dessa tendência. Em constante oposição à tendência para a diferenciação, a tendência para a igualização e a contradição resultante são os fatores determinantes mais concretos do desenvolvimento desigual. Esta contradição é resolvida historicamente no padrão concreto de desenvolvimento desigual, mas antes de empreender sua análise examinaremos a causa, na esfera da produção social, da tendência para a igualização.

Nós já vimos algumas das expressões geográficas dessa igualização tendencial, no nivelamento da dicotomia cidade-campo e nas transformações da natureza em um meio de produção universal. Em sentido geral, a equalização das condições de produção — significando seu valor de uso assim como seu valor de troca — resulta da universalização do trabalho abstrato na forma de valor. Suas origens coincidem precisamente com as origens da diferenciação. A acumulação de capital avança não simplesmente através do desenvolvimento da divisão do trabalho, mas pelo nivelamento dos modos de produção pré-capitalistas ao plano do capital. O desenvolvimento da divisão do trabalho é possível somente na medida em que o capital conquista o modo de produção<sup>27</sup>. A universalização da relação salário-trabalho pressagia ao trabalhador uma liberdade oferecida com uma mão — a liberdade de comprar e vender sua força de trabalho — mas tomada com a outra. Conforme Marx observou e como foi assinalado na discussão sobre a produção da natureza, o trabalhador individual é transformado numa "monstruosidade deformada"; o "carro de Jagarnate do capital", para usar a expressão de Marx, faz os trabalhadores descerem para um nível comum, e até o ponto em que o respeito ao indivíduo torna "a ausência de qualquer desenvolvimento uma peculiaridade". A natureza humana é nivelada por baixo.

Uma degradação paralela resulta da busca capitalista de matérias-primas. Em termos quantitativos, o processo de igualização é manifes-

tado na escassez comum de objetos de trabalho. Da madeira às baleias e ao petróleo, a escassez comum desses recursos é uma criação social, não uma obra da natureza. De acordo com Harvey, "a escassez é socialmente organizada para permitir o funcionamento do mercado"<sup>28</sup>. Em termos qualitativos, o capital se põe numa busca frenética pelas coisas — antigas e novas — que alimentam o processo de acumulação. Desse inodo, Marx conclui que:

"Todo progresso na agricultura capitalista é um progresso na arte, não somente de roubar o trabalhador, mas de roubar o solo; todo progresso no aumento da fertilidade do solo por um dado tempo é um progresso para a ruína da fonte permanente daquela fertilidade... A produção capitalista, assim, se desenvolve... somente minando as fontes originais de toda riqueza — o solo e o trabalhador"<sup>29</sup>.

Isto se aplica não somente ao solo, mas também aos recursos minerais, animais e vegetais da Terra. Tais questões já foram discutidas com maiores detalhes no capítulo 2. Em dois sentidos gerais, a produção da natureza acarreta uma igualização na relação com a natureza: em primeiro lugar, a natureza se tornou o apêndice universal do capital; em segundo lugar, a qualidade da natureza é nivelada por baixo nas mãos do capital. Não vamos nos ater a esse ponto geral, mas voltaremos à questão do capital fixo, que é particularmente importante no que diz respeito à tendência para a igualização.

Na medida em que a acumulação de capital depende da produção e do reinvestimento do valor excedente relativo, torna-se vital o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da "tecnologia". Como o capital fixo no processo de produção, a tecnologia é tanto o veículo para a expansão do capital quanto o fator impulsor de tal desenvolvimento. A competição é o fluxo social que generaliza a necessidade de inovação por toda a economia. Supondo condições de trabalho semelhantes, novas técnicas adotadas por um capital devem ser igualadas ou superadas por outros capitais no mesmo setor, se quiserem sobreviver no mercado. Além disso este crescimento da produtividade do trabalho em um setor cria tanto a possibilidade como a necessidade para aumento da produtividade em outros. A possibilidade surge do fato de que uma inovação em uma esfera provavelmente encontrará aplicabilidade em outra.

A necessidade surge porque um avanço em um setor pode exigir avanços naqueles setores aos quais está intimamente relacionado. Marx dá o exemplo de mecanização da fiação que "fez da tecelagem por máquinas uma necessidade" e ambas justamente fizeram as revoluções mecânica e química que ocorreram nas técnicas de branqueamento, imprensão e tingimento"<sup>30</sup>. Exemplos mais recentes poderiam incluir a industrialização da agricultura para manter o fornecimento de matérias-primas para um setor industrial em rápida expansão, ou o desenvolvimento da indústria de computadores que gerou uma variedade de revoluções na micro-eletrônica. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte, as barreiras à generalização geográfica de novas tecnologias são diminuídas. Até onde esta generalização for conseguida, a tendência para a igualização das condições e níveis de produção é realizada.

O capital destina maciços recursos para facilitar o desenvolvimento e a aplicação de nova tecnologia, especialmente no apoio à ciência. "O desenvolvimento pleno do capital... ocorre", segundo Marx, quando "todo o processo de produção apareça como não subordinado à habilidade direta do trabalhador, mas como a aplicação tecnológica da ciência". Com o crescimento do papel do capital fixo, novos e maciços setores industriais são exigidos para a pesquisa, projeto e desenvolvimento de instrumentos adequados de produção. A própria ciência se torna um negócio, o negócio de desenvolver as formas necessárias de capital fixo.

"A acumulação de conhecimento e de habilidade das forças produtivas gerais da inteligência social é absorvida pelo capital, enquanto algo oposto ao trabalho, e daí aparece como um atributo do capital e, mais especificamente, do *capital fixo*... As *máquinas* aparecem, então, como a forma mais adequada de *capital fixo* e o capital fixo, no que diz respeito às relações do capital consigo mesmo, aparece como a forma mais adequada de capital, enquanto tal"<sup>31</sup>.

À medida em que o capital fixo se dirige para a etapa central, a relatividade do espaço é cada vez mais determinada pelos padrões geográficos de investimento em capital fixo. A relação entre a generalização de novas tecnologias e a tendência para a igualização é, desse modo, intensificada; as formas econômicas são traduzidas mais diretamente em sua forma geográfica. Embora o impulso que há por detrás do pro-

cesso de igualização se expresse na esfera de produção, os novos setores de pesquisa, projeto e desenvolvimento começam a operar independentemente para a equalização das condições e dos níveis de desenvolvimento. Isto é particularmente evidente no caso da ciência: o "desenvolvimento do capital fixo indica em que grau o conhecimento social geral tornou-se uma *força de produção direta* e em que grau as condições do processo da própria vida social ficaram sob o controle da inteligência geral e se transformaram de acordo com ela"<sup>32</sup>.

Marx conduz seu argumento relativo à ciência e ao capital fixo à sua conclusão lógica, que é uma igualização de um tipo totalmente diferente. Pois a crescente centralidade do capital fixo é essencialmente contraditória. O capital coloca o trabalho como a única fonte do valor e, contudo em sua crescente dependência do capital fixo, o próprio capital destrói a base de sua sobrevivência. "O aumento da força produtiva do trabalho", diz Marx, e a maior negação possível do trabalho necessário são tendências necessárias do capital. Pois,

"tão logo o trabalho na forma direta deixe de ser a fonte da riqueza, o tempo do trabalho deixa e deve deixar de ser sua medida e, daí, o valor de troca deve deixar de ser a medida do valor de uso. O *trabalho excedente da massa* deixou de ser a condição de riqueza em geral... Com isto, a produção baseada no valor de troca sucumbe e o processo de produção material direto é despojado da forma de pobreza e antítese"<sup>33</sup>.

A lógica da expansão industrial leva não exatamente à subjugação de todas as sociedades humanas e da Terra inteira ao domínio do capital; ela faz isso somente generalizando no âmbito do capital o domínio absoluto do capital fixo.

Compreendida adequadamente, o equivalente geográfico — ou melhor, o pré-requisito — desta eliminação da penúria e da antítese é o completo nivelamento das diferenças espaciais e a instigação do desenvolvimento desigual. Com base particularmente em passagens de *Grundrisse*, os teóricos da Escola de Frankfurt acrescentaram à noção marxista a idéia de que "as condições do processo da própria vida social ficaram sob o controle do intelecto geral e se transformaram de acordo com ele". O mais eloqüente e provavelmente o mais conhecido foi Herbert Marcuse, que tentou demonstrar que não somente na produção, mas em to-

da a sociedade — no domínio cultural, psicológico, filosófico e político — a hegemonia da ciência, inexoravelmente ligada à tecnologia, conduziu a novas estruturas de controle social, quase universais. O resultado é adequadamente apreendido no título do livro, onde ele antecipa à força sua tese: *Um Homem Unidimensional*. Ai ele documenta a simultânea igualização e degradação de todos os domínios da experiência humana e um mínimo denominador comum, estabelecido pela própria estrutura e processo do discurso científico. A correlação espacial à qual Marcuse somente alude, mas que é mais explicitamente discutida na literatura das ciências sociais e lamentada nas colunas de viagem dos jornais, é uma Geografia unidimensional. A igualização das diferenças geográficas e o "encolhimento" do espaço geográfico aparecem juntos; quanto mais acessível o estrangeiro se torna, tanto mais semelhante a nossa casa ele fica. Não é exatamente este o caso em que se aplica o velho clichê, dizendo que "a familiaridade cria a indiferença". Sem levar em conta sua expressão social, essa unidimensionalidade geográfica tem uma base histórica real na igualização das condições e dos níveis de produção. O mínimo denominador comum, num sentido geográfico, não é exatamente a a-espacialidade implícita numa equivalência de salários ou de preços, mas a ubíqua degradação da paisagem<sup>34</sup>. A a-espacialidade aqui é o reverso da utopia.

Marcuse admiravelmente apreende a maior centralidade do capital fixo e, desse modo, da ciência, observada por Marx e entende também a tendência para a ciência espalhar seu domínio para fora do processo de produção. Como tal, ele entende pelo menos uma faceta da tendência para a igualização das condições sociais provocada pela expansão do capital. Mas sua conclusão pessimista da uni-dimensionalidade é prematura. Onde Marx discute a vitória da automação e do domínio tecnológico, ele o faz não como uma descrição de uma realidade atingida ou mesmo de uma realidade que poderia ser alcançada sob o capitalismo. Contudo, é exatamente assim que Marcuse parece ler Marx. Se ainda não realizada na época de Marx, a automação da mente, assim como a da economia, a crescente irrelevância da luta de classes e a perda de sentido da teoria de valor do trabalho são hoje, para Marcuse, uma realidade estabelecida. Entretanto, ainda na mesma passagem, Marx deixa claro que sob as atuais condições do capitalismo é "absurdo" tornar o capital fixo uma fonte independente de valor, independente do tempo

do trabalho"<sup>35</sup>. De fato, Marx não estava descrevendo nenhuma realidade em sua famosa passagem do *Grundrisse*, mas antes tecendo o destino lógico do desenvolvimento do capital fixo. Não é de surpreender que o seu destino para Marx não era "um homem unidimensional" sob um capitalismo invencível e selvagem; era, antes, o socialismo. O Estado, onde o tempo do trabalho não se torna mais a medida do valor, onde o trabalho excedente das massas não seja mais a condição para o desenvolvimento da riqueza social, onde a vida social está sob o controle direto do intelecto e onde o processo de produção é despojado da forma de pobreza e antítese — tudo isso não é senão a visão marxista de socialismo e, mais ainda, um dos elementos mais explícitos daquela visão. O que ele de fato demonstra é a maneira pela qual o desenvolvimento de uma forma de capital implanta a semente do socialismo nas entranhas do capitalismo. O processo de igualização alcança um novo horizonte.

Como a tendência para a diferenciação, a tendência para a igualização é inerente ao capital. Ela se expressa mais claramente no mercado mundial e no processo de circulação, porque o ato individual de troca é o de criar uma equivalência social. É na esfera da circulação que se tenta compreender a aniquilação do espaço pelo tempo. Contudo, o que é realizado na circulação geralmente provém da produção, sendo o caso de tendência para a igualização. A igualização das condições e do nível de produção é tanto um produto da universalização do trabalho abstrato como a tendência para a diferenciação. Ofuscado pela primeira, Marcuse aprecia mal a segunda. Entretanto, juntas é que as tendências opostas produzem uma Geografia historicamente específica.

### III A ACUMULAÇÃO, CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL

Já mostramos que a necessidade de acumulação do capital leva a uma franca expansão geográfica da sociedade capitalista, conduzida pelo capital produtivo. Isto exige um contínuo investimento de capital na criação de um ambiente construído para a produção. Estradas, ferrovias, fábricas, campos, oficinas, armazéns, cais, encanamentos, canais, usi-

nas de energia, depósitos para o lixo industrial — a lista é infinita. Estas e outras infinitas infra-estruturas são as formas geograficamente imobilizadas-de capital fixo, tão fundamentais ao progresso da acumulação. A localização desse capital é uma questão complexa; diferentes questões e relações econômicas diferem em importância quer examinemos o capital individual ou o processo de acumulação em conjunto. Baseada na teoria microeconômica da empresa, a teoria da localização burguesa começa com a decisão individual e tenta se generalizar para o nível de toda a economia espacial. A teoria marxista, entretanto, começa pela integração das micro e macro-escalas; os capitais individuais enfrentam um conjunto de restrições, limitações e de condições impostas pela estrutura e pelo desenvolvimento da economia maior, enquanto as regras da economia maior são um produto das relações de classe e de competição pertinentes ao nível de todo capital individual. Não deveria, então, ser surpreendente que as poderosas conclusões geográficas, que derivam da "lei geral de acumulação capitalista" de Marx, ligam-se diretamente à diferenciação do espaço na escala de capitais individuais. O ponto comum é a concentração e a centralização de capital e é por ela que iremos começar.

Em primeiro lugar, devemos distinguir entre a concentração social e espacial e a centralização do capital. Quando Marx fala a esse respeito, geralmente quer dizer sobre o processo *social*, segundo o qual as unidades individuais de capital vêm a controlar quantidades cada vez maiores de capital. A concentração espacial e o processo de centralização referem-se à localização física do capital e é, desse modo, diferente da concentração e centralização sociais. Caminharemos do social para o espacial, e nesse processo explicaremos a diferença entre concentração e centralização.

Marx insistiu em que a acumulação primitiva surge, já como concentração (social) do capital nas mãos de capitalistas individuais; de fato, ela é a primeira *concentração* de capital como capital produtivo (enquanto oposto ao capital mercantil). Assim, observa que um certo número de trabalhadores trabalhando juntos, ao mesmo tempo, em um lugar... com o fito de produzir o mesmo tipo de mercadoria sob o comando de um capitalista constituem, tanto histórica quanto logicamente, o ponto de partida da produção capitalista<sup>36</sup>. A concentração inicial do capital em algumas mãos oferece os meios para o desenvolvimento

da divisão do trabalho, para a produção de maior quantidade de produtos excedentes em cada investimento e para maior concentração do capital através da acumulação. Esta é a própria concentração onde cada capital cresce pelo reinvestimento de quantidades da mais-valia como capital.

De fato, a concentração social do capital é uma necessidade da acumulação ao mesmo tempo que uma premissa para ela. Com a tendência para a mais-valia absoluta, os capitais individuais são obrigados a reinvestir quantidades crescentes de mais-valia na compra cada vez maior de maquinaria de escala e de outros meios de produção, exigindo então contínua concentração do capital para facilitar a maior escala de produção. Agora, à proporção que a concentração do capital facilita o aumento da divisão do trabalho, o capital deve também encontrar os meios de reunir o que está sempre sendo dividido. E, como sempre, o capital transforma a necessidade em vantagem. Assim, o capital se beneficia com as forças sociais de *cooperação* inerentes ao trabalhador e as usa não somente para executar uma recombinação técnica do trabalho na fábrica, mas simultaneamente para reduzir os custos da produção e torna possível uma variedade de processos de produção que, sem a cooperação, seria impossível. Onde um grande número de trabalhadores são capazes de trabalhar lado a lado, devido à concentração do capital e à apropriação das forças de cooperação dos trabalhadores, o capitalista não mais simplesmente coloca para trabalhar um certo número de operários individuais, mas antes o *trabalhador coletivo*, cuja força produtiva excede a da soma dos trabalhadores individuais. A construção de ferrovias, diz Marx, depende fundamentalmente da cooperação de grande número de trabalhadores em diferentes lugares<sup>37</sup>. Hoje, com as comunicações eletrônicas e de satélite e com a tecnologia do computador, a cooperação trans-espacial e a constituição de um trabalhador coletivo geograficamente disperso são de vital importância.

Embora a cooperação "se origine da natureza social do trabalho", ela aparece sob o capitalismo como seu oposto: a força de trabalho social é considerada (tanto literal quanto simbolicamente) como a força do capital. Quanto maior a concentração de capital e com ela o desenvolvimento das forças produtivas, mais sua aparência parece real. Cada vez menos a divisão específica do trabalho determina a forma dos instrumentos de produção, como ocorreu até o período manufatureiro.

Ao contrário, é o plano técnico do sistema produtivo que determina a divisão específica do trabalho na fábrica. Isto leva a uma mudança na maneira pela qual se dá a combinação do trabalho. Com a produção de máquinas por máquinas e com a completa transformação do trabalhador num mero apêndice das forças produtivas — isto é, com a submissão real, antes que formal, do trabalho ao capital — a cooperação simples é superada por uma forma mais desenvolvida de cooperação. "Na cooperação simples,... a eliminação do indivíduo isolado pelo coletivo, o trabalhador parece ainda ser mais ou menos accidental. A maquinaria, por outro lado, opera somente por meio de trabalho associado. Daí o caráter cooperativo do processo de trabalho ser, no último caso, uma necessidade técnica ditada pelo próprio instrumento de trabalho. Na cooperação tecnicamente ditada pelas máquinas, o capital encontra uma livre fonte de mais-valia relativa. As "forças produtivas" resultantes da cooperação são, desse modo, "forças naturais de trabalho social", das quais o capital se apropria gratuitamente, em seu benefício<sup>38</sup>.

Se a acumulação de capital leva diretamente à concentração de capital em unidades existentes, ela leva indiretamente, mas não menos inexoravelmente, a um processo muito mais poderoso — à centralização do capital. A centralização do capital ocorre quando dois ou mais capitais anteriormente independentes se combinem num único capital e isto geralmente ocorre diretamente através de uma incorporação ou encampação, ou indiretamente, através do sistema de crédito. A centralização do capital leva à mais rápida expansão na escala da produção (e potencialmente ao crescimento mais rápido na produtividade do trabalho), do que poderia ser conseguida pela simples concentração do capital em unidades existentes.

"O mundo estaria ainda sem estradas de ferro se tivesse que esperar até que a acumulação de alguns capitais tivesse ocorrido num nível suficiente para ser adequado à construção de uma estrada de ferro. A centralização pelo contrário fez isto num piscar de olhos, por meio de sociedades anônimas... O capital pode se avolumar em grandes quantidades em uma única mão porque foi arrancado de muitas mãos individuais".

"Como tal, a centralização do capital "não depende de forma alguma

de um crescimento positivo na magnitude do capital social<sup>39</sup>. Com efeito, a centralização muitas vezes ocorre mais rapidamente associada com as crises econômicas, quando está minguando o capital social. A centralização é, assim, simultaneamente a destruição de um capital e o forte aumento na valorização de outro.

"A centralização completa o trabalho de acumulação". Ela exagera os efeitos e os objetivos da concentração do capital. O próprio capital não faz outra coisa senão reunir a massa de mãos e instrumentos que encontra pela frente. Ele os reúne sob seu comando. Eles são sua real acumulação de reservas; a concentração de trabalhos, juntamente com seus instrumentos, em pontos determinados". O processo de centralização é o meio mais efetivo para realizar essa concentração de trabalhadores e com o contínuo desenvolvimento das forças produtivas, a centralização do capital ganha continuamente cada vez mais importância. "Hoje", escreveu Marx, "a força de atração, ajuntando os indivíduos, e a tendência para a centralização do capital são ainda mais fortes". Lembremos que Marx escreveu isto num período em que virtualmente as únicas "corporações multinacionais" eram de natureza mercantil ou bancária<sup>40</sup>. Agora, em qualquer setor industrial individual, o processo de centralização atingiria seu limite quando todos os capitais separados estivessem reunidos num só; em qualquer economia, o limite seria atingido quando todo o capital social estivesse unificado sob os auspícios de um único capitalista. Porém, como Marx ressaltou, este estágio nunca pode ser atingido. Em primeiro lugar "partes dos capitais originais se separam e funcionam como novos capitais independentes". Mas, em segundo lugar, num processo que se tornou muito mais importante desde a época de Marx, grandes capitais centralizados se dividem internamente e, enquanto permanecem economicamente sob o mesmo controle, funcionam como divisões semi-autônomas, produzindo em diferentes setores da economia, mas dentro de uma única estrutura corporativa. Desse modo, embora o nível de centralização cresça com o progresso da acumulação, ele o faz somente no contexto de uma contínua contradição entre a centralização e a descentralização social do capital. Porém, Marx tinha também algo mais ambicioso em mente quando concluiu que o capitalismo era incapaz de realizar a total centralização do capital. Uma outra solução se apresenta quando as relações sociais de Produção impedem uma suficiente descentralização: "a centralização

dos meios de produção e a socialização do trabalho finalmente atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu revestimento capitalista. Este revestimento se arrebenta. É o funeral da propriedade privada capitalista. Dos expropriadores e do expropriado"<sup>11</sup>.

Se a centralização social é a centralização do valor de troca em mãos de cada vez menos pessoas, a centralização espacial é a centralização física dos valores de uso. A centralização social do capital tanto produz quanto exige uma certa centralização do capital e, na escala do capital individual, isto fornece o impulso inicial para a diferenciação geográfica das condições e níveis de produção. Não há nenhum mapeamento biunívoco ou uma transferência automática da centralização social para a espacial, mas na medida em que a primeira necessita da segunda, a urgência que há na centralização social do capital se expressa na diferenciação geográfica associada à concentração de capital em certos centros de produção. Como ocorre esta transferência para a centralização espacial?

A centralização espacial do capital é principalmente uma questão de capital produtivo centralizado. Certamente, a centralização espacial do capital monetário pode ser consideravelmente aumentada pela centralização do capital social como um todo, mas em si mesma a centralização espacial do capital monetário é de pequeno significado. Ela utiliza somente alguns bancos e outros edifícios para abrigar os câmbios bancários, os cheques, os certificados de depósitos, o ouro, os títulos e ações, as mensagens eletrônicas, etc., que circulam através dos centros do sistema financeiro mundial. E tais prédios e instituições não criam, em geral, novos centros, mas aglutinam-se com centros já existentes. No que tange à centralização do capital, o capital monetário é muito mais importante na esfera social do que na esfera espacial. Como a forma mais móvel de capital e como a encarnação social do valor, o movimento geográfico do capital monetário pode acelerar quaisquer tendências (para a igualização ou diferenciação) que surjam no processo de acumulação. O capital-mercadoria também é importante, mas não tende, por si mesmo, a ditar novos padrões de centralização. Em primeiro lugar, o capital mercadoria investido na paisagem é geralmente investido como capital produtivo, mesmo que o seu consumo não seja um elemento da produção social. Isto aplicar-se-ia a uma casa ou a um edifício de escritórios. Mas, em segundo lugar, grande parte do capital mercadoria im-

plantado na paisagem tende a se ramificar em complexos de capital produtivo. As poucas exceções a esta regra são suficientemente excepcionais para serem mencionadas como cidades administrativas. Por esta razão, assim como por aquelas citadas anteriormente em relação ao capital fixo, é razoável abordar a questão da centralização espacial como uma questão que diz respeito particularmente ao capital produtivo. A principal exceção a esta regra será tratada especificamente logo após.

Em primeiro lugar, sabemos que o desenvolvimento das forças produtivas acarreta um crescimento na escala do próprio processo de produção. Quanto maior o "número de operários trabalhando juntos, ao mesmo tempo, num mesmo lugar", maior é a massa de instrumentos e materiais empregados na produção de mais-valia e maior é a escala espacial do processo de produção. Com a contínua divisão do trabalho, um número cada vez maior de processos produtivos tem de ser agrupados e mesmo quando setores inteiros do processo de produção estão espacialmente dispersos — como, por exemplo, na separação de unidades auto-estruturadas de produção básica — a tendência é para as indústrias serem cada vez maiores. Esse agrupamento ocorre internamente, no âmbito de um único capital, mas também externamente. Quanto mais avançada esteja a divisão do trabalho, maior tende a ser o número de serviços e atividades acessórias exigidos por um dado processo de produção e maior será a esfera de capital produtivo que pode ser empregado em comum, comandando os poderes de cooperação geográfica. Há, assim, uma tendência para o agrupamento espacial de capitais em locais de produção determinados. Não há grande segredo aqui: os resultados do agrupamento interno e externo são conhecidos na literatura burguesa como "economias de escalas" e "economias no tempo e no custo da circulação, juntamente com o aproveitamento das forças sociais de cooperação, operando esta última tanto através do trabalho ativo quanto pela oferta de trabalho morto, fossilizado na estrutura geográfica.

Juntamente com os objetivos e instrumentos de trabalho o processo de acumulação acarreta uma centralização espacial sem precedentes dos sujeitos de trabalho. "As causas que explicam a concentração de massas de trabalhadores sob o comando de capitalistas individuais", disse Marx, "são verdadeiramente as mesmas que fazem crescer a massa do capital fixo investido e do material acessório e das matérias-primas".

Onde os trabalhadores estão concentrados em um local, o custo da reprodução da força de trabalho é reduzido porque um certo número de necessidades podem ser consumidas em comum. Em particular, a jornada necessária de trabalho é mantida no mínimo, mantendo assim os salários e daí o trabalho socialmente necessário a um mínimo, e maximizando o período de trabalho excedente. A acumulação de capital não é somente a acumulação do proletariado, como disse Marx, mas a acumulação do proletariado em certos lugares de produção. Resumindo este processo global, Marx escreve: "Se consideramos o elemento material da *acumulação*, ela significa apenas que a divisão do trabalho exige a concentração dos meios de subsistência e dos meios de trabalho em pontos particulares, ao passo que anteriormente estavam espalhados e dispersos"<sup>43</sup>. O efeito do capital, então, foi o de diferenciar o espaço geográfico anteriormente não diferenciado.

No nível dos capitais individuais, a concentração e a centralização do capital oferecem o impulso central para a diferenciação geográfica. Este processo opera de diferentes formas em escalas espaciais diferentes, e retomaremos esse ponto no próximo capítulo. Por ora, é necessário examinar a segunda fonte potencial de diferenciação (identificada na seção II) no nível da divisão particular do trabalho, ou a divisão da economia em setores. Esta questão deve ser examinada no contexto do ritmo histórico da acumulação.

#### IV O RITMO DA ACUMULAÇÃO

O investimento de capital no ambiente construído está em sincronia com o ritmo cíclico mais geral de acumulação do capital. Nós esperaríamos que isso fosse mais ou menos verdadeiro em relação a qualquer subdivisão do capital, mas é de especial importância com relação ao capital investido no ambiente construído, por causa do período prolongado durante o qual o corpo material do capital fixo está fossilizado na paisagem. Em qualquer determinado momento, há capitais individuais sendo implantados na paisagem, capitais em todos os estágios de desvalorização (o processo rotineiro através do qual o capital fixo deprecia seu valor parte por parte na produção), elementos desvalorizados do capital fixo e remanescentes abandonados do capital que se tor-

nou sem valor<sup>44</sup>. A ocorrência histórica do capital nesses diferentes estádios não é acidental e nem é, como consequência disso, sua ocorrência geográfica; o ritmo histórico do investimento no ambiente construído forja padrões geográficos específicos que, por sua vez, influenciam fortemente o programa de acumulação do capital. Esta conexão foi percebida por um certo número de autores, desde Kuznets e Abramowitz até Parry Lewis e Brinley Thomas<sup>45</sup>, mas a tentativa mais sistemática de relacionar a teoria da acumulação à Geografia específica do capitalismo foi feita por Harvey.

Harvey desenvolve um "modelo" cíclico de investimento no meio-ambiente construído", baseado tanto na evidência histórica quanto na teoria de Marx sobre a crise do capitalismo. Ao destacar a teoria faço omissão dos argumentos e complexidades que Harvey apreseta e oferece somente o esqueleto do modelo<sup>46</sup>: Num nível mais geral, a construção do ambiente construído para a produção está fortemente associado com a periodicidade das "ondas longas" ou dos ciclos de Kuznets, na expansão geral do capital. Para explicar esse resultado prontamente observável, Harvey sugere que façamos a distinção entre um circuito primário, secundário e terciário da economia. O circuito primário é o *locus* da produção de mais-valia e do consumo, assim como da reprodução da força de trabalho; o circuito secundário envolve o investimento de capital especificamente em capital fixo e o fundo de consumo, parte do qual vai para a formação do meio-ambiente construído; e o terciário é a esfera do investimento na ciência, educação, tecnologia, em gastos sociais e assim por diante. Estes circuitos estão completamente integrados e é difícil distingui-los absolutamente; com efeito, na época em que ele terminou os *Limits*, Harvey apresentou a distinção entre tais circuitos com o fito de enfatizar precisamente a unidade do processo. A lógica central, entretanto, permanece a mesma. Marx deduziu a necessidade de crise no âmbito da acumulação capitalista, considerando, entre outras coisas, o turbilhão da superacumulação tanto como uma condição quanto como um resultado da crise. Mas a crise no circuito primário poderia ser evitada, transferindo-se investimentos de capital para os setores secundário e terciário. O setor secundário e, em particular, o meio ambiente construído tendem a ser sub-capitalizados, diz Harvey<sup>47</sup>, por causa da larga escala de tais investimentos, de seu longo período de movimentação e de sua tendência a serem coletivamente consu-

midos; isto leva a uma relutância por parte dos capitalistas individuais em fazer tais investimentos. Esta transferência de capital para o meio-ambiente construído é facilitada por certo número de instituições, particularmente o sistema de crédito e o Estado. Harvey ilustra esta inundação de capital no meio-ambiente construído em períodos imediatamente anteriores a crises, com exemplos históricos, tais como o generalizado *boom* das prioridades de 1969-1973.

Mas isto é sempre, tão somente, uma solução temporária e conduz rapidamente à super acumulação também no meio-ambiente construído, mas até o momento em que novos padrões geográficos não tenham sido gerados. Contudo, a super acumulação resulta numa desvalorização maciça de capital e, por causa de seu longo período de movimentação, o capital fixo é particularmente vulnerável. Diferentemente da desvalorização rotineira do capital fixo no processo produtivo, esta desvalorização representa uma absoluta destruição do valor. Como Harvey enfatiza, a desvalorização é localmente específica e isto cria a possibilidade de que áreas inteiras do ambiente construído sofram uma desvalorização rápida e ampla. Harvey distingue três tipos de crises que eventualmente resultam desse processo: *parciais*, que são localizadas (por setor ou por área) em seu efeito, crises de *transferência*, nas quais o capital debia setores ou áreas inteiras em favor de outras e crises *globais*, nas quais todo o sistema capitalista fica até certo ponto afetado. A crise que se tem desenvolvido claramente desde 1973 é uma crise global.

Esse modelo representa apenas um primeiro passo na tentativa de se relacionar o desenvolvimento do meio-ambiente construído ao ritmo da acumulação. Mas já se pode ver sua aplicabilidade ao desenvolvimento urbano, particularmente. Além do trabalho de construção de ciclos feito pelos autores acima referidos, Isard documenta a natureza cíclica do investimento nos meios de transporte; Whitehead mostra, no contexto de Glasgow, que o investimento privado e o investimento estatal no meio-ambiente construído ocorrem em diferentes partes do ciclo econômico, resultando em anéis alternantes de desenvolvimento privado e público; e Walker demonstra o mesmo padrão cíclico de crescimento no processo de suburbanização<sup>47</sup>. O comum a todos os estudos é que demonstram o papel integrado do ambiente construído no ritmo de acumulação e crise na economia capitalista.

A mais completa análise da crise, feita por Marx, vem na parte III,

volume três de *O Capital*. O mesmo desenvolvimento histórico das forças produtivas que se torna a alavanca da acumulação também acarreta "o crescimento gradual de capital constante em relação ao capital variável" — isto é, do capital investido em matérias-primas, maquinaria, etc., em relação à força de trabalho — e uma vez que isto faz encolher a base relativa da qual o lucro é produzido, into deve necessariamente conduzir a *uma queda gradual da taxa geral de lucro*. Por haver desenvolvimentos inerentes que contrariavam essa necessidade, por exemplo uma taxa crescente de mais-valia, Marx enfatiza que a taxa de lucro decrescente é, sempre, tão somente uma tendência. Além do impulso imediato de acumulação, uma queda na taxa de lucro "acelera mais ainda a concentração do capital e sua centralização através da expropriação de capitalistas menores". Isto dá um impulso maior ao processo de acumulação, que leva finalmente à superacumulação do capital. Desse modo, a "taxa decrescente de lucro e a superprodução do capital originam-se das mesmas condições" e, por sua vez, levam a "crises violentas e agudas", a súbitas e poderosas desvalorizações (*Entwertung* à real estagnação e ao rompimento do processo de reprodução e, assim, a uma real queda na reprodução"<sup>49</sup>.

O argumento relativo às crises foi resumido nesse momento de maneira claramente linear. A crise é, não somente, o produto de uma contradição inerente entre a necessidade de desenvolver as forças produtivas e as condições sob as quais esta deve ocorrer; em seu desenvolvimento concreto, assim como em sua gênese, a crise econômica é também essencialmente contraditória. Devemos olhar para alguns dos resultados contraditórios da crise, pois, não importa quão destruidoras e disfuncionais elas sejam, as crises podem ser agudamente funcionais para o capital. As fusões, encampações e falências, assim como a desvalorização geral (das mercadorias, da força de trabalho, da, maquinaria, do dinheiro) e a destruição do capital (tanto do variável quanto do constante), que acompanham as crises, também preparam o terreno para nova fase de desenvolvimento capitalista. Finalmente, diz Marx "a desvalorização (*Entwertung*) dos elementos do capital constante tenderia, por si mesma, a elevar a taxa de lucro. A massa de capital constante empregado teria crescido em relação ao variável, mas seu valor poderia ter caído. A resultante estagnação da produção teria preparado — dentro dos limites do capitalismo — uma subsequente expansão da produção". Ou,

como afirmou em outra parte, há "sucessivos períodos de depressão, atividade mediana, precipitação, crise... Mas uma crise sempre constitui o ponto de partida de grandes e novos investimentos<sup>50</sup>. É neste contexto, isto é, em relação à reestruturação de economias através da crise, em preparação para uma nova fase de expansão, que a divisão particular de trabalho tem sua mais destacada expressão geográfica.

No volume um de *O Capital*, Marx descreve a gênese de novos setores da indústria capitalista fora do artesanato ou da manufatura inicial pré-capitalistas:

"Este primeiro período, durante o qual a maquinaria conquista seu campo de ação, é de decisiva importância devido aos lucros extraordinários que ela ajuda a produzir. Estes lucros não somente constituem uma fonte de acumulação acelerada, mas também atraem para a esfera de produção favorecida uma grande parte do capital social adicional que está sendo constantemente criado e está sempre à busca de novos investimentos<sup>51</sup>.

Esta descrição poderia igualmente aplicar-se ao desenvolvimento de novos setores da indústria. Ernest Mandel sugere, por exemplo, que novas fases de acumulação de capital que vêm impetuosas no bojo da crise são conduzidas, em última análise, pelas invocações tecnológicas que não foram introduzidas durante a crise. O resultado, na primeira fase de expansão, é um número de novos setores industriais nos quais a taxa de lucro é muito alta e que crescem muito rapidamente. Embora Mandel pareça ir mais longe e sustente uma explicação tecnológica determinista dos ciclos econômicos, que não aceitamos, o ponto central está bem fundamentado e encontra sustentação de vários lados<sup>52</sup>. Marx sugeriu uma explicação para esta relação entre novos setores de produção e as crises, em sua discussão sobre o capital fixo. Embora diferentes capitais tenham diferentes períodos de movimentação e sejam investidos em diferentes pontos, "o ciclo de movimentações interrelacionadas que se realiza em alguns anos, no qual o capital é mantido seguro por sua parte constituinte fixa, fornece uma base material para as crises periódicas". É por esta razão, diz ele, que a crise sempre forma o ponto de partida de grandes e novos investimentos<sup>53</sup>. Marx não desenvolve com mais profundidade este ponto e ele não foi submetido a rigorosa verificação empírica, mas parece, intuitivamente, bastante razoável. Se o tempo de movimento do capital fixo na forma de maquinaria justifica a base mate-

rial dos ciclos mais curtos de 5-10 anos, na economia, a movimentação dos investimentos maiores em construções, meios de transporte, e outros "melhoramentos" principais pode ser vista como a base material dos "ciclos de Kuznets", de 18-25 anos.

A desvalorização do capital produtivo no decorrer da crise e a rápida expansão que se segue são localmente específicas, para usar a frase de Harvey. Elas são localmente específicas não exatamente no nível do capital individual, em que a desvalorização ou valorização dos itens específicos de capital fixo ocorrem num local distinto. Elas são, o que é muito mais importante, localmente específicas no nível de setores inteiros da economia. Esta relação é sugerida na observação de Marx, que liga o movimento do capital fixo à periodicidade da crise e é realizada na prática, no decorrer da crise, pelo próprio capital. Mesmo quando as crises surgem esporadicamente — um banco aqui, lá uma companhia de aço, em outro lugar um produtor de bens de consumo duráveis, juntamente com inúmeros pequenos capitalistas — a crise desenvolve-se da mesma forma pela qual o capital originalmente tomou posse c'a economia pré-capitalista, isto é, setor por setor. Ela faz isto simplesmente em função da competição. Onde a desvalorização aparece primeiro, suas vítimas tentam "empurrá-la" na direção em que for mais fácil, o que significa na direção de seus competidores mais diretos. Esta é a importância da distinção que Harvey faz entre crises parciais e crises setoriais. Até o ponto em que os setores da economia estejam especialmente centralizados, o caráter localmente específico da desvalorização transforma crises setoriais diretamente em crises geográficas, que afetam regiões inteiras. A obsolescência de velhas tecnologias e o surgimento de novas, tão vital para o capitalismo, é simultaneamente a transformação de velhas estruturas espaciais em novas.

Mesmo quando a economia cambaleia numa crise global mais profunda — a quase uniforme igualização, por baixo, da taxa de lucro — o impacto da crise (a distribuição da desvalorização social) permanece desigual. "Até o momento em que as coisas vão bem", diz Marx, "a competição promove a fraternidade funcional da classe capitalista". Amigavelmente dividem o mundo entre impérios, grandes e pequenos, e então realizam negócios com não menor entusiasmo. Com pequenas escaramuças somente, "cada um deles pega seu quinhão no saque comum, proporção ao tamanho de seu respectivo investimento". Mas, com

a crise, a partilha dos lucros vem juntamente com a partilha dos prejuízos e cada um tenta minizar suas perdas individuais. "Quanto o capitalista individual deve levar do prejuízo, i.e., em que medida ele deve tomar parte dele, é decidido pela força e pela astúcia e a competição se torna então uma luta entre irmãos hostis"<sup>54</sup>. Alguns desses irmãos ficam para lutar por seus impérios, outros vão embora, mas o resultado é o mesmo. A classe capitalista como um todo tenta localizar a crise, eliminando alguns dos irmãos menores e seus impérios e tais lugares suportam a mais profunda desvalorização. Se, como diz Marx, "a proporcionalidade dos ramos individuais de produção resulta, como um processo contínuo, de desproporcionalidade"<sup>55</sup>, então a expressão geográfica desta desproporcionalidade torna-se mais aguda na crise.

O nível em que o modo de produção capitalista "dominou as condições de produção", de acordo com Marx, "é indicado na transformação do capital em propriedade imóvel". Isto é, a magnitude da produção concreta do espaço se torna uma medida da universalidade do capital. É por isto que Marx declara que o capital fixo "aparece como a forma *mais adequada de capital*"<sup>56</sup>. Entretanto, fica claro no contexto das crises que, precisamente por causa de sua imobilidade, o capital fixo é uma forma totalmente inadequada de capital. Ao contrário, o capital circulante facilita a sobrevivência da classe capitalista, ainda que cometendo "canibalismo consigo mesma"<sup>57</sup>. A mobilidade do capital circulante durante surtos de desvalorização rápida torna-se um meio não para a igualização geográfica, mas uma diferenciação sobre a qual a sobrevivência do capital é firmada. Assim, Marx se apressa em acrescentar que o capital circulante também é a forma mais adequada. A resolução desta contradição é um problema da História.

O período pós-crise de acumulação de capital herda um espaço geográfico que é altamente diferenciado através da crise. A validade da teoria burguesa da localização está, na melhor das hipóteses, restrita a este período de expansão algo idílica, em que aqueles irmãos feudais que sobreviveram voltaram para casa e vivem novamente em aconchegante fraternidade. A teoria da localização começa com a suposição de uma dada paisagem diferenciada, e então examina as decisões locais das empresas individuais. Na medida em que a estrutura localizacional — a geografia do capitalismo — é vista como historicamente mutável, essa mudança é tratada como a soma aritmética dessas decisões. Nesse período

de expansão, o capital circulante meramente facilita o investimento em capital fixo que agora assume sua missão histórica, como a alavanca da acumulação; cria-se uma nova e harmoniosa paisagem para a produção. Mas essas condições idílicas para o capital (e para a teoria da localização) são sempre e somente temporárias. O capital e a teoria da localização estão ambos lado a lado num fluxo histórico e geográfico que não podem explicar. Mas há um outro pressuposto inerente à teoria da localização, que exige maior atenção: a suposição de que a soma de decisões de localização individuais tende para uma Geografia de equilíbrio, para um conjunto equilibrado de localizações. Em seus fundamentos, esse equilíbrio é uma *igualização das diferenças econômicas*, espacialmente. Ironicamente, os pesquisadores dessa corrente apressam-se geralmente em não atender à realidade de seus resultados, proclamando que o equilíbrio é somente uma construção ideal, quando de fato há dentro do capitalismo uma tendência real para o equilíbrio.

Tanto em termos políticos quanto geográficos, a questão do equilíbrio é crucial. Implícita nela está a questão de se, em última análise, o modo de produção capitalista pode resolver ou então deslocar suas contradições inerentes através de algum tipo de solução espacial, um "fixo espacial". Isto, por sua vez, implica a questão da escala e, através de um exame dessas duas questões, atingiremos o ponto chave para a apresentação de uma teoria do desenvolvimento desigual.

Se esta discussão sobre a diferenciação e a igualização começasse muito abstratamente com uma interpretação e uma extrapolação das observações e idéias díspares de Marx, o enfoque sobre a crise e sobre o ritmo de acumulação fariam tais idéias bem mais concretas. A desvalorização setorial do capital em meio a crise certamente tem um âmbito imediato. O processo de desindustrialização, por exemplo, faz sentido não somente como um processo de desvalorização, mas como um processo que é específico a certos setores e a certas regiões. Nós já andamos parte do caminho, então, rumo à integração das tendências fundamentais para a diferenciação e equalização geográfica e para a divisão do trabalho, com o ritmo temporal de acumulação do capital. No próximo capítulo tentaremos completar o percurso.

# 5

## **Para uma Teoria do Desenvolvimento Desigual II: A Escala Espacial e o "Vaivém" do Capital.**

Se a dialética da diferenciação e da igualização geográficas é responsável, em última análise, pelo padrão de desenvolvimento desigual, sozinha não chega a especificar completamente o processo. Duas questões se colocam: primeira, por que essa dialética não resulta simplesmente numa disparidade estática em níveis de desenvolvimento, em vez de resultarem padrão dinâmico de desenvolvimento desigual? Segunda, em quais escalas opera esta dialética e como tais escalas são originadas? Essas questões serão abordadas sucessivamente. Iniciando com o estudo do equilíbrio espacial, retornaremos após à análise de Harvey.

### i a possibilidade do equilíbrio espacial

A favorabilidade da localização deveria ser considerada, da mesma forma que a inovação tecnológica, como uma fonte de mais-valia relativa, de acordo com Harvey. Os capitalistas individuais são perpetuamente levados a escolher as localizações mais vantajosas. Na medida em que os produtores mudam de lugar continuamente, seu "lucro excedente" é puramente efêmero; onde permanecem por um longo período, ele é consumido pela renda do solo. Presumindo igual acesso à tecnologia e à competição espacial, a "taxa de lucro para os produtores capitalistas tenderão a se igualar nos diferentes lugares, seja através da

apropriação da renda ou através da mobilidade geográfica do capital de produção". Com base nesse aspecto Harvey conclui:

"O efeito conjunto de longo alcance em superfície plana fechada é que a busca de lucros individuais excedentes a partir da localização força a taxa média de lucro para cada vez mais perto de zero. Este resultado é extraordinário. Significa que a competição pelas relativas vantagens localizacionais numa superfície plana fechada sob condições de acumulação tende a produzir uma paisagem de produção que é antitética à maior acumulação. Os capitalistas individuais, agindo em seu próprio interesse e buscando maximizar seus lucros sob as pressões coercitivas da competição, tendem a expandir a produção e a mudar sua localização até o ponto em que a capacidade de produzir maior quantidade de mais-valia desapareça. Há, ao que parece, uma versão espacial da teoria dos lucros decrescentes, de Marx" <sup>1</sup>.

Embora esse modelo represente uma simplificação deliberada é razoável concluir a partir dele que, enquanto alguma forma de equilíbrio possa ser possível, não há nenhum equilíbrio no sentido de uma paisagem igualizada; por mais que a tendência para a igualização das taxas de lucro faça esforços, através da mobilidade do capital circulante, para se espacializar, ela não o consegue. Assim, Harvey observa, acerca do equilíbrio espacial de redes hexagonais de mercado, de Losh, que "é uma paisagem de acumulação zero, totalmente em desconformidade com o modo capitalista de produção". Desse modo, "o equilíbrio espacial, no sentido burguês (igualização), é impossível sob as relações sociais do capitalismo, por razões profundamente estruturais". "Quanto mais a produção atinge alguma condição de equilíbrio espacial (a igualização das taxas de lucro nos diferentes lugares, por exemplo), tanto maior o incentivo competitivo para os capitalistas individuais romperem a base daquele equilíbrio, através da mudança tecnológica". Isso transtorna e altera "a condição sob a qual o equilíbrio espacial anterior... foi atingido" <sup>2</sup>.

A questão geral de Harvey é que, enquanto há certamente uma tendência para o equilíbrio espacial (no sentido da igualização) ele é continuamente frustrado por forças igualmente poderosas, no âmago do capital (e.g. dinamismo tecnológico), que tendem para um contínuo desequilíbrio geográfico. Mas, como vimos no último capítulo, especificamente em nosso esboço de Lênin e Luxemburgo, há uma importân-

cia mais profunda no equilíbrio espacial. Não é justo que o capital tenda para a criação de um equilíbrio espacial como uma imagem geográfica reflexa de si mesmo; ao contrário, é a produção de espaço geográfico que se torna a forma principal para se proteger o equilíbrio econômico e social e afastar a crise. Marx tratou do comércio exterior, das exportações e da acumulação primitiva desta maneira, e numa versão simples, que envolvia o espaço absoluto. Esta foi também a concepção de Luxemburgo. A concepção de Lênin era mais complexa e implicitamente reconhecia a relatividade do espaço. Harvey retoma a idéia, em conexão com a superacumulação, e indaga se há um "fixo espacial" para as contradições internas do capitalismo. Isto é o que ele tem em mente quando salienta que "o espaço é um momento ativo" na circulação e na acumulação globais do capital. O "equilíbrio espacial" se torna não simplesmente um interessante efeito colateral do desenvolvimento capitalista, mas uma necessidade integral, e uma medida dos limites ao capital.

Em primeiro lugar, não há nenhuma solução "externa". Por mais catártica que possa ser, a exportação de mercadorias, de capital de produção, de trabalhadores, de dinheiro, ou mesmo de desemprego e desvalorização, é sempre, somente, uma solução temporária que, no final das contas, exacerba o problema. Quanto mais geral se torna a crise, tanto mais difícil se torna exportar a crise. Na medida em que essa solução começa a ter resultado, ela cava sua própria cova. O capital invade os setores e as áreas pré-capitalistas, somente capitalizando-os e, desse modo, criando um novo competidor. Na medida em que a capitalização é impedida, por exemplo, pelos mecanismos políticos do colonialismo, ela não consegue converter a colônia num significativo reservatório de capital excedente (Isto, mais do que a benevolência, provavelmente explica o declínio do império colonial britânico). Em território já capitalista, a exportação de capital se torna um meio de forçar um declínio mais rápido na taxa de lucro e, daí, a generalização da crise. Há, então, um fixo espacial "interno"?

Aqui a situação se torna muito mais complexa e Harvey dedica grande parte do último capítulo de *Limits* para ruminar sobre alguma das complexidades desta questão. Ele conclui que os mesmos instrumentos que abriram a possibilidade de expansão e de acumulação do capital e que, assim, põem o capital, em primeiro lugar, a caminho

da crise, agora ficam no caminho de qualquer solução espacial interna para a crise. O que se exige é uma completa reestruturação do processo de produção, que envolve uma desvalorização racional do capital e um reinvestimento controlador. Mas isto é impossível, dado que o espaço-economia existente é somente em parte desvalorizado e não pode ser racionalmente desvalorizado, enquanto o capital for privadamente possuído. A anarquia da competição vem a ser o "calcanhar de Aquiles" do capital. O que outrora foi um ambiente dinâmico, construído para a produção, como ponta de lança da expansão, agora demonstra sua inércia; a desvalorização esporádica e, às vezes, brutal, ocorre, literalmente onde ela não pode ser controlada racionalmente. Assim, não há tal "instante mágico" de um fixo espacial, não há nenhum "fixo espacial" que possa, afinal de contas, conter as contradições do capitalismo". A lógica racional da acumulação leva à total irracionalidade, à guerra, na qual tanto o trabalho quanto o capital são brutalmente desvalorizados; o aprofundamento e o alastramento das crises em configurações globais transformam as tendências canibais do capitalismo em muitos modos de destruição mutuamente assegurados".<sup>3</sup> Isto é o fixo espacial definitivo, ao qual retorna o capital, quando deve fazê-lo.

Havey demonstra expressivamente, nos capítulos finais de *Limits* até que ponto o espaço geográfico é arrastado inexoravelmente para o centro do capital. Ele não é arrastado sob as rodas do carro de Jugger-nacet, sendo posto a funcionar em sua superaquecida casa de máquinas. Quando não consegue, a vingança do capital é terrível. Neste aspecto, a análise de Harvey encontra paralelo na de Lefebvre, mas oferece uma compreensão mais concreta das forças materiais que estão subjacentes na produção do espaço. Ele também implicitamente ilustra uma dialética entre a igualização geográfica e a diferenciação que jaz no âmago da produção do espaço. Esta relação é tão evidente na discussão de Harvey sobre a função da guerra como na descrição de Engels da classe trabalhadora de Manchester.

Engels, recordemos, observou o seguinte acerca dos bairros em que vivia a classe trabalhadora em Manchester:

"Onde quer que um canto ou uma esquina estivesse livre, uma casa era levantada; onde permanecesse uma passagem desnecessária, construía-se sobre ela; o valor da terra aumentou com o flores-

cimento da manufatura e, quanto mais aumentava tanto mais loucamente era realizado o trabalho de construção, sem preocupação com a saúde ou com o lucro possível, com base no princípio de que nenhum buraco é tão ruim que não possa ser ocupado por alguma pobre criatura que não pode pagar por nada melhor"<sup>4</sup>.

No que tange ao nosso interesse pelo espaço, Marx foi ainda mais explícito: "Todo observador sem preconceitos vê, afirma ele, que quanto maior for a centralização dos meios de produção, maior será o correspondente amontoamento dos trabalhadores num dado espaço; que quanto mais rápida a acumulação capitalista, mais miseráveis serão as habitações da classe trabalhadora<sup>5</sup>. Nos termos do argumento expresso no capítulo 3, parece que o capital diferencia um espaço especialmente urbano, que não somente oferece um espaço absoluto de produção centralizada, mas também um espaço igualmente absoluto, se não mais repugnante, que restringindo a mobilidade do proletariado assegura e acarreta o nivelamento, por baixo, da natureza, neste caso da natureza humana. Ocorre precisamente o mesmo com a desvalorização do capital na guerra; ambos os casos são funcionais para o capitalismo, mesmo que o primeiro seja sistemático e diário, e o segundo irregular e periódico. Com a destruição do capital durante a guerra, maciços espaços absolutos são criados onde toda a natureza — humana ou não — é nivelada.

Essa dialética lembra a questão da escala geográfica. Observou-se no capítulo anterior que para se compreender completamente o desenvolvimento desigual do capitalismo, seria necessário entender-se a origem das escalas geográficas. Geralmente tendemos considerar como questão indiscutível a divisão do mundo em alguma combinação de escalas — urbana regional, nacional e internacional —, mas raramente explicamos como elas surgiram.

Uma compreensão da escala nos dá o instrumento final e crucial para entender o desenvolvimento desigual do capital, porque é difícil compreender-se o sentido real da dispersão, da "descentralização", da "reestruturação espacial" e assim por diante, sem uma clara compreensão da escala geográfica. Ela também permitirá enfocar com mais nitidez a tendência para o equilíbrio geográfico e para sua frustração final, uma vez que o equilíbrio espacial (ou a falta dele) implica a produção do espaço absoluto em alguma escala. A questão da escala desempenha pequeno papel na exposição de Harvey, resultando na impressão desorien-

tadora de que, enquanto uma lógica sistemática, ainda que essencialmente contraditório, dirige a produção capitalista do espaço, o produto não reflete a organização do processo. O padrão resultante de desenvolvimento desigual é, para usar a expressão de Richard Walker, um "mosaico"<sup>6</sup>.

O espaço geográfico pré-capitalista poderia ser bem descrito como um mosaico — um mosaico de espaços de troca (centros e interior), por exemplo, constituídos por um bem desenvolvido sistema de mercado. Mas, com o desenvolvimento do capitalismo e com o aumento na importância da produção do espaço para a sobrevivência do capitalismo, o produto, assim como o processo, torna-se muito mais sistemático. Eu creio que seja possível utilizar a dialética da diferenciação e igualização para obter as reais escalas espaciais, produzidas pelo capital, e mostrar que o resultado do desenvolvimento desigual é simultaneamente mais complexo e mais simples que um mosaico. Não há muita dúvida acerca da impossibilidade de um fixo espacial para as contradições internas do capital, mas na tentativa inútil de realizar este fixo espacial, o capital atinge um grau de fixidez espacial organizado em escalas de atividade social identificavelmente separadas.

## II AS ESCALAS ESPACIAIS DO CAPITAL

O capital herda um mundo geográfico que já está diferenciado em complexos padrões espaciais. À medida em que a paisagem fica sob o domínio do capital (e se torna cada vez mais funcional para ele, no sentido a que nos referimos na seção anterior), estes padrões são agrupados em uma hierarquia cada vez mais sistemática de escalas espaciais. Três escalas primárias surgem com a produção do espaço sob o capitalismo: o espaço urbano, a escala da nação-Estado e o espaço global<sup>7</sup>. Em diferentes graus, cada uma dessas escalas separadas é historicamente dada antes da transição para o capitalismo. Mas, em extensão e em substância, elas são completamente transformadas nas mãos do capital. Da mesma forma que a integração espacial é uma necessidade da universalização do trabalho abstrato, na forma de valor, assim também a diferenciação de espaços absolutos como escalas particulares da atividade social é uma necessidade intrínseca para o capital. Como um meio de organizar e integrar os diferentes processos envolvidos na circulação e

na acumulação de capital, tais espaços absolutos são fixos no fluxo mais amplo do espaço relativo e se tornam o fundamento geográfico para a circulação e expansão globais do valor. Inerente à determinação do valor, a criação de um espaço-economia é integrado e organizado nessas escalas. Este é um processo dinâmico; por mais fixas que as escalas se apresentem, elas estão sujeitas à mudança e é através da contínua determinação e diferenciação interna da escala espacial que o desenvolvimento capitalista do espaço é organizado. O ponto chave não é simplesmente considerar as escalas espaciais como dadas, não importando quão evidentes por si mesmas elas pareçam, mas sim entender as origens, a determinação e a coerência interna e a diferenciação dessas escalas como já contidas na estrutura do capital.

### *A Escala Urbana*

A descentralização do capital encontra sua mais perfeita expressão geográfica no desenvolvimento urbano. Através da centralização do capital, o espaço urbano é capitalizado como espaço absoluto de produção. A diferenciação geográfica devida à centralização do capital também ocorre em outras escalas espaciais, mas aí os resultados não são tão diretamente, nem tão exclusivamente, o produto da centralização. Uma combinação de forças mais complexa está envolvida e o padrão final não é em lugar nenhum tão "nítido" quanto poderia parecer na escala urbana. No que tange ao espaço urbano, o capitalismo herda claramente uma divisão entre cidade e campo, mas a riqueza econômica centralizada e a atividade representada pela cidade pré-capitalista resultaram primordialmente da necessidade de um sistema organizado de mercado de trocas ou ainda das funções religiosas ou de defesa. Somente com o desenvolvimento e a expansão do capital industrial é que a centralização da atividade produtiva veio superar a função de mercado como a determinante do desenvolvimento urbano. Se a escala urbana enquanto tal é a expressão necessária da centralização do capital produtivo, os limites geográficos à escala urbana (que não se deve confundir com os limites administrativos de uma cidade) são determinados, em primeiro lugar, pelo mercado de trabalho local e pelos limites ao deslocamento diário para o trabalho. Com o desenvolvimento da cidade capitalista,

há uma diferenciação sistemática entre o local de trabalho e o local de residência, entre o espaço da produção e o espaço da reprodução. Como uma definição empírica aos limites do urbanismo, a importância do mercado de trabalho é bem compreendida pela ciência social burguesa, especialmente pela Geografia e pela Economia<sup>8</sup>. Mas as implicações dessa relação espacial não estão desenvolvidas na ciência social burguesa, sendo essa lacuna que Castells tenta preencher. A "unidade urbana", diz ele corretamente, é essencialmente o "espaço de todo dia, de uma fração delimitada da força de trabalho". Mas, daí, Castells procede à definição da "especialidade do urbano" como sendo um campo de consumo coletivo; o urbano é a esfera da reprodução, enquanto a escala regional, diz ele, é o espaço da produção<sup>9</sup>. Mas essa equação do urbano versus o regional, com a reprodução versus a produção, radica-se numa confusão bastante simplista entre os limites geográficos da escala urbana, de um lado e, de outro, das forças e processos que conduzem à centralização urbana do capital de produção, em primeiro lugar.

A importância do deslocamento para o trabalho e dos limites à transferência em massa da força de trabalho não é simplesmente uma questão física. O custo do deslocamento para o trabalho é um componente — do valor da força de trabalho e um componente que assume importância — crítica na expressão geográfica do valor da força de trabalho. Assim, os limites geográficos aos mercados de trabalho diários expressam os limites à integração espacial na escala urbana: onde os limites urbanos se tornaram super-estendidos, surge a ameaça de fragmentação e desequilíbrio na universalização do trabalho abstrato; onde são por demais restritos geograficamente, a força de trabalho urbana é comparativamente limitada e a oportunidade surge da estagnação prematura no desenvolvimento das forças produtivas. A expansão do espaço urbano não é somente uma questão de aumento na centralização das forças produtivas ou da escala na qual ocorre o sistema diário de trabalho concreto. Ele deveria ser antes interpretado como a expansão da esfera geográfica diária do trabalho abstrato.

A igualização através do espaço urbano é realizada na unidade geográfica do mercado de trabalho. Na medida em que essa unidade é rompida e a tendência para a igualização se frustra, ocorre a ameaça de crise no espaço - economia urbanos. O que isto significa é a seguinte condição: a expansão geográfica absoluta deve estar sincronizada com a ex-

pansão do valor nas mãos da acumulação. Enfim, o capital enfrenta uma escolha, embora altamente limitada, no que tange à localização geográfica de atividades produtivas novas ou em expansão e funções auxiliares. O desenvolvimento pode bem envolver expansão urbana absoluta, mas pode igualmente ser atingido através da expansão *in situ*: o consumo de espaço existente é intensificado, ou partes daquele espaço são reproduzidas, reestruturadas para atender as novas necessidades. A diferenciação interna do espaço urbano determina as condições concretas sobre as quais se constrói a expansão urbana. Num nível mais básico, o espaço urbano está dividido entre espaços de produção e espaços de reprodução, que levam à concentração local de atividades e usos do solo específicos — indústria, transporte, residências, recreação, varejista, comercial, financeiro e assim por diante.

Anteriormente havíamos partido do pressuposto de que o capital de produção liderava o processo de estruturação e reestruturação do espaço geográfico, mas agora podemos ver os limites desse pressuposto. O capital de produção é ainda importante, não exatamente por causa da localização da indústria, mas também porque o capital empregado no processo de construção imediato é sempre capital de produção. O consumo das mercadorias construídas, evidentemente, pode envolver uma infinidade de usos do solo que não sejam de caráter industrial, e geralmente não é o padrão de investimentos industriais que determina os outros, na escala urbana. Na medida em que o uso residencial, industrial, de lazer e outros usos do solo são diferenciados e coordenados no nível intra-urbano, a coesão do espaço urbano resulta da cooperação de uma função diferente do capital. Por mais que o fenômeno do desenvolvimento urbano resulte da centralização do capital de produção, sua diferenciação *interna* resulta da divisão entre este e outros usos do solo, sendo dirigido através do sistema de renda do solo. Quaisquer que sejam os debates e desacordos relativos à precisa caracterização da forma e do processo urbanos, há acordo fundamental entre a literatura burguesa e a marxista de que a renda do solo desempenha o papel fundamental na mediatização da diferenciação geográfica do espaço urbano<sup>9</sup>. Como resultado direto do funcionamento da renda do solo, um eixo binário — desde baixas rendas do solo na periferia até altas rendas no centro — é organizado através dos padrões mais complexos de diferenciação urbana.

A célula básica constituinte do espaço urbano é o espaço absoluto individual da propriedade privada e cada um desses espaços tem preço na forma de renda do solo. A renda do solo de um certo espaço é determinada por um certo número de coisas, incluindo suas propriedades (tamanho, forma de superfície, utilização atual, etc.) e sua relação com outros melhoramentos e lugares (centro da cidade, transporte, rede de esgotos, etc). O sistema de renda do solo nivela o espaço urbano à dimensão de valor de troca, mas o faz como um meio de então coordenar e integrar o uso dos espaços individuais dentro do espaço urbano como um todo. A igualização do espaço urbano na estrutura de renda do solo torna-se o meio para sua diferenciação. Os usos competitivos são geograficamente selecionados, em primeiro lugar, através do sistema de renda do solo. Entretanto, não há certamente garantia alguma de integração efetiva. Na medida em que alguns equipamentos urbanos são consumidos em comum e podem servir simultaneamente como meio de produção e de reprodução, nenhum capital individual pode ser capaz ou pode ter o desejo de fornecê-los. Para manter as condições para um desenvolvimento ordenado do espaço urbano, o Estado (no nível local ou nacional) geralmente intervém, desde que seja capaz de mudar os rumos do mercado imobiliário. A racionalidade do mercado imobiliário é trocada pela lógica política direta do planejamento urbano. Dado o consumo coletivo de meios de transporte e a importância do deslocamento para o trabalho, isto é particularmente crucial no que tange à construção dos meios de transporte, mas também se aplica à rede de esgotos, eletricidade, de água, etc. A ordem do mercado imobiliário é modificada em nome de uma ordem coletiva para o capital, mas o resultado efetivo poderia bem ser a desordem<sup>11</sup>.

Mas o próprio mercado imobiliário competitivo ou, antes, sua integração numa economia mais ampla, conduz igual e espontaneamente à desordem. Na medida que a renda do solo se torna expressão da taxa de juros com o desenvolvimento histórico do capital, a estrutura da renda imobiliária se interliga à determinação do valor no sistema como um todo. Apesar disto, e na medida em que a própria terra se torna objeto de troca e desenvolvimento especulativo, a função integradora da renda do solo é perturbada. Reagindo ao estímulo da especulação, a renda do solo é sistematicamente impedida de integrar e coordenar o desenvolvimento urbano de uma forma condizente com as exigências da universalização do trabalho abstrato. As contradições se deslocam para cima e para fora.

## *A Escala Global*

O limite geográfico inferior ao espaço global é representado pelo espaço absoluto da propriedade privada e se pusermos de lado a questão do espaço não-terrestre, os limites geográficos do espaço global são pré-fixados. Como espaço absoluto, é um receptáculo muito diferenciado para a atividade humana. Sem temor de cair em contradição, podemos atribuir isto à natureza. Mas, o que *fazemos* desse espaço é uma questão completamente diferente. O capitalismo herda a escala global na forma do mercado mundial. De fato, a produção dessa escala, embora incompletamente no início, é uma das condições que torna possível o desenvolvimento do capitalismo. Mas, como sempre, o que o capital herda de uma forma ele se põe a reproduzir em outra. Uma certa acumulação primitiva do espaço (i.e., propriedade privada ou porções de terra), começando no campo<sup>13</sup>, oferece a condição essencial para se transformar a geografia do feudalismo em geografia do capitalismo. O mercado mundial baseado na troca se transformou numa economia mundial baseada na produção e na universalidade do trabalho assalariado. A integração espacial através dos mecanismos de preços do mercado comercial — quando muito esparso e superficial — é cada vez mais penetrado e substituído num nível mais fundamental pela integração espacial, através da lei do calor.

Enquanto a escala urbana é o produto de um processo de diferenciação executado através da centralização do capital, a escala internacional é puramente um produto da tendência para a igualização. Não há nada de particularmente original nisto. A estratégia da tendência do capital para a universalidade é sua tentativa de reduzir a força de trabalho do mundo à condição de uma mercadoria. O capital golpeia, trama e insinua a relação assalariada de trabalho em virtualmente todas as fissuras dos sistemas pré-capitalistas que ele encontra. Onde as exceções são toleradas, ou mesmo encorajadas, elas se devem à universal colonização da economia mundial pela relação assalariada de trabalho. Da mesma forma que a necessidade de acumulação implica a centralização do capital responsável pela formação de uma escala urbana distinta, a mesma necessidade leva à igualização de uma escala global de produção. Atra-

vés da universalização da relação assalariada de trabalho, esta escala é definida no nível das relações de produção. Isto é o que poderíamos esperar. O capitalismo define a escala geográfica global precisamente à sua própria imagem. Apesar das forças e dos processos econômicos que ajudam a constituir-lo, a definição da escala global é quinta-essencialmente política; é o produto das relações de classe do capitalismo.

Como um meio de universalizar a lei do valor, a expansão do capital preenche o conteúdo político e econômico do espaço absoluto que ele herda. À medida que a expansão absoluta se aproxima dos limites da escala global, os aspectos *formais* da integração espacial do mercado são cada vez mais subestimados numa tendência para uma integração espacial *real*. Teoricamente, este paralelo com a idéia de Marx de que há uma transição da subordinação formal para a subordinação real do trabalho pelo capital — é exato<sup>14</sup>. Historicamente, a hegemonia progressiva da integração espacial real na escala global está associada com a ascensão do imperialismo (diferente do estrito colonialismo), que Lênin discutiu e com as origens da Primeira Guerra Mundial. E precisamente essa transição histórica de uma integração espacial formal para uma real integração espacial que está subjacente na transição, analisada no capítulo anterior, da expansão geográfica absoluta do capital para a produção do espaço através da diferenciação espacial interna. O colonialismo funcionou como um tipo de fixo espacial "exterior", embora transitório, mas da mesma forma que a integração espacial na escala global se tornava real e não simplesmente formal, o espaço geográfico exterior negava sua exterioridade. Assim como a primeira natureza veio a ser produzida dentro e como parte da segunda natureza, o espaço "exterior" era também internalizado e produzido *dentro e como parte da Geografia global do capitalismo*. Isto é o "desenvolvimento do subdesenvolvimento", que jaz no âmago do desenvolvimento desigual.

Se a igualização do espaço global resulta da tendência universal da relação assalariada de trabalho, então o eixo da diferenciação geográfica nessa escala é a determinação diferencial do valor da força de trabalho, e o padrão geográfico dos salários assim efetuados. As raízes históricas desse processo estão na acumulação primitiva, mas não há nenhuma transferência automática das disparidades herdadas em níveis e condições de desenvolvimento para o presente padrão de diferenciação. Antes, há uma contradição no seio do processo de acumulação, cujo

desenvolvimento determinou a diferenciação do espaço global. Já fizemos referência na discussão do fixo espacial. O capital não tem escolha se se expandir nas sociedades pré-capitalistas, mas pode ao menos escolher como o fará. Por um lado, os capitais desenvolvidos e altamente centralizados devem constantemente procurar não exatamente os elementos físicos da produção — os necessários valores de uso — mas fontes cada vez mais baratas desses elementos, especialmente matérias-primas e força de trabalho. Ao expandir sua busca de mais-valia relativa, o capital é levado a transformar os espaços exteriores, relativamente subdesenvolvidos, em espaços de produção e acumulação. Por outro lado, pressionado pela constante ameaça de superacumulação, o capital tenta transformar os lugares em mercados para suas mercadorias, em locais de consumo. Mas não pode fazer as duas coisas, porque pode transformar as sociedades subdesenvolvidas em locais de consumo, somente desenvolvendo-os e elevando os salários para facilitar o consumo. Há uma contradição entre os meios de acumulação e as condições necessárias para a acumulação ocorrer<sup>15</sup>, apresentando nítidos contornos geográficos.

Marx entendeu esta contradição, mas tendia a enfatizar a função de mercado das nações "atrasadas", o que está de acordo com seu cauteloso otimismo em relação ao desenvolvimento econômico da Índia e com sua ênfase na tendência para a igualização dos níveis de desenvolvimento. Historicamente, todavia, o próprio capital parece ter enfatizado as possibilidades para a acumulação, mais do que para o consumo, nestas áreas, mantendo a diferença de salários e dependendo dos mercados internos do mundo desenvolvido para acelerar a taxa de consumo. Como resultado, a diferenciação geográfica do globo, de acordo com o valor da força de trabalho, tem sua réplica numa série de características espaciais mais fixas, tais como uma acentuada divisão internacional do trabalho e uma diferenciação sistemática entre a composição orgânica do capital em áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas<sup>16</sup>. A ênfase na acumulação em detrimento do consumo nada mais é do que apenas uma ênfase. Mesmo as economias recém-industrializadas estão severamente circunscritas às suas funções na divisão internacional do trabalho e ao controle internacional do capital<sup>17</sup>. No final, permanece a contradição entre os meios de acumulação e as condições necessárias para a acumulação. Na medida em que se originou com a acumulação

primitiva e com a oposição do capital às sociedades pré-capitalistas, conserva a forma dicotômica. Mas, hoje, ela é mais uma questão de desenvolvimento num pólo e de desenvolvimento do subdesenvolvimento, no outro (para usar a expressão perspicaz de Frank), que uma questão de "articulação de diferentes modos de produção"<sup>13</sup>. Os modos de produção pré-capitalistas foram integrados ao sistema capitalista mundial como "exteriores internalizados". Como tal, não realizaram a transição completa da integração formal para a real e a integração real do espaço-economia global é necessariamente incompleta. Quanto mais a força de trabalho é mercadorizada na economia mundial, mais o valor da força de trabalho se torna um instrumento de ruptura de tendência para a integração espacial. Ele se torna, assim, tão aparente que o fundamento político do capital mundial é a principal barreira ao maior desenvolvimento social.

#### *A Escala da Nação - Estado*

Se a escala urbana e a global representam, respectivamente, a perfeita expressão geográfica das tendências contraditórias para a diferenciação e para igualização, a escala da nação-Estado é um produto menos direto dessa contradição. O impulso para a produção dessa escala vem da circulação de capital, mais especificamente das injunções da competição entre diferentes capitais no mercado mundial. Bukharin chegou a dizer que o Estado capitalista crescia para fora das bases econômicas da sociedade, que a internacionalização do capital era simultaneamente sua nacionalização (no sentido de que uma economia nacional e um capital nacional estão sendo desenvolvidos), fornecendo o fundamento econômico específico para a nação-Estado capitalista. Isto leva à hierarquia de leis nacionalmente fundamentadas do valor, mais ou menos integrada numa lei internacional do valor mais ampla. Na medida em que leva à "troca desigual", a última resulta do desenvolvimento desigual do capitalismo e não vice-versa<sup>14</sup>. A questão pareceria ser: por que a organização do capital nessa escala toma uma forma espacial tão rigidamente fixada?

Já nos referimos à imobilidade do capital produtivo na paisagem

e Marx observa acerca da necessidade dela desempenhar "um papel peculiar na economia das nações". Este capital "não pode ser remetido para o exterior, não pode circular como mercadorias no mercado mundial". A peculiaridade desse capital imobilizado, que consideraremos o "capital nacional", é que ele deve ser defendido contra outros capitais, se se desejar que sirva para a produção de mais-valia relativa. Isto implica a existência de várias bases infraestruturais e de locais comerciais, a regulamentação da reprodução de força de trabalho e apoio para o dinheiro local, os quais são todos necessários no nível do capitalista coletivo mais do que no do individual. O Estado se desenvolve para realizar essas tarefas, assim como para defender o capital militarmente, onde seja necessário. Além disso, o capital deve defender-se a si próprio contra a classe trabalhadora, de quem há sempre uma permanente ameaça de revolta. Cada etapa no desenvolvimento da burguesia se fez acompanhar de um correspondente avanço político daquela classe "A burguesia, desde o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, finalmente conquistou para si mesma, no moderno Estado representativo, exclusiva dominação política"<sup>20</sup>.

O capitalismo herdou uma estrutura geográfica da cidades-Estados, ducados, reinos, etc., espaços absolutos localizados sob o controle de Estados pré-capitalistas, mas como sempre transforma o que herda. Com o aumento na escala das forças produtivas e com a internacionalização do capital, o Estado capitalista geralmente aglutina um certo número de Estados menores numa nação-Estado. A extensão geográfica da nação-Estado é restringida fundamentalmente pela necessidade de controlar um mercado suficientemente amplo (para o trabalho e para as mercadorias) a fim de fomentar a acumulação. No alto nível da escala, uma nação-Estado que seja grande demais encontra dificuldades em manter controle político sobre todo o seu território<sup>21</sup>. A real determinação dos limites para esse escala não vem diretamente da dialética da igualização e da diferenciação, por mais que ela seja uma consequência dessa relação, mas é, na verdade, politicamente determinada por uma série de acordos históricos, por compromissos e por guerras. O que é determinado precisamente é um conjunto de jurisdições territoriais que são colocadas na paisagem, com arame farpado e postos alfandegários, cercas e guardas de fronteiras. O resultado é uma subdivisão do globo em 160 ou mais espaços diferenciados.

No mundo volátil e dinâmico da acumulação do capital, esta subdivisão política do globo tem sido um arranjo notavelmente estável para organizar a expansão e a acumulação do capital. Por mais substancial que seja a reestruturação dos espaços nacionais associados às duas guerras mundiais e à descolonização do mundo subdesenvolvido, a semelhança entre o mapa do mundo de 1980 e o de 1900 é maior que em outros períodos de igual duração da história do capitalismo. A divisão da classe operária em unidades nacionais e o desenvolvimento de ideologias nacionalistas foram claramente importantes na produção dessa estabilidade. Enquanto a economia mundial continuava a se expandir e a acumulação na escala global podia ser atingida através dos mecanismos econômicos de exportação de capital (em todas as suas formas), e não pela direta invasão colonial, não havia nenhuma necessidade de o Estado enquanto tal se expandir. Quando a desvalorização e a crise surgiram, a divisão do mundo em nações-Estados provou ser um mecanismo capaz de deslocar os efeitos mais destrutivos da competição do nível econômico da empresa individual para a esfera política do Estado. Os componentes individuais do capital nacional certamente experimentam surtos de desvalorização mas, na medida em que todo o capital nacional é ameaçado na economia mundial, o Estado o defende com todas as forças, utilizando desde as tarifas até os embargos comerciais, desde os tributos até os tanques de guerra (usados tanto "em casa" quanto fora). Daí a frase de Lênin de que "A guerra imperialista é somente a extensão lógica da competição econômica".

Dito isto, uma outra questão importante se apresenta. Na medida em que a competição econômica força a desvalorização, o resultado geralmente é uma rápida centralização do capital. Por que, então, depois de impor a desvalorização através de meios militares e políticos, não ocorreu uma centralização política semelhante, como um meio para se atingir maior centralização econômica? Por que, em outras palavras, a rigidez geográfica da escala nacional contrasta tão acentuadamente com a fluidez da expansão urbana? Por outro lado a descolonização do mundo subdesenvolvido deixou claro que o controle político permanente e direto não é mais uma correlação necessária da expansão geográfica — dos capitais nacionais na economia mundial. A internacionalização do capital trouxe consigo um número de instituições internacionais, tais como o FMI, o Banco Mundial ou as Nações Unidas para realizar algu-

mas das funções de um Estado internacional, mas não acarretou a internacionalização da própria nação-Estado. A permanência da nação-Estado em sua atual escala poderia ser vista, assim, como uma força contrária à centralização. Este é o efeito crucial de se neutralizar a taxa decrescente de lucro. Mas, enquanto certamente acarreta aquele resultado, não constitui de forma alguma a explicação da estabilidade histórica dessa escala. Antes, a explicação pareceria envolver, mais centralmente, a questão do controle político sobre a classe trabalhadora. Embora economicamente obsoleta, a nação-Estado permanece altamente funcional, politicamente. É difícil imaginar que depois da Primeira Guerra Mundial, o capital britânico poderia ter controlado os trabalhadores alemães de Londres ou que os trabalhadores europeus poderiam ter sido controlados de Washington.

Para a classe operária e para a humanidade, como um todo, há uma terrível ironia em tudo isto. Por sofrer a repressão política do Estado, a classe trabalhadora é recompensada com o privilégio de pegar em armas em defesa do Estado, do capital nacional e dos "interesses nacionais"<sup>32</sup>. A divisão da economia mundial na escala do capital nacional é o fundamento necessário sobre o qual o capital pode basear suas aspirações à universalidade. Mas, na medida em que leva, com igual inexorabilidade, às guerras imperialistas, essa diferenciação da economia mundial em nações-Estado também ameaça todos os fundamentos, não somente do capitalismo, mas de toda a humanidade.

Na escala de nações-Estados separadas é que o desenvolvimento regional e a diferenciação são importantes. A diferenciação interna dos territórios nacionais em regiões identificáveis é a expressão geográfica da divisão do trabalho, tanto no nível de capitais individuais quanto no da divisão particular de trabalho (entre setores). A concentração regional de capital é resultado direto da tendência para a centralização espacial, mas não é um processo tão separadamente definido quanto na escala urbana; há muito mais coisas envolvidas. Na medida em que a divisão particular de trabalho encontra uma clara expressão espacial, ela está nesta escala. Diferentes setores da economia nacional e internacional estão concentrados e centralizados em certas regiões. Isto é o que geralmente chamamos de divisão territorial do trabalho. Ela opera numa escala maior do que a urbana, que é um único mercado de trabalho geográfico, mas abaixo da divisão internacional do trabalho, onde a mo-

bilidade do trabalho entre diferentes nações-Estados é severamente restringida. Apesar desta última diferença, a cristalização de regiões geográficas distintas na escala nacional tem a mesma função que a divisão global entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido. Ambos constituem fontes geograficamente fixas (relativamente) de trabalho assalariado, um na escala internacional e o outro sob o controle mais direto do capital nacional.

O padrão primitivo da divisão territorial do trabalho estava fortemente influenciado pela variação geográfica na disponibilidade de matérias-primas básicas. Certos setores da economia e grupos de trabalhadores com habilidades específicas dispuseram-se em regiões em torno desses recursos naturais. Mas, segundo Marx, com o desenvolvimento do capitalismo "a divisão territorial do trabalho que confina ramos especiais da produção a determinadas áreas de um país, adquire novo estímulo do sistema manufatureiro, que explora toda vantagem especial". Enquanto a intensificação da divisão territorial do trabalho ocorrer, ela somente o faz no início da produção capitalista. Com o aumento da emancipação das forças produtivas das injunções da natureza, o sistema manufatureiro, ou antes (na linguagem de Marx), a indústria moderna, não mais oferece "novo estímulo" ao padrão pré-capitalista herdado de especializações regionais. Ao contrário, ela desenvolve uma divisão territorial do trabalho peculiar ao capitalismo; o mosaico regional herdado é destruído. As economias locais são integradas nas economias nacionais e internacionais, como parte de uma nova configuração espacial. Marx observa este processo em relação ao desenvolvimento de novos meios de transporte que, diz ele, são responsáveis pela "deterioração dos antigos centros de produção e pelo surgimento de novos centros". O resultado é um deslocamento e uma realocação dos locais de produção e dos mercados como resultado das variações em suas posições relativas causadas pelas transformações nos meios de transporte". Marx continua:

"Um local de produção que tenha alguma vez apresentado alguma vantagem especial por estar situado na passagem de alguma estrada ou canal pode agora achar-se relegado a um simples caminho secundário, por onde passam trens somente em intervalos relativamente longos, enquanto um outro lugar, que era inicialmente afastado das principais artérias de tráfego, pode agora es-

tar situado no cruzamento de várias estradas de ferro. A segunda localidade está progredindo, a primeira regredindo. Mudanças nos meios de transporte produzem, assim, diferenças locais no tempo de circulação de mercadorias, nas oportunidades de compra e venda, etc., ou uma diferenciação local já existente é distribuída diferentemente' <sup>23</sup>.

O ponto que deve ser enfatizado é que tais mudanças e desenvolvimentos no espaço relativo não são nem acidentais nem arbitrárias, mas integrantes da produção da escala nacional e de sua diferenciação em regiões progressistas ou estagnadas.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, o aumento na mobilidade do capital dentro e fora da produção e a contínua emancipação da indústria dos obstáculos naturais, as taxas diferenciais de salário e, em menor proporção, o padrão existente de especialização da mão-de-obra são fatores que determinam o local exato para o qual o capital converge e onde se concentra. Quanto maior é a centralização do capital, mais importante se torna o nível de diferenciação geográfica, uma vez que maiores capitais estão operando na escala nacional e internacional, mais do que na escala local e podem, desse modo, tirar proveito das diferenciações nessa escala (e ajudar a produzi-las). Além disso, a divisão organizacional de um capital único em diferentes divisões corporativas pode acentuar mais ainda a divisão territorial, pois a separação organizacional de diferentes processos de trabalho com condições de trabalho muito diferentes facilita essa separação geográfica. A pesquisa e o desenvolvimento, por exemplo, podem ser concentrados em uma região onde haja mão-de-obra especializada e de nível universitário em grande quantidade, e a produção em massa pode ser concentrada em outras regiões com grande disponibilidade de trabalhadores não-especializados<sup>24</sup>.

A diferenciação do espaço nacional de acordo com a divisão territorial do trabalho é profundamente sensível ao ritmo da expansão e da crise. Enquanto alguma especialização das atividades de produção ocorre na escala urbana, ela é mais limitada que no nível de diferenciação regional, que é definido, em parte, no nível da divisão particular de trabalho. A rápida expansão e a igualmente rápida desvalorização que acompanhavam a ascensão e a queda de setores particulares estão geograficamente localizadas nesse nível. A crescente mobilidade do capital

não é restringida pelas fronteiras nacionais e o movimento do capital para dentro e para fora das regiões pode ser mais rápido e mais completo do que na escala internacional. Os efeitos de acumulação e desvalorização sobre o capital fixo traduzem-se mais acentuadamente em desenvolvimento e declínio espaciais no nível das subdivisões regionais da nação-Estado. No contexto da presente crise global, isto talvez ajude a explicar o crescente enfoque sobre os chamados problemas regionais e o fato aparente de que a subdivisão regional do espaço nacional é uma escala distinta da atividade produtiva.

Embora tenhamos encarado as regiões como o produto de um espaço nacional diferenciado, não há nenhum problema intrínseco ao desenvolvimento de regiões supra-nacionais. De fato, dado o caráter político, mais do que econômico, do estabelecimento das fronteiras nacionais, e o pequeno tamanho de algumas das nações-Estado que surgiram, nós poderíamos esperar o desenvolvimento de regiões supra-nacionais. Dada a expansão na escala das forças produtivas, a contínua internacionalização do capital e a fossilização das fronteiras das nações-Estados como um meio de controle político, o desenvolvimento de regiões supra-nacionais pode ser uma necessidade econômica para todas as nações-Estados, exceto para as maiores. E é precisamente isto o que está acontecendo hoje na Europa, onde a internacionalização do processo de produção e o conseqüente padrão de desindustrialização setentrional versus a expansão meridional está levando a uma divisão completamente supra-nacional entre as regiões. A profecia de Gottmann, feita em 1960 de que "as regiões européias poderiam ficar seriamente ameaçadas de não ter espaço" não se cumpriu. De fato, a idéia de regiões que estão "ficando sem espaço" não tem muito sentido, desde que compreendamos a contradição entre a determinação econômica da escala regional e a determinação política das fronteiras nacionais. A questão real à luz da experiência européia, é se a diferenciação do espaço geográfico no nível de regiões separadas permanecerá sendo um subconjunto da escala nacional ou se, como parece mais provável, a divisão do espaço global em regiões será mais diretamente determinada na escala internacional como parte da nova divisão internacional do trabalho<sup>25</sup>.

Porém, o capital tenta continuamente reforçar a integração espacial, apesar das barreiras geográficas auto-impostas (no caso das fronteiras nacionais, que impedem a expansão regional). E, neste ponto, a

contradição se revela. Primeiramente, na medida em que o capital torna um conjunto de barreiras espaciais, ele as recoloca numa escala diferente. Novas regiões supra-nacionais exigem instituições políticas correspondentes, e o desenvolvimento da CEE, em particular, muito deve a esse processo. A nova fixidez espacial traz de volta as velhas contradições na integração espacial e não é fixo espacial. Porém, a tendência em direção à internacionalização do capital é severamente restringida pela necessidade da nação-Estado, como um meio de controle político. Esse aspecto também é evidente na experiência da CEE. Assim, também nessa escala temos uma versão geográfica do diagnóstico de Marx, de que os meios de acumulação de capital tendem inevitavelmente para a contradição com as condições de acumulação; os meios necessários de regular e controlar a base política do capital — a relação trabalho-salário — contradizem a capacidade do capital em se expandir.

Em resumo, o impulso em direção à universalidade, sob o capitalismo, traz somente uma limitada igualização dos níveis e das condições de desenvolvimento. O capital produz escalas espaciais distintas (espaços absolutos) dentro dos quais o impulso para igualização está concentrado. Mas só pode ser realizado por aguda diferenciação e por contínua rediferenciação do espaço relativo, tanto entre as escalas quanto dentro delas. As escalas por si mesmas não são fixas, mas se desenvolvem (aumentando suas angústias e problemas correlatos) dentro do desenvolvimento do próprio capital. E não são impermeáveis; as escalas urbanas e nacionais são produtos do capital internacional e continuam a ser moldadas por ele. Mas a necessidade de escalas separadas e de sua diferenciação interna é fixa. Isto oferece o último elemento básico para a teoria do desenvolvimento desigual.

### III — UMA TEORIA OSCILATÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Numa significativa passagem do volume três de *O Capital*, Marx faz a integração de alguns temas que estão no centro de sua análise do capitalismo. "O crescimento do volume de lucros acarreta uma taxa de lucro mais baixa", diz ele, "mas também a total centralização do capital, i.e., absorção dos pequenos capitalistas pelos grandes e sua privação de capital":

"Não é, novamente, senão um caso — elevado à segunda potência — de se separarem as condições de produção dos produtores aos quais ainda pertencem os pequenos capitalistas, uma vez que seu próprio trabalho continua a desempenhar um papel nesse caso. O trabalho de um capitalista permanece, totalmente, em proporção inversa ao tamanho de seu capital, i.e., ao grau no qual ele é um capitalista. É esta mesma separação das condições de produção, de um lado, dos produtores, de outro, que forma a concepção de capital. Ela começa com a acumulação primitiva... aparece como um processo permanente na acumulação e concentração de capital e se expressa, finalmente, como centralização de capitais existentes em poucas mãos e uma privação para muitos de seu capital (para o qual a expropriação agora se voltou). Este processo logo acarretaria o colapso da produção capitalista, não fossem as tendências contrárias que produzem um contínuo efeito descentralizador ao lado da tendência centrípeta"<sup>26</sup>.

Numa perspectiva mais geográfica, Marx observou que o capital cresce enormemente num lugar, numa única mão, porque foi, em outros lugares, retirado de muitas mãos<sup>27</sup>. Se à luz da discussão anterior, sobre o equilíbrio e a escala espacial, transladarmos a exposição anterior para a perspectiva geográfica da exposição posterior, obteremos os rudimentos do desenvolvimento desigual.

No embasamento do padrão existente de desenvolvimento desigual está a lógica e a tendência do capital em direção àquilo que chamaremos de movimento "em vaivém" do capital. Se a acumulação do capital acarreta o desenvolvimento geográfico e se a direção desse desenvolvimento é guiada pela taxa de lucro, então podemos pensar no mundo como uma "superfície de lucro" produzida pelo próprio capital, em três escalas separadas. O capital se move para onde a taxa de lucro é máxima (ou, pelo menos, alta), e os seus movimentos são sincronizados com o ritmo de acumulação e crise. A mobilidade do capital acarreta o desenvolvimento de áreas com alta taxa de lucro e o subdesenvolvimento daquelas áreas onde se verifica baixa taxa de lucro. Mas o próprio processo de desenvolvimento leva à diminuição dessa taxa de lucro mais alta. Podemos observar esse fato recorrendo à conclusão de Marx, de que há uma tendência para a igualização da taxa de lucro (embora isto tenha uma clara expressão geográfica) e também concretamente analisando cada escala espacial. Na escala internacional e na nacional, o desenvolvimento das forças produtivas num dado lugar leva a um menor desem-

prego, a um crescimento no nível salarial, ao desenvolvimento de sindicatos e assim por diante, todos ajudando a baixar a taxa de lucro e a afastar a verdadeira razão para o desenvolvimento. Como na escala urbana, o desenvolvimento de áreas subdesenvolvidas conduz a um rápido crescimento na renda do solo e à frustração, após um certo tempo, de maior desenvolvimento.

No pólo oposto, o do subdesenvolvimento, a falta de capital ou seu constante excesso leva a altas taxas de desemprego, baixos salários e reduzidos níveis de organização dos trabalhadores. Desse modo, o subdesenvolvimento de áreas específicas eventualmente conduz precisamente àquelas condições que faz uma área altamente lucrativa e susceptível de rápido desenvolvimento. O subdesenvolvimento, como o desenvolvimento, ocorre em todas as escalas espaciais e o capital tenta se movimentar geograficamente de tal maneira que continuamente explora as oportunidades de desenvolvimento, sem sofrer os custos econômicos do subdesenvolvimento. Isto é, o capital tenta fazer um "vaivém" de uma área desenvolvida para uma área subdesenvolvida, para então, num certo momento posterior voltar à primeira área que agora se encontra subdesenvolvida, e assim sucessivamente. Na medida em que o capital não pode encontrar um fixo espacial na produção de um ambiente imóvel para a produção, ele recorre à completa mobilidade como um fixo espacial. Novamente, a fixidez espacial e a a-espacialidade não são senão faces de uma mesma moeda. O capital busca não um equilíbrio construído na paisagem, mas um equilíbrio que seja viável precisamente em sua capacidade de se deslocar nas paisagens de maneira sistemática. Este é o movimento em vaivém do capital, que está subjacente ao processo mais amplo de desenvolvimento desigual.

No *Manifesto Comunista* Marx e Engels afirmam, no contexto da expansão geográfica, que o capital "cria um mundo à sua imagem e semelhança"<sup>28</sup>. Isto fica muito claro na contradição geográfica entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, em que a superacumulação do capital em um pólo corresponde a superacumulação de trabalho no outro. Mandel expressa sucintamente esse fato quando diz que "do ponto de vista marxista... o subdesenvolvimento é sempre, em última análise, subemprego, tanto quantitativa (desemprego em massa) quanto qualitativamente (baixa produtividade do trabalho)"<sup>29</sup>. Voltando à discussão da ideologia da natureza, do capítulo I, colocamos, juntamente com

Sohn-Rethel a seguinte questão retórica geral: "Como pode a verdade do mundo burguês apresentar-se de outra maneira senão como dualismo?"<sup>10</sup> No contexto do desenvolvimento desigual, em que espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos são produzidos como geograficamente contrários, a questão assume um significado mais concreto e mais profundo.

A questão não é exatamente o fato do capital criar um mundo geográfico fixo à sua imagem e semelhança, onde o desenvolvimento e o subdesenvolvimento sejam espelhos geográficos da relação capital-trabalho, mas o de ser o dinamismo do espaço geográfico igualmente uma expressão da imagem do capital. O vaivém do espaço desenvolvido para o subdesenvolvido, e seu retorno para aquele novamente, apenas é a expressão geográfica do constante e necessário movimento do capital fixo para o circulante, e novamente deste para aquele. Mais fundamentalmente, é a manifestação geográfica do movimento constante e necessário do valor de uso para o valor de troca, e vice-versa.

Com todas as suas forças, o capital tenta se mover do espaço desenvolvido para o subdesenvolvido e, então, voltar ao espaço desenvolvido que, por causa de sua privação temporária de capital, é agora subdesenvolvido, e assim por diante. Caso não possa se mover com suficiente vigor, o capital pode permanecer um passo à frente da decrescente taxa de lucro. Na medida em que pode realizar este vaivém geográfico, o capital também pode redundar modalidade de fixo espacial. Contudo, sem nenhuma onipotência para o capital, e o que ele pode fazer na realidade — ainda que uma realidade de sua própria formação — é muito mais limitado.

Na medida em que o desenvolvimento desigual resultante do movimento em vaivém do capital depende da sua contínua mobilidade, esperaríamos encontrar o máximo desenvolvimento desse padrão onde o capital tem mais mobilidade, que é na escala urbana. E, de fato, o modelo mais avançado de desenvolvimento desigual ocorre na escala urbana. A descentralização geográfica do capital na construção dos subúrbios levou ao subdesenvolvimento do centro da cidade. O capital foi atraído pelo rápido crescimento da renda do solo que acompanhava o desenvolvimento suburbano e o centro da cidade, com níveis de renda do solo já elevados e com baixas taxas de retorno, deixava sistematicamente de receber capital. Isto levou à contínua desvalorização de áreas in-

teiras do centro da cidade e ao porte obsoleto do seu uso comercial ou residencial. Num certo momento, a desvalorização do capital faz baixar o nível de renda do solo suficientemente para que a diferença entre a renda do solo real e a renda do solo potencial (dado um uso "mais elevado") torne-se suficientemente grande para que o re-desenvolvimento e a volta da população de nível social mais elevado se torne possível. O centro da cidade, que estava subdesenvolvido com a suburbanização da capital, agora se torna um novo lugar de desenvolvimento (ou melhor de re-desenvolvimento)<sup>31</sup>. A reestruturação contemporânea dos Estados Unidos e, em menor escala, das cidades européias, envolve a concentração no centro urbano de usos do solo recreacionais e residenciais de classe média alta, juntamente com atividades profissionais e administrativas e aumento na suburbanização das atividades industriais e das atividades rotineiras de escritório.

Se o vaivém do capital é bastante evidente na escala urbana, ele não o é tanto na escala da nação-Estado. Não há muita dúvida de que a atual crise traga consigo uma reestruturação de regiões geográficas<sup>32</sup>, mas não se torna claro se isto significa um movimento em vaivém do capital. Regiões subdesenvolvidas, tais como a Escócia Central e a Nova Inglaterra, por exemplo, começaram certamente a atrair novo desenvolvimento mas até agora o desenvolvimento destas regiões como resultado desse retorno de capital está limitado em extensão e tipo. A resposta sobre até onde irá o vaivém do capital é essencialmente empírica. Mas há uma outra questão que pode ser burilada no contexto da presente discussão — a de verificar se as diferenças são convergentes ou divergentes, por sua vez provocando a questão mais fundamental: se as diferenças regionais não se tornaram irrelevantes. Na medida em que o crescimento metropolitano prossegue firmemente na escala das definições regionais, então, de fato, as diferenças regionais tornam-se diferenças entre diferentes centros urbanos. E, na medida em que a igualização de condições e níveis de produção é realmente realizada, então o nível de diferenciação regional diminui. Contudo, o desenvolvimento de regiões supra-rationais aponta na direção oposta, para mais acentuada divisão em regiões. Poderia bem ser que a resposta estivesse na relação entre o tamanho das nações-Estados envolvidas e no nível de internacionalização do capital. Em qualquer um dos casos, está claro, à luz desta teoria do desenvolvimento desigual, que a convergência aparente de diferentes regiões, sugerida por

alguns autores<sup>33</sup>, pode ser explicada em diferentes termos. O desenvolvimento da Flórida, por exemplo, e o subdesenvolvimento do Nordeste americano não servem como ilustração da convergência desenvolvimentista, mas somente da primeira fase do vaivém geográfico. Em vez de se encontrarem num terreno comum, como a tese da convergência sugere, tais regiões podem muito bem ultrapassar uma a outra sem que o percebam.

Na escala internacional, pouca coisa sugere o vaivém geográfico em ação. A riqueza e o desenvolvimento capitalistas estão concentrados em algumas prósperas e poucas nações e a pobreza capitalista está da mesma forma segregada, embora em escala mundial. A mobilidade do capital, mas especialmente da mão-de-obra, é restringida pela rigidez das fronteiras das Nações-Estado e pelas condições rigidamente opostas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Certamente há um punhado de países considerados em industrialização recente, desde o México até a Venezuela, Kuwait e Arábia Saudita, até as florescentes economias do leste da Ásia. E há os chamados Estados centrais sofrendo uma dramática e não compensada desvalorização, mais destacadamente a Grã-Bretanha. Mas estas são, ainda, exceções. As nações em industrialização recente permanecem apenas parcialmente integradas à economia mundial com base numa muito bem definida divisão do trabalho<sup>34</sup>. E, por todos os seus problemas, o Estado britânico permanece financeiramente e militarmente ao lado dos Estados Unidos no centro do sistema capitalista mundial.

Que o movimento em "vaivém do capital seja evidente na escala urbana, mas que de forma alguma o seja na escala internacional, sugere limites a esta teoria do desenvolvimento desigual. Enquanto o capital tenta, com efeito, realizar o movimento em "vaivém" como meio de contrabalançar a decrescente taxa de lucro, quanto mais absolutos são os espaços que o capital deve criar para provocar a acumulação e localizar a desvalorização, maiores são as barreiras à mobilidade necessária para realizar o "vaivém" do capital. Na medida em que o capital olha para o futuro e remonta ao passado, é tentado continuamente a abraçar a mobilidade ou a fixidez como versões alternativas do fixo espacial. Na medida em que nenhuma possa surtir efeito, embora cad a uma delas, respectivamente, traga consigo a tendência para a igualização e para a diferenciação da paisagem geográfica, o resultado é um desen-

volvimento desigual do capitalismo que por si só varia entre a desigualdade mais estável da escala global para a mais fluída desigualdade da escala urbana. E quaisquer que sejam os limites postos a ele, o desenvolvimento desigual do capitalismo continuará a ser dirigido pelas tendências de igualização e diferenciação e pelo movimento de "vaivém" do capital, que é seu resultado.

#### IV CONCLUSÃO

Utilizando-nos de uma imagem de Nigel Harris, a capital é como uma praga de gafanhotos. Eles se estabelecem em um lugar, devoram-no e então se deslocam para praguejar outro lugar. E, melhor dizendo, no processo de sua recuperação após uma praga, a região fica pronta para outra. O desenvolvimento desigual é, no mínimo, a expressão geográfica das contradições do capital. A fixação geográfica do valor de uso e a fluidez do valor de troca traduzem-se nas tendências para a diferenciação e para a igualização. As distinções, desproporcionalidades e desequilíbrios através dos quais Marx analisa a estrutura é o desenvolvimento globais do capital traduzem-se em muitas fontes de diferenciação geográfica dentro da tendência unversalizante do capital. A missão histórica do capital é o desenvolvimento das forças de produção por via da qual a igualização geográfica das condições e dos níveis de produção torna-se possível. A produção da natureza é a condição básica para esta igualização, mas a igualização é continuamente frustrada pela diferenciação do espaço geográfico. A diferenciação como o meio para um fixo espacial torna-se ela própria um problema a ser resolvido.

A diferenciação do espaço geográfico assume muitas formas, mas fundamentalmente expressa a diferenciação social que é a verdadeira definição do capital: a relação entre capital e trabalho. A medida em que o desenvolvimento desigual se torna crescente necessidade para se evitar as crises, a diferenciação geográfica se torna cada vez menos um subproduto e mais uma necessidade central para o capital. A história do capitalismo não é simplesmente cíclica, mas é profundamente progressiva e também se expressa na paisagem. Na medida em que as crises cíclicas não purgam o sistema de suas contradições e a taxa decrescente de lucro não é atenuada, o desenvolvimento desigual do capitalismo

torna-se mais intenso, à medida em que o processo de acumulação se intensifica e, com ele, as tendências para a diferenciação e igualização. A fragilidade da lógica econômica por trás do desenvolvimento desigual é graficamente revelada na crise, quando a aguda necessidade de reestruturar o espaço geográfico é bloqueada pelos padrões existentes de desenvolvimento desigual. Apesar do usual fortalecimento do chauvinismo nacional e político com o avanço da crise, a localização de conflitos políticos se torna muito mais difícil de se manter, à proporção em que a crise parcial se desenvolve em direção à crise global. A luta de classes pode ser contida somente pela expansão da escala em que a classe trabalhadora está inserida.

Já vimos que, dada sua tendência global inerente, em direção à igualização, o capital busca diferenciar o espaço abaixo da escala global como um meio de controle político, bem como de sobrevivência econômica. A classe trabalhadora deve tentar precisamente o oposto; como uma classe dividida, ela deve lutar pela igualização em escala global. O futuro político para a classe trabalhadora está precisamente na igualização de condições e de níveis de produção, processo este continuamente frustrado dentro do capitalismo. Esta é a resolução histórica real da contradição entre igualização e diferenciação. Ela pode ser realizada na medida em que a cooperação espacial entre a classe trabalhadora se desenvolver como força política; a classe trabalhadora reivindica a natureza humana de seu subdesenvolvimento pelo capital.

Na análise do capital fixo e da ciência vimos que a realização da tendência para a igualização levou à destruição da verdadeira base do capitalismo. Embora mais acentuadamente espacial, no caso do capital fixo, este é um resultado geral para o capital. Num sentido muito mais amplo, a igualização das condições e dos níveis de desenvolvimento constitui a base para o desenvolvimento do socialismo. Marx entendeu muito bem o caráter progressivo do capitalismo. Sob o capitalismo e somente sob o capitalismo poderiam as forças produtivas ser desenvolvidas até o ponto em que a sociedade for genuinamente rica e capaz de produzir o volume de valores de uso sociais necessários para manter toda a população humana. Mas se o capitalismo desenvolve esse potencial ele nunca o realiza, precisamente por causa da base classista sobre a qual este modo de produção está edificado. Apesar disso, permite o desenvolvimento das forças produtivas necessárias para a produção e distribuição

igualitárias da riqueza social; o socialismo é o estágio da história em que há antes riqueza que pobreza para distribuir. A missão histórica do capital é desenvolver as condições sob as quais a igualização é possível. Na medida em que as diferenças especiais são superadas, a tendência interna do valor é geograficamente realizada. Mas, para realizar plenamente esta tendência, o próprio capital e a diferenciação política sobre a qual está assentado devem ser eliminados. A luta para igualizar as relações de classe estarão no centro da história socialista e isto é um projeto previsivelmente geográfico. Parafraseando a observação de Marx acerca do campo e da cidade, e abolição do desenvolvimento desigual é uma das primeiras condições da vida comunista. A luta de classes é o meio pelo qual ela é conseguida; as regras econômicas do capital são eliminadas em favor da determinação política direta da história.

Finalmente, é interessante notar a maneira pela qual a ideologia burguesa refuta a tendência para a igualização. O argumento corrente da burguesia é que o socialismo é quando tudo e todos estão reduzidos à uniformidade — ao mínimo denominador comum. Tudo é igual; a diversidade foi extinta; o socialismo é entendíante. De fato, embora o homem uni-dimensional de Marcuse seja mais uma tendência que realidade, vimos que é o capitalismo que reduz tudo à uniformidade e tende a tudo igualizar em seu caminho. A noção de que no socialismo tudo será a mesma coisa surge não de uma compreensão do movimento socialista mas de uma projeção das realidades do capitalismo. Ela nasce fundamentalmente de uma incapacidade previsível e vulgar de enxergar a distinção entre valor de uso e valor de troca, previsível porque essa incapacidade está nas raízes da ideologia burguesa. A tendência para a igualização sob o capitalismo representa a vitória do valor sobre o valor de uso; é a igualização, em termos de valor de uso, como uma imposição do valor. O advento do socialismo lança as bases sobre as quais os valores de uso podem se libertar do valor, na realidade, ao invés de o serem apenas na mente da burguesia.

## 6

### **Conclusão: A Reestruturação do Capital?**

O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos em diferentes escalas: o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, as regiões desenvolvidas e as regiões em declínio, os subúrbios e o centro da cidade. Como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço. O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados. O que tentei fazer neste trabalho foi a abstração das condições históricas empiricamente confusas que o capitalismo domina e em parte produz, e examinar as tendências para a cada vez mais sistemática desigualdade que vem cada vez mais dominando o desenvolvimento capitalista. Nisso reside tanto o ponto forte quanto o ponto fraco da análise.

Se ela for bem sucedida em relacionar as duas tradições, geográficas e políticas, e tecer a trama de ligações que une essas tradições, ainda que superficialmente, terá realizado seu objetivo. Se, no processo criar mais lacunas do que se pensava que houvesse até agora, tanto melhor. Mas as limitações são igualmente claras. Em primeiro lugar, a análise está essencialmente voltada à análise daquilo a que Marx se referia como os "momentos ideais do processo". Assim, enquanto ele esboça a lógica do desenvolvimento desigual e os traços mais gerais de sua real

progressão histórica, a presente análise não pode, de forma alguma, proclamar-se uma descrição histórica precisa da complexidade do desenvolvimento desigual. O objetivo não é reduzir a realidade a um mero conceito, mas antes, pelo desenvolvimento do conceito teórico, iluminar a realidade do desenvolvimento desigual. Em seu caráter abstrato, esta análise pode muito rapidamente se tornar obsoleta, assim que as investigações empíricas tratarem o desenvolvimento desigual não somente como um "desnível" entre regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas ou como um fenômeno universal, mas como o produto sistemático do desenvolvimento capitalista anterior e a premissa fundamental do futuro do capitalismo.

Percebe-se claramente também que não tratei da multiplicidade de questões envolvidas na chamada "articulação dos modos de produção". Não há dúvidas que essa questão seja historicamente anterior à do desenvolvimento desigual sob o capitalismo, e que a questão da articulação esteja emergindo como um enfoque substancial para a pesquisa histórica sobre o desenvolvimento desigual. Mas, há aqui, igualmente, pouca dúvida de que a lógica do desenvolvimento desigual seja teoricamente anterior à problemática da articulação dos modos de produção. O capital mercantil, antes de tudo, foi historicamente anterior ao capital industrial, mas foi este último que Marx analisou para entender o modo de produção capitalista. A questão é que hoje "a articulação dos modos de produção" é um produto do desenvolvimento e dos limites do capital, e não o contrário. Mais concretamente, é a lógica do desenvolvimento desigual que estrutura o contexto para a articulação.

Desse modo, uma compreensão teórica do desenvolvimento desigual pode contribuir significativamente para a compreensão de uma articulação um tanto específica dos modos de produção, capitalista e pré-capitalistas, mas os casos específicos de articulação podem contribuir pouco para identificar os contornos gerais da teoria do desenvolvimento desigual. Em tais casos, onde o vaivém do capital simplesmente não acontece, a questão, na verdade, é: "por quê?" Se, em outras escalas e em outros contextos, o capital tenta imitar o moto-contínuo e constantemente se descola em torno do globo como uma praga de gafanhotos, por que em alguns lugares, como parte de um imperialismo mais amplo, permanecem o capital e suas conseqüentes relações sociais rigidamente fixas? A resposta a esta questão certamente exige uma análise his-

tórica, concreta, mas a teoria do desenvolvimento desigual oferece importantes e claras indicações sobre o que analisar e como interpretar as descobertas.

De importância muito maior, argumentaria, é a questão da atual crise do sistema capitalista mundial. É um horrível adágio da geografia do século vinte que diz que a importância da disciplina tende a crescer durante as guerras. E, embora isto seja indubitavelmente verdadeiro, pode não ser somente a guerra que coloque o espaço geográfico em evidência. Pois, com o advento da crise, depois da onda especulativa, geralmente vê-se o papel-moeda — dívida de todo imaginável — lutando desesperadamente para se fixar num produto ou numa capacidade produtiva tangível e real. Mais comumente, à medida em que a crise avança ela adquire cada vez mais uma dimensão espacial. Assim, o colapso financeiro da Chrysler forçou a companhia a implantar fechamentos e encampações na reestruturação geral da indústria de veículos. O desenvolvimento desigual do capitalismo torna-se mais um meio de declínio desigual do que de expansão desigual.

Os períodos de crise são também períodos de dramática reestruturação. O capitalismo está sempre transformando o espaço à sua própria imagem, mas em períodos de expansão isto significa a substituição de padrões mais ou menos estabelecidos num período anterior. Precisamente durante as crises é que os novos padrões se estabelecem, numa reestruturação sem precedentes do espaço geográfico. Esta é a fase no qual nós ingressamos hoje. Se a desvalorização contínua do capital, internacionalmente, durante a década de vinte ou de trinta, seguida pela maciça e brutal desvalorização da Segunda Guerra Mundial, lançou as bases e as condições favoráveis para quase trinta anos de expansão no pós-guerra, essas condições favoráveis agora desaparecem. Desde 1973, temos estado numa nova fase de desvalorização contínua ou mesmo desigual, marcada por grande desemprego, crescentes quedas nas taxas médias de lucro, ofensivas dos patrões contra a classe trabalhadora, fechamento de fábricas, evasão de capitais, desindustrialização. A reestruturação do espaço geográfico é tanto uma resposta à crise, parte da busca inútil por uma solução parcial, quanto, pelo menos em todas as crises anteriores, uma base não proposital para soluções a mais longo prazo nas mãos do capital.

Se a reestruturação do espaço na escala urbana, através de re-

desenvolvimento, da "gentrificação" e do crescimento não-metropolitano é a mais acabada e aparente ilustração do processo é também a menos importante a longo prazo. A crise atual será superada em primeiro lugar na escala internacional, sendo que aí deve ocorrer profunda reestruturação. Isto cria a possibilidade que certos tipos de desenvolvimento, anteriormente bloqueados, possam aparecer como solução parcial à crise do capitalismo. Desse modo, vimos anteriormente que, enquanto Marx esperava uma rápida inserção do mundo colonial no mercado internacional, a integração não ocorreu. O capital, ao invés de utilizar o mundo subdesenvolvido como uma fonte de mercados, usou o Terceiro Mundo como fonte de mão-de-obra barata, impedindo assim sua plena integração ao mercado mundial. Dentre aqueles que vêem o período de pós-guerra como um período marcado pelo regime intensivo de acumulação, denominado de "o Fordismo", admite-se que, para o mundo desenvolvido, "a questão de mercados seria resolvida sobre uma base 'interna' através do desenvolvimento pós-45 do consumo de massa nas metrópoles".

Por uma série de razões, essa solução não tem mais sentido hoje e especialmente desde 1973 surgiu o espectro da dramática industrialização do Terceiro Mundo como uma solução para a crise econômica atual. Poderia uma maciça migração de capital para o Terceiro Mundo atuar, ainda que parcialmente, como fixo espacial? Isto é, certamente, o que Lênin (erradamente) pensava que iria acontecer no início do século. Considerando todo o resto como igual, poderíamos esperar esse movimento de capital, dada a teoria do desenvolvimento desigual. Simplesmente deslocaria e intensificaria (evidentemente nos termos de Lênin) as contradições do capital à medida em que reservas inteiras de mão-de-obra barata fossem retiradas do mercado, através do qual uma igualização parcial dos níveis de desenvolvimento poderia atenuar os efeitos da crise por um certo tempo. Empiricamente, todavia, e apesar da dramática industrialização que ocorreu na década de 70 em economias privilegiadas do Terceiro Mundo, uma industrialização geral e contínua parece improvável. Esse tipo de reestruturação é até agora bloqueado por padrões herdados de acumulação de capital. Uma avaliação mais profunda das possibilidades da manutenção da industrialização do Terceiro Mundo envolveria a identificação das barreiras à mobilidade do capital e, em particular, ao significativo movimento oscilatório do capital em escala internacional.

Na busca de possíveis soluções, a realidade é mais avassaladora. É cada vez mais comum, em círculos social-democratas, concluir que, se estamos numa fase de reestruturação, então deve haver uma "reindustrialização radical", de acordo com as necessidades do trabalho, mais que segundo os critérios do capital. A conseqüente "democratização" da economia poderia vigorar pela "contínua mobilização popular". Este reformismo disfarçado em populismo compartilha das tentativas liberais, e até mesmo com tentativas suplementares e de industrialização, de uma trágica e má interpretação da natureza das crises. Para ser exato, há uma reestruturação a caminho, mas ela está nos seus primórdios, e da escala urbana para a escala internacional esta reindustrialização encontra-se ainda eclipsada pela total desvalorização do capital existente. A crise está ainda se difundindo, embora não uniformemente, através do sistema mundial, mas não será resolvida por uma fácil reviravolta e pelas eventuais retomadas de reinvestimento maciço. Ao contrário, envolveu sempre o que Marx chamou 'crises violentas e agudas' " súbitas e forçosas desvalorizações" e uma "ruptura do processo de reprodução do capital". Em meados de 1984 nós não atingimos ainda as fases de desvalorização cataclísmica; estamos até agora na fase de desvalorização lenta e contínua mais do que na fase de desvalorização súbita e violenta.

Lênin sugeriu, no período em que surgia o sistemático desenvolvimento desigual do capitalismo, que a competição econômica levava, através das crises, à competição militar e à guerra. Até agora, a realidade não o desmentiu; "desenvolvimento desigual, teu nome é guerra!" A perspectiva acerca da guerra é precisamente a da lógica econômica, com a qual estivemos preocupados neste livro, sendo eliminada em favor de uma determinação militar da História.

Embora seja uma dádiva econômica "divina", por assim dizer, a maciça desvalorização do capital na guerra é o produto de conflito militar. Desse modo, se demos atenção demasiada à lógica econômica de desenvolvimento desigual, isto não se deve, de forma alguma, a alguma crença que temos no primado universal da economia. Ao invés disso, configura-se como análise mais sincera da história do capitalismo desde 1945. Pois durante este período, do cerne do sistema, podemos ver que o capital tem comandado com sua mão econômica. O investimento do capital de acordo com a lógica do lucro é o instrumento básico

que o capital possui na luta de classes. Pois, também na luta de classe, a lógica puramente econômica do desenvolvimento desigual é contestada e, em última análise, posta de lado.

Mesmo em meio a generalizadas derrotas é para um movimento da classe trabalhadora que devemos buscar um fim para o modelo de desenvolvimento desigual, um modelo e um processo que significa mais do que a expressão diz. É aqui que nos vinculamos, de novo, diretamente com o tratamento político do desenvolvimento desigual. Não que nosso objetivo seja um "desenvolvimento uniforme". Isto faria pouco sentido. Ao invés disso, o objetivo é criar determinados padrões de diferenciação e igualização que sejam dirigidos não pela lógica do capital mas por uma genuína escolha social. A esperança é que, em nossos esforços em ir além da história natural da sociedade e produzir uma autêntica história social, possamos evitar a completa obliteração da natureza e da sociedade, e da natureza com ela. Não é somente o capital que deve ser reestruturado, mas também a base política da sociedade, com o fito de se produzir uma Geografia genuinamente social.

# NOTAS

## INTRODUÇÃO

- 1 Para um exemplo precedente consultar David Harvey, *Social Justice and the City* (Londres, 1973); consultar também Henri Lefebvre, *The Survival of Capitalism* (Londres, 1976); David Harvey, *The Limits to Capital* (Oxford, 1982); Michel Agliete, *A Theory of Capitalism Regulation* (Londres, 1979), Nigel Harris, *Of Bread and Guns* (Harmondsworth, 1983); J. Carney, R. Hudson e J. Lewis (eds), *Regions in Crisis: New Perspectives in European Regional Theory* (Londres, 1980); Michael Dunford e Diane Perrons, *The Arena of Capital* (Londres, 1983).
- 2 H. J. Mackinder, "The Geographical Pivot of History". *Geographical Journal*, 23 (1904), 421-437.
- 3 Ernest Mandel, *Trotsky: A Study in the Dynamics of his Thought* (Londres, 1979), p. 34.
- 4 V. I. Lenin, *The Development of Capitalism in Russia* (Moscou, ed. 1977). Consultar também *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism* (Pequim, ed. 1975).
- 5 Consulte por exemplo a recapitulação sobre o pensamento político e a avaliação feita por Michel Lowy, sob uma focalização moderna, em *The Politics of Combined and Uneven Development* (Londres, 1981).
- 6 Karl Marx, *Capital*, 3 volumes (Nova Iorque, 1967), vol. 3, p 175; *Theories of Surplus Value*, 3 volumes (Londres, ed. 1969), vol. 1, p. 410.

## CAPÍTULO I: A IDEOLOGIA DA NATUREZA

- 1 Earls Finbar Murphy, *Governing Nature* (Chicago, 1967) p. 11; M. Horkheimer & T. Adorno, *Dialectic of Enlightenment* (Nova Iorque, 1972).
- 2 Yirmiahu Yovel, *Kant and the Philosophy of History* (Princeton, 1980), p. 181, diversas passagens; R. G. Collingwood, *The Idea of Nature* (Londres, 1945), pp. 116-20.
- 3 Com relação a esse assunto consulte o trabalho definitivo de Clarence Glacken, que trata da história dos conceitos da natureza, dos tempos antigos até o século dezoito, numa perspectiva particularmente geográfica: *Traces on the Rhodian Shore* (Berkeley, 1967)
- 4 Benjamin Farrington, *Francis Bacon: Philosopher of Industrial Science* (Nova Iorque, 1961); Paulo Rossi, *Francis Bacon: Magic to Science* (Londres, 1968); William Leiss, *The Domination of Nature* (Boston, 1974), cap. 3.
- 5 "Of the Proficiency and Advancement of Learning, Divine and Humane", citado em Leiss, *Domination of Nature*, pp. 56-7.
- 6 Por exemplo: "a geometria se baseia na prática mecânica e nada mais é senão aquela parte da mecânica que precisamente propõe e demonstra a arte de medir" — citação de Max Jammer em *Concepts of Space* (Cambridge, Mass., 1969), p. 96.

- 7 Rossi, *Francis Bacon*, p. 96.
- 8 Para uma interessante discussão de Newton, ver Jammer, *Concepts of Space*, cap. 4. Toda a questão da relação entre o espaço e a matéria é retomada novamente e analisada com maiores detalhes no capítulo 3.
- 9 Edward Wilson, *Sociobiology* (Cambridge, Mass., 1975); *On Human Nature* (Cambridge, Mass., 1978); Arthur Caplan, *The Sociobiology Debate* (Nova Iorque, 1978).
- 10 Carl Friedrich von Weizsäcker. *The Unity of Nature* (Nova Iorque, 1980), pp. 6-7.
- 11 Henry Nash Smith, *Virgin Land* (Cambridge, Mass., 1950), p. 260; — Leo Marx, *The Machine in the Garden* (Nova Iorque, 1964), p. 110.
- 12 Marx, *Machine in the Garden*, p. 72; Roderick Nash, *Wilderness und the American Mind* (New Haven, 1967), p. 8. Sobre a natureza e o nacionalismo ver o estudo de Perry Miller, *Nature's Nation* (Cambridge, Mass, 1967), especialmente o cap. 1 sobre "A formação do Caráter Americano".
- 13 Alexis de Tocqueville, *Democracy in America*, 2 volumes (Nova Iorque, ed. 1945), 2, p. 78.
- 14 Nash, *Wilderness*, pp. 28-43.
- 15 Sam Bass Warner, *The Urban Wilderness* (Nova Iorque, 1972). "Fronteira Urbana" e "pioneiro urbano" são termos relativamente recentes que se referem à conquista dos arredores do centro da cidade, antes ocupado pela classe trabalhadora, pelos profissionais de classe média: os males e os becos escuros da "deterioração" urbana são, assim, dominados e a civilização retorna em nome do progresso social para todos. A metáfora é exata.
- 16 Barbara Novak, *Nature and Culture: American Landscape and Painting 1824-1875* (Nova Iorque, 1980), pp. 101-34.
- 17 Nash, *Wilderness*, p. 44
- 18 Peter Schmitt, *Back to Nature* (Nova Iorque, 1969).
- 19 Miller, *Nature's Nation*, p. 197; George Mowry, *The Urban Nation, 1920-1960* (Nova Iorque, 1965), p. 2. Consultar também Morton & Lucia White, *The Intellectual Versus the City* (Oxford, 1977), para uma discussão da ideologia "anti-urbana".
- 20 Novak, *Nature and Culture*, p. 7. A frase "naturalismo cristianizado" é de Perry Miller. Consultar também Albert K. Weinberg, *Manifest Destiny*; (Gloucester, Mass., 1958).
- 21 Ralph Waldo Emerson, "Nature", in *Selected Writings* (Nova Iorque, 1965), pp. 186-223.
- 22 Marx, *Machine in the Garden*, p. 96.
- 23 Novak, *Nature and Culture*, p. 157. Tão arraigada era esta contradição que ela ainda paira sobre a proclamação feita por Frederick Jackson Turner do fim da frente pioneira. Ver *The Frontier in American History* (Nova Iorque, ed. 1920); e Smith, *Virgin Land*, cap. 22.
- 24 Marx, *Machine in the Garden*, p. 195.
- 25 *Ibid*, p. 93. Para o melhor tratamento das paisagens desprovidas do trabalho que as esculpiam, ver Raymond Williams, *The Country and the City*, (St. Alban's, 1975).
- 26 Joshua C. Taylor, *America as Art* (Washington. DC., 1976), p. 178; Emerson, *Selected Writings*, p. 187. Interpretando esta difícil passagem de Emerson, Morton e Lúcia White dizem: "Como Emerson assinalou, a palavra "natureza" tem dois sentidos principais. De acordo com um deles, refere-se à totalidade das coisas, dos processos e dos eventos no universo; de acordo com outro, refere-se ao universo como ele seria se nenhum ser humano o tivesse tocado ou interferido em seu comportamento (*Intellectual Versus the City*), p. 233. isto é obviamente um reconhecimento claro do dualismo da natureza universal e exterior, mas acredito que sua precisão se deva em parte à sua interpretação, não ao original. Emerson não deixa de ser, de forma alguma, ambíguo sobre a existência de duas "naturezas".
- 27 Miller, *Nature's Nation*, p. 199; Novak, *Nature and Culture*, p. 38.
- 28 Consultar Annette Kolodny, *The Lay of the Land* (Chapel Hill, 1975); Carolyn Merchant, *The Death of Nature* (San Francisco, 1980); Sherry B. Ortner, "Is Female to Male as Nature is to Culture?", in Michelle Zimbalist e Rosaldo Louise Lamphere (eds), *Woman, Culture and Society*, (Stanford, 1974), pp. 67-87; Frederick Engels, *Origin of the Family*, Nova Iorque, ed. 1972).
- 29 Bernard Rosenthal, *The City of Nature* (Newark, De., 1980).
- 30 Henri Lefebvre, *The Sociology of Marx* (Nova Iorque, 1968); p. 64. Consultar também Jorge

- Larrain, *The Concept of Ideology* (Athens, Ga., 1979), e Bhikhu Parekh, *Marx's Theory of Ideology* (Baltimore, 1982).
- 31 Milton Fisk, "The Human Nature Argument", *Social Praxis* 5 (1980), pp. 343-61.
- 32 Marx, *Machine in the Garden*, p. 32 e Williams, *Country and the City*.
- 33 Sobre a natureza na teoria econômica ver Dieter Groh e Rolf Peter Sieferle, "Experience of Nature in Bourgeois Society and Economic Theory: Outlines of an interdisciplinary Research Project", *Social Research* 47(1980), p. 557-81. Sobre o desenvolvimento das outras ciências no século dezenove, consultar Martin Shaw, *Marxism and Social Science* (Londres, 1975), pp. 75-9.
- 34 Marx, *Capital*, 1, p. 81.
- 35 Alfred Schmidt, *The Concept of Nature in Marx* (Londres, 1971), p. 15.
- 36 Certamente Marx também descreveu a divisão fisiológica do trabalho como algo natural, particularmente em suas primeiras obras, mas isto não implicava, como ocorre com Schmidt, uma oposição ao *social* e uma abstração dele. Daí, por exemplo: "O Núcleo, a primeira forma" de propriedade reside na divisão natural do trabalho na família, na qual "a esposa e os filhos são os escravos do marido. Esta escravidão latente na família, embora ainda muito pouco definida, é a primeira forma de propriedade". Karl Marx e Frederick Engels, *German Ideology* (Nova Iorque, ed. 1970), p. 52.
- 37 O problema de Kant, dos "constituintes" dos objetos do conhecimento foi assim (objetivamente) suscitado por Marx, não no sentido de um simples retorno à Filosofia transcendental, mas sobre o fundamento definitivamente alcançado por Hegel em sua crítica a Kant" (p. 12).
- 38 Hegel conclui sua *Philosophy of Nature* (Londres, ed. 1970) da seguinte maneira: "na Natureza o Conceito (*Begriff*) fala ao Conceito e a... forma versível do Conceito que foi escondida sob as muitas formas dispersas e infinitas da Natureza revelar-se-á por si mesma à razão" (p. 445). (Para uma alternativa à leitura altamente simplificada mas ortodoxa de Kant, apresentada aqui, consultar Richard Kroner, *Kant's Weltanschauung* (Chicago, 1956).
- 39 Há em Schmidt muitas análises dúbias. Isso é sintomático. Quando ele coloca suas mãos juntas ele obtém o resultado usual: uma oração pela unidade.
- 40 Em consonância com seu projeto inicial, Schmidt tem uma dívida maior para com Kant do que para com Hegel, donde a vitória final de uma concepção dualística da natureza em seu pensamento. Ele nota uma deficiência em sua teoria, a de que existe "entre Marx e Kant uma relação que não foi ainda suficientemente percebida" (p. 120). Ele tenta supri-la, na prática, inserindo Marx no pensamento de Kant. Na dialética de Hegel, diz Schmidt, "é a identidade idealista que triunfa no final do sistema". Na dialética marxista, o oposto é verdadeiro: é a não-identidade que vence em última instância.
- 41 Sohn-Rethel, *Intellectual and Manual Labour* (Londres, 1978), p. 15.
- 42 Karl Marx, *Grundrisse* (Londres, 1973), p. 646.
- 43 A investigação da criação dos valores de uso através do processo de trabalho não exige, de início, uma caracterização das relações de produção dentro da qual aquele processo ocorre" (p. 93). Nem no início nem no fim Schmidt considera seriamente a classe social. Ele evita falar dela, assim como evita falar do valor de troca.
- 44 Enquanto a filosofia de Schmidt o leva a especular que o socialismo também dominará a natureza, a filosofia de Althusser leva-o a especular que a ideologia permanecerá sob o socialismo e o comunismo (Marx, Londres, 1977), p. 223; *Essays in Self Criticism* (Londres, 1976), p. 121, passim.). Este é um paralelo muito interessante entre Althusser e a escola de Frankfurt, que geralmente encaramos como representantes de realidades essencialmente opostas, mas que compartilham de uma surpreendente gama de conclusões e de pontos de vista. O elemento comum é o idealismo filosófico.
- 45 Bertrand Russell, *A History of Western Philosophy* (Nova Iorque, 1945), p. 790.
- 46 Jürgen Habermas, *Toward a Rational Society*, (Boston, 1970), p. 87. Sobre "a Revolta da Natureza", veja-se Max Horkheimer, *Eclipse of Reason* (Nova Iorque, 1974), p. 92-127. Cf. a crítica da "dominação da natureza", tese de William Leiss, um estudioso da tese de Marcuse: "Se a idéia da "dominação" da natureza tem algum sentido, é que por tais meios, quer dizer,

através do domínio de capacidades tecnológicas superiores, alguns homens tentam dominar e controlar outros homens. A noção da dominação comum da raça humana sobre a natureza exterior é uma absurda... O "homem, enquanto tal, é a abstração que... somente oculta o fato de que, nas violentas lutas de classes atuais entre os homens, os instrumentos tecnológicos tem um papel a desempenhar". *Domination of Nature*, pp. 123, 122. Veja-se também Jürgen Habermas, "Toward a Reconstruction of Historical Materialism", *Theory and Society* 2(1975), 287-300.

- 47 Martin Jay, *The Dialectical Imagination* (Londres, 1973), p. 256.
- 48 Raymond Williams, "Problems of Materialism", *New Left Review*, 109 (1978), 3-17.
- 49 Boris Komarov, *The Destruction of Nature in the Soviet Union* (Londres, 1980).
- 50 Sebastiano Timpanaro, *On Materialism* (Londres, 1975), p. 52. Sobre Althusser, consultar Neil Smith, "Symptomatic Silence in Althusser: The Concep of Nature and the Unity of Science", *Science and Society*, 44 (1), (1980), 58-81.

## CAPÍTULO 2: A PRODUÇÃO DA NATUREZA

- 1 Karl Marx, *Value, Price and Profit* (Londres, 1899), p. 54.
- 2 A questão de que se a obra de Marx deveria ser vista como uma continuidade ou como uma seqüência de períodos essencialmente separados não é nova. Ela surgiu inicialmente com a publicação, no início do século XX, de alguns dos primeiros trabalhos de Marx, dos quais nenhum tinha até então sido publicado. Mais recentemente, o mais extremado defensor da opinião de que a obra de Marx pode ser dividida em períodos separados tem sido Louis Althusser. Veja-se Althusser, *For Marx*. Diversos escritores opõem-se a essa divisão Marx jovem e maduro. Veja-se particularmente Bertell Oilman, *Alienation. Marx's Concept of Man in Capitalist Society* (Cambridge, 1971). Veja-se também William LeoGrande, "An Investigation into the 'young Marx' Controversy", *Science and Society*, 41 (1977), 129-51.
- 3 Marx, *Grundrisse*, pp. 100-1. Para uma interessante elaboração do método lógico-histórico no cap. 1 de *Capital*, veja-se Harry Cleaver, *Reading Capital, Politically* (Austin, 1979).
- 4 *Grundrisse*, p. 85. Cf. também a afirmação de Marx de que "nós devemos primeiramente lidar com a natureza humana em geral, e então com a natureza humana enquanto algo que se modifica em cada época da humanidade". *Capital*, 1, p. 609
- 5 Marx e Engels, *German Ideology*, p. 63.
- 6 *Capital*, pp. 42-3, 71 (nesta tradução do *Capital*, "natureza" é às vezes escrita com maiúscula, mas ao se comparar a mesma com outras traduções, e uma vez que o original em alemão é sempre escrito em maiúscula, por ser substantivo, mais do que por causa de qualquer significado complementar, eu mantive este último significado sempre que fiz citações da obra. Além disso, Marx emprega os termos "homem" e "homens" quando ele quer dizer "humanidade" e "seres humanos". Por causa da simplicidade, mais do que para evitar o problema da linguagem "sexista", eu conservo o original quando faço citações.)
- 7 *Capital*, 1, p. 177.
- 8 Karl Marx, *Early Writings* (Harmondsworth, 1975), p. 355.
- 9 *Ibid.*, pp. 389-90.
- 10 *German Ideology*, p. 47.
- 11 *Ibid.*, p. 51.
- 12 *Ibid.*, p. 42.
- 13 Frederick Engels, *Origin of the Family*, pp. 251-2; Donna Haraway, "Animai Sociology and a Natural Economy of the Body Politic, Part II: The Past is the Contested Zone: Human Nature and Theories of production and Reproduction in Private Behavior Studies", *Signs* 4(1) (1978), 38. Ver Gordon Childe, *Man Makes Himself* (Nova Iorque, 1939), e Charles Woolfsoon, *The Labour Theory of Culture* (Londres, 1982).

- 14 Rosa Luxemburg. *The Accumulation of Capital* (Nova Iorque, 1968), p. 77, Ernest Mandel, *Marxist Economic Theory* (Londres, 1962), pp. 27-8. Para um resumo do debate sobre a origem e a função do excedente no contexto das origens urbanas, veja-se David Harvey, *The Social Justice and City*, pp. 216-273.
- 15 Engels, *The origins*, p. 220; Mandel, *Marxist Economic Theory*, pp. 40, 44.
- 16 *Capital*, 3, p. 883.
- 17 *Grundrisse*, p. 146.
- 18 *Capital*, 1, p. 352.
- 19 *The origins*, 232. Consultar também Lawrence Krader, *Formation of the State*, (Englewood Cliffs, NJ, 1968); Elman R. Service, *Origins of the State and Civilization* (Nova Iorque, 1975).
- 20 *Origin...*, 120-121. Ver também, *German Ideology*, p. 52.
- 21 *German Ideology*, p. 122.
- 22 *Ibid.*, p. 52. Marx é frequentemente citado por dizer que a consciência é a decorrência direta "da prática humana", com o fito de ser tachado de determinista, reducionista ou de algum "ista" qualquer. Ela não é quase nunca citada quando, cinco páginas depois, explicitamente aprimora esta afirmação geral e provisória. Aqueles que, erradamente, interpretam Marx desta maneira não entendem o caráter lógico-histórico do argumento.
- 23 *Grundrisse*, pp. 247-8.
- 24 Karl Marx e Frederick Engels, *The Communist Manifesto* (Nova Iorque, 1955), p. 30.
- 25 Cícero, *De natura Deorum*, II, 151-2. Ver *The Nature of the Gods*, traduzido por Horace C. P. McGregor (Harmondsworth, 1972), pp. 184-5.
- 26 Count Buffon, citado em Glacken, *Rhodian Shore*, pp. 663,665,664. Para a discussão de Glacken sobre Cícero, ver pp. 144-146.
- 27 *Grundrisse*, p. 252.
- 28 *Ibid.*, p. 881.
- 29 *Capital*, 1, p. 169.
- 30 *Ibid.*, 3, p. 880.
- 31 *Ibid.*, 1, pp., 180, 181 In.
- 32 *Grundrisse*. p. 479.
- 33 Sobre as complexidades e os debates em torno da análise do Estado ver Colin Barker, *The State as Capital*, *International Socialism*, 2(1), (1978), 16-42; J. Holloway and S. Picciotto, *State and Capital* (Londres, 1978); James O'Connor, *The Fiscal Crisis of the State* (Nova Iorque, 1973); Suzanne de Brunhoff, *The State, Capital and Economic Polity* (Londres, 1978). Sobre o debate Miliband-Poulantzas, que cristalizou grande parte da discussão sobre o Estado, ver Ralph Miliband, *The State in Capitalist Society* (Londres, 1969); Nicos Poulantzas, "The Problem of the capitalist State", *New Left Review* 58 (1969), 67-78; Ralph Miliband, "The Capitalist State: A Reply to Nicos Poulantzas", *New Left Review* 59 (1969), 53-60; Ernesto Laclau, "The Specificity of the Political: The Poulantzas-Miliband Debate", *Economy and Society*, 4 (1975), 87-100; Ralph Miliband, "Poulantzas and the Capitalist State", *New Left Review* 82 (1973), 83-93; Nicos Poulantzas, "The Capitalist State: A Reply to Miliband and Laclau", *New Left Review* 95 (1976), 63-83.
- 34 *Grundrisse*, P. 706; *Capital*, 1, p. 384.
- 35 *Capital*, 1, pp. 360-1, 350, 645.
- 36 Engels, *Origin*, p. 223.
- 37 Joan Smith, "Women and the Family", *International Socialism*, 100 (1977), 21-22. Para uma análise e uma crítica dos diferentes pontos de vista sobre patriarcado e classe, ver Joan Smith, *Women, Work Family and the Economic Recesion*, estudo apresentado no simpósio sobre "Feminismo e a Crítica do Capitalismo", the Johns Hopkins University (24-25 de Abril de 1981). A conclusão de Mark e Engels de que a proletarização poderia libertar as mulheres da opressão parece, com o benefício de uma percepção tardia, ter sido um pouco otimista.
- 38 Sobre a necessidade da família para o capitalismo, consultar Winslow, "Women's Alienation and Revolutionary Politics", *International Socialism* 2(4) (1979), 1-14. Para uma visão diferente, ver Irene Bruegel, "What Keeps the Family Going?", *International Socialism* 2 (1), (1978), 2-15.

- 39 *Capital*, 1, p. 176.
- 40 Karl Marx, *A contribution to the Critique of Political Economy* (Londres, 1971), p. 20-1.
- 41 *Capital*, 1, p. 181.
- 42 *German Ideology*, p. 63.
- 43 *Grundrisse*, p. 646.
- 44 G. W. F. Hegel, *Philosophy of Right* (Londres, 1967), p. 20.
- 45 Sohn-Rethel, *Intellectual and Manual Labour*, pp. 28. 56-7.
- 46 *Grundrisse*, pp. 409-10.
- 47 *Capital*, 1, p. 183.
- 48 Marx escreve: "A renda da produção da terra segundo o capital é investida não porque o capital é investido, mas sim porque este torna a terra mais produtiva do que era anteriormente... Esta renda também, que pode ser transformada em lucros, torna-se pura renda diferencial, assim que o capital investido é amortizado". *Capital*, 3, p. 746. David Harvey retoma esta questão em *Limites*, p. 337.
- 49 Friedrich Engels, *Anti-Duhring* (Londres, 1975), p. 425; *Capital*, 1, p. 10, Karl Marx, *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte* (Nova Iorque, 1963), p. 15.
- 50 *Marx Para Kugelman*, 11 de julho de 1868, Marx-Engels, *Selected correspondence* (Londres, 1934), p. 246.
- 51 *Communist Manifest*, p. 14.
- 52 Friedrich Engels, *Dialectics of Nature*, (Moscou, 1954), p. 180.
- 53 Isto obviamente atribui um papel crucial à ciência, mas a uma ciência crítica, porque a função ideológica da ciência tem sido geralmente a de fazer com que as relações sociais específicas pareçam naturais, o que quer dizer, inevitáveis. Conforme Marx escreveu, as fórmulas da economia política "aparecem ao intelecto burguês como sendo uma necessidade imposta pela natureza e tão evidente por si mesma quanto o próprio trabalho produtivo" (*Capital*, p. 81). A distinção entre ciência natural e social permite um fetichismo da "natureza" como o objeto de investigação científica natural e permite à Ciência social moldar-se segundo a ciência natural, tomando a sociedade como seu objeto natural de investigação. Não há senão uma única ciência, de acordo com Marx e Engels, e não há ciência separadas da natureza e da sociedade. Mas a unidade da ciência é processo prático, uma unidade a ser criada. A ciência deve ser revista "até o ponto em que ela pode ser apresentada dialeticamente", conforme escreveu Marx e Engels (*Selected Correspondence*, p. 123). Para as ciências ditas "naturais", particularmente, isto implica recuperar uma política que, de direito, pertence à ciência, mas que lhe tem sido expropriada e excluída. Se estamos certos a respeito da produção da natureza, a política da ciência envolve a distinção das leis naturais das criações sociais, não enquanto ciência natural versus social, mas enquanto ciência versus ideologia. A respeito disto, veja-se a crítica de Valentino Gerratana do evolucionismo pós-darwiniano: os cientistas preocupados com a evolução, "que mais do que quaisquer outros contribuíram para a demonstração da historicidade da natureza, acabaram por negar e excluir o processo social na verdadeira parte da história natural que é a história humana". Isto assinalou uma inversão metodológica, "um erro na afirmação de leis históricas do desenvolvimento social como leis eternas da natureza". Gerratana, "Marx and Darwin", *New Left Review*, 82 (1973), 60-82.
- 54 *Grundrisse*, p. 410.
- 55 Isaiah Bowman, *Geography in Relation to the Social Sciences* (Nova Iorque, 1934).
- 56 Jean Gottmann, *Megalopolis* (Nova Iorque, 1961), p. 79.
- 57 *Origin*, p. 253.
- 58 *Dialectics of Nature*, p. 79.
- 59 *Early Writings*, p. 348
- 60 *Capital*, 3, p. 820.
- 61 Schmidt, *Nature in Marx*, p. 196.

## CAPÍTULO 3: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

- 1 Albert Einstein, "Foreword", in Jammer, *Concepts of Space*, p. XII.
- 2 Em particular, nós não tentaremos discutir o tratamento do espaço na literatura psicológica e antropológica, embora esta coincida com os tratamentos do espaço geográfico. Veja-se, por exemplo, Edward Hall, *The Hidden Dimension* (Nova Iorque, 1966); Claude Levi-Strauss, *Structural Anthropology*, (Nova Iorque, 1963); J. Piaget, *The Principles of Genetic Epistemology* (Londres, 1972); Carl Jung, *Man and His Symbols* (Londres, 1964).
- 3 Fred Schaefer, "Exceptionalism in Geography: A Methodological Examination", *Annals of the Association of American Geographers* 43 (1953), 226-40; William Bunge, *Theoretical Geography* (Lund, 1966, 2ª ed.); Peter Haggett, *Ideational Analysis* (Londres, 1965); Ian Burton, "The Quantitative Revolution and Theoretical Geography", *Canadian Geographer*, 7 (1963), 151-62. David Harvey foi o primeiro a discutir explicitamente, no contexto geográfico, os conceitos de espaço absoluto e espaço relativo: *Explanation in Geography* (Londres, 1969). Em *Social Justice* Harvey acrescenta um terceiro conceito de espaço — espaço relacional — mas a distinção entre espaço relativo e espaço relacional não está suficientemente esclarecida.
- 4 Alfred North Whitehead, *The Concept of Nature* (Cambridge, 1920), p. 33.
- 5 *Principia*, citado em Jammer, *Concepts of Space*, p. 99.
- 6 Para uma defesa do espaço relativo ver Ian Hinckfuss, *The Existence of Space and Time* (Oxford, 1975). Para uma defesa neo-newtoniana do espaço absoluto, rara, na medida em que preserva o conceito original de Newton, veja-se Graham Nerlich, *The Shape of Space* (Cambridge, 1976). Para um tratamento clássico que ajudou a reafirmar o conceito absoluto de espaço, sem, ao mesmo tempo, refutar o conceito relativo, consultar Adolf Grünbaum, *Philosophical Problems of Space and Time* (Nova Iorque, 1963)
- 7 Robert Sack, *Conceptions of Space in Social Thought* (Minneapolis, 1980), p. 22.
- 8 Ernst Cassirer, *An Essay on Man* (Londres, 1944), pp. 45-6.
- 9 Jammer, *Concepts of Space*, pp. 3-4. Ver também John G. Gunnell, *Political Philosophy and Time* (Middleton, Conn., 1968), p. 117.
- 10 Jammer, *Concepts of Space*, p. 22.
- 11 Hans Reichenbach, *The Philosophy of Space and Time* (Nova Iorque, 1958), p. 217.
- 12 Jammer, *Concepts of Space*, p. 198. Para um texto quase idêntico ao que apresenta posição de Einstein, veja Grünbaum, *Space and Time*, p. 431. O que se quer dizer quando se afirma que as propriedades "epistemológicas" e "ontológicas" sejam diferentes, ou mesmo opostas? Não quer dizer isso simplesmente que o que sabemos ser real pode ser, com efeito, oposto daquilo que é, de fato, real (embora este pudesse ser conhecido)?
- 13 Citado em Jammer, *Concepts of Space*, p. 96. A geometria é muitas vezes confundida com a estrutura espacial e com razão. Mas há uma distinção entre elas que deve ser esclarecida. De acordo com a moderna concepção, a geometria não é um sistema conceitual independente. Antes, ela representa uma abstração coordenada dos objetos materiais e eventos reais; daí ser a linguagem da Geometria a das linhas e dos pontos, dos sólidos e das superfícies. Enquanto linguagem para descrever a estrutura espacial, a geometria traz implícita a referência à materialidade, embora abstrata. Com o aumento da abstração evidentemente, a exclusividade da Geometria euclidiana foi substituída por uma multiplicidade de geometrias mais abstratas operando em n-dimensões. Entretanto, a estrutura espacial significa sempre a ordem e o arranjo dos objetos e eventos materiais, enquanto a geometria é a linguagem a abstrata ou o conjunto de linguagem usada para descrever tais estruturas. Ver Jammer, *Concepts of Space*, p. 162-76.
- 14 *Ibid*, p. 162.
- 15 Sohn-Rethel, *Intellectual and Manual Labour*, p. 48-9. George Thomson oferece uma visão histórica desse argumento, fazendo remontar o conceito de espaço mais especificamente às economias monetárias originais da Grécia Antiga. Veja-se *The First Philosophers* (Londres 1972). Não há concordância histórica absoluta sobre este ponto, mas o que é importante é que aque-

- les que indentificam um período diferente também apontam para o intercâmbio entre as sociedades como o catalizador para este tipo de abstração. Consultar, por exemplo, a obra sobre a Babilônia de Otto Neugebauer, "Vorgriechische Matematik", in *Voelesungen überdie Geschichte der antiken Mathematischen Wissenschaften* (Berlin, 1934).
- 16 Por acaso esta análise também oferece pistas a respeito da prioridade histórica do espaço como um conceito acima do tempo. Embora a transição da produção para o uso para a produção para a troca não precisa, de forma alguma, envolver mudança no regime temporal da produção e da circulação, ela implicou uma nítida mudança no regime espacial. Os objetos que eram outrora produzidos e consumidos dentro de uma dada localidade por uma comunidade são, daí em diante, trocados fora de seus limites. A temporalidade do consumo pode bem permanecer inalterada mas sua espacialidade é inevitável e obviamente alterada. A separação social da produção e do consumo torna-se uma separação espacial; o espaço da produção é separada do espaço do consumo. A mesma separação temporal ocorrerá somente numa etapa posterior de troca de mercadorias, em que as relações de troca começam a atingir novamente a esfera da produção e a violar a organização temporal do processo de trabalho.
  - 17 Emile Durkheim, *The Division of Labour in Society* (Glencoe, III., 1947). Ver também Anne Buttmer, "Social Space in Interdisciplinary Perspective", *Geographical Review*, 59(1969), 417-26.
  - 18 Walter Christaller, *Central Places in Southern Germany* (Englewood Cliffs, NJ, 1966); Bunge, *Theoretical Geography*; Haggett, *Locational Analysis*. A obra de August Losch, *The Economics of Location* (New Haven, 1954), constitui uma notável exceção a essa tendência geral.
  - 19 À frente daqueles que, nos últimos anos, têm desenvolvido uma versão geográfica do espaço social está o geógrafo francês Maximilian Sorre, cuja obra foi apresentada em inglês por Anne Buttmer, com o título *Social Space*. Ver também seu verbete sobre Geografia Social na *International Encyclopedia of the Social Sciences*, 6 (New York, 1968), pp. 139-42. Sobre a tradição humanista, ver *inter alia* David Ley e Marvin Samuels, *Humanistic Geography* (Chicago, 1978). Para uma breve análise crítica ver Neil Smith, "Geography, Science and Post-Positivist Modes of Explanation", *Progress in Human Geography* 3 (1979), 356-83.
  - 20 Harvey, *Social Justice*, p. 32; "The Geography of Capitalist Accumulation: A Reconstruction of the Marxian Theory", *4/71/poivyí7(2)*(1975), 9-12 (reeditado in R. Peet (td.), *Radical Geography* (Chicago, 1977), pp. 263-93); "The Urban Process Under Capitalism: A Framework for Analysis", *International Journal of Urban and Regional Research* 2 (1978), 101-31.
  - 21 Na tradição humanista, consultar os tratamentos essencialmente separados de Sack do espaço "objetivo" e "subjetivo" e a análise mais geral de Richard Bernstein, *The Restructuring of Social and Political Theory* (Oxford, 1976), parte III e p. 232. Sobre a "elasticidade" do dualismo nas abordagens marxistas, ver a tentativa de Richard Peet de introduzir uma "dialética espacial" em "Spatial Dialectics and Marxist Geography", *Progress in Human Geography*,- (1981), 105-10; para uma análise crítica ver Neil Smith, "Degeneracy in Theory and Practice: Spatial Interactionism and Radical Eclecticism", *Progress in Human Geography*, 5 (1981), 111-18. De acordo com Sohn-Rethel, tais "dualismos inflexíveis" são um reflexo mais fiel das realidades do capitalismo que podem ser encontrados nos esforços dos ilustres pós-kantianos que tentam se livrar dele... Como pode a verdade do mundo burguês se apresentar de outra maneira senão como dualismo? *Intellectual and Manual Labour*, p. 15. A função da teoria, então, é incorporar e entender esta realidade, ao mesmo tempo em que ela busca modificá-la.
  - 22 Eighth Thesis on Feuerbach, *German Ideology*, p. 121.
  - 23 Marx insistiu na unidade da Ciência: "Nós conhecemos uma única ciência, a ciência da História. Pode-se olhar para a História de dois lados e dividi-la na história da natureza e na história dos homens. Os dois lados são, todavia, inseparáveis; a história da natureza e a História dos homens são dependentes uma da outra enquanto os homens existirem". — Marx e Engels, *Feuerbach* (Londres, 1973), p. 15. Esta formulação a respeito da relatividade do espaço geográfico se coaduna com a relatividade do espaço sugerida na Física. A diferença, pondo de lado o caráter social do espaço geográfico, é simplesmente de escala. Isto deixa aberta a possibilidade de uma ciência unificada, baseada no espaço, certamente, mas baseada mais fun-

- damentalmente na natureza. Isto não será analisado aqui. Para um tratamento desta questão em relação à filosofia de Louis Althusser veja-se meu "Symptomatic Silence in Althusser".
- 24 Sack, *Conception*, p. 170. Ele toma o cuidado de enfatizar que "primitivo" é usado não no seu sentido pejorativo, mas antes para sugerir primazia histórica.
  - 25 Engels, *Origin*, consultar também a introdução de Eleanor Leacock, pp. 33-4. Sobre os limites desta generalização, ver Nancy Tanner, *On Becoming Human* (Nova Iorque, 1981).
  - 26 Engels, *Origin*, pp. 176, 179, 229.
  - 27 Sack, *Conceptions*, p. 184.
  - 28 *Capital*, 1, p. 37.
  - 29 Sobre o espaço como mercadoria, consultar Harvey, *Limits*, pp. 337-9, 375-80.
  - 30 *Surplus Value*, 1, p. 412.
  - 31 *Limits*, p. 375-6.
  - 32 *Surplus Value*, 3, p. 253.
  - 33 Para uma discussão esclarecedora da mobilidade diferencial do capital em suas diferentes formas, ver Harvey, *Limits*, pp. 376-95.
  - 34 *Capital*, 1, p. 180.
  - 35 Para uma excelente ilustração dos riscos que acompanham a identificação rígida do espaço com os meios de produção, particularmente a reificação dos "espaços" e do espaço como um objeto ou objetos independentes, consultar G.A. Gohen, *Karl Marx' Theory of History* (Princeton, 1978), p. 50-5. O problema aqui é, de fato, mais fundamental, ilustrando os problemas de uma abordagem filosófica de Marx em geral. Pois o estudo de Cohen é essencialmente um exercício de filosofia analítica, na qual a "teoria" da história de Marx é quase casual; a teoria da História se torna simplesmente um ginásio conceitual bem equipado no qual a filosofia analítica é posta à prova.
  - 36 Peter Taylor sustenta a mesma opinião em "A Materialist Framework for Political Geography", *Transactions of the Institute of British Geographers 1* (1982), 15-34.
  - 37 J. Scott-Keltie, *The Partitioning of Africa* (Londres, 1893); S. E. Crowe, *The Berlin West African Conference 1884-1885* (Londres, 1942).
  - 38 Lênin, *Imperialism*, p. 90.
  - 39 A importância da imobilização espacial do capital foi consistentemente enfatizada por Harvey, começando pela obra *Social Justice*.
  - 40 *Grundrisse*, p. 769; *Capital*, 1, p. 621.
  - 41 Com relação ao espaço urbano, Melvin Webber tem afirmado um processo de nivelamento em "The Urban Place and the Non-Place Urban Realm" in *Exploration into Urban Structure* (Philadelphia, 1944) Contra isto Harvey ressaltou a diferenciação do espaço urbano em "Class Structure in a Capitalist Society and the Theory of Residential Differentiation", R. Peel, M. Chisholm e P. Haggett (eds.), *Process in Physical and Human Geography* (Edinburgh, 1975). Com relação ao desenvolvimento regional, Kenneth Fox tem defendido a tese da convergência em "Uneven Regional Development in the United States", *Review of Radical Political Economics*, 10 (3) (1978), 68-86. Stuart Holland sustenta a tese da divergência em *Capital Versus The Regions* (Londres, 1976). E, na escala internacional, Bill Warren defende a tese da convergência em *Imperialism: Pioneer of Capitalism* (Londres, 1980), enquanto Samir Amin afirma a divergência em *Unequal Development* (Nova Iorque 1976). Estes são somente exemplos; muitas referências mais poderiam ser dadas em relação a cada posição.
  - 42 *Social Justice*, p. 309, Manuel Castells, *The Urban Question* (Londres, 1977), pp. 437-71.
  - 43 Lefebvre, *Survival of Capitalism: La Revolution Urbaine* (Paris, 1970).
  - 44 Ed. Soja, "The Socio-Spatial Dialectic", *Annals of the Association of American Geographers* 70 (1980), 207-25.
  - 45 *Urban Question*, p. 92.
  - 46 Vale a pena notar, de passagem, que Lefebvre mantém as posições tradicionais no que diz respeito à prioridade do espaço sobre a natureza. Assim, ele vê os "problemas ambientais" na raiz dos problemas espaciais mais do que de outra maneira (*Survival of Capitalism*, p. 27). Mais curiosamente a perspectiva de Lefebvre tende a conduzir para a conclusão oposta a de Marx,

em termos de relação entre o tempo e espaço; a versão reproducionista da produção do espaço leva não à "aniquilação do espaço pelo tempo" mas a algo próximo da aniquilação do tempo pelo espaço.

- 47 Alexander Pope parece ter sido o autor original. Em um de seus poemas, escrito em um século e meio antes de Marx ter usado a frase, ele escreveu: "Oh, Deuses! aniquilai o espaço e o tempo e tornai dois amantes felizes". A frase foi utilizada no século dezanove para descrever o efeito dramático da introdução de ferrovias na paisagem americana. De fato, "Nenhuma frase existente em todo o léxico do progresso aparece mais frequentemente que "a aniquilação do espaço e do tempo", de acordo com Leo Marx. "A extravagância deste sentimento", continua ele, é aparentemente sentida como algo que se ajusta à sublimidade do progresso tecnológico, *Machine in the Garden*, p. 194. No contexto da suburbanização da classe média alta em 1848, Andrew Jackson Downing escreve, na revista *Horticulture*, a respeito das "antigas noções de tempo e espaço que estão sendo meio aniquiladas "Hints to Rural Improvers", *Horticulture* (July, 1848) reimpresso em seu *Rural Essays* (Nova Iorque, 1857), p. 111. Nesse trabalho é que, presumivelmente, o outro Marx primeiramente encontrou a idéia, mas naturalmente sua "aniquilação do espaço pelo tempo", ao invés da aniquilação do espaço e do tempo, trouxe um significado completamente novo.
- 48 *Grundisse*, p. 524, 539-40.
- 49 Karl Marx, 'The Future Results of the British Rule in India', in *Surveys from Exile* (New York, 1974), p. 319-25.
- 50 Harvey, *Limits*, ch. 13.
- 51 *Capital*, I, p. 581 n.
- 52 Luxemburg, *Accumulation of Capital*, p. 365.
- 53 Lênin, *Capitalism in Russia*, Ver também "New Data on the Laws Governing the Development of Capitalism in U.S. Agriculture", *Collected Works*, 22, P. 13-102.
- 54 *Imperialism*, p. 113.
- 55 *Ibid.*, p. 48, citado de Jeidels.
- 56 Lênin indagou: "São o espaço e o tempo reais ou ideais? São nossas concepções relativas de espaço e tempo aproximações de formas, objetivamente reais de ser? Ou são elas somente produtos do desenvolvimento, da organização e da harmonização da mente humana?" Sua resposta foi inequívoca: "o materialismo deve... inevitavelmente reconhecer a realidade objetiva do tempo e do espaço, em contraste acima de tudo, com o Kantismo, que nesta questão se equipara ao idealismo e encara o tempo e o espaço não como realidades objetivas, mas como formas de compreensão humana... Não existe mais nada no mundo senão a matéria em movimento e a matéria em movimento não pode se mover de outra forma senão no espaço e no tempo". — *Materialism and Empirio-Criticism* (Nova Iorque, 1972), pp. 176-89. Em seu tratamento do espaço e em outros pontos de seu trabalho, Lênin entranhou-se na Filosofia e nunca foi capaz de sair dela. Ele, assim, encorajou o crescimento de uma filosofia do Marxismo, separada do Marxismo como ciência, apesar da clara advertência de Marx de que a Filosofia separada da ciência é uma abstração insustentável. Ver Z. A. Jordan, *The Evolution of Dialectical Materialism* (Londres, 1967).
- 57 Nikolai Bukharin, *Imperialism and the World Economy* (Londres, 1972).
- 58 Como sua obra relativamente recente revela, surgem exceções à tendência geral. Ver a análise da diferenciação espacial em Richard Walker, "A Theory of Suburbanization: Capitalism and the Construction of Urban Space in the United States", in Michael Dear e Allen Scott (eds), *Urbanization and Urban Planning in Capitalist Society* (Londres, 1981), p. 383-429. Ver também o trabalho conciso e inovador, de Harvey, embora relegado a um segundo plano, intitulado "Geography".

## CAPÍTULO 4: PARA UMA TEORIA DE DESENVOLVIMENTO DESIGUAL I

- 1 Exceções significativas a essa regra geral incluem Enzo Mingione, *Social Conflict and the City* (Oxford, 1981); Harvey, *Limits*, Michael Dunford e Diane Perrons, *The Arena of Capital* (Londres, 1983).
- 2 *Grundrisse*, p. 109.
- 3 Há, evidentemente, uma tradição política associada ao "desenvolvimento desigual". Esta tradição se deve mais diretamente a Trotsky que, como parte de sua teoria da revolução permanente, falou sobre a "lei do desenvolvimento desigual e combinado". Como tal, o desenvolvimento desigual figurou proeminentemente na polêmica entre Trotsky e Stálin sobre a possibilidade do "socialismo em um só país". Veja-se Leon Trotsky, *Permanent Revolution and Results and Prospects*, (Nova Iorque, ed. 1969). *The History of the Russian Revolution* (Londres 1977) e *The Third International After Lenin* (Nova Iorque, 1970); Joseph Stalin, *Dialectical and Historical Materialism* Nova Iorque, 1940), *Economic Problems of Socialism in the U.R.S.S.* (Pequim, ed. 1971) e *Works* (Moscou, 1954), 8, pp. 256-61 e 326, e9, pp. 110-111. Consultar também Tony Cliff, "Permanent Revolution", *International Socialism* 61 (1973), 18-29, e Löwy *Combined and Uneven Development*. Este tratamento político do desenvolvimento desigual não está, de modo algum, separado da abordagem político-econômica contemporânea da questão. De fato, os argumentos políticos geralmente partem do pressuposto de que há um fundamento econômico para as origens do desenvolvimento desigual. Trotsky, por exemplo, somente começou a prestar séria atenção ao desenvolvimento desigual na situação revolucionária de 1905 na Rússia, quando, como em todas as situações revolucionárias, as leis econômicas da sociedade perdem progressivamente sua validade em favor de uma direta determinação política da história. Ao tratar aqui o desenvolvimento desigual como um problema essencialmente econômico, eu não estou, de forma alguma, negando seu significado político mas estou tentando, ao invés disso, traçar as linhas gerais para o estudo do fundamento econômico para o desenvolvimento desigual, que é considerada premissa básica na tradição política.
- 4 A lei de desenvolvimento desigual, que alguns quiseram restringir somente à história do capitalismo, ou meramente à fase imperialista do capitalismo é, assim, uma lei universal da história humana, Mandel, *Marxist Theory*, p. 91. Em trabalhos posteriores, Mandel conservou esta visão da universalidade do desenvolvimento desigual, mesmo ao lado de esclarecimentos concretos acerca do desenvolvimento desigual sob o capitalismo. Com efeito, em sua obra monumental, *Late Capitalism* (Londres, 1975), ele não cumpre, no final, sua promessa de integrar a teoria do desenvolvimento do capitalismo a sua história recente, em parte porque sua concepção de desenvolvimento desigual foi destituída de seu poder integrativo por insistir que a desigualdade é uma lei universal da história humana. Também a "lei do desenvolvimento desigual de Althusser... não leva em conta unicamente o imperialismo, mas absolutamente tudo neste mundo"... O desenvolvimento desigual... não é exterior à contradição, mas constitui sua mais íntima essência. "Ele existe na essência da própria contradição" — "On the Materialist Dialectic — On the Unevenness of Origins" in Louis Althusser, *For Marx*, (Londres, 1977), pp. 200-213. Esta formulação provém de "On Contradiction", de Mao, *Selected Readings* (Pequim, 1971), pp. 85-133.
- 5 *Late Capitalism*, p. 23.
- 6 Rayna Reiter, "Men and Women in the South of France", in R. Reiter (ed.) *Toward and Anthropology of Women* (Nova Iorque, 1975), pp. 273-5.
- 7 *Surplus Value*, p. 49.
- 8 Para um dos mais interessantes exemplos do determinismo ambiental, ver Ellen Semple, *Influences of Geography Environment* (Nova Iorque, 1911). Ver também Carl Sauer, "The Morphology of Landscape". University of California Publication in *Geography* 2 (1925), 9-53 e Richard Hartshorne, *Perspective in the Nature of Geography* (Londres, 1959); e *The Nature of Geography* (Lancaster, Pa. 1939).

- 9 Halford J. Mackinder, *Democratic Ideals and Reality* (Nova Iorque, 1942), pp. 1-2. Isto lembra o famoso adágio de Mackinder, tão útil a Hitler, que diz respeito ao que Mackinder chama de "Coração do Mundo" (Europa Ocidental) e de Ilha Mundial (A Eurásia):  
 Quem domina a Europa Oriental, comanda o Coração do Mundo;  
 Quem comanda o Coração do Mundo, comanda a Ilha Mundial;  
 Quem comanda a Ilha Mundial, comanda o Mundo.  
 Para uma interessante noção de como esta "Nova Geografia" do século dezenove serviu aos interesses do imperialismo britânico, ver Brian Hudson "The New Geography and the New Imperialism: 1870-1918", *Antipode* 9 (2) (1977), 12-19.
- 10 George G. Chisholm, *Chisholm's Handbook of Commercial Geography* (Londres, 1937) (inteiramente reescrito por L. Dudley Stamp), pp. 1, 7-9. Ver também Cyrus C. Adams, *A Textbook of Commercial Geography* (Nova Iorque, 1901). Os capítulos 2-4 deste texto tentam deixar explícito os princípios naturais na base da geografia comercial.
- 11 Bukharin, *Imperialism*, p. 20.
- 12 Frederick Jackson Turner, "The Significance of the Frontier in American History", in *Frontier*, pp. 14-15.
- 13 *Capital*, 1, p. 351. Ver também Harry Braverman, *Labour and Monopoly Capital* (Nova Iorque, 1975), pp. 70-84.
- 14 Veja-se análise de Mike Kidron da "economia em permanente estado de armas" em *Western Capitalism Since the War* (Harmondsworth, 1970), ch. 3, e Chris, Harman, 'Marx's Theory of Crisis and its Critics', *international Socialism* 2 (11) (1981), 48-55.
- 15 Para uma abordagem semelhante da divisão do capital em departamentos e setores, ver Christian Palloix, *L'internationalisation du capital* (Paris, 1975). Partes desta obra são apresentadas em tradução como "The Self Expansion of Capital on a World-Scale", *Review of Radical Political Economy* 9 (2) (1977), 1-28, especialmente às pp. 25-7.
- 16 *Capital*, 1, pp. 379, 381, 386.
- 17 *Ibid.*, p. 352.
- 18 *Grundrisse*, P. 479.
- 19 A superação da dicotomia urbano-rural foi, finalmente, canonizada nas ciências sociais com um debate no início da década de 60 dentro da Sociologia. Veja-se F. Benet, "Sociology Uncertain: The Ideology of the Rural-Urban Continuum", *Comparative Studies in Society and History* 6 (1963), 1-23. P.M. Hauser, "Observations on the Urban-Folk and Urban Rural Dichotomies as Forms of Western Ethnocentrism" in P.M. Hauser e L. Schnore, *The Study of Urbanization* (Londres, 1965), pp. 503-18; Ray Pahl, "The Rural-Urban Continuum" in *Readings in Urban Sociology* (Oxford, 1968), pp. 263-97.
- 20 Manuel Castells, contudo, tentou correlacionar a distinção urbano-regional com aquela que há entre reprodução e produção. Isto não é tão inviável quanto poderia primeiramente parecer mas, como veremos posteriormente, a formulação de Castells é ultra-simplificada e formalista demais — *Urban Question*, pp. 437-71.
- 21 *Capital*, 1, p. 451.
- 22 Mandel, *Late Capitalism*, pp. 63, 370; Sobre a industrialização das economias subdesenvolvidas, ver Nigel Harris, "The Asian Boom Economies and the 'Impossibility' of National Economic Development", *International Socialism* 2 (3) (1979), 1-16; Bill Warren, "Imperialism and Capitalist Industrialization", *New Left Review* 81 (1973), 105-15.
- 23 Samir Amin, "Accumulation and Development: A Theoretical Model", *Review of African Economy* 1 (1) (1974), 9-26; *Unequal Development*.
- 24 Harvey, *Limits*, pp. 425-6.
- 25 *Grundrisse*, p. 533; *Communist Manifesto*, p. 13
- 26 *Capital*, 1, p. 397.
- 27 O que não quer dizer que não existam mais sociedades pré-capitalistas. Evidentemente elas existem, mas como tal elas se transformam e se fossilizam como parte de sua integração no mercado capitalista mundial e, na medida em que as relações de produção imediatas são outra coisa que não trabalho assalariado, então a divisão do trabalhador não se desenvolve. Ver Er-

- nesto Laclau, "Feudalism and Capitalism in Latin America", *New Left Review* 67(1971), 19-38 (reeditado em *Politics and Ideology in Marxist Theory* (Londres, 1977), pp. 15-40).
- 28 *Social Justice*, p. 114.
- 29 *Capital*, 1, 506-7.
- 30 *Ibid.*, p. 383.
- 31 *Grundrisse*, p. 694.
- 32 *Ibid.*, p. 706.
- 33 *Ibid.*, pp. 705-6.
- 34 Ver, por exemplo, Pierre Lewis, David Lowenthal e Yi-Fu Tuan, *Visual Blight in America* (Washington, DC, 1973); Edward Relph, *Place and Placelessness* (Londres, 1976). De Marcusever *One Dimensional Man*, (Londres, 1964), especialmente o cap. 2. Consultar também Habermas, *Rational Society*, cap. 6.
- 35 *Grundrisse*, pp. 701-702. Contudo, a rejeição da teoria do valor do trabalho em favor de uma teoria um tanto tecnológica de valor está implícita em Marcuse e mais evidente em Habermas.
- 36 *Capital*, 1, p. 322.
- 37 *Ibid.*, pp. 322-7. A posição geral de Marx sobre a cooperação é importante, mas algumas de suas idéias básicas — por exemplo, a de que "a vitalidade pessoal... aumenta a eficiência de cada trabalhador individual", ou a de que o trabalhador coletivo "é, em certa medida, onipresente" — são bastante suspeitas. Elas deveriam, provavelmente, ser pouco consideradas no século dezoito.
- 38 *Ibid.*, pp. 384-6; *Capital*, 3, p. 79.
- 39 *Capital*, 1, pp. 626-8.
- 40 *Ibid.*, p. 687; *Grundrisse*, p. 508. A seguinte tabela apresenta os dados correspondentes ao século atual.

PERCENTAGEM DE BENS INCORPORA DOS AO ATIVO DAS 100 MAIORES EMPRESAS AMERICANAS E (B) 200 MAIORES EMPRESAS DOS EUA., EM RELAÇÃO AO CONJUNTO NACIONAL:

	100	200
	MAIORES EMPRESAS	MAIORES EMPRESAS
1925	34,5	
1929	38,2	45,8
1933	42,5	49,5
1939	41,9	48,7
1947	37,5	45,0
1954	41,9	50,4
1958	46,0	55,2
1962	45,5	55,1
1965	45,9	55,9
1968	48,4	60,4

Fonte: Relatório para o Congresso sobre os Inquéritos da Sub-Comissão do Monopólio Anti-Truste (91º Congresso, 1969-70).

- 41 *Capital*, 1, pp. 625, 763.
42. Ver Walter Isard, *Location and Space Economy* (Cambridge, Mass., 1956).
- 43 *Capital*, 2, P. 219; *Surplus Value*, 3, p. 271.
- 44 Sobre a importância da distinção entre desvalorização e depreciação ver Neil Smith, 'The Concepts of Devaluation, Valorization and Depreciation in Marx: Toward a Clarification', inédito Department of Geography and Environmental Engineering, The Johns Hopkins University, 1981.

- 45 Simon Kuzneis, *Capital in the American Economy* (Princeton, 1960); Moses Abramowitz, 'On the Nature and Significance of Building Cycles', *Economic Development and Cultural Change*, 9 (1961), 225-48; Brinley Thomas, *Migration and Economic Growth* (Londres, 1973); Pary Lewis, *Building Cycles and Britain's Growth* (Londres, 1965); Ernest Mandei, *Long Waves of Capitalist Development* (Cambridge, 1980).
- 46 Harvey, 'Geography'; 'Urban Process'; *Limits*, cap. 12 e 13.
- 47 Walter Isard, 'A Neglected Cycle: The Transport Building Cycle', *Review of Economics and Statistics*, 24 (1942), 149-58; J.W.R. Whitehand, 'Building Cycles and the Spatial Form of Urban Growth', *Transactions of the Institute of British Geographers*, 56(1972), 39-55; Whitehand, 'Fluctuation in the Land-Use Composition of Urban Development During the Industrial Era', *Erdkunde*, 35 (1981), 129-40; R. Walker, 'The Transformation of Urban Structure in the Nineteenth Century and the Beginnings of Suburbanization', in K. Cox (ed), *Urbanization and Conflict in Market Societies* (Chicago, 1978), pp. 165-211; Walter, 'Suburbanization'.
- 48 Nós não podemos examinar aqui com detalhes a teoria Marxista da crise. A literatura sobre este tema é agora imensa, mas veja-se a série de artigos de Chris Harmarr 'Theories of the Crisis', *International Socialism* 2 (9) (1980), 45-80; 'Marx's Theory of Crisis'; 'The Crisis Last Time', *International Socialism* 2 (13) (1981), 1-28; 'State Capitalism, Armaments and the General Form of the Current Crisis', *International Socialism*, 2(16)(1982), 37-88. Consultar também a importante revisão de Anwar Shaikh, 'An Introduction to the History of Crisis Theories', in the Union of Radical Political Economics, *U.S. Capitalism in Crisis* (New York, 1978). Além disso, ver J. Weeks, 'The Process of Accumulation and The "Profit-Squeeze" Hypothesis', *Science and Society*, 43 (1979), 259-80. Em *Limits*, Harvey faz uma proveitosa análise da crise em relação ao ambiente construído.
- 49 *Capital*, 3, pp. 212, 241, 254.
- 50 *Ibid.*, p. 255; *Capital*, 2, p. 186.
- 51 *Capital*, 1, p. 450.
- 52 Mandei, *Late Capitalism*, ch. 8; Doreen Massey, 'The U.K. Electrical Engineering and Electronics Industry', *Review of Radical Political Economics* 10 (3) (1978), 39-54; Richard Walter e Michal Storper, 'Capital and Industrial Location', *Progress in Human Geography*, 5 (1981), 473-509.
- 53 *Capital*, 2, p. 186.
- 54 Ernest Mandei, *The Second Slump* (Londres, 1978); *Capital*, 3, p. 253.
- 55 *Capital*, 3, p. 257.
- 56 *Grundrisse*, pp., 740, 694.
- 57 Harvey, *Limits*, p. 438.

## CAPÍTULO 5: PARA UMA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL II.

- 1 Harvey, *Limits*, pp. 388-90.
- 2 *Ibid.*, pp. 390, 396. Sobre a igualização da taxa de lucro, ver *Capital*, 3, cap. 10.
- 3 *Limits*, pp. 390, 426-45. Ver também de Harvey "The Spatial Fix-Hegel, Von Thunen, and Marx", *Antipode*, 13 (3)(1981), 1-12.
- 4 *The Condition of the Working Class in England* (Moscou, ed. 1973), p. 93.
- 5 *Capital*, 1, p. 657.
- 6 Walker, "Suburbanization"; "Transformation of Urban Structure".
- 7 Conforme Peter Taylor lucidamente observa, há uma concordância tática entre um grande número de pesquisadores no que diz respeito à validade desta dupla divisão, mas virtualmente

- não há nenhuma tentativa de se entender as origens e as funções dessas escalas. Taylor afirma a necessidade de haver uma "economia política de escala e identifica essas escalas espaciais com a escala da *realidade* (espaço global) e a escala da *ideologia* (o Estado) e a escala da *experiência* (a cidade). Ao definir, desta forma, a escala espacial, Taylor se baseia na obra de Wallerstein, cuja análise do sistema mundial oferece um fundamento abrangente para se compreender a divisão do espaço mundial, se comparado ao tradicional pressuposto burguês da primazia do espaço nacional e da Nação-Estado. Taylor apresenta questões por muito tempo deixadas de lado com relação ao espaço, mas eu não penso que se tenha de recorrer à perspectiva de Wallerstein do "espaço de troca" (mais do que de produção) para se compreender a escala global, nem se deve se basear na distinção bastante abstrata entre realidade, ideologia e experiência para se encontrar as raízes da escala espacial no processo social. No espírito da obra de Taylor, há um "fundamento mais diretamente materialista" para se compreender a produção dessas escalas espaciais distintas sob o capitalismo. Ver Taylor, "Materialist Framework"; "Geographical Scale Within the World Economy Approach", *Review*, 5 (1981), 3-11. Para a crítica de Wallerstein, ver *inter alia* Robert Brenner, "The Origins of Capitalist Development. A Critique of Neo-Smithian Marxism", *New Left Review*, 104 (1977), 25-92.
- 8 Há vasta e diversificada literatura sobre esse assunto, mas consultar Edward J. Taaffe, Howard L. Gauthier e Thomas A. Maraffa, "Extended Commuting and the Intermetropolitan Periphery", *Annals of the Association of American Geographers*, 70(1980), 313-39; B. J. L. Berry, "Commuting Patterns, Labour Market Participation, and Regional Potential", *Growth and Change*, 1 (1970), 1-10; B. J. L. Berry e Q. Giliard, *The Changing Shape of Metropolitan America* (Cambridge, Mass., 1977).
  - 9 A exposição mais clara desta distinção está no Posfácio de *Urban Question*, pp. 439-52.
  - 10 William Alonso, *Location and Land Use* (Cambridge, Mass., 1964); "A Theory of the Urban Market", *Proceedings of the Regina! Science Association* 6 (1960), 149-58; David Harvey e Lata Chatterjee "Absolute Rent and the Structuring of Space by Financial Institutions", *Antipode* 6 (1) (1974), 22-36; Neil Smith, "Toward a Theory of Gentrification: A Back to the City Movement by Capital not People", *Journal of the American Planning Association*, 45 (1979), 538-48.
  - 11 Sobre a justaposição da ordem e da desordem na cidade americana, ver Sam Bass Warner, *The Urban Wilderness* (Nova Iorque, 1972), cap. 2.
  - 12 Harvey, *Limits*, caps. 9 e 11.
  - 13 John Merrington, "Town and Country in the Transition to Capitalism", *New Left Review*, 93 (1975) (reeditado in R. Hilton (ed.), *The Transition From Feudalism to Capitalism* (Londres, 1976), pp. 170-95).
  - 14 Sobre a subordinação formal e real do trabalho ver *Capital*, 1, p. 510. "Results of the Immediate Production Process", na vigésima edição de *Capital* (Nova Iorque, 1977), pp. 1019-38. Para uma discussão desta questão em relação ao desenvolvimento desigual na economia americana ver Aglietta, *Capital Regulation* (Londres, 1979).
  - 15 Harvey, *Limits*, p. 429.
  - 16 Há consideráveis discussões e debates sobre essas questões, mas há pouco desacordo no que tange à importância dos níveis salariais. Veja-se Amin, *Unequal Development*; Mendel, *Late Capitalism*, cap. II.
  - 17 Harris, "Asian Boom Economies". Eu discordo, assim, fortemente da análise de Warren, *Imperialism*.
  - 18 Andre Gunder Frank, *Capitalism and Underdevelopment in Latin America* (Nova Iorque, 1967).
  - 19 Bukharin, *Imperialism*. Ver também Colin Barker, "The State as Capital". Arghiri Emmanuel, *Unequal Exchange* (New York, 1972); e Anwar Shaikh, "Foreign Trade and the Law of Value: Part II", *Science and Society* 44 (1980), 27-57.
  - 20 *Capital*, 2, p. 162; Marx, *The Revolutions of 1848* (Hardmondsworth, 1973).
  - 21 Precisamente este problema estava dentre as questões levantadas nos debates federalistas entre Jefferson, de um lado, e Hamilton e Madison, de outro.
  - 22 Na medida em que esse controle envolve a ideologia do nacionalismo, a base material para

- a equiparação, feita por Taylor, da Nação-Estado e a escala da ideologia, torna-se aparente. ("Geographical Scales" fn. 64). C.F. Há, então, uma base material par a perpetuação e para a reconstituição dos preconceitos tradicionais, das rivalidades regionais e nacionais dentro de um quadro progressivo de desenvolvimento geográfico desigual" — Harvey, *Limits*, p. 442.
- 23 *Capital*, 1, p. 353; 2, pp. 249-51.
- 24 Doreen Massey, "In What Sense e Regional Problem?", *Regional Studies*, 13 (1979), 233-43; "The U.K. Electrical Engineering and Electronics Industry", 39-54.
- 25 Gottamnn, *Megalopolis*, p. 218; Carney, Hudson e Lewis, *Regions in Crisis*, Frank Moulaert e Patricia Wilson Salinas (edit.). *Regional Analysis and the New International Division of Labour* (Boston, 1983).
- 26 *Capital*, 3, p. 246.
- 27 *Ibid.*, 1, p. 626.
- 28 *Communist Manifesto*, p. 14.
- 29 Mandel, *Exirte Capitalism*, pp. 60-1.
- 30 Sohn-Rethel, *Intellectual and Manual Labour*, p. 15.
- 31 Smith, "Theory of Gentrification", fn. 10; "Gentrication and Uneven Development", *Economic Geography*, 58 (1982), 139-55. A peculiaridade da escala urbana em face das outras escalas está, em parte, emser a descentralização, simultaneamente, expansão da própria escala urbana e não uma recentralização das atividades em algum lugar fora dela.
- 32 Carney, Hudson e Lewis, *Regions in Crisis*.
- 33 Ver, por exemplo, Brian Berry, "Inner City Futures: An American Dilemma Revisited", *Transaction of the Institute of British Geographers*, NS 5 (I) (1980), 1-28.
- 34 Harris, "Asian Boom Economies", fn. 17. Ver também Alain Lipietz, "Towards Global Fordism?", *New Left Review* 132 (1982), 33-47.
- 35 Nigel Harris, *Of Bread and Guns*.

## CAPÍTULO 6: A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL?

- 1 Lipietz, "Toward Global Fordism?". Ver também Michel Aglietta, *A Theory of Capitalism Regulation* (Londres, 1979).
- 2 Lipietz, "Toward Global Fordism?"; Harris, *Of Bread and Guns*. Para uma abordagem oposta, ver Warren, *Imperialism*.
- 3 Barry Bluestonee Bennett Harrison, *The Reindustrialization of America* (Nova Iorque, 1982); Samuel Bowles, David Gordon e Thomas Weisskopf, *Beyond the Wasteland* (Nova Iorque, 1983).

## Bibliografia

- Abramowitz, Moses, "On the Nature and Significance of Building Cycles", *Economic Development and Cultural Change* 9 (1961), 225-38.
- Adams, Cyrus C., *A Textbook of Commercial Geography* (New York, 1901).
- Aglietta, M., *A Theory of Capitalist Regulation* (Londres, 1979).
- Alonso, William, *Location and Land Use* (Cambridge, Mass., 1964).
- , "A Theory of the Urban and Land Market", *Papers and Proceedings of the Regional Science Association* 6 (1960) 149-58.
- Althusser, Louis, *For Marx* (Londres, 1969).
- , *Essays in Self Criticism* (Londres, 1976).
- Amin, Samir, *Unequal Development* (New York, 1976).
- , "Accumulation and Development: A Theoretical Model", *Review of African Political Economy* 1 (1) (1974), 9-26.
- Barker, Colin, "The State as Capital", *International Socialism* 2 (1) (1978), 16-42.
- Benet, F., "Sociology Uncertain: The Ideology of the Rural-Urban Continuum", *Comparative Studies on Society and History* 6 (1963), 1-23.
- Bernstein, Richard, *The Restructuring of Social and Political Theory* (Oxford, 1976).
- Berry, B.J.L., "Commuting Patterns, Labour Market Participation, and Regional Potential", *Growth and Change* 1 (1970), 1-10.
- , "Inner City Futures: An American Dilemma Revisited", *Transactions of the Institute of British Geographers* NS 5 (1) (1980), 1-28
- Berry, B.J.L., e Gillard, Q., *The Changing Shape of Metropolitan America* (Cambridge, Mass., 1977).
- Bluestone, Barry, e Harrison, Bennett, *The Deindustrialization of America* (New York, 1982).
- Bowles, Samuel, Gordon, David e Weisskopf, Thomas, *Beyond the Wasteland* (New York, 1983).
- Bowman, Isaiah, *Geography in Relation to the Social Sciences* (New York, 1934).
- Braverman, Harry, *Labour and Monopoly Capital* (New York, 1975).
- Brenner, Robert, "The Origins of Capitalist Development. A Critique of Neo-Smithian Marxism", *New Left Review* 104 (1977), 25-92.

- Bruegel, Irene, "What Keeps the Family Going?", *International Socialism* 1 (1) (1978), 2-15.
- deBrunhoff, Suzanne, *The State, Capital and Economic Policy* (Londres, 1978).
- Bukharin, Nikolai, *Imperialism and World Economy* (Londres, 1972).
- Bunge, William, *Theoretical Geography* (Lund, 1966).
- Burton, Ian, "The Quantitative Revolution and Theoretical Geography", *Canadian Geographer* 7 (1963), 151-62.
- Buttimer, Anne, "Social Geography", *International Encyclopedia of the Social Sciences* 6 (New York, 1968), pp. 139-42.
- , "Social Space in Interdisciplinary Perspective", *Geographical Review* 59 (1969), 417-26.
- Caplan, Arthur, *The Sociobiology Debate* (New York, 1978).
- Carney, J., Hudson, R., e Lewis, J. (eds), *Regions in Crisis: New Perspectives in European Regional Theory* (Londres, 1980).
- Cassirer, Ernst, *An Essay on Man* (Londres, 1944).
- Castells, Manuel, *The Urban Question* (Londres, 1977).
- Childe, Gordon, *Man Makes Himself* (New York, 1939).
- Chisholm, George G., *Chisholm's Handbook of Commercial Geography* (Londres, 1937) (reescrito por Dudley Stamp).
- Chrastler, Walter, *Central Places in Southern Germany* (Englewood Cliffs, NJ, 1966).
- Cicero, *De Natura Deorum*, traduzido por Horace C. R. McGregor, *The Nature of the Gods* (Harmondsworth, 1972).
- Cleaver, Harry, *Reading Capital Politically* (Austin, 1979).
- Cliff, Tony, "Permanent Revolution", *International Socialism* 61 (1973), 18-29.
- Cohen, G.A., *Karl Marx's Theory of History* (Princeton, 1978).
- Collingwood, R.G., *The Idea of Nature* (Londres, 1946).
- Crowe, S.E., *The Berlin West African Conference 1884-1885* (Londres, 1942).
- Downing, Andrew Jackson, "Hints to Rural Improvers", *Horticulture* (July, 1848), reimpresso em seu *Rural Essays* (New York, 1857).
- Dunford, Michael, Diane Perrons, *The Arena of Capital* (Londres, 1983).
- Durkheim, Emile, *The Division of Labour in Society* (Glencoe, 111, 1947).
- Emerson, Ralph Waldo, *Selected Writings* (New York, 1965).
- Emmanuel, Arghiri, *Unequal Exchange* (New York, 1972).
- Engels, Friedrich, *Anti-Duhring* (Londres, 1975).
- , *The Condition of the Working Class in England* (Moscou, ed. 1973).
- , *Dialectics of Nature* (Moscou, 1954).
- , *The Origin of the Family, Private Property and the State* (New York, 1972).
- Farrington, Benjamin, *Francis Bacon: Philosopher of Industrial Science* (New York, 1961).
- Fisk, Milton, "The Human-Nature Argument", *Social Praxis* 5 (1980), 343-61.
- Fox, Kenneth, "Uneven Regional Development in the United States", *Review of Radical Political Economics* 10 (3) (1978), 68-86.
- Frank, Andre Gunder, *Capitalism and Underdevelopment in Latin America* (New York, 1967).
- Gerrata, V. "Marx and Darwin", *New Left Review* 82 (1973), 60-82.
- Glacken, Clarence, *Traces on the Rhodian Shore* (Berkeley, 1967).
- Gottmann, Jean, *Megalopolis* (New York, 1961).

- Groh, Dieter e Sieferle, Rolf-Peter, "Experience of Nature in Bourgeois Society and Economic Theory: Outlines of an Interdisciplinary Research Project", *Social Research* 47 (1980), 577-81.
- Griinbaum, Adolf, *Philosophical Problems of Space and Time* (New York, 1963).
- Gunnell, John G., *Political Philosophy and Time* (Middleboro, Conn., 1968).
- Habermas, Jiirgen, *Toward a Rational Society* (Boston, 1970).
- , "Toward a Reconstruction of Historical Materialism", *Theory and Society* 2 (1975), 287-300.
- Haggett, Peter, *Locational Analysis* (Londres, 1965).
- Hall, Edward, *The Hidden Dimension* (New York, 1966).
- Haraway, Donna, "Animal Sociology and a Natural Economy of the Body Politic, Part II: The Past is the Contested Zone: Human Nature and Theories of Production and Reproduction in Private Behavior Studies" *Signs* 4 (1) (1978).
- Harman, Chris, "Theories of the Crisis", *International Socialism* 2 (9) (1980), 45-80.
- , "Marx's Theory of Crisis and its Critics", *International Socialism* 2 (11) (1981), 30-71.
- , "The Crisis Last Time", *International Socialism* 2 (13) (1981), 1-28.
- , "State Capitalism, Armaments and the General Form of the Current Crisis", *International Socialism* 2 (16) (1982), 37-88.
- Harris, Nigel, *Of Bread and Guns: The World Economy in Crisis* (Harmondsworth, 1983).
- , "The Asian Boom Economies and the 'Impossibility' of National Economic Development", *International Socialism* 2 (3) (1979), 1-16.
- Hartshorne, Richard, *The Nature of Geography* (Lancaster, Pa., 1939).
- , *Perspective on the Nature of Geography* (Londres, 1959).
- Harvey, David, *Explanation in Geography* (Londres, 1969).
- , *Social Justice and the City* (Londres, 1973).
- , *The Limits to Capital* (Oxford, 1982).
- , "Class Structure in a Capitalist Society and the Theory of Residential Differentiation", in Peel et. al. (eds), *Process in Physical and Human Geography* (Edinburgh, 1975).
- , "The Geography of Capitalist Accumulation: A Reconstruction of the Marxian Theory", *Antipode* 7(1975) (reimpresso em Richard Peet (ed.), *Radical Geography* (Chicago, 1977), pp. 263-92.
- , "The Urban Process Under Capitalism: A Framework for Analysis", *International Journal of Urban and Regional Research* 2 (1978), 101-31.
- , "The Spatial Fix - Hegel, von Thunen, and Marx", *Antipode* 13 (3) (1981), 1-12.
- Harvey, David e Chaterjee, Lata, "Absolute Rent and the Structuring of Space by Financial Institutions", *Antipode* 6 (1) (1974), 22-36.
- Hauser, P.M., e Schnore, L., *The Study of Urbanization* (Londres, 1965).
- Hegel, *Philosophy of Nature* (Londres, 1970).
- , *Philosophy of Right*, traduzido por T.M. Knox (Londres, 1967).
- Hinckfuss, *The Existence of Space and Time* (Oxford, 1975).
- Holland, Stuart, *Capital Versus the Regions* (Londres, 1976).

- Holloway, J., e Picciotto, S., *State and Capital* (Londres, 1978).
- Horkheimer, Max, *Eclipse of Reason* (New York, 1974).
- Horkheimer, Max, e Adorno, Theodor, *Dialectic of Enlightenment* (New York, 1972).
- Hudson, Brian, "The New Geography and the New Imperialism: 1870-1918", *Antipode* 9 (2) (1977), 12-19.
- Isard, Walter, *Location and Space Economy* (Cambridge, Mass., 1956).
- , "A Neglected Cycle: The Transport Building Cycle", *Review of Economics and Statistics* 24 (1942), 139-58.
- Jamner, Max, *Concepts of Space* (Cambridge, Mass., 1969).
- Jay, Martin, *The Dialectical Imagination* (Londres, 1973).
- Jordan, Z.A., *The Evolution of Dialectical Materialism* (Londres, 1967).
- Jung, Carl, *Man and His Symbols* (Londres, 1964).
- Kidron, Mike, *Western Capitalism Since the War* (Harmondsworth, 1970).
- Kolodny, Annette, *The Lay of the Land* (Chapel Hill, 1975).
- Komarov, Boris, *The Destruction of Nature in the Soviet Union* (Londres, 1980).
- Krader, Lawrence, *Formation of the State* (Englewood Cliffs, NJ, 1968).
- Kroner, Richard, *Kant's Weltanschauung* (Chicago, 1956).
- Kuznets, Simon, *Capital in the American Economy* (Princeton, 1960).
- Laclau, Ernesto, "Feudalism and Capitalism in Latin America", *New Left Review* 67 (1971), 19-38 (reimpresso em seu *Politics and Ideology in Marxist Theory* (Londres, 1977), pp. 15-40).
- , "The Specificity of the Political: the Poulantzas-Miliband Debate", *Economy and Society* 4 (1975).
- Larrain, Jorge, *The Concept of Ideology* (Athens, Ga., 1979).
- Lefebvre, Henri, *The Sociology of Marx* (New York, 1968).
- , *La Révolution urbaine* (Paris, 1970).
- , *The Survival of Capitalism* (Londres, 1976).
- Leiss, William, *The Domination of Nature* (Boston, 1974).
- Lênin, V.I., *Materialism and Empirio-Criticism* (New York, 1972).
- , *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism* (Pequim, ed. 1975).
- , *The Development of Capitalism in Russia* (Moscou, ed. 1977).
- , "New Data on the Laws Governing the Development of Capitalism in U.S. Agriculture", *Collected Works*, 22, pp. 13-102.
- Leogrande, William, "An Investigation into the 'Young Marx' Controversy", *Science and Society* 41 (1977), 129-51.
- Lévi-Strauss, Claude, *Structural Anthropology* (New York, 1963).
- Lewis, Parry, *Building Cycles and Britain's Growth* (Londres, 1965).
- Lewis, Pierce, Lowenthal, David, e Tuan, Yi-Fu, *Visual Blight in America* (Washington, DC, 1973).
- Ley, David, e Samuels, Marwyn, *Humanistic Geography* (Chicago, 1978).
- Lipietz, Alain, "Towards Global Fordism?", *New Left Review* 132 (1982), 33-47.
- Losch, August, *The Economics of Location* (New Haven, 1954).
- Lowy, Michael, *The Politics of Combined and Uneven Development* (Londres, 1981).
- Luxemburg, Rosa, *The Accumulation of Capital* (New York, 1968).
- Mackinder, Italford, j., *Democratic Ideals and Reality* (Nova Iorque, 1942).

- "The Geographical Pivot of History", *Geographical Journal* 23 (1904), 421-37.
- Mandel, Ernest, *Late Capitalism* (Londres, 1975).  
 , *Marxist Economic Theory* (Londres, 1975).  
 , *The Second Slump* (Londres, 1978).  
 , *Trotsky: A Study in the Dynamic of his Thought* (Londres, 1979).  
 , *Long Waves in Capitalist Development* (Cambridge, Mass., 1980).
- Mao Tse-Tung, "On Contradiction", *Selected Readings* (Pequim, 1971), **p.** 85-133.
- Marcuse, Herbert, *One Dimensional Man* (Londres, 1964).
- Marx, Karl, *Value, Price and Profit* (Londres, 1899).  
 , *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte* (New York, 1963).  
 , *Capital*, 3 volumes (New York, 1967 edn).  
 , *Theories of Surplus Value*, 3 volumes (Londres, 1969).  
 , *A Contribution to the Critique of Political Economy* (Londres, 1971).  
 , *Grundrisse* (Londres, 1973).  
 , *The Revolutions of 1838* (Harmondsworth, 1973).  
 , *Surveys from Exile* (New York, 1974).  
 , *Early Writings* (Harmondsworth, 1975).
- Marx, Karl, e Engels, Friedrich, *Selected Correspondence* (Londres, 1934).  
 , *The Communist Manifesto* (New York, 1955 edn).  
 , *German Ideology* (New York, 1970).  
 , *Feuerbach* (Londres, 1973).
- Marx, Leo, *The Machine in the Garden* (New York, 1964).
- Massey, Dorren, "The U. K. Electrical Engineering and Electronics Industry", *Review of Radical Political Economics* 10 (3) (1978), 39-54.  
 , "In What Sense a Regional Problem?" *Regional Studies* 13 (1979), 233-43.
- Merchant, Carolyn, *The Death of Nature* (San Francisco, 1980).
- Merrington, John, "Town and Country in the Transition to Capitalism", *New Left Review* 93 (1975) (reimpresso em R. Hilton (ed.), *The Transition from Feudalism to Capitalism* (Londres, 1976), pp. 170-95).
- Miliband, Ralph, *The State in Capitalist Society* (Londres, 1969).  
 , "The Capitalist State: A Reply to Nicos Poulantzas", *New Left Review* 59 (1969), 53-60.  
 , "Poulantzas and the Capitalist State", *New Left Review* 82 (1973).
- Miller, Perry, *Nature's Nation* (Cambridge, Mass., 1967).
- Mingione, Enzo, *Social Conflict and the City* (Oxford, 1981).
- Moulaert, Frank, e Salinas, Patricia (eds), *Regional Analysis and the New International Division of Labour* (Boston, 1983).
- Mowry, George, *The Urban Nation 1920-1960* (New York, 1965).
- Murphy, Earl Finbar, *Governing Nature* (Chicago, 1967).
- Nash, Roderick, *Wilderness and the American Mind* (New Haven, 1967).
- Nerlich, Graham, *The Shape of Space* (Cambridge, 1976).
- Neugebauer, Otto, "Vorgriechische Mathematik", *Vorlesungen über die Geschichte der Antiken Mathematischen Wissenschaften* (Berlirn, 1934).
- Novak, Barbara, *Nature and Culture: American Landscape and Painting 1925-1975* (New York, 1980).

- O'Connor, James, *The Fiscal Crisis of the State* (New York, 1973).
- Oilman, Bertell, *Alienation: Marx's Concept of Man in Capitalist Society* (Cambridge, 1971).
- Ortner, Sherry B., "Is Female to Male as Nature is to Culture?", in Michelle Zimbalist Rosaldo e Louise Lamphere (eds), *Woman, Culture and Society* (Stanford, 1974).
- Pahl, Ray, "The Rural-Urban Continuum", *Readings in Urban Sociology* (Oxford, 1968), pp. 263-98.
- Palloix, Christian, *L'Internationalisation du capital* (Paris, 1975).
- , "The Self-Expansion of Capital on a World-Scale", *Review of Radical Political Economy* 9 (2) (1977), 1-28.
- Parekh, Bhiku, *Marx's Theory of Ideology* (Baltimore, 1982).
- Peet, Richard, "Spatial Dialectics and Marxist Geography", *Progress in Human Geography* 5 (1981), 105-10.
- Piaget, J., *The Principles of Genetic Epistemology* (Londres, 1972).
- Poulantzas, Nicos, "The Problem of the Capitalist State", *New Left Review* 58 (1969) 67-78.
- , "The Capitalist State: A Reply to Miliband and Laclau", *New Left Review* 95 (1976).
- Reichenbach, Hans, *The Philosophy of Space and Time* (New York, 1958).
- Reiter, Rayna, "Men and Women in the South of France", in R. Reiter (ed.), *Toward an Anthropology of Women* (New York, 1975).
- Relf, Edward, *Place and Placelessness* (Londres, 1976).
- Rosenthal, Bernard, *The City of Nature* (Newark, De., 1980).
- Rossi, Paulo, *Francis Bacon: From Magic to Science* (Londres, 1968).
- Russell, Bertrand, *A History of Western Philosophy* (New York, 1945).
- Sack, Robert, *Conceptions of Space in Social Thought* (Minneapolis, 1980).
- Sauer, Carl, "The Morphology of Landscape", *University of California Publications in Geography* 2 (1925), 19-55.
- Schaefer, Fred, "Exceptionalism in Geography: A Methodological Examination", *Annals of the Association of American Geographers* 43 (1953), 226-40.
- Schmidt, Alfred, *The Concept of Nature in Marx* (Londres, 1971).
- Schmidt, Peter, *Back to Nature* (New York, 1969).
- Scott-Keltie, J., *The Partitioning of Africa* (Londres, 1893).
- Semple, Ellen, *Influences of Geographic Environment* (New York, 1911).
- Service, Elman R., *Origins of the State and Civilization* (New York, 1975).
- Shaikh, Anwar, "An Introduction to the History of Crisis Theories", in the Union of Radical Political Economics, *U.S. Capitalism in Crisis* (New York, 1978), 219-41.
- , "Foreign Trade and the Law of Value: Part II", *Science and Society* 44 (1980), 27-57.
- Shaw, Martin, *Marxism and Social Science* (Londres, 1975).
- Smith, Henry Nash, *Virgin Land* (Cambridge, Mass., 1950).
- Smith, Joan, "Women and the Family", *International Socialism* 100 (1977).
- , "Woman, Work, Family and the Economic Recession", comunicação apresentada no simpósio sobre "Feminism and the Critique of Capitalism", The Johns Hopkins University (24-5 April 1981).
- Smith, Neil, "Geography, Science and Post-Positivist Modes of Explanation", *Progress in Human Geography* 3 (1979), 356-83.

- , "Toward a Theory of Gentrification: A Back to the City Movement by Capital not People", *Journal of the American Planning Association* 45 (1979), 538-48.
- , "Symptomatic Silence in Althusser: The Concept of Nature and the Unity of Science", *Science and Society*, 44 (1) (1980), 58-81.
- , "Degeneracy in Theory and Practice; Spatial Interactionism and Radical Eclecticism", *Progress in Human Geography* 5 (1981), 111-18.
- , "The Concepts of Devaluation, Valorization and Depreciation in Marx: Toward a Clarification", inédito, Department of Geography and Environmental Engineering, The Johns Hopkins University (1981).
- , "Gentrification and Uneven Development", *Economic Geography* 58 (1982), 139-55.
- Sohn-Rethel, Alfred, *Intellectual and Manual Labour* (Londres, 1978).
- Soja, Ed. "The Socio-Spatial Dialectic", *Annals of the Association of American Geographers* 70 (1980), 207-25.
- Stalin, Joseph, *Dialectical and Historical Materialism* (New York, 1940).
- , *Works* (Moscou, 1954).
- , *Economic Problems of Socialism in the USSR* (Pequim, 1971).
- Taaffe, Edward, J., Gauthier, Howard L., e Maraffa, Thomas A., "Extended Commuting and the Intermetropolitan Periphery", *Annals of the Association of American Geographers* 70 (1980), 313-39.
- Tanner, Nancy, *On Becoming Human* (New York, 1981).
- Taylor, Joshua C., *American as Art* (Washington, DC, 1976).
- Taylor, Peter, "Geographical Scales in the World Systems Approach", *Review* 5 (1981), 3-11.
- , "A Materialist Framework for Political Geography", *Transactions of the Institute of British Geographers* 7 (1982), 15-34.
- Thomas, Brinley, *Migration and Economic Growth* (Londres, 1973).
- Thomas, George, *The First Philosophers* (Londres, 1972).
- Timpanaro, Sebastiano, *On Materialism* (Londres, 1975).
- Tocqueville, Alexis de, *Democracy in America*, 2 volumes (New York, 1945).
- Trotsky, Leon, *Permanent Revolution and Results and Prospects* (New York, 1969).
- , *The Third International After Lenin* (New York, 1970).
- , *The History of the Russian Revolution* (Londres, 1977).
- Turner, Frederick Jackson, *The Frontier in American History* (New York, 1920).
- Walker, R., "The Transformation of Urban Structure in the Nineteenth Century and the Beginnings of Suburbanization", in K. Cox (ed.), *Urbanization and Conflict in Market Societies* (Chicago, 1978), pp. 165-211.
- , "A Theory of Suburbanization: Capitalism and the Construction of Urban Space in the United States", in M. Dear e A.J. Scott (eds), *Urbanization and Urban Planning in Capitalist Societies* (Londres, 1981), pp. 383-429.
- Walker, Richard e Storper, Michael, "Capital and Industrial Location", *Progress in Human Geography* 5 (1981), 473-509.
- Warner, Sam Bass, *The Urban Wilderness* (New York, 1972).
- Warren, Bill, *Imperialism: Pioneer of Capitalism* (Londres, 1980).
- , "Imperialism and Capitalist Industrialization", *New Left Review* 81 (1973), 105-15.

- Webber, Melvin, "The Urban Place and the Non-Place Urban Realm", *Explorations into Urban Structure* (Philadelphia, 1964).
- Weeks, J., "The Process of Accumulation and the 'Profit-Squeeze' Hypothesis", *Science and Society* 43 (1979), 259-80.
- Weinberg, Albert K., *Manifest Destiny* (Gloucester, Mass., 1958).
- von Weizsäcker, Carl Friedrich, *The Unity of Nature* (New York, 1980).
- White, Morton e Lucia, *The Intellectual Versus the City* (Oxford, 1977).
- Whitehand, J.W.R. "Building Cycles and the Spatial Form of Urban Growth", *Transactions of the Institute of British Geographers* 56 (1972), 39-55.
- , 'Fluctuations in the Land-Use Composition of Urban Development During the Industrial Era', *Erdkunde* 35 (1981), 129-40.
- Whitehead, Alfred North, *The Concept of Nature* (Cambridge, 1920).
- Williams, Raymond, *The Country and the City* (St Alban's, 1975).
- , "Problems of Materialism", *New Left Review* 109 (1978), 3-17.
- , *On Human Nature* (Cambridge, Mass, 1978).
- Wilson, Edward, *Sociobiology* (Cambridge, Mass., 1975).
- Winslow, Barbara, "Women's Alienation and Revolutionary Politics", *International Socialism* 2 (4) (1979), 1-14.
- Woolfson, Charles, *The Labour Theory of Culture* (Londres, 1982).
- Yovel, Yirmiahu, *Kant and the Philosophy of History* (Princeton, 1980).